

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXXI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1992

C O N I M B R I G A

ISSN 0870-1709

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pelas:

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para revisão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PALÁCIO DE SUB-RIPAS
P - 3000 COIMBRA

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXXI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1992

(Página deixada propositadamente em branco)

RAQUEL VILAÇA

Assistente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Bolseira do ex-INIC

INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS RESTOS FAUNÍSTICOS DE TRÊS POVOADOS DO BRONZE FINAL DA BEIRA BAIXA

«Conimbriga», XXXI, 1992, p. 5-29

RESUMO: São divulgadas as condições de achado dos restos faunísticos provenientes dos níveis do Bronze Final dos povoados do Monte do Frade, dos Alegrios e da Moreirinha. A conjugação dos dados arqueológicos e dos elementos fornecidos pelo respectivo estudo arqueozoológico (Antunes, 1992) permite salientar as assinaláveis semelhanças entre os três povoados.

As características físicas dos restos faunísticos (extremamente fragmentados e calcinados) e a sua distribuição espacial (sobre ou junto de estruturas de combustão) indicam-nos que se trata de restos de animais consumidos pelo homem.

As espécies caracterizadas — cabra, boi, porco, todos domesticados, e coelho (domesticado ou não) — definem um quadro económico onde a actividade pastoril, com destaque para a cabra, teria desempenhado um papel fundamental. E de realçar a falta de indícios seguros de caça.

A presença de animais jovens ou subadultos sugere uma criação destinada à produção de carne, embora elementos de índole arqueológica (cincho, cossoiro, pesos de tear) apontem para a prática de outras actividades complementares do âmbito da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”.

SUMMARY: Information is given about the context in which the findings of faunal remains, from the Late Bronze Age levels, were found at the settlements of Monte do Frade, Alegrios and Moreirinha.

The conjunction between the archaeological data and the details supplied by the respective archaeozoological study (Antunes, 1992), makes it

possible to emphasize the remarkable resemblance between the three settlements.

The physical characteristics of the faunal remains (extremely fragmented and burned) and its spatial distribution (over or next to combustion structures), indicate that we are facing with remains of animals consumed by men.

The identified species — goat, cattle, pig, all domestic, and rabbit (either domesticated or wild) — define an economical picture where the pastoral activities, highlighting the goat, would have played a fundamental part. However, we must stress the lack of credible traces of hunting practices. The presence of young or semi-adult animals suggest that these were bred for meat production, although certain elements of an archaeological nature (strainer, spindle-whorls and loom-weights) indicate the practice of other complementary activities in the context of what is called “Secondary Products Revolution”.

INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS RESTOS FAUNÍSTICOS DE TRÊS POVOADOS DO BRONZE FINAL DA BEIRA BAIXA

1. Introdução

Nos últimos anos, a nossa investigação concentrou-se na escavação de quatro povoados do Bronze Final da Beira Interior, com vista ao estudo do povoamento daquela região durante a Idade do Bronze ⁽¹⁾. Em três desses povoados — Monte do Frade, Alegrios e Moreirinha — foram recolhidos restos de fauna cujo estudo, entretanto concluído, motivou a elaboração do artigo que ora se publica.

Este tem como objectivo principal dar a conhecer os contextos arqueológicos dos restos faunísticos provenientes daqueles povoados. O respectivo estudo arqueozoológico foi realizado pelo Prof. Doutor Miguel Telles Antunes que, em artigo autónomo desta mesma revista, divulga os dados possíveis proporcionados pelas faunas em apreço ⁽²⁾.

Como se sabe, são muitas as dificuldades e as limitações inerentes a um estudo sério desta natureza. Alguns dos problemas poderão ser minimizados com a divulgação integral dos contextos arqueológicos de onde são provenientes. A confrontação e articulação dos restos de animais com todos os outros dados recolhidos em cada um dos povoados integrarão as respectivas monografias cuja elaboração se encontra quase

Q Um primeiro balanço de conjunto sobre o povoamento da Beira Interior foi recentemente apresentado (VILAÇA, 1991b).

(2) Agradecemos ao Prof. Doutor Miguel Telles Antunes toda a disponibilidade e colaboração que nos dispensou, bem como a sua confiança ao aceitar estudar as faunas dos povoados que escavámos.

concluída. De momento, vamos apenas debruçar-nos sobre os contextos específicos e a distribuição espacial das diversas amostras.

Os três povoados em causa eram, até há poucos anos atrás, desconhecidos para a ciência arqueológica. Somente a Moreirinha havia sido referida, com brevidade e de forma superficial, como um sítio com muralhas lusitânicas e para o qual não se conheciam quaisquer materiais arqueológicos (VASCONCELOS, 1917, 304). A nossa intervenção neste povoado, iniciada em 1989, resultou de prospecções intencionais realizadas na região. Aliás, foi também na sequência de trabalhos prospectivos que localizámos o Monte do Frade ⁽³⁾. O interesse arqueológico deste sítio foi plenamente comprovado nas duas campanhas de escavações que nele realizámos em 1990 e 1991. O reconhecimento dos Alegrios como estação arqueológica decorreu do achado de diversos materiais, particularmente cerâmicas, provenientes de escavações clandestinas. Iniciámos a escavação deste povoado em 1986, tendo sido, entretanto, publicada uma primeira notícia dos resultados obtidos (VILAÇA, 1991 a) ⁽⁴⁾.

2. Breve enquadramento geológico e geográfico

A região onde se situam os povoados atrás referidos caracteriza-se, globalmente, pela presença de amplas áreas aplanadas ou ligeiramente ondeadas, onde emergem, de forma brusca e angulosa, alguns relevos residuais mais ou menos escarpados.

Esta área, conhecida por “Plataforma de Castelo Branco”, insere-se numa unidade mais vasta que, para sul e nascente, se prolonga pelos plainos alentejanos e estremenhos, estes já em território espanhol. Nos outros sentidos encontramos na linha do horizonte obstáculos orográficos de porte majestoso materializados pelas serras da Cordilheira Central e outras adjacentes: Malcata, Estrela, Gardunha e Moradal. É de salientar o contraste entre a zona plana e a área montanhosa. Trata-se, do ponto de

⁽³⁾ Grande parte das prospecções de campo que realizámos na Beira Interior e, concretamente, aquela a que nos estamos a referir, foram concretizadas com José Luís Cristovão, antigo aluno da variante de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cuja colaboração foi sempre preciosa e de grande valor.

⁽⁴⁾ As escavações destes povoados foram efectuadas com subsídios atribuídos pelo antigo Instituto Português do Património Cultural e pelas Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova e de Penamacor, entidades a quem agradecemos.

vista geográfico, de uma área integrada no Sul de Portugal (**RIBEIRO**, 1986,151; **RIBEIRO etalii**, 1987,135).

Os três povoados foram implantados nalguns dos relevos mais significativos e peculiares existentes na zona nordeste e raiana daquela plataforma (Est. I). Esses relevos, com excelentes condições naturais de defesa e de visibilidade, são conhecidos como “montes-ilhas” ou “inselberge” (**RIBEIRO etalii**, 1987,189 e 239).

O mais imponente é o “inselberge” geminado de Monsanto e Moreirinha, onde encontramos dois dos povoados em análise — Moreirinha e Alegrios —, os quais distam um do outro apenas cerca de 1.500 metros. O Monte do Frade situa-se noutro relevo mais setentrional, mas com idêntica origem, situado a cerca de 7 Km dos primeiros.

Estruturalmente, esta área encontra-se no compartimento superior da falha do Ponsul, principal acidente regional, com orientação no sentido nordeste-sudoeste (**FERREIRA**, 1981, 16). As cotas médias desta zona oscilam entre os 350 e os 400 metros. Uma significativa percentagem deste compartimento está ocupada com extensas manchas de granitos calco-alcalinos, em geral porfiróides ⁽⁵⁾.

Toda a área é bem drenada a nível da planície. Entre os múltiplos ribeiros afluentes e subafluentes do Ponsul, podemos destacar as ribeiras do Pinheiro, da Presa, de João Pires, da Monsatela e das Taliscas, esta última também designada por rio Torto, após se lhe juntarem as águas da ribeira de Medelim. Todos estes cursos fazem parte da bacia hidrográfica do Alto Tejo português.

Os terrenos ocupados pelas três estações arqueológicas possuem solos de permeabilidade mediana e muito erosionados. Integram-se na classe F (utilização não agrícola - florestal) e a sua acidez atinge valores muito elevados ⁽⁶⁾.

Nas plataformas onde foram realizadas as escavações, a cobertura vegetal é predominantemente arbustiva—giestas, fetos, estevas, codessos, etc. — embora também se encontrem alguns carvalhos e sobreiros.

⁽⁵⁾ Cfr. a “Carta Geológica de Portugal”, esc. 1/500.000, 1972, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

⁽⁶⁾ Cfr. a “Carta de Capacidade de Uso do Solo”, esc. 1/1.000.000,1982, Comissão Nacional do Ambiente e a “Carta de Aridez e Alcalinidade dos Solos”, esc. 1/1.000.000, 1979, Atlas do Ambiente.

Administrativamente, o Monte do Frade pertence à freguesia e concelho de Penamacor e tem as seguintes coordenadas geográficas ⁽⁷⁾:

Latitude - 4° 08' 18" N

Longitude - 1° 59' 58" E Lxa.

Os Alegóos e a Moreirinha pertencem à freguesia de Monsanto e concelho de Idanha-a-Nova; as suas coordenadas são, respectivamente ⁽⁸⁾:

Latitude - 40° 03' 58" N

Longitude - 2° 00' 13" E Lxa.

Latitude - 40° 04' 34" N

Longitude - 2° 01' 01" E Lxa.

As áreas escavadas que nos interessam directamente aqui correspondem às plataformas mais elevadas de cada um dos povoados. Por ordem decrescente encontramos em primeiro lugar a Moreirinha, com cerca de 679 m de altitude. Seguem-se-lhe os Alegóos, com cerca de 598 m, e o Monte do Frade, com cerca de 576 m ⁽⁹⁾.

3. Contextos e distribuição espacial dos restos faunísticos

3.1. *Monte do Frade*

Esta estação proporcionou 11 amostras correspondentes a cerca de 66 fragmentos (ANTUNES, 1992). A sua recolha foi realizada no sector I do povoado.

Neste sector identificaram-se estratigráfica e arqueologicamente dois momentos de ocupação, ambos inseríveis no Bronze Final. As amostras são provenientes das camadas 2 e 3, as quais se correlacionam com o momento de ocupação mais recente. No seio destas camadas foram

O Cfr. a "Carta Militar de Portugal", esc. 1/25.000, folhas 258,1973 e 248, 1971, Serviço Cartográfico do Exército.

⁽⁸⁾ Ver nota 7.

O Ver nota 7.

ainda definidos diversos estratos, ou níveis, com determinadas particularidades, designadamente os níveis com fauna, que nos interessam de forma específica ⁽¹⁰⁾.

As amostras em causa repartem-se por duas áreas distintas e cuja análise passamos a fazer.

Num primeiro grupo devemos incluir as amostras 1 a 5 de 1990 (Est. II). Estes fragmentos ósseos pertenciam aos quadrados A'1 e A'2 e definiam o estrato 2a, o qual se encontrava à profundidade de cerca de 40 cm. Os sedimentos que os envolviam apresentavam um tom rosa-alaranjado, que contrastava com o tom acastanhado da camada 2. Este estrato penetrava numa espécie de “bolsa” existente na camada 3. As amostras 4 e 5 vêm da base deste nível e estavam, por conseguinte, a uma maior profundidade, de cerca de 55 a 80 cm.

Os restos faunísticos chegaram-nos muito fragmentados, por vezes reduzidos a pequeníssimas esquirolas, e totalmente desarticulados entre si, como se tivessem sido ali despejados. Concentravam-se numa pequena área de cerca de 60-70 cm (Est. II — tracejado mais fino).

Nesta zona recolheram-se múltiplos fragmentos cerâmicos, cujas superfícies eram maioritariamente alaranjadas, e um punhal com pequena lingueta de bronze.

Este pequeno espaço estava parcialmente encravado entre afloramentos graníticos, um dos quais, a nordeste, possuindo uma “cova” insculturada. O lado setentrional foi, por sua vez, fechado com alguns blocos graníticos e seixos de quartzito, individualizando aquele estrato, dos restantes. Do lado meridional a indefinição era mais acen-tuada.

O contexto específico que acabamos de referir deverá ser relacionado com outras estruturas. Cerca de 50 cm para norte escavámos uma bolsa de terra saibrosa de tom acinzentado, com partículas de carvão (nível 3a). Do seu interior foi exumado um bracelete de bronze aberto, com forma ovalada. Para sudeste e, a cerca de 1,20 m do núcleo da fauna, encontravam-se os restos de uma estrutura de combustão que designámos por lareira 1. Trata-se de uma área de planta grosseiramente elíptica com 1,40 X 0,90 m, delimitada a nordeste por um enfiamento de pequenas pedras com perfil ligeiramente arqueado, *in situ*. Nesta mesma condição encon-

⁽¹⁰⁾ A análise integral e sistemática dos trabalhos de escavação, com a descrição e interpretação das respectivas camadas e restantes elementos, será oportunamente divulgada na monografia deste povoado.

trámos, também, um núcleo de placas de argila calcinada, em conexão. Em todo o espaço interior desenvolvia-se um fino estrato de terra de textura arenosa e elevada compactidade, de tom rosa-amarelado.

Na escavação e desmontagem desta estrutura foram recolhidos diversos fragmentos cerâmicos e duas hastes metálicas, uma das quais arqueada. Na construção do múrete da lareira 1 foram utilizados alguns dormentes. Da periferia sudoeste possuímos, ainda, um outro dormente e uma ponta de seta com corpo triangular, pedúnculo central e aletas.

Toda esta área que referimos, com estruturas e grande concentração de artefactos (Est. II — tracejado mais largo) e de ecofactos (tracejado mais fino) deverá testemunhar o que resta de um solo de *habitat*, no qual se desenvolveram determinadas actividades domésticas.

Num segundo grupo incluímos as amostras 1 a 6 de 1991 (Est. III). São provenientes dos quadrados DE e EI'. O seu contexto articula-se directamente com uma outra estrutura de combustão, que designámos por lareira 3. Esta estrutura foi definida a partir de uma mancha tendencialmente circular, de tom rosa-amarelado, muito compacta, detectada na base da camada 2. Junto encontravam-se diversos núcleos de carvões ⁽ⁿ⁾. Aqueles sedimentos desenvolviam-se por uma espessura máxima de cerca de 34 cm, até ao substrato rochoso. A este nível, a lareira era composta por pequenas pedras graníticas dispostas em arco de círculo, ocupando uma área de cerca de 0,85/0,90 x lm. Pelo lado sul, este arco interrompia-se e existia aqui um lastro de argila endurecida pelo fogo, fragmentado em pequenas placas encaixadas umas nas outras.

A escavação e desmontagem desta lareira foi feita por níveis sucessivos artificiais de cerca de 5-8 cm cada (Est. IV).

Os primeiros vestígios de fauna, representados pelas amostras 1 a 3, surgiram quando se procedia à 2- decapagem e a uma profundidade de cerca de 65 cm em relação ao solo actual. Estes exemplares, aliás como os restantes, estavam muitíssimo fragmentados e concentravam-se numa pequena área entre pedras e fragmentos cerâmicos esmagados, em conexão. A sua posição era periférica em relação à área central da estrutura. Os sedimentos que envolviam aquelas amostras (nível 4c da estratigrafia interna) possuíam textura muito fina e tom amarelado, por vezes com pequenas manchas a tender para o alaranjado.

(¹ ¹) Os carvões recolhidos nos povoados que escavámos foram entregues para análise antracológica, de que se aguarda o resultado.

As amostras de ossos 2,4,5 e 6, inseridas em sedimentos da mesma natureza, surgiram durante a 3- decaapagem. A espessura deste nível oscilava entre os 6 e os 13 cm. As peças integradas nas duas primeiras amostras estavam muito disseminadas por uma área com mais de 1 m de extensão e acompanhando exteriormente as pedras que definiam o arco de círculo da estrutura. As outras duas amostras encontravam-se mais concentradas e na mesma zona das amostras 1 e 3, portanto, muito próximo da argila calcinada.

A área entre esta estrutura e os penedos existentes a sul continha uma significativa densidade e diversidade de materiais arqueológicos: cerâmicas com fabricos e formas heterogéneos, pesos de tear ou de rede sobre seixos e algumas peças metálicas, de que destacamos um punhal, uma pinça e um “tranchet”.

Em conclusão, a fauna conservada correlacionava-se directamente com estruturas de combustão, na periferia das quais tiveram lugar determinadas actividades de cariz doméstico.

3.2 .*Alegrios*

Nesta estação arqueológica foram recolhidas **24** amostras de fauna equivalentes a **757** fragmentos ósseos (ANTUNES, 1992). A esmagadora maioria é proveniente do sector I do povoado, pois apenas duas foram exumadas numa outra plataforma identificada por sector IX.

Os dados provenientes da escavação que realizámos no sector I permitiram-nos definir um único momento global de ocupação inserível no Bronze Final. A camada 2, de onde vêm alguns dos ossos, foi interpretada como uma camada de abandono e caracterizava-se por uma grande riqueza de materiais arqueológicos.

A camada 3, subjacente àquela, e apenas detectada em algumas zonas, desenvolvia-se directamente sobre o saibro de base. Nela conservaram-se, *in situ*, testemunhos da ocupação; aí recolhemos as restantes amostras ⁽¹²⁾.

Espacialmente, as amostras distribuíam-se por duas áreas independentes.

As amostras 1, 2 e 3 de 1986 encontravam-se isoladas. A primeira foi recolhida sob as pedras de um pequeno múrete, sem associações artefactuais ou de estruturas muito expressivas. As duas outras, não

(12) Ver nota 10.

obstante o seu isolamento, poderão, eventualmente, ser correlativas de duas estruturas de combustão próximas.

As restantes amostras, que constituem, aliás, o grosso do espólio faunístico deste povoado, apareceram numa área bem definida e num contexto de assinalável significado (Est. V). Os sedimentos que as envolviam eram compactos, de tom alaranjado (estrato 3a) e com a espessura de cerca de 18 cm; os primeiros vestígios surgiram à profundidade de cerca de 21 cm e, os mais profundos, a cerca de 38 cm em relação ao topo do solo. As várias dezenas de fragmentos distribuíam-se por uma área grosseiramente circular, com cerca de 2 x 1,60 m. Em alguns pontos a concentração era maior, nomeadamente entre as raízes de um carvalho, as quais perturbaram, aí, o nível arqueológico.

Todo este espaço está intimamente relacionado com uma estrutura de combustão, na periferia sudeste da qual se exumaram igualmente abundantes artefactos e alguns carvões. Daqueles destacamos um movente e um dormente, cerâmicas diversas, uma ponta de seta, um escopro, um prego, etc., estes últimos de bronze.

A lareira 5, como foi designada aquela estrutura, encontrava-se num adiantado estado de destruição, não tendo sido possível definir, com rigor, a sua planta. A área que ocupava foi identificada a partir da tonalidade rosa-alaranjada dos sedimentos e do próprio saibro, sobre o qual foi directamente construída. Na sua construção teriam sido utilizadas pequenas pedras e fragmentos cerâmicos, que ainda possuíam aderentes torrões de terra, além da argila calcinada. Desta, apenas se conservaram pequenos pedaços isolados e sem conexão que iam surgindo à medida que se decapava. Sublinhe-se, ainda, que esta lareira foi construída junto a um afloramento granítico em forma de pala, portanto em local bem protegido onde apenas se poderia estar sentado ou agachado.

Concluindo, este conjunto, parcialmente delimitado por afloramentos graníticos, corresponde a um antigo solo de *habitat* polarizado por uma estrutura de combustão.

No sector IX, os elementos faunísticos eram bem mais escassos. Aqui foi igualmente definida uma fase atribuível ao Bronze Final, correspondente às camadas 2 e 3.

As duas amostras deste sector surgiram isoladas. A amostra 1 de 1990 foi recolhida próximo de uma estrutura de pedra com planta semicircular, que interpretamos como o soco de uma cabana. A outra amostra deverá relacionar-se, pela sua proximidade, com uma lareira que, por sua vez, pertencia ao espaço doméstico daquela cabana.

Pela sua insignificância numérica, não podemos tirar ilacções conclusivas, mas apenas constatar a sua inequívoca proximidade de um espaço doméstico.

3.3. *Moreirinha*

Neste povoado foram exumadas 22 amostras reunindo cerca de 298 peças ósseas (ANTUNES, 1992).

A estratigrafia, as estruturas e os materiais desta estação permitiram definir uma única fase global de ocupação atribuível à transição do Bronze Final para o Ferro Inicial. A essa ocupação correspondem as camadas 2 e 3 e ainda um nível de abandono, com diversas perturbações, representado pela camada 1 ⁽¹³⁾.

Contrariamente ao verificado nos outros povoados, a fauna da Moreirinha distribuía-se por diversas áreas e pelas três camadas referidas. A tónica dominante é, por conseguinte, uma assinalável dispersão a nível espacial e estratigráfico. Por outro lado, também não foram detectados níveis ou estratos com características particulares (cor, textura, compactidade, etc.) a envolver os fragmentos ósseos, o que ocorria com a maioria das amostras já referidas.

No entanto, neste quadro geral, podemos distinguir três situações de pormenor (Est. VI e VII).

As amostras 3 de 1989, 1, 5, 6 e 9 de 1990 e 2 de 1992 encontravam-se isoladas, entre diversas pedras, designadamente de derrubes, e de forma completamente aleatória.

As amostras 3, 7 e 8 de 1990 e 3 e 5 de 1992 surgiram, aparentemente, numa situação algo similar à precedente. Contudo, e não obstante a sua relativa dispersão e isolamento em relação a estruturas definidas, estas amostras encontravam-se numa área com uma particular concentração de materiais arqueológicos cerâmicos, líticos e metálicos. Entre eles contam-se, por exemplo, fragmentos de um molde, de um bracelete e de uma lâmina de serra em ferro. Trata-se de uma área onde se detectaram ainda múltiplos carvões, dispersos ou concentrados, parcialmente conservados no estrato 2a (Est. VI e VII — tracejado). Esta zona, quando aberta para sul, poderá vir a explicitar melhor o motivo da presença das amostras em causa.

(¹³) Ver nota 10.

Já as amostras 1 e 2 de 1989, 2 e 4 de 1990 e 1, 4, 6, 7, 8 e 9 de 1992 apresentam uma dispersão mais racional, ainda que algumas delas (2 de 1990, 7 e 9 de 1992, por exemplo) tenham sido recolhidas em níveis manifestamente perturbados.

Com excepção das amostras 1 e 2 de 1989, todas as outras se distribuíam na periferia e entre diversas estruturas habitacionais — duas lareiras e um piso — ocupando uma área tendencialmente semicircular e com uma extensão superior a 2 m. Neste mesmo espaço registou-se ainda uma grande quantidade de material cerâmico e metálico.

As amostras 1 e 2 de 1989 formam um outro núcleo frontal àquelas e parecem directamente associadas à lareira 2.

Esta lareira correspondia, na realidade, a duas sobrepostas, construídas segundo a mesma técnica. A mais antiga conservava uma coroa de pedras que delimitava uma placa de argila com cerca de 37 x 40 cm, a qual, por sua vez, assentava sobre um lastro de fragmentos cerâmicos. Da lareira sobreposta restavam algumas placas de argila.

Era este também o estado da lareira 1, identificada pela presença de fragmentos de argila submetida a fogo e dispersos por uma área de cerca de 52 cm. Esta lareira associava-se a um empedrado.

Na zona mais ocidental deste espaço, os habitantes da Moreirinha construíram ainda um piso com pequenos seixos com o objectivo de nivelar a depressão existente entre duas extensas lajes graníticas, as quais, nesta ordem de ideias, também teriam servido de piso ou de solo.

A este terceiro conjunto de amostras associavam-se múltiplos materiais arqueológicos, de que destacamos recipientes de formas e fabricos diversos, de uso colectivo e individual, e artefactos metálicos de bronze e de ferro, tais como lâminas de punhal e de faca, um escopro, argolas, etc.

Note-se, por fim, que todo este espaço correspondia a uma área interior, delimitada a este e a sudeste por um muro de perfil sinuoso. Este último conjunto de amostras parece, pois, inserir-se no que resta de um solo de *habitat* onde decorreram actividades relacionadas com a vida diária da comunidade aqui instalada.

4. Os restos faunísticos do Bronze Final da Beira Baixa

Nas páginas que deixámos para trás encontrámos situações genericamente comuns, mas com alguns aspectos de pormenor distintos, quer no que respeita à quantidade de fragmentos, quer na respectiva distribuição espacial, o que poderá traduzir realidades igualmente distintas. Antes de as confrontarmos e acedermos ao seu possível significado, importa analisar as condições em que as faunas nos chegaram, o seu estado de conservação e as respectivas condições de colheita. E convirá também ter presente os objectivos e as limitações que o estudo das faunas normalmente envolve.

Para além do interesse estritamente zoológico do estudo das faunas antigas, o seu conhecimento interessa na medida em que nos permite alcançar informações sobre as relações dos animais com os grupos humanos, bem como sobre os padrões de adaptação espacial e temporal dos primeiros. Estas duas vertentes contribuem para a reconstrução dos paleoambientes e das paleoeconomias, objectivos últimos que têm dominado o espírito dos investigadores. Mas o seu estudo também nos interessa do ponto de vista técnico, informando-nos, por exemplo, sobre as técnicas de esartejamento, ou ainda possibilitando a determinação de cronologias absolutas.

Alguns autores têm, contudo, chamado a atenção para o facto de as faunas provenientes das jazidas arqueológicas não reflectirem apenas as actividades humanas, mas também as de outros animais e as dos próprios efeitos dos processos naturais de destruição (SCHIFFER, 1972; PAYNE, 1972, 68). Quer isto dizer que, entre o momento em que o animal estava vivo e o momento em que temos em laboratório ou gabinete uma colecção para estudo, desenvolveu-se uma cadeia de processos naturais e culturais transformadores.

As condições de deposição dos ossos (e de todos os outros restos arqueológicos) são particularmente importantes, na medida em que o arqueólogo nem sempre as consegue controlar na sua totalidade. O dinamismo dos solos arqueológicos envolve uma série de diversificados e complexos processos de natureza física, química, biológica, pedológica e cultural, muito difíceis de detectar, que modificam as camadas e contribuem para a degeneração dos artefactos e dos ecofactos (SHACKLEY, 1981; BUTZER, 1989, 74-76; COURTY *et alii*, 1989, 138).

Tendo presente os aspectos referidos, passemos à análise das condições de jazida das nossas faunas.

As amostras dos três povoados escavados chegaram-nos, sob o ponto de vista físico, num acentuado estado de fragmentação e de destruição. Provam-no, por exemplo, os cerca de 74% de fragmentos não identificados, ou a presença de dentes reduzidos ao esmalte ⁽¹⁴⁾.

Pela natureza dos respectivos contextos, atribuímos a excessiva fragmentação dos ossos ao facto de serem restos alimentares. A generalidade das fracturas e a sua desarticulação foram, por conseguinte, intencionais e resultaram da descarnação e possível consumo da medula. Mas também é admissível que algumas fracturas tenham ocorrido já durante o processo pós-deposicional, provocadas pela acção de microorganismos ou pela perturbação de raízes, como aconteceu, em concreto, com as amostras 1 e 3 de 1988 e 2,3,4 e 5 de 1989 dos Alegrios. Reconhecemos igualmente que algumas fracturas ocorreram na altura do levantamento das amostras, em virtude da pronunciada fragilidade e debilidade das mesmas ⁽¹⁵⁾.

Uma outra característica dos restos de fauna que recolhemos manifesta-se na grande proporção de ossos calcinados (ANTUNES, 1992). Este aspecto é perfeitamente explicável pelos contextos de onde são provenientes quase todas as amostras: como vimos, foram recolhidas junto das estruturas de combustão.

Embora seja discutível, a sua calcinação poderá ser responsável pelo endurecimento e pela conservação do tecido ósseo, não obstante a acidez elevada dos solos de onde são provenientes (com classes de pH oscilando entre 4,6 e 5,5) ⁽¹⁶⁾.

No seu estudo, Telles Antunes analisa as transformações dos fragmentos ósseos como resultado da sua exposição ao fogo: inicialmente apresentam um aspecto esbranquiçado, depois acinzentado e, final-

⁽¹⁴⁾ Cfr. o estudo do Prof. Doutor Miguel Telles Antunes publicado neste mesmo volume.

⁽¹⁵⁾ A colheita das amostras foi feita a partir de sucessivas decapagens dos sedimentos arqueológicos. Simultaneamente, foram recolhidas algumas amostras de sedimentos para controlo. Em laboratório, e com a ajuda do nosso colega Dr. António Campar, do Instituto de Estudos Geográficos, a quem agradecemos a colaboração, procedemos à lavagem e à peneiração dos sedimentos. Após a lavagem e posterior secagem em estufa, os sedimentos foram peneirados, por meio de um agitador, em malhas de 4, 2 e 1 milímetros.

⁽¹⁶⁾ Cfr. a “Carta de Acidez e Alcalinidade dos Solos” atrás referida.

mente, azulado (ANTUNES, 1992). Outros estudos debruçam-se sobre as temperaturas em que essas alterações ocorrem. Após a eliminação da maior parte das matérias orgânicas, o que se verifica por volta dos 300° C, ocorrem alterações na cor dos ossos. O osso vai ganhando, progressivamente, um tom acastanhado, primeiro nos bordos e, quando se atingem temperaturas de 400°-500° C, ou 600°, segundo outros, torna-se completamente castanho. A partir destas temperaturas operam-se fortes transformações minerais e a tonalidade do osso começa a ficar acinzentada e azul até que, a partir dos 650°-700° C, fica completamente branco (WATTEZ, 1988,361; PERLÉS, 1977,8; COURTY *et alii*, 1989,109-110). Podemos, por conseguinte, estimar as temperaturas atingidas nas lareiras.

Um outro aspecto particular às colecções em causa é a presença de alguns fragmentos com marcas de corte e de mordidelas (ANTUNES, 1992). Se as primeiras vêm em abono da interpretação de que as faunas são restos alimentares, as segundas sugerem a possível existência de cães, de que, no entanto, não foram encontrados restos nos povoados estudados. Telles Antunes interpretou algumas das marcas como tendo sido feitas com instrumentos cortantes com lâmina. Esta observação concorda com os outros achados arqueológicos. Os instrumentos de corte provenientes das nossas jazidas — lâminas de faca e de punhal — surgiram frequentemente associados aos restos ósseos e não possuímos qualquer instrumento lítico com aquela funcionalidade.

Um outro dado apresentado é o de que a repartição dos ossos por segmentos anatómicos não é aleatória, predominando as peças do esqueleto apendicular (ANTUNES, 1992). Telles Antunes coloca como hipótese explicativa para a raridade das partes mais nobres (cabeça e costelas) a possibilidade de estas terem sido consumidas num outro local por indivíduos com posição social superior. Apesar de se conhecerem diversos elementos que comprovam a existência de uma hierarquização social no Bronze Final, aquela hipótese não pode ser comprovada com os elementos de que dispomos. No campo das hipóteses, seria igualmente legítimo pensar que as partes em falta não eram usualmente consumidas pela comunidade, ou eram destinadas a banquetes cerimoniais ou fúnebres, não se encontrando, necessariamente, nos locais de habitação.

Uma das principais conclusões do estudo arqueozoológico das nossas amostras é a de que estamos essencialmente perante populações de animais domésticos: *Sus domesticus* (porco), *Capra hircus* (cabra),

Bos taurus (boi) e *Oryctolagus cuniculus* (coelho, domesticado ou não) (ANTUNES, 1992).

Não podemos, porém, face às limitações dos dados disponíveis, utilizá-los como indicadores paleoambientais. Alguns autores entendem que as espécies de maior porte revelam uma grande capacidade de adaptação a diferentes ambientes (MORALES MUÑIZ, 1990,267). Outros consideram que, sendo as espécies domesticadas resultantes de uma selecção feita pelo homem, não reflectem, por conseguinte, as características do ambiente (RENFREW e BAHN, 1991,218). Estas apreciações não devem, porém, ser aceites em absoluto. Lembremo-nos, por exemplo, de que na Europa setentrional há regiões onde se verificou uma “selecção intencional” da rena, com significado paleoambiental nítido (JARMAN, 1976).

A confrontação dos tipos e natureza dos animais identificados, as condições de conservação em que nos chegaram e os contextos particulares e gerais em que se inseriam autorizam-nos a interpretar aqueles restos faunísticos como testemunhos de animais consumidos na alimentação e, eventualmente, também utilizados para outros fins. A este propósito e, do ponto de vista económico, convém lembrar que os restos animais não correspondem, exclusivamente, a uma determinada quantidade de carne consumida. Além desta, que poderia ter constituído o objectivo mais imediato, há todo um leque de potenciais elementos justificativos da criação de animais. A bibliografia arqueológica identifica-os como “produtos secundários” (SHERRATT, 1983; HARRISON e MORENO LOPEZ, 1985). Entre eles podemos distinguir o consumo de leite, directo ou para transformação em queijo ou outros produtos, a utilização das peles e da lã, o afeiçoamento de determinados ossos e dos tendões para utensílios, a exploração dos animais como força de trabalho ou de transporte. Nos povoados em análise parece-nos evidente que a morte dos animais obedeceu à obtenção de diversos recursos. Para além da época a que nos referimos, altura em que a “Revolução dos Produtos Secundários” estaria já numa adiantada fase (iniciada no IV milénio a.C.), a presença de determinada categoria de artefactos enquadra-se bem neste quadro económico. Referimo-nos, por exemplo, aos pesos, eventualmente de tear, presentes nos três povoados, ao cossoiro dos Alegrios ou ao cincho do Monte do Frade.

Mas a presença de indivíduos jovens ou subadultos adverte-nos para uma muito possível exploração dedicada prioritariamente (?) à obtenção de carne.

É também significativa a dispersão e distribuição preferencial dos restos faunísticos na periferia de estruturas de combustão. A sua presença poderá sugerir que, além de consumidas, também seriam confeccionadas no mesmo local. Desconhecemos o sítio preciso onde teria lugar a preparação (esquartejamento, esfola, etc.) dos animais, mas é crível, embora não o possamos demonstrar, que seria nos próprios povoados. Aliás, são estas as características essenciais apontadas por Butzer ao distinguir os sítios de habitação dos sítios específicos de matança ou de processamento da desarticulação e esquartejamento (BUTZER, 1989, 187). Nos primeiros, os ossos surgem muito fragmentados e dispersos e com uma diversidade de espécies relativamente alta, enquanto que nos segundos abundam as articulações, com fragmentação e dispersão limitadas e escassa diversidade de espécies; na terceira situação encontraríamos características intermédias.

Um outro dado de inegável importância é a constância, nos três povoados, da associação dos restos ósseos a estruturas de combustão. Foi mesmo possível, como vimos, definir restos de solos de habitat na periferia daquelas estruturas.

Nestes contextos foi ainda possível distinguir duas situações. Por exemplo, as amostras 1, 2, 3, 4 e 5 de 1990 do Monte do Frade concentravam-se num estrato que poderia ser classificado como lixeira, pois parece-nos que elas traduzem uma acção intencional de despejar ou verter num sítio concreto restos desnecessários. Esta situação poderá ilustrar aquilo que Schiffer designa de “resíduos secundários”, os quais nos surgem em locais distintos dos seus locais originais de uso (SCHIFFER, 1972, 161). Já as amostras 1,2,3,4,5 e 6 de 1991 do mesmo povoado ou as amostras 1 a 7 de 1988 e 1 a 11 de 1989 dos Alegrios ou até mesmo as amostras 2,4 e 5 de 1990 e 1,4,6,7,8 e 9 de 1992 da Moreirinha parecem ter resultado do deixar cair ou do atirar para perto os restos da alimentação consumida.

Com base em numerosos trabalhos e registos de cariz etnográfico, Binford distingue três modelos de deposição dos restos ósseos em contextos domésticos (BINFORD, 1988, 164-165). Num primeiro caso encontramos aquilo a que ele chama uma “zona drop” ou “zona de queda”, caracterizada pela concentração dos ossos à volta da lareira, consumidos e abandonados *in situ*. Num segundo caso os ossos são atirados pelos indivíduos, designadamente os ossos maiores, os quais vão definir uma “zona toss” ou “zona de arremesso”. A terceira situação consiste em atirar em massa um conjunto de ossos, numa lixeira, por

exemplo. Com todas as cautelas inerentes a analogias desta natureza, poderíamos, a título hipotético, incluir as amostras 1 a 5 de 1990 do Monte do Frade neste terceiro modelo. Por outro lado, as amostras dos Alegrios aproximam-se mais do que se entende por uma “zona drop”.

A distribuição espacial dos restos ósseos à volta daslareiras poderá ainda fornecer elementos sugestivos sobre a distribuição dos grupos humanos e das suas actividades junto àslareiras (BINFORD, 1988,160). Para que vários indivíduos usufruam da lareira e possam trabalhar ou, simplesmente, estar, necessitam de se colocar em círculo. A identificação do local onde se sentaram os habitantes parece-nos, porém, um exercício muito mais difícil e dúbio, tanto quanto ambicioso.

As lareiras ⁽¹⁷⁾, independentemente dos múltiplos usos e motivos da sua utilização — confecção de alimentos, iluminação, aquecimento, actividades tecnológicas, eventual comunicação entre povoados através do fumo, etc. — parecem também ter jogado um importante papel social. Elas constituem uma marca constante e muito frequente dos espaços domésticos que escavámos. Deveremos, pois, interpretá-las, para além do seu uso funcional, como verdadeiros polos aglutinadores de actividades específicas ou complexas da vida familiar. Pelas suas características físicas e papel social, os seus centros encontram-se na periferia onde se criariam os espaços necessários para o desenrolar de actividades e convivência social.

Como assinalam diversos investigadores, um dos maiores obstáculos que encontramos no estudo dos restos faunísticos decorre da raridade ou mesmo inexistência de colecções comparáveis. Com efeito, são escassas as tradições de estudos faunísticos a nível peninsular, já porque o achado de fragmentos ósseos nas escavações constitui uma excepção, já porque eram muitas vezes deitados para o lixo. Prova disso é a referência à existência de fauna nesta ou naquela estação sem quaisquer outros dados de natureza quantitativa ou identificadora.

Para certas estações peninsulares de diversos períodos, os estudos mais completos e/ou pioneiros são devidos a investigadores alemães. Para estações globalmente contemporâneas das nossas, os elementos

⁽¹⁷⁾ Nos casos em análise preferimos o termo “lareira” ao de “testemunhos de combustão” no sentido que lhe é dado por Taborin, uma vez que envolvem conotações espaciais muito concretas, quer no que respeita à estrutura em si, quer no espaço definido pelos testemunhos a elas associados (TABORIN, 1989).

comparativos são muito mais raros. E, infelizmente, são ainda mais escassas as referências aos respectivos contextos.

Apesar destas omissões, vejamos o que é possível registar de comum ou de diferente entre as faunas dos nossos povoados e as de outras estações contemporâneas, em particular da área mais ocidental da Península.

De momento, na nossa área de estudo não existem quaisquer elementos de comparação disponíveis ⁽¹⁸⁾. A identificação e quantificação das faunas exumadas em níveis do Bronze Final do Castelo Velho do Caratão (Mação), cujo achado foi publicamente divulgado, não foram ainda publicadas (BÜBNER e PEREIRA, 1988).

Na Beira Alta foi recentemente identificada a presença de ovicaprinos, *Cervus*, *Sus* e *Canis* em níveis intermédios entre a ocupação calcolítica e a do Bronze Final do Buraco da Moura (Seia), mas ignoramos, por ora, as suas quantidades (SENNA MARTINEZ, 1992).

Para povoados do Norte de Portugal com níveis do Bronze Final dispomos de mais alguns elementos. No Coto da Pena (Caminha) foram recolhidos, em associação com moluscos e com sementes de *Vicia faba*, vestígios (não quantificados) de *Bos*, *Ovis*, *Capra*, *Equus*, *Cervus* e *Sus* (SILVA, 1986, 34 e 35 - nota 187). O nível em que se inseriam foi datado de meados do séc. IX a. C.

Para o Sul de Portugal o panorama não é substancialmente diferente, pois os dados são demasiado imprecisos. Sabemos da existência de alguns ossos, provavelmente de bovídeo, associados a uma lareira do povoado da Coroa do Frade (Évora) (ARNAUD, 1979, 62) e do achado de fauna mamalógica doméstica (bovídeos e, em curso de estudo, ovicaprinos) na jazida de Pontes de Marchil (Faro) (GOMES, 1992, 110) ⁽¹⁹⁾.

Possuímos ainda outras informações, mas de contextos sepulcrais. No célebre monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) entre os espólios funerários encontravam-se ossos de animais correspondentes a,

⁽¹⁸⁾ Os únicos dados, indirectos, a nível regional, encontram-se nas gravuras da Arte do Vale do Tejo, com a presença de cervídeos, equídeos, canídeos, caprídeos, etc., mas atribuídos a períodos anteriores àquele que ora nos interessa. O único animal correlacionado com o Bronze Final, período que, como se sabe, nem todos os especialistas aceitam estar representado naquele complexo artístico, é a serpente (cfr. GOMES, 1983).

⁽¹⁹⁾ Agradecemos as informações complementares ao Arqt.^o Mário Varela Gomes, bem como a autorização de as utilizarmos neste trabalho.

pelo menos, duas cabras e dois carneiros (**SPINDLER et alii**, 1973-1974, 122-123). Os ossos encontravam-se aos pés dos dois esqueletos da sepultura, mais próximos da sepultura 1 e foram interpretados como restos de refeições rituais. Na publicação, aliás exemplar, da necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura) também é referida a presença de bovídeos e de um ovicaprino (além de fauna malacológica) interpretados como restos de refeições de carácter ritual, constituindo oferendas consumidas durante as cerimónias fúnebres (**GOMES et alii**, 1986, 89).

Noutros povoados, já em território espanhol, também foram encontrados restos de animais, para alguns dos quais existem estudos mais completos. Por exemplo, foi registada a presença de *Capra*, de *Bos*, de *Cervus* e de *Sus scrofa* numa das cabanas do Cerro del Berrueco (Salamanca) (**MALUQUER DE MOTES**, 1958, 44-46). Na jazida de San Pelayo (Salamanca) também foi recuperada fauna dos níveis do Bronze Final, ainda em estudo (**BENET**, 1990, 85). Em Ecce Homo (Madrid) predominava a fauna domesticada com primazia para os ovicaprinos (**ALMAGRO GORBEA e FERNANDEZ-GALIANO**, 1980, 117, 126-128). No Cerro de San Antonio (Madrid), também dominavam as espécies domésticas (**BLASCO BOSQUED et alii**, 1988, 150). No Alto de la Cruz (Cortes de Navarra) predominavam igualmente os animais domésticos, com *Bos taurus*, *Equus caballus*, *Capra hircus*, *Ovis aries* e *Sus domesticus* (**NADAL LORENZO**, 1990, 194). Quadros semelhantes foram registados na Cuesta del Negro (Granada), em Los Saladeres (Alicante), no Castillo de Henayo (Alava), etc. Refiram-se ainda, embora para a época imediatamente seguinte — Ferro Inicial — os dados provenientes de Medellin (Badajoz). A alimentação neste povoado baseava-se na vaca, nos ovicaprinos (talvez com predomínio de ovelha) e nos porcos; a caça, especialmente do veado, seria uma actividade complementar. Os ossos foram encontrados numa lixeira (**ALMAGRO GORBEA**, 1977, 108, 472 e 513-519).

Em função dos dados expostos, muito limitados e incompletos, podemos afirmar que as faunas dos nossos povoados se enquadram no cenário geral das faunas do Bronze Final: verifica-se o predomínio absoluto ou relativo das espécies domesticadas, com lugar de destaque para os ovicaprinos, bovídeos e suídeos. Quando são indicados, os contextos relacionam-se com aqueles que encontramos nos nossos povoados — lareiras ou áreas mais imediatas e lixeiras. A origem dos restos ósseos destes povoados, não obstante as múltiplas hipóteses normalmente apontadas (**PAYNE**, 1972, 68; **SHACKLEY**, 1981, 171), é correlacionável

com animais mortos e consumidos pelo homem. É interessante verificar que, para os casos funerários apontados, as espécies consumidas como provável refeição cerimonial são as representadas nos povoados coevos. Também significativo é o facto de, em épocas ulteriores, e para a área centro-norte de Portugal, serem essas as espécies escolhidas para a celebração de sacrifícios que conhecemos através de fontes literárias e de testemunhos arqueológicos ⁽²⁰⁾.

Entre as nossas amostras não foi reconhecida a existência directa do cão ou de equídeos. A sua ausência não deve ser explicada por perda de material durante a deposição em jazida ou aquando da escavação. Muito possivelmente, não os encontramos porque os habitantes dos nossos povoados não os consumiam. A ideia de que estas espécies não serviam de alimentação pelo seu estatuto específico — mais companheiros do que fonte alimentar — é, porém, desmentida em determinados casos. A abundância de restos de cavalos ou a presença de marcas de cortes em ossos desta espécie em Los Tolmos (Soria) e na Cuesta del Negro (Granada) foram interpretados como provas do consumo do cavalo (JIMENO MARTÍNEZ, 1984, 323; HARRISON e MORENO, 1985, 76). Noutras estações o consumo de cães também parece ter sido um facto, juntamente com o cavalo (FRIESCH, 1987,127; 1990,12).

Mas possuímos elementos indirectos da presença destas espécies nos povoados da Beira Baixa. As marcas de mordidelas presentes em algumas amostras podem ser atribuídas a canídeos (ANTUNES, 1992) que coabitavam com o homem, eventualmente como guardadores de rebanhos, e que se alimentavam dos seus restos. A presença, ou melhor, o domínio do cavalo, poderá ser tida como provável, pelo menos na Moreirinha, se interpretarmos como elementos de arreios — explicação dada pela maioria dos investigadores a peças similares—as 17 argolinhas de bronze encontradas j untas e algumas ainda interligadas por pequeninos anéis, bem como a peça de bronze designada por “botão” (de que também existe um exemplar nos Alegrios).

Concluindo, podemos inferir que as populações do Bronze Final da Beira Baixa baseavam a sua alimentação proteica nas espécies domesti-

⁽²⁰⁾ Sobre este assunto vejaírf-se os elementos reunidos por Armando Coelho (SILVA, 1986, 294) e por Ana Martín Bravo (MARTÍN BRAVO, 1991).

cadavres clássicas, com destaque para a cabra, certamente completada com frutos, tubérculos, bolotas e cereais (cevada) ⁽²¹⁾.

Neste quadro económico de base agro-pastoril é de realçar a falta de indícios seguros de caça, actividade esta que, todavia, deveria ter desempenhado, na época, um papel social (também económico?) de destaque, conforme sugere a cena da “estela-menir” de S. Martinho (Castelo Branco).

Coimbra, Março de 1993.

BIBLIOGRAFIA

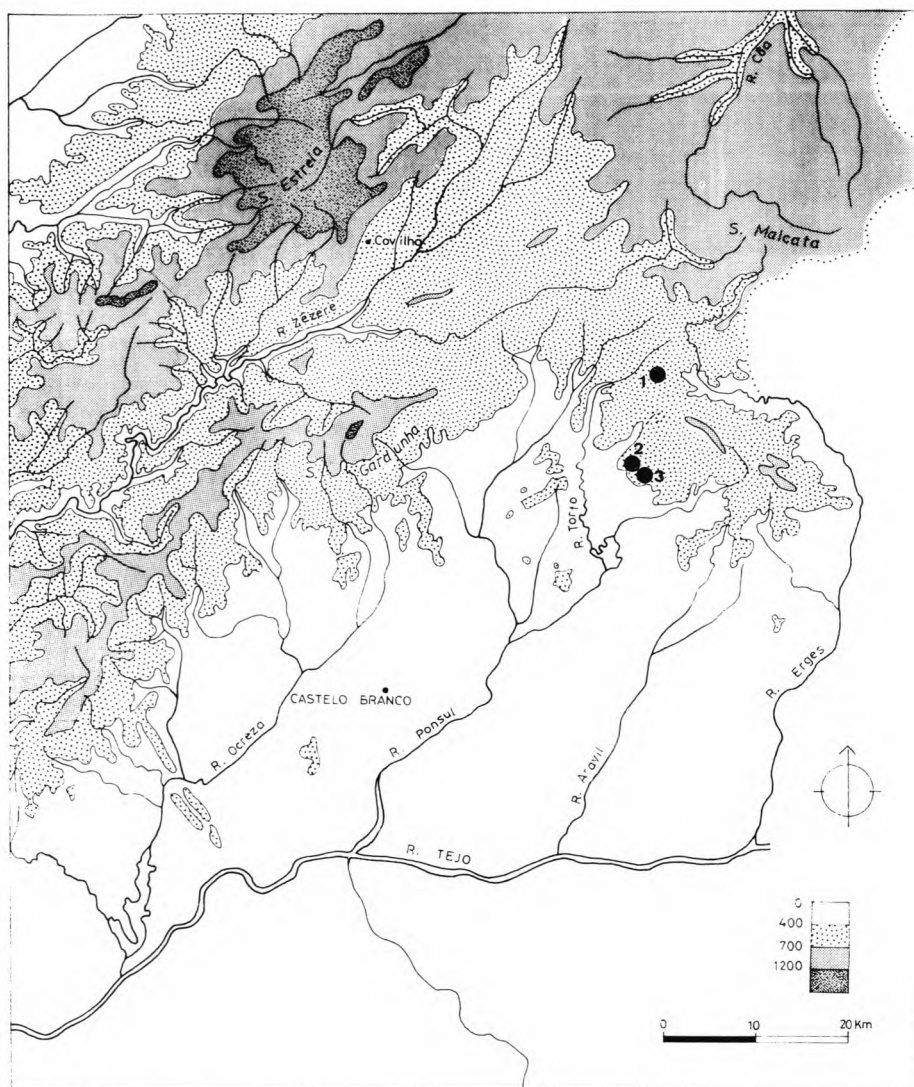
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977), *El Bronce Final y el periodo orientalizante en Extremadura*, Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, vol. XIV.
- ALMAGRO GORBEA, M. e FERNANDEZ-GALIANO, D. (1980), *Excavaciones en el Cerro Ecce Homo (Alcalá de Henares, Madrid)*, Madrid, Arqueologia 2.
- ANTUNES, M. T. (1992), *Povoados do Bronze Final da Beira Baixa - Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade: elementos arqueozoológicos*, “Conimbriga”, 31,31-38.
- ARNAUD, J. M. (1979), *Coroa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora - escavações de 1971/1972*, “Madrider Mitteilungen”, 20,56-100.
- AUDOUZE, F. (1989), *Foyers et structures de combustion domestiques aux âges des métaux*, in OLIVE e TABORIN, 77-80.
- AUDOUZE, F. e BUCHSENSCHUTZ, O. (1989), *Villes, Villages et Campagnes de l'Europe Celtique*, Hachette, Bibliothèque d'Archéologie.
- BAPTISTA, A. M. (1981), *A rocha F-15⁵ e a origem da Arte do Vale do Tejo*, Porto, GEAP, Monografias Arqueológicas 1.
- BARKER, G. (1985), *Prehistoric farming in Europe*, Cambridge University Press, New Studies in Archaeology.
- BENET, N. (1990), *Un vaso pintado y tres dataciones de C-14 procedentes del Cerro de San Pelayo (Martinamor, Salamanca)*, “Numantia”, III, 77-94.
- BINFORD, L. R. (1981), *Bones. Ancient men and modern myths*, Academic Press, Studies in Archaeology.
- id. (1988), *En Busca del Pasado*, Barcelona, Editorial Crítica.

(21) A existência de bolotas e de cereais foi comprovada a partir da identificação dos seus negativos em fragmentos cerâmicos. Agradecemos ao Prof. Doutor João Pais, do Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa, o relatório que nos forneceu com estas informações.

- BLASCO BOSQUED, M. C., CAPILLA ARROYO, M. L. e CALLA PARDO, J. (1988), *Madrid en el marco de la primera edad del hierro de la Península Ibérica*, "Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid", 15, 139-182.
- BÜBNER, T. e PEREIRA, M. A. H. (1988), *Um povoado no Bronze Final: Castelo Velho do Caratão*, "Simpósio — O Bronze Final na Beira Interior", Mação (no prelo?).
- BUTZER, K. W. (1989), *Arqueología: una ecología del hombre*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, S. A.
- COURTY, M. A., GOLDBERG, P. e MACPHAIL, R. (1989), *Soils and micromorphology in archaeology*, Cambridge University Press.
- FERREIRA, A. de B. (1981), *Carte Geomorphologique du Portugal*, Lisboa, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n.º 6.
- FRIESCH, K. (1987), *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*, 11, München, Deutsches Archäologisches Institut.
- id. (1990), *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*, 12, München, Deutsches Archäologisches Institut.
- GALLAY, A. (1989), *Vivre autour d'un feu. Recherches d'une problématique d'analyse archéologique*, in OLIVE e TABORIN, 101-122.
- GOMES, M. V. (1983), *Arte Esquemática do Vale do Tejo*, "Zephyrus", XXXVI, 277-285.
- id. (1992), *Proto-História de Portugal*, in SILVA e GOMES, 101-125.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., BEIRÃO, C. M. e MATOS, J. L. (1986), *A Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 02, Instituto Português do Património Cultural.
- HARRISON, R. J. (1984), *Nuevas bases para el estudio de la paleoconomía de la Edad del Bronce en el Norte de España*, "Francisco Jordá — Oblata", Scripta Praehistorica, 287-315.
- HARRISON, R. J. e MORENO LOPEZ, G. (1985), *El Policultivo Ganadero o la Revolución de los Productos Secundarios*, "Trabajos de Prehistoria", 42, 51-82.
- HIGGS, E. S. (ed.) (1972), *Papers in economic Prehistory*, Cambridge University Press.
- HUTCHINSON, J., CLARK, G., JOPE, E. M., RILEY, F. R. S. (eds.) (1976), *The Early History of Agriculture*, Oxford, Phil. Trans. R. Soc. Lond. B. 275
- JARMAN, M. R. (1976), *Early animal husbandry*, in HUTCHINSON et alii, 85-97.
- JIMENO MARTÍNEZ, A. (1984), *Los Tolmos de Caracena (Soria). Campañas de 1971, 1978 e 1979*, Excavaciones Arqueológicas en España, 134.

- MALUQUERDE MOTES, J. (1958), *Excavaciones Arqueológicas en el Cerro Berrueco (Salamanca)*, Salamanca, Acta Salmanticensia, Filosofia y Letras, tomo XIV, n.º 1.
- MALUQUER DE MOTES, J., GARCIA ALONSO, F. e MUNILLA CABRILLANA, G. (1990), *Alto de la Cruz, Cortes de Navarra —campañas de 1986-1988*, “Trabajos de Arqueologia Navarra”, 9.
- MARTÍN BRAVO, A. M. (1991), *Approximación a la economía de los castros del norte de Extremadura*, “Gerión”, Anejos III, 169-180.
- MORALES MUÑIZ, A. (1990), *Arqueozoologia teorica : usos y abusos reflejados en la interpretación de las asociaciones de fauna de yacimientos antropicos*, “Trabajos de Prehistoria”, 47, 251-290.
- NADAL LORENZO, J. (1990), *Análisis faunísticos. Campaña 4/1988*, in MALUQUER DEMOTES *et alii*, 171-198 .
- OLIVE, M. e TABORIN, Y. (dir.) (1989), *Nature et Fonction des Foyers Préhistoriques*, “Actes du Colloque International de Nemours (1987)”, Mémoires du Musée de Préhistoire d'Ile de France, n.º 2 .
- PAYNE, S. (1972), *On the interpretation of bone samples from archaeological sites*, in HIGGS, 65-81.
- PERLÉS, C. (1977), *Préhistoire du feu*, Paris, Masson.
- RENFREW, C. e BAHN, P. (1991), *Archaeology. Theories, Methods and Practice*, London, Thames and Hudson.
- RIBEIRO, O. (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, João Sá da Costa.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1987), *Geografia de Portugal I. A posição geográfica e o território*, Lisboa, João Sá da Costa.
- SCHIFFER, M. B. (1972), *Archaeological context and systemic context*, “American Antiquity”, 37(2), 156-165.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1992), *Megalitismo, habitat e sociedades: a bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c. 5.200-3.000 B.P.)*, “Seminário — O Megalitismo no Centro de Portugal”, Mangualde (no prelo).
- SHACKLEY, M. (1981), *Environmental archaeology*, London, George Allen & Unwin Publishers Ltd.
- SHERRATT, A. G. (1983), *The secondary exploitation of animals in the Old World*, “World Archaeology”, 15(1), 90-104.
- SILVA, A. C . F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F. e GOMES, M. V. (1992), *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- SPINDLER, K., BRANCO, A. C., ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1973-1974), *Le monument à coupole de l'âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio, (Calhariz)*, “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”, LVII, 91-153.

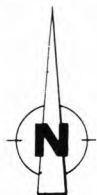
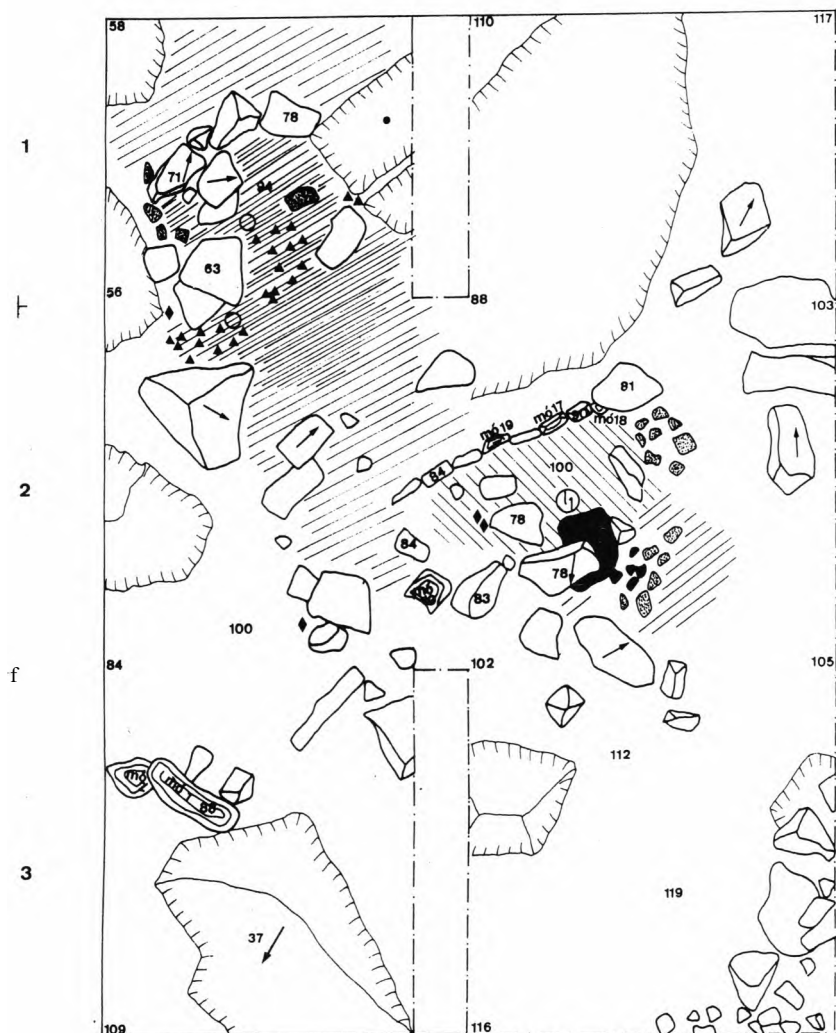
- TABORIN, Y. (1989), *Le foyer: document et concept*, in OLIVE e TABORIN, 77-80.
- UERPMMANN, H-P. (1973), *Animal bone finds and economic archaeology: a critical study of "osteological" method*, "World Archaeology", 4(3), 307-322.
- VASCONCELOS, J. L. (1917), *Pela Beira, Palavras prévias - de Lisboa a Castelo Branco*, "O Archeologo Portuguez", XXII, 293-344.
- VILAÇA, R. (1991a), *O povoado pré-histórico dos Alegrios (Idanha-a-Nova) - notícia preliminar*, "Beira Alta", L(1-2), 139-167.
- id. (1991b), *Contributos para a caracterização do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) durante as últimas etapas do Bronze Final*, "I Jornadas de Arqueologia da Beira Interior", Castelo Branco (no prelo).
- WATTEZ, J. (1988), *Contribution à la connaissance des foyers préhistoriques par l'étude des cendres*, "Bulletin de la Société Préhistorique Française", tome 85(10-12), 352-366.



Mapa geomorfológico da Beira Interior com a indicação dos três povoados referidos no texto: 1 — Monte do Frade; 2 — Alegrios; 3 — Moreirinha

A'

A

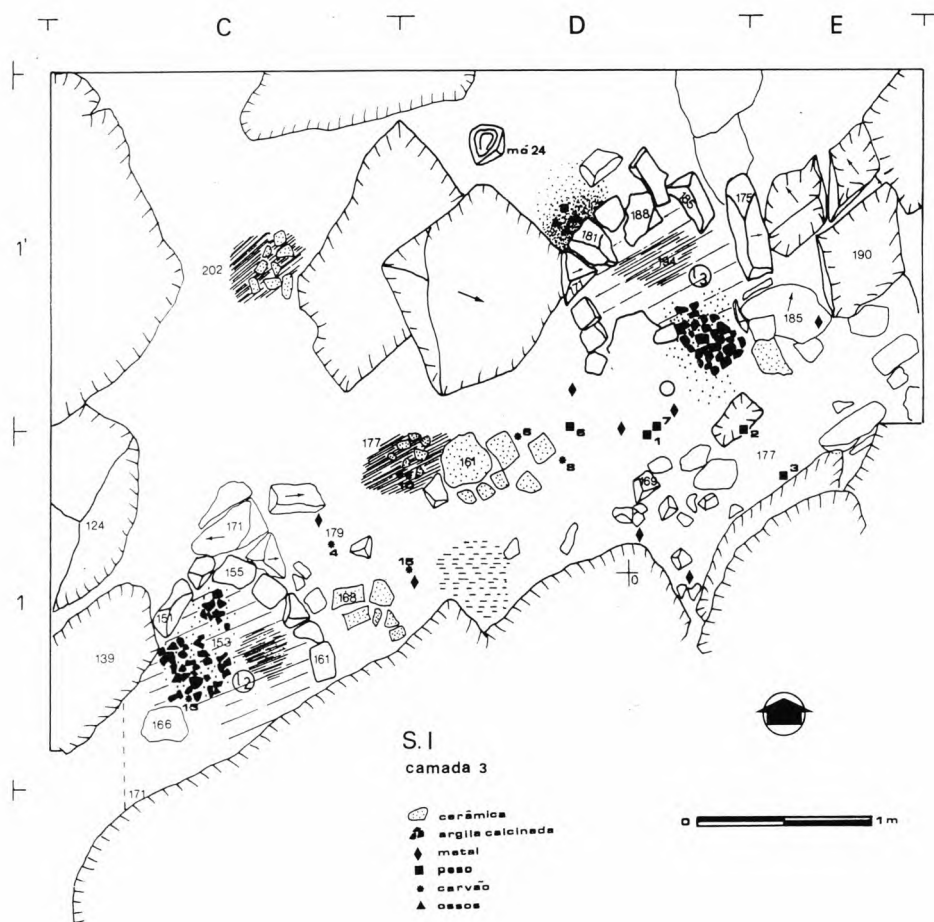


MT.FRADE 90

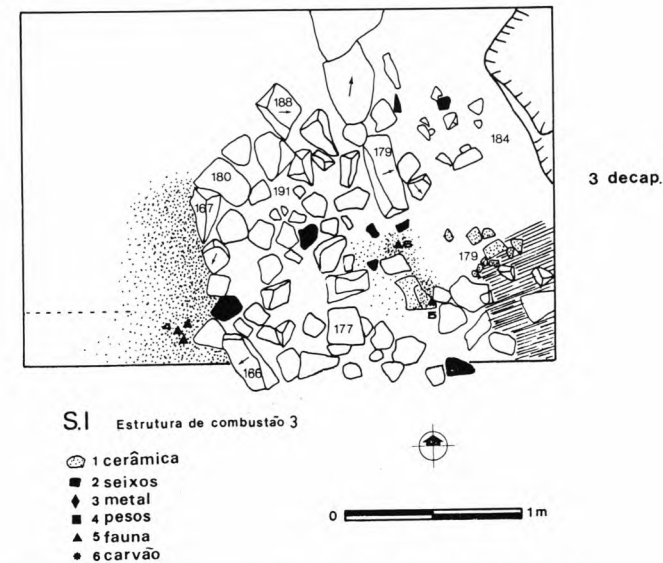
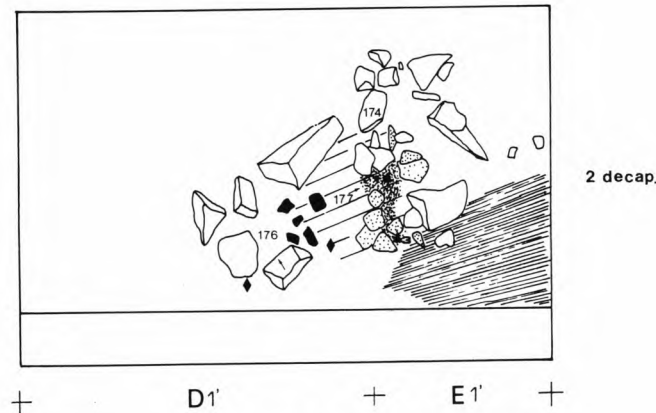
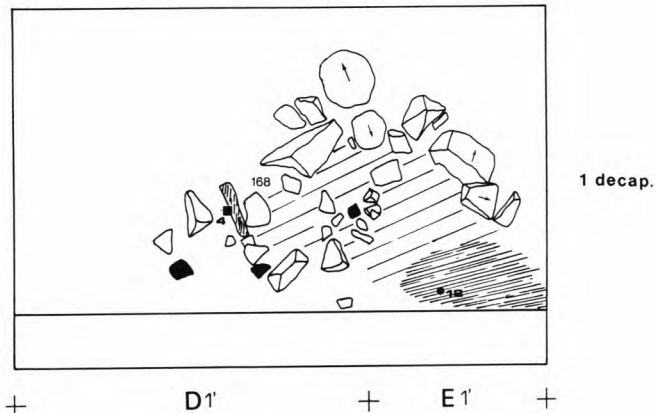
S.I Camada 2 (base) = 3

- seixos
- argila
- mós
- metal
- fauna
- cerâmica
- fossette

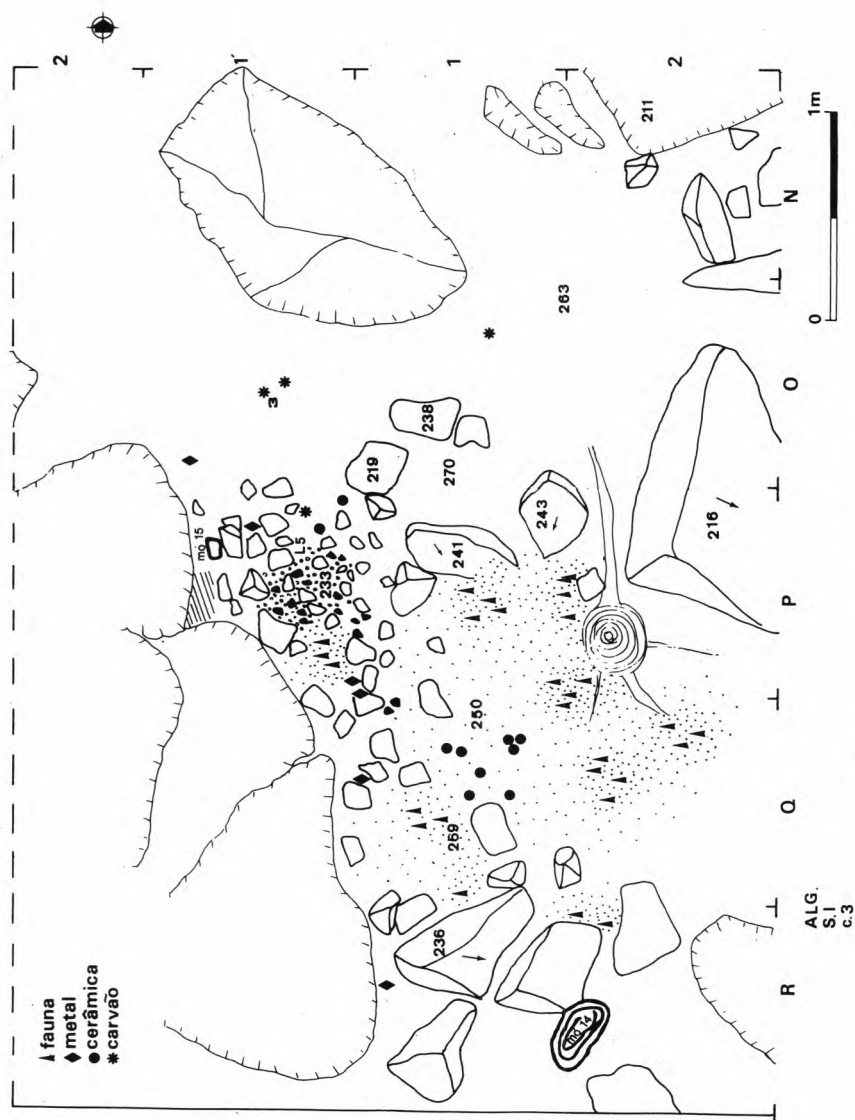
Monte do Frade. Planta parcial do sector I, ao nível da base da camada 2.



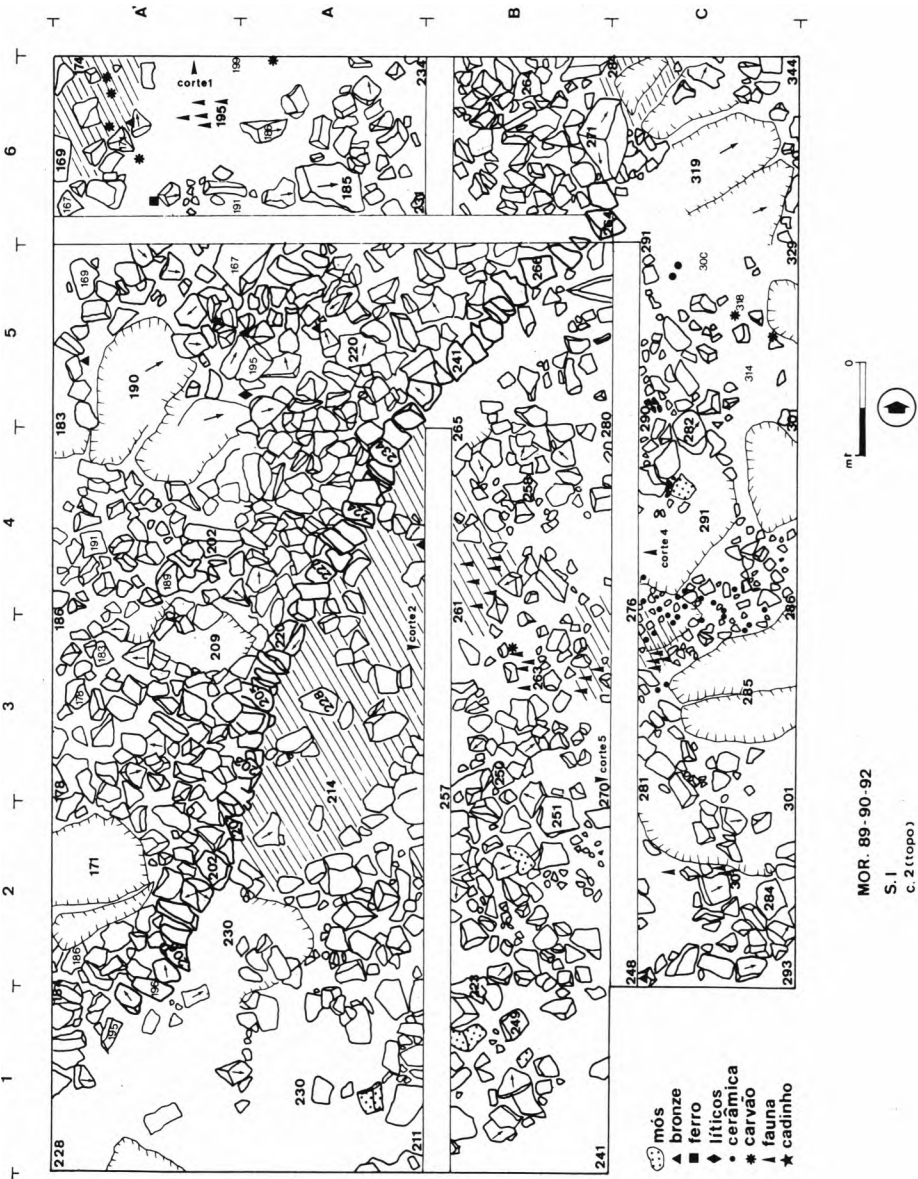
Monte do Frade. Planta parcial do sector I, ao nível da camada 3.



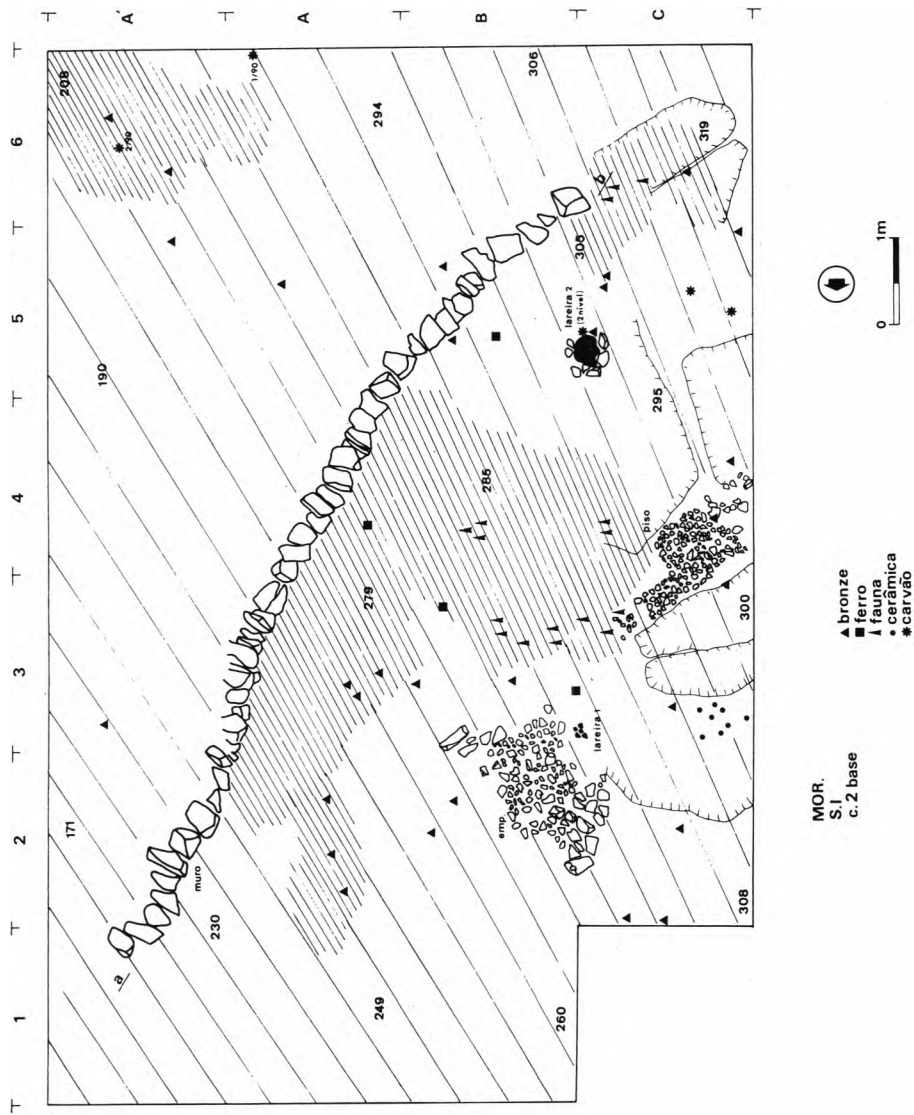
Monte do Frade. Fases sucessivas da decapagem da lareira 3.



Alegrios. Planta parcial do sector I, ao nível da camada 3.



Moreirinha. Planta parcial das escavações, ao nível do topo da camada 2.



Moreirinha. Planta parcial das escavações, ao nível da base da camada 2.

M. TELLES ANTUNES

Membro da Academia das Ciências de Lisboa, Investigador do Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa.

POVOADOS DO BRONZE FINAL DA BEIRA BAIXA

— ALEGRIOS, MOREIRINHA E MONTE DO FRADE:

ELEMENTOS ARQUEOZOOLOGICOS

«Conimbriga», XXXI, 1992, p. 31-38

RESUMO: Palavras-chave: Arqueozoologia - Bronze final - Beira Baixa - Portugal.

As jazidas, semelhantes do ponto de vista arqueológico, de Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade deram restos fragmentários, intensamente modificados por exposição ao fogo (adquirindo cor azulada), de resíduos de alimentação humana, sobretudo ossos e dentes. A intervenção humana está também documentada por marcas de corte com faca. Estão representados: a cabra doméstica (predominante), o boi doméstico, em menor número, o porco (também doméstico) e o coelho. O carneiro e o javali não foram caracterizados, embora a sua presença não seja inteiramente de excluir. Impressões de mordidas indicam a presença de consumidores secundários, o cão e um roedor (*Rattus?*). São notórias as faltas de equídeos e de indícios seguros de caça, veado em particular. Os elementos disponíveis apontam para uma economia pastoril baseada na criação de cabras, de alguns bois e poucos porcos, estes, ao menos em parte, talvez nas aldeias. O nítido consumo diferencial de partes, com notória escassez de certas peças apreciadas, pode sugerir certa estratificação social, em que possíveis elementos dominantes consumiriam (noutros locais ?) uma parte dos melhores bocados.

RÉSUMÉ: Mots-clés: Archéozoologie - Bronze final - Beira Baixa - Portugal.

Les sites, semblables du point de vue archéologique, de Alegrios, Moreirinha et Monte do Frade (ca. 900-700 a. C.) ont livré des restes alimentaires humains très fragmentaires et fortement modifiés à la suite d'une longue exposition au feu, surtout des os et dents ayant acquis en

général des tons bleuâtres. L'intervention humaine est également mise en évidence par des traces de coupure au couteau. Les espèces représentées sont la chèvre (prédominante), le boeuf et moins fréquemment le cochon, tous domestiques et de petite taille, outre le lapin. Le mouton et le sanglier n'ont pas été caractérisés, bien que leur présence ne soit pas entièrement à exclure. Des traces de morsures attestent l'intervention de consommateurs secondaires dont le chien et un rongeur (*Rattus?*). Sont à remarquer les absences d'Equidés et de tout gibier (on ignore cependant si le lapin est sauvage ou non), celle du cerf en particulier. Les données disponibles indiquent une économie basée essentiellement sur l'élevage de chèvres et de quelques boeufs et cochons, ceux-ci peut-être dans les villages même, au moins en partie. La nette consommation différentielle des parties des animaux abattus, avec rareté relative de certaines pièces fort appréciées, semble indiquer une certaine stratification sociale, avec de possibles éléments dominants qui consommeraient (en d'autres endroits?) une partie des morceaux les meilleurs.

ABSTRACT : Key words: Archaeozoology - Late Bronze Age - Beira Baixa - Portugal. The sites of Alegrios, Moreirinha and Monte do Frade (about 900-700 BC), archaeologically similar, yielded some human food remains. These remains consist essentially of largely broken bones and teeth that have been much fired, thus acquiring bluish colours. Human intervention is also evident through cutting, knife marks. The represented species are: goat, predominant over cattle and some pig, all domestic and small sized, besides some rare rabbit (wild or domesticated?). Sheep and wild boar were not recognized, but their eventual presence cannot be entirely excluded. Gnawing marks point out to (secondary) intervention of dog and a rodent (*Rattus?*). Equids and game (specially deer) are lacking entirely. Data as a whole indicate an economy essentially based on goat breeding and to a smaller extent cattle and pig. Pigs may have been raised, at least in part, in the villages. The obvious differential parts may suggest a certain degree of social stratification; some of the better or most appreciated parts would have been eaten (elsewhere?) by dominant people.

POVOADOS DO BRONZE FINAL DA BEIRA BAIXA — ALEGRIOS, MOREIRINHA E MONTE DO FRADE: ELEMENTOS ARQUEOZOOLOGICOS

Introdução

Três povoados do Bronze Final (ca. 900-700 AC) da Beira Baixa foram escavados por R. Vilaça, que nos confiou material osteológico aí recolhido. Ainda que se trate de peças fragmentárias, em número limitado e deficiente estado de conservação, fornecem indicações que contribuem significativamente para o melhor conhecimento do modo de vida das populações em causa.

No que concerne às condições de jazida e estratigrafia, endossamos os interessados ao estudo respectivo (VILAÇA, 1992).

Dispensamo-nos de apresentar a descrição pormenorizada, peça a peça, em grande parte dispensável e susceptível de diluir as ideias mestras resultantes do estudo. Daremos indicações, contidas em quadros referentes aos sítios de Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade. Antecipando, notaremos as semelhanças entre todos no que diz respeito ao espólio arqueozoológico, quer quanto ao espectro faunístico nos seus aspectos qualitativos e quantitativos, quer pelos caracteres dos fragmentos e sua pátina. Por isso, é preferível considerar o conjunto na totalidade.

Apreciação global do material

Salta à vista o estado extremamente fragmentário. Este dificulta a determinação e impossibilita, no geral, a toma de medidas indispensável para caracterização rigorosa dos táxones representados.

Houve nítida selecção. O conjunto é constituído por restos utilizados para consumo humano e modificados pelo homem. As vezes, há vestígios (mordidelas) que indicam consumo secundário por carnívoros, presumivelmente o cão. Os pequenos mamíferos faltam quase por completo, com a excepção de raras peças de coelho, o que indica falta de crivagem com malha suficientemente fina.

Não há vestígios de caça, a menos que os de coelho sejam de animais caçados, hipótese aparentemente indemonstrável. É significativa a falta de veado, indício seguro de caça.

Também houve selecção no que concerne às partes consumidas. Há preponderância de ossos longos, traduzindo preferência pelo consumo dos membros; rareiam os fragmentos cranianos e do esqueleto axial.

É óbvio o predomínio de caprinos sobre o boi doméstico cujas proporções podem parecer exageradas devido ao esmigalhamento de dentes — e aos suínos.

Espécies representadas

Estão representados animais domésticos: *Sus domesticus* (porco), *Capra hircus* (cabra) e *Bos taurus* (boi). Além destes, deve ser considerado o cão, pois há marcas de roedura que lhe podem ser atribuídas (e, em todo o caso, que lhe são compatíveis). Acresce apenas o coelho, *Oryctolagus cuniculus*, que não sabemos se era doméstico ou não.

Nem todas as determinações, mesmo quando possíveis, estão isentas de dificuldades ou têm idêntica fiabilidade. O caso do boi será dos mais simples. Tanto quanto é possível apurar, os bois domésticos eram de pequeno porte até, pelo menos, a Idade Média. Assim é, nas jazidas em estudo. Nenhuma confusão é possível com o touro selvagem, *Bos primigenius* (auroque), cujo enorme tamanho, sobretudo o dos machos, permite fácil destrinça. É certo que *Bos primigenius* não está bem documentado em Portugal após o Epipaleolítico, salvo no Castro do Zambujal e em Leceia (segundo J. L. Cardoso). Poderia ter existido muito depois. Consta ter sido caçado nos Vosgós no tempo de Carlos Magno; só desapareceu do elenco das espécies existentes no século XVII, na Polónia.

É diferente a problemática de ovinos e caprinos. Desde logo, é de excluir a cabra-montês, *Caprapyrenaica*, que hoje sobrevive, não longe, na Sierra de Gredos. Esta tem sido considerada como subespécie particu-

lar, *Capra pyrenaica victoriae*, aliás próxima da extinta cabra do Gerês, *Capra pyrenaica lusitanica*. Formas muito semelhantes devem ter existido nas serranias da Beira. Contudo, não há risco de confusão com o material dos sítios em causa, atendendo ao tamanho e à robustez daquelas, que contrastam com o pequeno porte observado. Sem dúvida, estamos em presença de animais domésticos. A hipótese de o tamanho modesto significar abate de jovens não parece, em geral, corresponder à realidade: é excepcional a ocorrência de indubitáveis vestígios de indivíduos juvenis (dentes actuais, germes dos primeiros dentes definitivos, ossos com superfícies de cartilagens de conjugação — epífises não soldadas).

A resposta à interrogação *Ovis* e/ou *Capra*? pode ser tentada, considerando: (a) a aparente homogeneidade da amostra, em que nada leva a admitir a existência de mais de uma espécie, e (b) o tamanho e a morfologia. O tamanho é, em muitos casos, compatível com *Ovis*; porém, sempre que é caso de peça mais característica (por exemplo, ossos curtos como astrágalos, calcâneos e falanges), a morfologia aponta claramente para *Capra*. Sem prova do contrário, é de crer que só esteja representada uma cabra doméstica, de pequeno porte. É, de longe, a espécie predominante.

Quanto a suínos, escassez e mau estado não facilitam a identificação. Os elementos disponíveis, com realce para um pré-maxilar incompleto de Moreirinha, apontam para um *Sus domesticus* de pequeno porte e arcaico, ainda com certas semelhanças com o javali, *Sus scropha*. Todavia, um ou outro osso poderia ser compatível com este; a presença de javali, ainda que por demonstrar, não parece impossível.

Partes anatómicas

A amostragem identificável é pouco numerosa e, por isso, não muito significativa do ponto de vista estatístico. Não obstante, permite facilmente verificar, em Alegrios e Moreirinha (onde a amostra é melhor), que a repartição dos ossos por segmentos anatómicos não é aleatória: há grande maioria de peças do esqueleto apendicular, escasseando as da cabeça óssea e do esqueleto axial. Eram essencialmente consumidos os membros dos animais abatidos, poucas vezes a cabeça (ou suas partes) ou o tórax. Não é óbvia a explicação deste facto. Haveria aproveitamento das partes nobres, como a cabeça e costeletas, por alguém

de mais elevada classe social, ou hierarquicamente superior, que deitaria fora restos noutra local?

Estado dos ossos e modificações

A quase totalidade das peças evidencia fracturação intencional antiga. Escapam à regra ossos curtos, desprovidos de medula aproveitável e/ou sem massas aderentes de partes moles consumíveis. Por conseguinte, todo ou quase todo o material corresponde a restos de alimentação humana.

Não são raras as fracturas em espiral (ossos aparentemente partidos por percussão). Ocorrem, excepcionalmente, marcas produzidas por instrumentos cortantes com lâmina (facas); estarão relacionadas sobretudo com esfolagem e descarnação, e menos com a secção dos ossos.

Também há marcas atribuíveis a animais que roíam os ossos. São escassas e parecem geralmente devidas a cães. Dizem respeito a ossos muito ricos de matéria consumível, por exemplo, a cabeça do fémur. Raramente foram observadas marcas muito finas, talvez resultantes da acção de incisivos de roedores.

As modificações resultantes da exposição a fogo são mais importantes e generalizadas. Os fragmentos ósseos perdem matéria orgânica, perdem mesmo quaisquer vestígios carbonosos. Adquirem aspecto branco, depois acinzentado passando a azulado, primeiro na periferia e depois alastrando para o interior. Em casos mais extremos, adquirem aspecto azul, mesmo escuro, que pode abranger toda a massa óssea. Este processo é conhecido, o da formação da “falsa turquesa”, empregue como pedra semipreciosa, produzida por aquecimento prolongado de ossos fósseis. Os fragmentos ósseos de Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade, ao parecer sem excepção, foram atirados para a lareira após consumo.

Conclusões

O estudo a que procedemos permite chegar às conclusões seguintes, válidas para Alegrios e Moreirinha. Contudo, os resultados referentes a Monte do Frade, menos significativos pela escassez, deficiência e sobre-representação de esquirolas dentárias de *Bos*, são aparentemente compatíveis com os das outras jazidas e, em qualquer caso, não os contradizem.

1. O espectro faunístico global é o seguinte:

— *Sus domesticus* — porco, de tipo arcaico (sem excluir inteiramente a hipótese, não demonstrada, de alguma peça insuficientemente característica pertencer a *Sus scropha*, o javali), muito escasso.

— *Capra hircus* — cabra doméstica, predominante numericamente; a presença de *Ovis* (carneiro) não foi demonstrada.

— *Bos taurus* — boi doméstico, de pequeno porte, escasso.

— *Oryctolagus cuniculus* — coelho (bravo? manso?), raramente representado em colheitas deficientes [quanto aos pequenos mamíferos].

— *Canis familiaris* — cão, denunciado por mordidelas que lhe podem ser atribuídas.

— Roedor indeterminado (*Rattus?*) — também indicado por mordidelas.

2. Do ponto de vista quantitativo (não foi tentada a análise ponderal, atentando às limitações da amostra), as proporções das espécies mais importantes são semelhantes em Alegrios e Moreirinha (e, provavelmente, em Monte do Frade, apesar da distorção resultante da sobre-representação de *Bos*).

3. Outro reflexo do excesso de fragmentos dentários miúdos de boi, correspondendo, de facto, a muito poucos dentes, é a percentagem anormalmente elevada de peças determinadas em Monte do Frade.

4. São de notar as ausências: de equídeos, o que pode significar menor interesse pelo transporte e, por isso, sedentarismo das populações, ou não utilização em situações bélicas; de caça, com destaque para um indicador tão seguro e fácil de identificar como o *Cervus elaphus*.

5. As percentagens muito elevadas de restos ósseos não identificados traduzem fracturação extrema e que se trata de restos alimentares humanos; a má conservação e estado muito fragmentário dificultam a identificação, se a não impedem.

6. Comprova o ponto precedente a frequência de marcas de corte com instrumento dotado de lâmina metálica (faca).

7. A incidência de marcas de mordidela indica consumo secundário, decerto por cão (doméstico) e, raramente, roedura por roedor não identificado.

8. Os dados disponíveis indicam economia pastoril com predomínio da criação de cabras em terrenos pobres, de alguns bovinos em condições mais propícias e de poucos porcos, possivelmente junto dos (ou nos) povoados. Tinham cães. As actividades venatorias eram quase inexistentes (a menos que o coelho tivesse sido caçado).

9. Comprova a economia baseada na pastorícia o abate selectivo de jovens (provavelmente machos), ainda que a insuficiência do material impeça a determinação mais aproximada da idade aquando do abate.

10. O consumo diferencial, as mais das vezes deixando de lado partes altamente apetecidas sugere alguma estratificação social — haveria chefes de aldeia?

11. A exposição ao calor dos restos ósseos e dentários em muito excede as necessidades da cozinha, mas antes significa que os restos, aproveitados minuciosamente pelo homem (eventualmente, com consumo secundário por cães), eram deitados a lareiras bastante permanentes; daí modificações, com o aspecto branco ou azulado, ou deformações.

12. Nada parece sugerir sacrifícios.

13. Não parece haver diferenças significativas nas três jazidas, o que sugere habitação por povos semelhantes e com modo de vida similar.

14. A intensa exposição dos restos do fogo e as modificações consequentes são, talvez, os caracteres mais peculiares destas jazidas, que, por isso, se destacam dos demais sítios portugueses de onde provêm restos arqueozoológicos (Monte da Tumba, Castro do Zambujal, Garvão, Quinta de Marim, Silves, etc., aliás correspondendo a contextos e idades diferentes).

Alguns trabalhos recentes de Arqueozoologia em Portugal

ANTUNES, M. TELLES (1987) — O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba IV - Mamíferos (Nota preliminar), *Setúbal Arqueológica*, voi. Vili, p. 103-144.

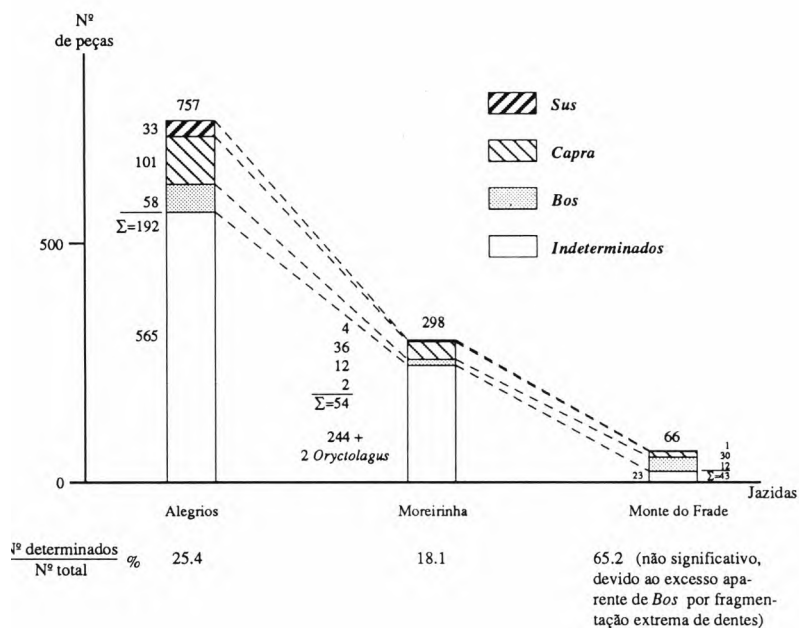
(1988) — Material ósseo proveniente de Fraga d'Aia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, p. 227-228. Soc. Port. Antrop. e Etnol., Porto.

(1989) — Estudos preliminares de fauna e flora (séculos XVI e XVII) /3.1 Espólio de animais do poço e de um silo da casa de João Esmeraldo. *Escavações nas casas de João Esmeraldo —Cristóvão Colombo / 1989 (1ª fase) I CATÁLOGO /* Exposição no átrio do Teatro Municipal Baltazar Dias, Dezembro de 1989, 49-52. Câmara Municipal do Funchal.

[Com A. Santinho Cunha] (1991) — Santos Mártires de Lisboa / Espólio osteológico de Santos-o-Novo, Câmara Municipal de Lisboa, p.1-52, 24 fig., Imprensa Municipal de Lisboa.

(1991) — Restos de animais no castelo de Silves (séculos VIII-X) / Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico, *Estudos Orientais*, II / O Legado Cultural de Judeus e Mouros, p. 41-74,5 fig. Instituto Oriental / Universidade Nova de Lisboa.

Cotovia, 12 de Janeiro de 1993.



%, por espécies, de material determinado

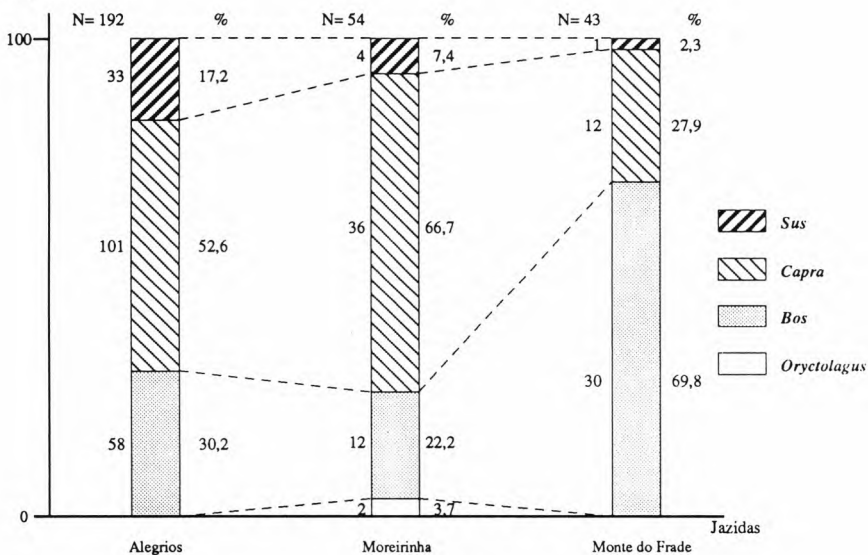


FIG. 1

(Página deixada propositadamente em branco)

JORGE DE ALARCÃO

Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

A EVOLUÇÃO DA CULTURA CASTREJA

«Conimbriga» XXXI (1992), p. 39-71

RESUMO : O autor distingue três fases fundamentais na evolução da cultura castreja.

Uma, de integração económica e sociopolítica, correspondente aos séculos X a VIII a. C., com redes de trocas e chefes organizadores da produção e circulação. Outra, entre os inícios do séc. VII e os fins do II a. C., de reversão a uma estrutura igualitária e acéfala, com supressão ou amortecimento das trocas e desaparecimento dos chefes. A partir dos finais do séc. II a. C., outra novamente de integração política, levada mais longe que a da primeira fase, agora com evidentes lugares centrais. O autor pretende ainda explicar por razões económicas a integração da primeira fase e por motivos políticos ou militares aquela que se observa a partir de finais do séc. II a. C.

RÉSUMÉ: L'auteur considère trois grandes périodes dans l'évolution de la culture

des "castros" ou *oppida* du nord du Portugal. Du Xe au VIII^e siècle avant J.C., des réseaux de circulation du bronze auraient conduit à la formation d'unités politiques, sous l'égide de chefs dont la fonction aurait été l'organisation de la production et de la circulation du bronze. Du VII^e siècle jusqu'à la fin du II^e la région aurait connu un procès de régression sociale, revenant à une forme moins évoluée. À la fin du II^e siècle avant J.C. aurait commencé une nouvelle phase d'intégration économique et sociale, qui aurait conduit à la formation de places centrales comme Briteiros ou Sanfins. L'auteur essaie d'expliquer l'intégration sociale de la première phase par des mécanismes économiques et celle de la dernière période par des raisons politiques et militaires.

(Página deixada propositadamente em branco)

A EVOLUÇÃO DA CULTURA CASTREJA

Introdução

O território actualmente português foi culturalmente diverso no primeiro milénio a.C.. Numa primeira abordagem, poderemos dividi-lo em duas áreas: a galaico-lusitana ou castreja e a céltico-túrdula.

Callaeci e *Lusitani* parecem designações aplicadas pelos Romanos a conjuntos de povos cujos nomes particulares se podem reconstituir através das fontes literárias e epigráficas. Os *Callaeci* seriam inicialmente uma etnia situada imediatamente a norte do Douro, na província que hoje toma o nome de Douro Litoral (TRANOY, 1981: 65). O nome étnico parece ter sido transformado pelos Romanos num colectivo para designar múltiplos *populi* do Noroeste. Quanto ao nome de *Lusitani*, podemos duvidar se alguma vez designou uma particular etnia. Os Romanos usaram-no como um colectivo para denominar populações do Portugal central e da Extremadura espanhola.

A área que designamos de galaico-lusitana ou castreja compreende, em primeiro lugar, todo o Norte do país acima do Douro. Junto ao litoral, viria até ao Vouga; pelo interior, ultrapassava o Tejo e englobava o Nordeste alentejano. Já Untermann, nos seus mapas linguísticos, mostrou as afinidades do Nordeste alentejano com as Beiras (1965:19) (vide aqui Fig. 1); e José d'Encarnação (1984) demonstrou de forma indiscutível as afinidades onomásticas das duas regiões, afinidades aliás também observáveis no plano dos cultos indígenas. Por outro lado, há, nas fontes clássicas, referências expressas aos Lusitanos a sul do Tejo ⁽¹⁾.

(9 Por exemplo, em APIANO, *Ib.* 57 e OROSIUS, 4, 21,10.

Nesta vasta zona galaico-lusitana será necessário fazer subdivisões, por enquanto incertas. A região a norte do Douro não era homogénea: basta pensar nos castros transmontanos, com torreões e por vezes pedras fincadas que não surgem no Minho e na distribuição dos berrões ou verracos que em Portugal também se circunscrevem à parte oriental de Trás-os-Montes. Apesar dos muitos trabalhos efectuados desde os finais do séc. XIX sobre a cultura castreja, não é todavia ainda possível traçar um quadro das dissemelhanças regionais e definir subáreas de cultura material ⁽²⁾.

Designamos por área céltico-túrdula a zona a sul do Tejo (com excepção do Nordeste alentejano) e a fachada atlântica do Tejo até ao Vouga. Não havia aqui apenas *Celtici* e *Turduli*, cuja presença se deduz das fontes clássicas. Havia ainda, pelo menos, *Conii*. A um quadro de múltipla exclusão étnica, com cada povo em sua área, devemos talvez preferir um outro de considerável convivência, com aglomerados urbanos pluri-étnicos, embora cada estrato pudesse manter a sua língua e as manifestações simbólicas da sua identidade, o que daria aos povoados uma feição variegada.

Com o estabelecimento dos *Turduli Veteres* imediatamente a sul do Douro (SILVA, 1983), talvez no séc. III a. C., a área céltico-túrdula foi alargada.

É a evolução da área galaico-lusitana ou castreja que aqui nos interessa.

A cultura castreja foi recentemente objecto de duas importantes monografias: a de Armando Coelho Ferreira da Silva, *A cultura castreja no Noroeste de Portugal* (1986) e a de Manuela Martins, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado* (1990), esta última precedida por três relatórios de escavações que lhe serviram de fundamento (MARTINS, 1988a, 1988b, 1989).

Ambos os autores propõem quadros cronológico-culturais. O primeiro divide a cultura castreja em três períodos e subdivide cada um deles em duas fases:

IA: de 900 a 700 a.C.

IB: de 700 a 500 a.C.

IIA: de 500 a 200 a.C.

⁽²⁾ A tese de doutoramento que Francisco Sande Lemos prepara é um valioso contributo para a definição da especificidade da parte oriental de Trás-os-Montes.

IIB: de 200 a.C. 140 a.C.

IIIA: de c. 140 aos fins do séc. I a.C.

IIIB: de fins do séc. I a.C. à época dos Flávios

Manuela Martins, por seu lado, propõe quatro fases (1990: 112)

I: séc. X/IX a VII/VI a.C.

II: séc. VII/VI a finais do II a.C.

III: finais do séc. II a.C. a meados do I d.C.

IV: meados do séc. I d.C. ao séc. III

O quadro, aparentemente mais preciso, de Armando Coelho F. da Silva valoriza certas datas, como 500 ou 200 a.C., que nos parecem discutíveis por razões que exporemos no decurso deste artigo. A cultura material acusa consideráveis permanências que não justificam uma cronologia tão fina. Não é possível, por exemplo, e no estado actual dos nossos conhecimentos, distinguir entre cerâmicas da fase HA e da fase IIB. Formas, técnicas e decorações parecem persistir sem alterações do séc. VI aos fins do II a.C.. Porquê estabelecer uma nova fase em 200 a.C.? Porque se verificam a partir desta data algumas importações de cerâmica campaniense (SILVA, 1986:42)? Mas que impacte tiveram essas importações?

Não é nosso objectivo, porém, centrar este artigo na discussão dos quadros cronológico-culturais. Pretendemos antes abordar fenómenos sócio-económicos e sociopolíticos e distinguir três fases fundamentais da evolução: uma de integração económica e sociopolítica, correspondente aos séculos X a VIII a.C., com redes de trocas e chefes organizadores da produção e circulação; outra, entre os inícios do séc. VII e os finais do II a.C., de reversão a uma estrutura igualitária e acéfala, com supressão ou amortecimento das trocas e desaparecimento dos chefes; e, a partir dos finais do séc. II a.C., outra novamente de integração económica e política, levada mais longe que a da primeira fase, agora com evidentes lugares centrais. Pretendemos ainda explicar por razões económicas a integração da primeira fase e por motivos políticos ou militares aquela que se observa a partir de finais do séc. II a.C.

Do século X ao VII A.C.

No séc. X a.C. surgem, na área galaico-lusitana, os primeiros castros. As datações de radiocarbono demonstrativas desta cronologia são, por enquanto, e para o território actualmente português, escassas: 1020 ± 35 a.C. e 960 ± 35 a.C. para o Castro de S. Romão (Seia) (GUERRA *et alii*, 1989: 194 e 196); 980 ± 100 a.C. e 970 ± 120 a.C. para o Coto da Pena (Caminha) (SILVA, 1986: 34); 940 ± 45 a.C., 890 ± 80 a.C. e 870 ± 40 a.C. para a citânia de S. Julião (Vila Verde) (MARTINS, 1990: 113; veja-se todavia também MARTINS, 1988: 126). São todavia suficientes para admitirmos que o fenómeno de acastelamento ⁽³⁾ se iniciou no séc. X a.C.. Foi esse fenómeno explosivo ou gradual?

O número de castros conhecidos na área galaico-lusitana é elevado. Armando Coelho F. da Silva (1986) registou 922, mas não incluiu no seu inventário a Beira Transmontana, a Beira Baixa nem o Alto Alentejo.

As escavações são insuficientes para nos decidirmos entre um fenómeno explosivo e um crescimento gradual. A explicação migracionista de Lopez-Cuevillas pode classificar-se como explosivista.

Lopez-Cuevillas (1989: 37 e 332; primeira edição em 1953) atribuiu a emergência dos castros à invasão indo-europeia dos *Sefes*; e, uma vez que estes se encontram já referidos na *Ora Marítima* de Avieno, poema composto sobre um original da segunda metade do séc. VI a.C., datou da primeira metade deste século a imigração e o fenómeno de acastelamento. A presença, nos castros, de elementos hallstáticos e a raridade das influências de La Tène (período que os proto-historiadores iniciam em 475 a.C.) foram argumentos suplementares com que defendeu a datação. Mesmo que se tenha verificado, no séc. VI a.C., uma invasão de *Sefes*, não pode mais defender-se a doutrina de Lopez-Cuevillas, dada a grande antiguidade dos primeiros castros.

A visão de Manuela Martins parece gradualista. Admitindo que os primeiros castros surgiram no séc. X a.C., propõe como períodos de acastelamento também os séculos VII-VI ou VI-V a.C. (MARTINS, 1990: 137 e 202). Não nos parecem firmes as bases desta proposta. Porquê estes séculos e não outros? Inclinamo-nos, porém, igualmente para um

⁽³⁾ Os Romanos designavam por *castellum* o tipo de povoamento a que hoje se dá o nome de castro. Daquela palavra latina derivamos acastelamento, para designar o fenómeno histórico de instalação dos povoados nos altos.

acastelamento gradual, explicável por um crescimento populacional regular, todavia impossível de medir.

Temos, porém, de explicar porque é que, no séc. X a.C., algumas populações começaram a instalar-se no alto dos montes, em lugares de acesso difícil e de fácil defesa, com campos de visibilidade amplos. A explicação do acastelamento constitui um dos temas mais incómodos da Proto-história peninsular, evitado por alguns investigadores, claramente formulado por outros sem uma hipótese explicativa convincente.

A explicação que mais rapidamente ocorre é a da competição. As populações procuravam os altos e fortificavam-se porque se guerreavam.

Poderia aqui aduzir-se o texto de Estrabão, III 3, 5:

“Cerca de trinta povos ocupam a região que se situa entre o Tejo e os Ártabros. Se bem que a região fosse muito favorecida, no que respeita a frutos, animais e quantidade de ouro, prata e outros metais similares, outrora a maioria desses povos, negligenciando os meios de subsistência que a terra produzia, entregavam-se à pilhagem e viviam em guerra, quer uns com os outros, quer com os vizinhos do outro lado do Tejo, até que foram travados pelos Romanos que os tornaram submissos e reduziram a aldeias a maior parte das suas cidades, ou associaram a outras colónias que as tornaram melhores. Foram as populações das montanhas que começaram com a referida anomia, como é natural: por habitarem um solo miserável e possuírem poucos recursos, cobiçavam os bens dos outros povos. E estes, que os tentavam repelir, deixaram de cuidar dos seus próprios assuntos, a ponto de também eles se dedicarem à guerra, em vez de trabalharem a terra. Em resultado disso, a região, sem cuidados, deixou de produzir bens naturais e encheu-se de salteadores”. (4)

Corresponderá esta imagem à realidade, ou trata-se de um *topos* literário?

(4) Tradução do Doutor J. Ribeiro Ferreira, a quem agradecemos.

O discurso de Galba aos Lusitanos, em 150 a.C., refere-se à escassez de terras:

“A pobreza do solo e a penúria —disse ele —forçam-vos a isso (isto é, ao roubo e à guerra). Mas eu, meus amigos, dar-vos-ei boas terras e fixar-vos-ei numa região fértil”. (Apiano, Ib., 59).

A ser real esta imagem de competição e guerra, verificar-se-ia já nos inícios do primeiro milénio ou será um facto só do séc. II a.C., época à qual provavelmente se reportam as fontes de Estrabão e seguramente o discurso de Galba?

Na bacia do curso médio do Cávado, Manuela Martins identificou seis castros do Bronze Final: S. Julião, Barbudo, Roriz, Faria, Monte da Saia e S. João de Rei (1990: 119) (vide aqui fig. 2). Consideradas as distâncias relativas destes povoados, cada um deles poderia dispor, à vontade, de um território de uma hora, isto é, de 1850 a 2680 hectares ⁽⁵⁾. Admitindo uma economia essencialmente pastoril e uma razão de 3 cabeças de gado ovicaprino por hectare ⁽⁶⁾, os territórios desses castros poderiam sustentar 5550 a 8040 ovelhas ou cabras. Ora o número de animais necessário por indivíduo e por ano, num sistema alimentar baseado no consumo de ovicaprinos, parece ser de 60 ⁽⁷⁾. Assim, os territórios poderiam sustentar, sem problemas, de 92 a 134 habitantes.

Infelizmente, não temos dados sobre a área dos castros. Manuela Martins apenas determinou a superfície intramuros de S. Julião, que calculou em 600 metros quadrados. Adoptando a *ratio* de Renfrew para os povoados do Bronze do Egeu (300 habitantes por hectare, *ratio* que parece a muitos autores exagerada) S. Julião teria 18 habitantes. A mesma

⁽⁵⁾ São estas as áreas correspondentes aos territórios de uma hora dos castros: Barbudo, 1850 hectares; S. Julião, 1870; Roriz, 2100; S. João de Rei, 2250; Monte da Saia, 2570; Faria, 2680 hectares.

⁽⁶⁾ BATICLE, 1974:58 considera que os pastos naturais mediterrânicos podem sustentar, no máximo, três ovicaprinos por hectare. GOPHNA *et alii*, 1986-87: 77 afirma que, na Palestina, um hectare pode sustentar três ovelhas ou cabras. COELHO, 1982: 17 apresenta, para a Serra da Estrela, a mesma capacidade de sustentação.

⁽⁷⁾ HALSTEAD, 1981: 314, aliás seguido por GOPHNA *et alii*, 1986-87: 77, considera que uma população vivendo essencialmente à base de ovicaprinos consome 20 animais por indivíduo e por ano. A dimensão do rebanho que pode, sem se extinguir, proporcionar o abate anual de 20 cabeças é de 60 animais (HALSTEAD, 1981:314).

autora admite a possibilidade de o povoado comportar oito a dez cabanas circulares. A escavação de uma delas revelou um diâmetro de 5 metros (MARTINS, 1988:135). A área de cada cabana seria assim de cerca de 19,5 metros quadrados, e a área coberta total do povoado, 195 metros quadrados. Se adoptamos a *ratio* de Hill (um habitante por cada 4,5 metros quadrados de área coberta) (HASSAN, 1982: 233), teríamos, para S. Julião, 43 habitantes. Este é um número todavia máximo, que supõe a área do povoado apinhada de cabanas, sem pátios ou logradouros.

Qualquer que tenha sido a população de S. Julião, ela foi sempre inferior à capacidade de sustentação do território, pelo que não podemos supor os seus habitantes envolvidos em guerra com vizinhos pela posse de terras essenciais à sustentação.

Evidentemente, S. Julião é apenas um caso. Se a generalização, a partir dele, é imprudente, a existência, no Bronze Final, de uma competição pela terra é todavia duvidosa.

Acresce que a competição deveria traduzir-se, no registo arqueológico, por um número significativo de armas, que parecem, porém, raras no Bronze Final. Por outro lado, a competição deveria ter conduzido a concentrações maiores de população, porque quanto mais as gentes se agregam mais eficientes se tornam a defesa e o ataque. Mas aqui revertamos ao ponto anterior: à parte S. Julião, não dispomos de dados sobre a dimensão média dos povoados do séc. X ou IX a.C.. Aparentemente, os castros foram sempre reduzidos e só nos fins do séc. II ou nos inícios do I a.C. se desenvolveram, no Entre Douro e Minho, alguns povoados maiores, com funções de lugares centrais, como Sanfins ou Briteiros. Segundo Armando Coelho F. da Silva, os povoados da sua fase I não excederiam 2 hectares (SILVA, 1986: 61). O estudo que Sande Lemos tem em curso relativamente à parte oriental de Trás-os-Montes, revela castros com territórios reduzidos: os de 30 minutos excluem-se, mas os de 60 minutos sobrepõem-se. Ora, explorando apenas um território de 30 minutos, um castro não poderia alojar grande população.

Se a competição pela terra parece duvidosa, poderia ela ter-se efectivado noutro campo?

O fenómeno do acastelamento coincide historicamente com a intensificação da produção e circulação do bronze. Produção e circulação implicam uma rede, um circuito.

A fig. 3 propõe um modelo de circulação. Os povoados envolvidos no circuito não representam a totalidade dos povoados existentes. A maioria ficaria à margem dos circuitos e o bronze não teria transformado,

na generalidade, os meios técnicos de produção da subsistência e dos artefactos. A produção e a circulação do bronze envolveriam apenas um reduzido número de povoados, que classificamos em produtores, transmissores e receptores. Os povoados transmissores, entre os primeiros e os segundos, poderiam ser muito mais numerosos, dependendo da lonjura dos percursos.

Não imaginamos os povoados envolvidos no circuito como lugares centrais, captadores de corveias e de bens alimentares dos povoados menores envolventes. Imaginamos estes auto-suficientes, necessariamente envolvidos numa rede de trocas matrimoniais mas não numa troca de bens (para além daqueles que necessariamente circulariam como dotes de casamento ou preços das noivas) e marginalizados pelos produtores e transportadores do bronze.

No seio dos povoados envolvidos no circuito poderia ter-se estabelecido alguma divisão social do trabalho, da qual emergiria uma classe de metalurgistas, eventualmente uma de comerciantes, e talvez uma de oleiros. Com efeito, nos castros do Bronze Final é visível uma distinção entre cerâmicas grosseiras, que representam provavelmente uma produção doméstica, e cerâmicas finas. Estas últimas são possivelmente um produto de oleiros já especializados (MARTINS, 1990: 127).

A fig. 4 representa um outro modelo possível de relacionamento dos povoados, agora integrados em sistemas piramidais, com castros principais e castros dependentes. O bronze e a cerâmica fina circulariam dos primeiros para os segundos e estes forneceriam àqueles produtos alimentares e eventualmente corveias.

Os dados arqueológicos são, por enquanto, demasiadamente escassos para podermos optar por um ou outro dos modelos. O caso de S. Julião e do Barbudo poderia aduzir-se em favor do primeiro modelo: em S. Julião, no período correspondente aos séculos X/IX-VII/VI a.C., surgiram alguns objectos de bronze, designadamente dois punhais (MARTINS, 1990: 134), enquanto que no Barbudo, povoado contemporâneo e contíguo escavado pela mesma investigadora, não se encontraram, no mesmo período, artefactos metálicos.

A ausência de uma hierarquia piramidal de povoamento favoreceria, porém, uma competição selvagem. Como evitar o ataque dos transportadores de bronze pela população dos castros menores? Só através de escoltas armadas. Neste caso, as armas deveriam encontrar-se com mais abundância; ora, como dissemos, elas parecem raras no registo arqueológico.

Ambos os modelos pressupõem a existência de chefes, cuja função social seria a de produzir e fazer circular o bronze. Os modelos divergem quanto à generalização do uso do bronze: no primeiro caso temos uma coordenação sequencial de chefes que não distribuiriam os benefícios da liga metálica ao comum da população e, no segundo, uma estrutura piramidal que generalizaria o uso do bronze. Só o progresso das escavações poderá revelar até que ponto o bronze foi adoptado também pelas pequenas comunidades.

Achar-se-á, no registo arqueológico, alguma prova da existência de chefes na área galaico-lusitana ou castreja, no Bronze Final?

Tomemos o caso da Beira Alta. O castro da Senhora da Guia (Baiões), aparentemente destruído cerca de 700 a.C., é preeminente. A produção de artefactos de bronze está aí documentada por um molde. Vários braceletes de bronze, um de ouro e dois torques do mesmo metal são itens sociotécnicos que podemos tomar como testemunho da presença de um chefe. Mais importante ainda que o bracelete e os torques de ouro é o punhal de lâmina de ferro e cabo de bronze que nas ruínas do castro se recolheu. Por volta de 700 a.C., o ferro começava a ser utilizado na franja mediterrânica da Península Ibérica, donde certamente procede esta arma então raríssima e por isso mesmo carregada de prestígio. Algumas taças de bronze poderão ter sido utilizadas em banquetes que, na Europa hallstática, eram também uma forma de os chefes demonstrarem e fortalecerem o seu prestígio (BOULOMIÉ, 1988). Finalmente, uma *furcula* e alguns carros votivos revelam a função religiosa do chefe (Sobre este espólio, SILVA *et alii*, 1984). Noutros lugares da Beira Alta recolheram-se outras joias de ouro: um torque em Serrazes (S. Pedro do Sul), outro em Vale da Malhada (Sever do Vouga) e 16 braceletes em Baralhas (Vale de Cambra). A estes achados registados por Armando Coelho F. da Silva (1986:36) deve talvez acrescentar-se o tesouro de dez braceletes de ouro achado cerca de 1929 em Mouchana, em frente à estação do caminho de ferro de Moçamedes, no vale do Vouga⁽⁸⁾.

Armando Coelho F. da Silva (1986: 36) tomou a destruição e abandono do castro da Senhora da Guia e o enterramento daquelas joias

⁽⁸⁾ A única referência que conhecemos a este tesouro é a de COELHO, 1941 : 429, nota 2. O autor data-o da Idade do Bronze e afirma que 5 braceletes eram lisos e roliços e outros 5 largos e canelados. Atribui-lhes o peso global de 350 gramas, o que parece reduzido. José Coelho não observou pessoalmente o tesouro.

como indício de uma invasão e daí deduziu uma imigração que generalizou a todo o Noroeste, encerrando em 700 a.C. o seu período IA da cultura castreja.

Mas ter-se-á mesmo verificado, na Beira Alta, por volta de 700 a.C., uma invasão? Convém ensaiar outras explicações. O enterramento das joias pode ter-se verificado em face de uma ameaça próxima; mas 'é igualmente admissível um enterramento ritual ⁽⁹⁾. Seja como for, estas joias poderão talvez tomar-se como itens sociotécnicos demonstrativos de chefes. Teríamos assim na Beira Alta, entre 900 e 700 a.C., chefados envolvidos na produção e circulação do bronze, eventualmente também do ouro que poderia ser explorado nas minas da região de Castelo de Paiva e na Queiriga (Vila Nova de Paiva). Se o peso das joias é significativo, poderíamos ter chefes suzeranos na Senhora da Guia e Baralhas e vassalos em Serrazes, Vale de Malhada e Mouchana. As joias da Senhora da Guia pesam, no seu conjunto, 1559 gramas. Os dois braceletes sobreviventes do conjunto de dezasseis de Baralhas pesam 202 e 182 gramas; admitindo que os restantes oscilavam entre os mesmos pesos, teríamos 3072 gramas. O torques de Serrazes pesa 574,4 e o bracelete de Vale de Malhada, 94,8 gramas (sobre os pesos vid. **SILVA**, 1986: 246 a 255).

Ao Bronze Final devem atribuir-se as esteias funerárias de tipo estremenho que podemos tomar também como testemunho da existência de chefes. Estas esteias são frequentes na Extremadura espanhola, donde o seu nome de estremenhas.

Foram bem estudadas por M. Varela Gomes e J. Pinho Monteiro (1977), que distinguiram quatro tipos, seriados cronologicamente entre os séculos XI e VIII a.C. em função do número e da variedade dos motivos representados. Nas mais antigas vêem-se um escudo, uma lança e uma espada. Posteriormente, segundo aqueles autores, surgem representações de espelhos, pentes, fíbulas, carros e capacetes (tipo B). Mais tarde ainda, a figura humana acrescenta-se aos elementos anteriores (tipo C). Finalmente, a figura do guerreiro amplifica-se, rodeada de armas e outros artefactos, e as esteias representam também uma cena (tipo D).

Parece-nos discutível a seriação em função do número e tipo de objectos representados. Poderíamos propor uma diversidade em função

(9) Veja-se o caso dinamarquês estudado por LEVY, 1979 e 1982.

do *status*, correspondendo as esteias com maior número de objectos a chefes de *status* mais elevado.

Na altura do artigo de M. Varela Gomes e J. Pinho Monteiro conheciam-se apenas duas destas esteias na Beira Baixa: as de Meimão e S. Martinho. Posteriormente, F. Curado publicou outras duas, achadas no concelho do Sabugal: Baraçal e Fóios (**CURADO**, 1984 e 1986). Propôs para a primeira uma cronologia alta (fins do séc. XII ou inícios do XI a.C.) e relacionou-a com uma provável invasão indo-europeia. Parece-nos discutível esta ideia de uma invasão, todavia não de todo impossível. Mais do que discutir a cronologia das esteias ou a sua relação com uma invasão, interessa-nos aqui sugerir a existência de chefes também na Beira Trasmontana e na Beira Baixa, num momento correspondente talvez aos séculos IX e VIII a.C., época à qual Maria Cruz Fernandez Castro (1988: 273) atribui as estelas. Tais chefes, como os da Beira Alta, estariam envolvidos na produção e circulação do bronze, encaminhado, através da Extremadura espanhola e do Nordeste alentejano, para o Sudoeste peninsular, onde então florescia Tartesso, no seu período antigo ou pré-colonial.

A julgar pelos achados de ourivesaria, o vale do Ave é outra zona do vasto território galaico-lusitano ou castrejo onde, entre 900 e 700 a.C., se pode ter constituído outro sistema sócio-económico integrado, com chefes dominando a produção e circulação do bronze. Com efeito, Armando Coelho F. da Silva atribui a este período os braceletes de Cantonha (Guimarães), Quinta da Bouça (Vila Nova de Famalicão) e Vila do Conde.

Finalmente, os braceletes de Alto da Pedisqueira (Chaves) e Telões (Vila Pouca de Aguiar) sugerem uma quarta rede de chefes no vale do Tâmega (sobre todas estas peças de ourivesaria vide **SILVA, 1986**).

Se a tipologia e o peso dos braceletes são significativos, teríamos em Cantonha um suzerano (peso do bracelete, 230,9 gramas; achado aliás com outras joias, infelizmente desaparecidas) e na Quinta da Bouça (180,2 gramas) e em Vila do Conde (62,5 gramas) dois vassallos. Por seu lado, no Alto da Pedisqueira (121,2 gramas) teríamos o suzerano de um vassallo em Telões (60 gramas). Os braceletes que, por hipótese, atribuímos aos suzeranos são não só mais pesados como tecnicamente mais elaborados.

Do século VII aos finais do II A.C.

No séc. VII a.C. parece verificar-se o colapso da metalurgia do bronze na vasta área galaico-lusitana: os achados atribuíveis a esta época são raros. Semelhante colapso poderá ter arrastado consigo o desmantelamento das redes de circulação do bronze e conduzido a uma involução da complexidade social, detectável numa quebra significativa das joias e no desaparecimento das formas de cerâmica fina que haviam sido correntes nos séculos anteriores. O peso total das joias do período de 900-700 a.C. é de 6195 gramas ⁽¹⁰⁾ e o do período de 700-500, apenas de 1058 (cálculos baseados em SILVA, 1986).

A cerâmica fina não desaparece totalmente do registo arqueológico. Em Conimbriga, por exemplo, sobrevive até aos fins do séc. I a.C. ou aos inícios do I d.C., então extremamente diversificada nas formas. Conimbriga, porém, situa-se numa faixa atlântica cuja história é diferente da do território galaico-lusitano. Neste, o desaparecimento da cerâmica fina parece ser um facto do séc. VII a.C.

“O registo arqueológico — diz Manuela Martins (1990: 189) — assinala, a partir do séc. VII a.C., um paulatino empobrecimento da cultura material correlativo de uma escassez de bens reveladores de intercâmbios entre regiões e de uma diminuição da produção metalúrgica.” Buscando as razões desse empobrecimento, a autora julga encontrá-las na instalação dos Fenícios no Sudeste peninsular. As exigências fenícias do cobre “terão dificultado naturalmente o acesso das populações setentrionais ao cobre do Sudeste” (1990: 189).

Duvidamos, em primeiro lugar, do interesse comercial dos Fenícios pelo cobre. Parece-nos que os colonizadores pretendiam sobretudo os metais nobres, designadamente a prata; e se buscavam outro menos nobre, seria o estanho, puro ou eventualmente já aliado ao cobre em artefactos de bronze.

A introdução do ferro na faixa mediterrânica peninsular e no Sudoeste (GAMITO, 1991), reduzindo provavelmente a necessidade do bronze, poderá constituir uma explicação alternativa para a queda da produção desta liga no Noroeste. O problema, todavia, afigura-se-nos

⁽¹⁰⁾ O peso das joias do período IA dado por Armando Coelho F. da Silva, 1986, é de 3297, 7 gramas. Acrescentamos o peso do tesouro de Mouchana (350 gramas) e o peso provável das 14 peças desaparecidas de Baralhas (14 x 182 gramas = 2548 gramas). Obtemos assim, para o período IA, o peso total de 6195, 7 gramas.

complexo. A produção de ferro ter-se-á intensificado, no séc. VII a.C., de modo a reduzir o consumo do bronze na faixa mediterrânica? Mesmo admitindo uma produção importante de ferro e uma redução percentual do consumo do bronze, o progresso social da faixa mediterrânica não terá contribuído para manter, em termos absolutos, a exigência anterior?

O longo período de involução que propomos, entre o séc. VII e os finais do II a.C., desenvolvendo aliás uma ideia de Manuela Martins, é subdividido por Armando Coelho F. da Silva em três fases: IB (700-500 a.C.), IIA (500-200 a.C.) e IIB (200- c. 140 a.C.). Já acima duvidámos do significado de 200 a.C., data a partir da qual Armando Coelho F. da Silva julga terem-se realizado algumas importações de cerâmica campaniense. Será a data de 500 a.C. mais significativa?

É nesta data que o autor situa a imigração de *Celtici* e *Turduli*, referida nestes termos por Estrabão (III, 3, 5):

“Os últimos de todos (os povos) são os Artabros e habitam junto do cabo que se chama Nêrio e é extremo da costa ocidental e norte. Também os Célticos habitam próximo desse cabo e são aparentados com os que vivem junto do Anas. Diz-se que eles e os Túrdulos, durante uma expedição a estes sítios, se revoltaram após passarem o rio Lima; que depois da revolta e da perda do seu chefe, se dispersaram e se fixaram nesses lugares; e que, por essa razão, o rio recebeu o nome de Letes”.

A veracidade do relato estraboniano é indiscutível. Mela (III, 1, 8) situa na fachada atlântica os *Turduli Veteres*, que Plínio (IV, 35,113), por seu lado, localiza imediatamente a sul do Douro. As *tesserae hospitales* descobertas por Armando Coelho F. da Silva (1983) na base do castro de Nossa Senhora da Saúde ou Monte Murado vieram confirmar essa localização. Se os *Turduli* desceram até ao sul do Douro, os *Celtici* remontaram à Galiza, onde Plínio localiza os *Celtici Neri* e os *Celtici Praestamarci* (N.H. IV, 111).

Do relato de Estrabão não pode, porém, inferir-se a data da imigração. Armando Coelho F. da Silva propõe 500 a.C. baseando-se em alguns fragmentos de cerâmica de tradição púnica encontrados no Noroeste (1986: 37 e 135). Como reconhece, esses fragmentos não são datáveis com rigor, inscrevendo-se no período que decorre entre os séculos V e III a.C.. Ora uma cronologia mais viável para a imigração parece ser a segunda metade do séc. III a.C., época em que poderá ter-se exercido certa

pressão dos Cartagineses no Sul de Portugal, donde procedem os Célticos e Túrdulos. Contra, poderá aduzir-se a ausência, no Noroeste, dos motivos estampilhados que parecem frequentes no Alentejo, a partir do séc. V a.C. (ARNAUD e GAMITO, 1974-1977; GAMITO, 1988:120).

Que consequências terá tido esta imigração no Noroeste? A pergunta é, por enquanto, irrespondível. É legítimo supor que se tratou de uma deslocação de importantes efectivos, pois de outra forma os imigrantes ter-se-iam diluído entre os autóctones e não teriam dado origem a unidades étnicas. Procedentes de uma área tecnologicamente mais avançada, Célticos e Túrdulos poderão ter introduzido o ferro e o torno de oleiro. Manuela Martins (1990:142 e 164) considera que tais inovações não se produziram no Noroeste antes de finais do séc. II a.C.. Armando Coelho F. da Silva (1986: 42) atribui a introdução do torno lento ao período de 200 - c. 140 a.C.. Poderemos remontar ainda as datas?

Ter-se-ão alguns *Celtici* estabelecido no vale do Cávado? No castro de S. Lourenço (Esposende) achou-se uma inscrição consagrada à *Daea Sancta* (SANTOS *et alii*, 1983:190). Ora este epíteto aplica-se a Atégina, deusa que teve em Turóbriga (na Betúria Céltica) um importante santuário e cujo culto se encontra difundido no Alentejo (ENCARNAÇÃO, 1984: 799-800). Será a ara de S. Lourenço um testemunho indirecto da presença dos *Celtici* no vale do Cávado?

Esta hipótese de fixação de Célticos no vale do Cávado talvez possa explicar a emergência dos castros agrícolas. Estes são povoados de baixa altitude, instalados em pequenas colinas que emergem da planície. Os exemplos portugueses conhecidos situam-se nos vales do Cávado e do Lima. No primeiro, Manuela Martins escavou o povoado do Lago e datou-o do séc. III a.C. (MARTINS, 1988 a); no vale do Lima, Brochado de Almeida atribuiu os castros agrícolas ao séc. I a.C. (ALMEIDA, 1990: 275). Aparentemente conflituosas, as duas cronologias poderão harmonizar-se, pois nada exige que o fenómeno da emergência dos castros agrícolas tenha sido universalmente sincrónico. Para o explicar, Brochado de Almeida postula uma influência romana. A nosso ver, porém, os castros agrícolas podem interpretar-se como um fenómeno de intensificação da produção, exigida pelo crescimento demográfico. Ora, a pressão demográfica pode ter-se feito sentir mais cedo numas áreas do que noutras. Assim, a cronologia da Manuela Martins não é necessariamente conflituosa com a de Brochado de Almeida, como seria se recorrêssemos à hipótese de um estímulo externo (influência romana) para explicar o fenómeno.

Se a imigração de Célticos e Túrdulos se deu no séc. III a.C., se alguns Célticos se estabeleceram no vale do Cávado, pode ter-se verificado um fenómeno de pressão demográfica responsável pela emergência dos castros agrícolas.

Talvez, a partir do séc. III a.C., o Noroeste tenha começado a recuperar do atraso sócio-económico.

A evolução do peso das joias parece, à primeira vista, testemunhar uma recuperação a partir de 500 a.C.. Com efeito, o peso das joias atribuíveis por Armando Coelho F. da Silva aos séculos IX e Vili é de 6195 gramas; o peso das peças de ourivesaria dos séculos VII e VI, 1058. O peso correspondente ao período de 500 a.C. a 140 a.C., 2450 gramas (Fig. 5). Considerando a duração do período entre 500 e c. 140 a.C. (muito mais longo que o anterior), não podemos, porém, falar de recuperação significativa. E não poderá uma boa parte da ourivesaria atribuível a 500 - c. 140 a.C. corresponder a peças contemporâneas da recuperação que presumimos a partir do séc. III a.C.? Infelizmente, é muito difícil precisar a cronologia das peças de ourivesaria atribuíveis ao período de 500 - c. 140 a.C..

Caracterizado, tecnicamente, pelo colapso da metalurgia do bronze e pelo desaparecimento da cerâmica fina típica do Bronze Final e, socialmente, pelo desaparecimento da integração política, o período que se inicia no séc. VII a.C. assiste ao desenvolvimento de uma cerâmica abundante em partículas de mica e tecnicamente homogênea (MARTINS, 1990: 135 e 142), embora possivelmente muito diversificada na decoração.

Armando Coelho F. da Silva elaborou um inestimável *corpus* dos motivos decorativos da cerâmica castreja (1990, ests. LXV a LXXVIII). Não investigou devidamente, porém, a cronologia dos motivos nem aprofundou o problema da sua eventual variabilidade de castro para castro ou de região para região. Serão necessárias muitas escavações para podermos entender se os temas variaram cronológica e localmente. A julgar pelo reduzido número de motivos presentes na cerâmica de S. Julião (MARTINS, 1988b: 176) e do Barbudo (MARTINS, 1989:113), cada castro tinha o seu repertório limitado que foi repetido monotonamente durante séculos. Se os motivos divergem localmente, parece-nos legítimo concluir pela produção doméstica e pela ausência de comércio. A cerâmica será, assim, um reflexo da inexistência de integração política que parece caracterizar o período que se inicia no séc. VII a.C.. Se, por outro lado, a produção da cerâmica era uma tarefa feminina, a reduzida

variedade de motivos em cada castro traduz a coesão social do povoado e a existência de uma regra de uxorilocalidade. Tensões sociais no interior de um castro exprimir-se-iam simbolicamente pela criação de motivos diferentes, como forma de sublinhar divergências familiares ou de linhagens. No caso da virilocalidade, isto é, se os homens permaneciam nos povoados de origem e as mulheres tomavam a residência dos maridos, encontrar-se-iam num castro mulheres de múltiplas proveniências; e, como cada uma traria os motivos aprendidos com sua mãe, deveria em cada castro encontrar-se uma considerável variedade de motivos. O reduzido reportório de S. Julião e do Barbudo parece confirmar que a regra de casamento obrigava à deslocação do homem para junto dos sogros, e não o inverso.

A emergência de lugares centrais no fim do séc. II A. C.

A grande revolução da área galaico-lusitana deu-se nos fins do séc. II a.C., com a emergência de grandes povoados como Sanfins ou Briteiros, que funcionaram certamente como lugares centrais.

Parece-nos possível calcular de forma aproximada a população de Briteiros ou Sanfins. No primeiro caso, e admitindo que as habitações se circunscreviam à área cercada pela mais interior das muralhas (há todavia habitações entre a muralha interior e a média (**CARDOZO**, 1965, est. VI), temos uma superfície habitada de 3,75 hectares. Adoptando como regra de cálculo 300 habitantes por hectare, teríamos 1125 almas em Briteiros. Admitindo, por outro lado, uma necessidade de 60 ovicaprinos por habitante, teríamos uma população de 67.500 cabras ou ovelhas como exigência alimentar da citânia. Ora o território de 1 hora de Briteiros tem 1768 hectares. Calculando 3 cabeças de gado ovicaprino por hectare, o território de Briteiros alimentaria 5034 animais, número muito inferior ao definido como necessidade.

Quanto a Sanfins, a área de cerca de 7 hectares envolvida pela muralha 2 (**SILVA**, 1986: 45) permite calcular uma população de 2100 habitantes. Este cálculo pode ser confirmado por outra via. Numa área escavada de cerca de 1,5 hectare temos 100 casas redondas, isto é, cerca de 1970 m² de área coberta (assumindo uma média de 5 metros de diâmetro para cada casa); numa superfície total de 6 hectares, supondo que a densidade das habitações fosse a mesma, teríamos 9193 m² de área coberta. Ora à razão de 4,5 m² de área coberta por habitante, isso daria

uma população de 2042 habitantes, o que exigiria 122.520 cabeças de gado ovicaprino. Com 1923 hectares no território de uma hora, Sanfins não poderia criar mais de 5769 ovicaprinos.

Talvez os nossos cálculos de população pequem por excesso ⁽ⁿ⁾. Por outro lado, a população de Briteiros ou Sanfins não se alimentaria apenas de carne de ovicaprinos: praticaria também alguma forma de agricultura cerealífera (cujo cálculo, na ausência de cartas de capacidade dos solos, se torna difícil) e utilizaria os recursos da caça e da colheita de frutos como a bolota e a castanha⁽¹²⁾. De qualquer forma, a distância entre o número de animais necessários e o de animais que poderiam criar-se nos territórios é tão grande que não nos parece difícil admitir que Briteiros e Sanfins não poderiam sobreviver sem colheita de bens alimentares proporcionados por castros vizinhos e dependentes. Seriam, pois, lugares centrais.

Uma pergunta ocorre necessariamente : que fenómeno ou fenómenos explicam a emergência dos lugares centrais?

O modelo interpretativo aplicado por Frankenstein e Rowlands (1978) aos chefados hallstáticos do centro da Europa não parece transferível para o caso do Noroeste. Segundo estes autores, que adaptam ao caso

⁽ⁿ⁾ As propostas de *ratio* entre área habitada/número de habitantes são muito diversas. Como é sabido, Renfrew propôs 300 habitantes por hectare para os povoados do Bronze Inicial do Egeu (RENFREW, 1972: 394). Leslie ALCOCK (1965:194) sugere 62,9 habitantes por hectare para o castro de Garn Boduan (Caernarvonshire), com casas de pedra circulares semelhantes às dos nossos castros do Noroeste. Esta *ratio* parece-nos excessivamente baixa. Alcock atribui 5,75 m² de área coberta a cada habitante, o que é talvez excessivo. Por outro lado, uma grande área de Garn Boduan não está construída. Se adoptamos uma *ratio* de 4,5 m² por habitante, a população do castro galês seria mais elevada do que a que propõe Alcock. Por outro lado, se deduzirmos a área intramuros não construída, a *ratio* da área construída eleva-se proporcionalmente, sem todavia atingir os 300 habitantes por hectare propostos por Renfrew. A nossa argumentação para propor uma densidade de 300 habitantes por hectare baseia-se na coincidência, que se verifica em Sanfins, entre o cálculo da população baseado naquela *ratio* e o cálculo do número de habitantes baseado em 4,5 m² de área coberta por indivíduo .

⁽¹²⁾ É evidente que a população não se alimentava exclusivamente de carne de ovicaprinos. A farinha de bolota poderia ser um contributo importante. Não temos, porém, dados para calcular o peso de farinha que se poderia obter num território eventualmente povoado de densos carvalhos. Por outro lado, poderia praticar-se uma agricultura cerealífera, embora de forma pouco intensiva. Assim, o nosso cálculo de capacidade de sustentação do território baseado exclusivamente na criação de gado ovicaprino é grosseiro.

hallstático uma teoria de economia política de Meillassoux, o poder político desenvolve-se a par com o comércio de bens de prestígio procedentes do estrangeiro; por outras palavras, usando a terminologia de Wallerstein, o poder político numa área periférica desenvolve-se através do comércio com uma área central, que, no caso da Europa hallstática, foi o mundo greco-etrusco. O comércio externo era monopolizado pelos chefes hallstáticos e os bens de prestígio (no caso vertente, o vinho e a cerâmica grega importados, bem como as joias de ouro e as carroças de fabrico local) eram distribuídas pelos chefes (suzeranos) a outros chefes menores que se transformavam em vassalos, criando assim um sistema político piramidal.

A importância do comércio externo no Noroeste, nos fins do séc. II a.C., parece reduzida. É certo que entre 200 e 140 a.C., segundo Armando Coelho F. da Silva (1986: 42), se verificam algumas importações de campaniense. A importação de ânforas pode ser anterior a Augusto (FABIÃO, 1989: 111) mas possivelmente não remonta ao séc. II a.C.. O comércio externo parece muito restrito e insuficiente para provocar a emergência de lugares centrais.

Se os chefes não surgiram para organizar um comércio de bens de prestígio alógenos, poderão ter aparecido para regular a circulação de bens regionais? Essa actividade reguladora pressupõe a diversidade ecológica. Tal diversidade conduziria à especialização produtiva dos povoados, cada um gerando os seus frutos, de acordo com as aptidões das suas terras; e esta especialização traria como consequência a necessidade de trocas que despejassem uns povoados dos excedentes e abastecessem outros daquilo que lhes minguava. Ora, os castros do Noroeste não apresentam essa diversidade ecológica; quando muito, poderíamos admitir um comércio de sal entre povoados da beira-mar e outros interiores.

Um domínio onde haveria diversidade seria o dos recursos mineiros, pois nem em toda a parte havia jazidas metalíferas; mas não parece que, no séc. II a.C., tenha havido intensificação da produção metalúrgica e daí, necessidade de organizar o comércio.

Assim, não podemos, aparentemente, explicar o aparecimento dos chefes pela necessidade de instaurar e regular a circulação de bens de subsistência ou de metais.

O panorama do Nordeste alentejano parece diferente. Analisando um restrito caso regional, Teresa Gamito (1988: 159) sugeriu a especialização dos povoados: uns, como Vaiamonte, dominavam bons solos

agrícolas; outros, como Segóvia, jazidas de minério. Entre os povoados estabeleceram-se certamente redes de intercâmbio que poderiam explicar a emergência de chefes. O mecanismo eventualmente válido para o Nordeste alentejano não parece, porém, transponível para o Noroeste nem, aliás, para as Beiras, embora tenhamos de reconhecer que a investigação está demasiadamente atrasada para podermos pronunciar-nos com segurança num problema que deve permanecer aberto.

Que explicação poderemos então sugerir para a emergência de lugares centrais e de chefes no Entre Douro e Minho?

Em 137 a.C., Décimo Júnio Bruto realiza a sua expedição ao Noroeste. Apesar da vitória retumbante que lhe mereceu o cognome de Calaico, a expedição não parece ter sido seguida de ocupação efectiva; mas o perigo de novos ataques era agora iminente. Talvez a necessidade de organizar a defesa tenha sido o motor da integração política dos povoados castrejos sob a égide de alguns lugares centrais e dos seus correspondentes chefes.

A integração política poderá ter sido, por outro lado, o factor que determinou a consciência étnica, isto é, a consciência das identidades e diferenças dos povos. O quadro dos *populi* pré-romanos do Noroeste, deduzível da *História Natural* de Plínio e complementado por algumas fontes epigráficas, foi traçado por Tranoy (1981: 45-74), que procurou situá-los geograficamente. Quando e como se formaram esses *populi*, isto é, quando é que se gerou a consciência étnica? O fenómeno está certamente relacionado com a integração política. Podemos perguntarmos o que veio primeiro: a consciência étnica ou a integração política? Cremos que a integração política.

Na Beira Baixa e na Beira Transmontana, isto é, na área nuclear dos Lusitanos, não temos notícia de grandes castros que possam ter desempenhado funções de lugares centrais. É certo que o nosso conhecimento da Idade do Ferro nesta área é praticamente nulo. Não temos um inventário de castros comparável ao de Armando Coelho F. da Silva, nem escavações como as que se têm realizado no Entre Douro e Minho. Admitamos, porém, a inexistência de lugares centrais, que as prospecções ainda não revelaram. Por que razão é que eles não surgiram, se a região conheceu a mesma ameaça romana que Entre Douro e Minho?

Antes de mais diremos que as estratégias foram diferentes: enquanto os Calaicos deliberaram defender-se dos Romanos no seu próprio território, os Lusitanos decidiram atacá-los fora da sua região.

Mas porquê essa diferença de estratégia? A razão poderá ser histórica: os Lusitanos tinham uma longa tradição de guerra fora da fronteira étnica.

O estado de guerra endémica a que Estrabão alude parece confirmado, para os Lusitanos, por outras fontes históricas. Esta guerra dos Lusitanos não era uma luta interna entre povoados da mesma etnia; era uma guerra exterior, dirigida contra a Turdetânia e a Carpetânia, que os Lusitanos atacavam em correrias possivelmente anuais. Temos numerosas notícias dessas correrias ou *raids* desde 194 a.C..

Que função material ou social teria esta guerra? Não era uma guerra pela conquista de novos territórios, visto que os Lusitanos nunca se estabeleceram na Bética e sempre regressavam às suas terras. Corresponderia a guerra a uma captura de meios de subsistência e seria exigida pela insuficiência da produção em terra própria? Na ausência de um inventário dos castros, que seria a condição mínima indispensável para podermos formular alguma hipótese sobre os quantitativos da população e sobre a possibilidade ou não de esta viver dos seus recursos, a pergunta é, de momento, irrespondível. Permitimo-nos todavia lançar alguma dúvida sobre a função material da guerra, isto é, sobre a explicação da guerra como forma de capturar bens de subsistência. A tática parece ter sido a da guerrilha, dificilmente compatível com a captura de gado e de cereais cujo transporte a longa distância atrasaria a marcha da guerra a ponto de a tornar pouco segura. Teria então a guerra uma função meramente social?

Admitamos uma sociedade que favorecia a audácia e a bravura, uma sociedade que tinha por valores morais primitivos ou basilares a coragem, o denodo. A demonstração dessas qualidades seria uma forma de adquirir *status*, uma abonação na altura de procurar casamento: nenhuma mulher queria desposar quem se não pudesse reclamar de feitos de bravura.

Se os valores morais da sociedade podem manter ou perpetuar a guerra, mesmo que esta não cumpra funções materiais, esses valores não criam a guerra. Só numa sociedade guerreira se pode gerar a moral da valentia. Aparentemente, temos um círculo vicioso que explica a guerra pela ideologia e esta pela guerra. Como sair do círculo?

A guerra pode ser, para uma população primitiva, uma maneira de travar o crescimento demográfico. Mecanismos mais óbvios são, evidentemente, o aborto e o infanticídio; mas é sabido que há outros mecanismos. Há, pelo menos, o de prolongar o aleitamento materno, que impede a ovulação e, por consequência, a gravidez (HARRIS, 1990: 33). E há o

mecanismo cultural de adiamento da idade núbil: quanto mais velhos forem os cônjuges no momento do enlace, menor será o número provável de filhos.

Ora, a guerra endêmica dos Lusitanos pode ter cumprido essa função social de adiamento da idade núbil: os homens não casariam sem terem demonstrado primeiro o seu valor. O mecanismo não funcionaria, evidentemente, sem um idêntico retardamento da nubilidade feminina ou sem um infanticídio preferencialmente feminino, infanticídio frequentemente praticado por sociedades guerreiras (DIVALE e HARRIS, 1976).

Nesta perspectiva, a guerra terá funcionado inicialmente como mecanismo de contenção do crescimento demográfico, mecanismo esse surgido da escassez de bens alimentares; uma vez instituída, terá criado uma ideologia de bravura responsável pela sua perpetuação. O que mudou, desde os inícios do séc. II a.C., não foi a ideologia ou a função social da guerra, mas o inimigo: de uma luta contra Turdetanos da Bética e Carpetanos, passou-se a uma guerra contra os Romanos.

Não aclarámos inteiramente, porém, até agora, porque é que não surgiram lugares centrais no território dos Lusitanos. A criação de lugares centrais pressupõe a permanência do poder nos mesmos lugares e a instituição de hierarquias duradouras de povoamento. Ora, talvez uma ideologia de igualdade, ardorosamente defendida, tenha conduzido, entre os Lusitanos, à transiência dos chefes que conduziam a guerra. Viriato foi o único que manteve o poder durante vários anos seguidos. Mesmo assim, temos notícia da existência de outros chefes durante o período das guerras lusitanas. Viriato não conseguiu unir todas as forças dos Lusitanos. Os do Alentejo, como nos revelam as fontes históricas, combatiam sob as ordens de Cúrio e Apuleio. Se a paz negociada em 140 a.C. por Fábio Máximo Serviliano (paz que reconheceu ao chefe lusitano o título de *amicus populi Romani*) tivesse sido mantida, teríamos talvez assistido ao aparecimento de um lugar central aí onde Viriato tivesse decidido fixar-se. Mas a paz foi logo rompida, e Viriato assassinado em 139 a.C.. A ideologia da igualdade, eventualmente assente numa falta de intercâmbio económico entre os povoados, não permitiu a emergência de chefes permanentes e de uma hierarquia de povoamento sob a égide de alguns lugares centrais.

A conquista do Noroeste e a sua reorganização administrativa

Se a emergência de lugares centrais no Entre Douro e Minho se explica por uma necessidade de organizar a defesa, talvez ela tenha, ao contrário, facilitado a conquista.

As fontes clássicas são mudas quanto a operações militares no território actualmente português a norte do Douro. O único facto referenciado posteriormente à expedição de Décimo Júnio Bruto é a tomada de Cale por Perpena em 74 a.C. (TRANOY, 1981: 130).

A referência de *Servius, Ad. Aen. (Cales civitas est Campaniae... est et in Gallaecia, quam Sallustius captam a Perperna commemorat)* pode aduzir-se como argumento a favor da identificação de Cale com o Porto. Que importância teria Cale que justificasse a conquista? Poderia ser um *port of trade* por onde se exportaria o ouro de Vila Pouca de Aguiar, transportado ao longo do eixo do rio Tâmega e, depois, do Douro. Cale seria igualmente um porto importador de produtos mediterrânicos (REAL *et alii*, 1985-1986: 28).

A ausência de referências literárias à história militar no Entre Douro e Minho posteriormente à tomada de Cale poderá tomar-se como indício de uma conquista fácil da região? Será o registo arqueológico tão omissivo quanto as fontes literárias?

Schulten sugeriu a instalação, no local da futura Bracara Augusta, de uma legião comandada por Públio Carisio ao tempo das campanhas do primeiro imperador no Noroeste peninsular. Nada, porém, confirma tal hipótese (TRANOY, 1981b: 109). Apenas o testemunho de alguns tesouros monetários sugere que a província de Entre Douro e Minho foi palco de guerra no tempo de Augusto. Temos, em primeiro lugar, os tesouros de Monte Mozinho (Penafiel) e Guiães (Vila Real), que terminam com moedas de 32-31 a.C. (CENTENO, 1987: 193). Depois, os dois tesouros de Alvarelhos, com séries que terminam em 27 a.C.. Um deles, além de denários, continha duas bolas de prata com a palavra *CAESAR* grafitada (CENTENO, 1987: 35 e 212). Aparentemente, estas bolas destinavam-se à cunhagem, em campanha, de denários para pagamento do soldo as tropas e terão sido roubadas a uma legião. Finalmente, o tesouro de Sanfins, embora contendo uma moeda de 25-23 a.C. (CENTENO, 1987: 50), também se pode relacionar com as guerras do Noroeste.

Seja como for, a ausência de testemunhos literários da guerra parece indício de uma integração fácil do território actualmente português a

norte do Douro. Terão os chefes, cuja existência presumimos, aceitado facilmente o domínio romano a troco de uma manutenção no poder?

Quaisquer que tenham sido os sucessos da conquista, terá Augusto organizado administrativamente o Noroeste segundo o modelo das *civitates*! O texto de Plínio III 4, 28 fala das 24 *civitates* do *conventus Bracarum*. Ora é opinião corrente que Plínio se serviu, para compor os parágrafos sobre geografia política da Hispânia, de listas ou *formulae* da época de Augusto. Assim, as *civitates* do Entre Douro e Minho remontariam ao primeiro imperador.

Contra esta opinião podemos aduzir três argumentos. Primeiro, na região de Lugo, no séc. I d.C., encontramos *principes* à frente dos *populi*. *Vecco* (?), filho de *Vecius*, príncipe dos *Co[pori]* (ARIAS VILAS *et alii*, 1979:60-61) e *Niger*, filho de *Clutosius*, príncipe dos *Albiones* (ALBERTOS FIRMAT, 1975:42). Segundo, embora Plínio se tenha servido *àt formulae* augustanas, pode ter actualizado o seu texto no que concerne ao Noroeste, de cuja administração tinha conhecimento directo: as *civitates* de que fala poderiam ser uma criação flaviana. Terceiro, Plínio nem sempre usa o termo *civitas* num sentido técnico, como se documenta com o passo III 4, 26.

O que nos importa, porém, não é tanto o nome que terá sido dado por Augusto às circunscrições (pode ter sido o de *civitates*), como o princípio que norteou a divisão administrativa e o tipo de governo adoptado. Talvez Augusto tenha criado circunscrições correspondentes aos antigos *populi*, escolhido os antigos lugares centrais (ou alguns deles) como capitais das novas unidades administrativas e confiado o governo a *principes* vitalícios, se não mesmo hereditários.

Este sistema exigiria alguma forma de tutela e para a garantir terão sido criados os centros urbanos de *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. Terá sido administrativa a razão determinante destas fundações, que, desde o início, porém, terão desempenhado funções económicas como centros produtores e nodais de um comércio de bens importados, redistribuídos a partir delas.

Será possível reconstituir a posição geográfica dos *oppida* ou *castella* que funcionaram como capitais das circunscrições administrativas augustanas? Talvez, através das estátuas de guerreiros galaicos.

As estátuas são provavelmente representações de chefes ou *principes*, atribuíveis ao séc. I d.C., mas pré-flavianas. Assim, a sua localização é um testemunho indirecto das residências dos chefes pré-flavianos.

Armando Coelho F. da Silva (1986: 305-309) publicou um inventário dos guerreiros galaicos.

Se cartografarmos os lugares de achado (Fig. 6), teremos no Entre Douro e Minho dez lugares centrais e três no eixo do Tâmega. Temos, por outro lado, quatro *populi* cuja situação no Entre Douro e Minho é segura (*Seurbi*, *Leuni*, *Bracari* e *Callaici*) e três cuja localização é provável (*Nemetati*, *Luanci* e *Lubaeni*). A probabilidade de localização destes últimos no Entre Douro e Minho deduz-se do facto de não estarem citados no Padrão dos Povos de Chaves (CIL II 2477), que menciona as *civitates* mais interiores.

Não há coincidência entre o número de estátuas e o número de *populi*; mas Plínio indica 24 *populi* no conventus bracaraugustanus e nomeia apenas 21; como se chamariam os restantes e onde é que ficariam situados? Por outro lado, não é de excluir a hipótese de ter havido transferências de localização de lugares centrais.

Plínio IV, 112 situa entre Minho e Lima os *Leuni* e os *Seurbi*. Armando Coelho F. da Silva (1986: 280) propôs a localização dos primeiros a montante e dos *Seurbi* a juzante. Cendufe e S. Paio de Meixedo seriam as respectivas capitais.

O lugar central dos *Bracari* seria Roriz (Barcelos) ou S. Julião (Vila Verde), ambos no Vale do Cávado; Monte Mozinho, o dos *Callaeci*, que Tranoy (1981: 65) situa, com bons fundamentos, imediatamente a norte do Douro.

Quanto aos *Nemetati*, Tranoy (1981: 72) sugeriu a sua vizinhança de *Bracara Augusta* mas Armando Coelho F. da Silva (1986, est. X) preferiu situar no Ave a sua capital, *Valabriga*.

Para os *Luanci* e *Lubaeni* não temos, por enquanto, qualquer proposta; mas poderiam perfeitamente ficar situados na província de Entre Douro e Minho.

Dos três lugares situados no eixo do Tâmega, um deles (talvez mais provavelmente Outeiro Lezenho) poderá ter sido a capital dos *Tur odi*, posteriormente deslocada para *Aquae Flaviae*. Outro, o dos *Naebisoci*, visto que a inclusão deste nome na coluna de Chaves (CIL II2477) deixa supor uma proximidade geográfica. Não concordamos com Armando Coelho F. da Silva, que os situa nas margens do Neiva (1986: 283).

Em Santa Comba (Refojos de Basto) encontrou-se uma estátua de guerreiro com inscrição na *caetra*. Esta inscrição recorda um *populus*, *Abianis*, *Albinis* ou *Labinis* (SILVA, 1986:285, nota 284 e 308), que não se acha mencionado por Plínio. É necessário, porém, recordar que dos 24

populi ou *civitates* atribuídos por Plínio ao *conventus Bracarum*, apenas conhecemos, através de fontes literárias ou epigráficas, 21. Há, portanto, 3 *populi* desconhecidos. Poderá um deles ser o dos *Albinis*, e poderemos situá-lo em Terras de Basto, com centro em Santa Comba? Poderá outro dos povos desconhecidos situar-se em S. Martinho de Britelo?

A localização da estátua de S. Jorge de Vizela suscita dúvidas. Com efeito, foi pela primeira vez registada em 1884 por Martins Sarmento, que a viu no adro da igreja matriz daquela freguesia. Ignora-se de onde procede. De algum castro vizinho?

A emergência de lugares centrais, cuja identificação aqui discutimos, talvez com risco de quebrar a lógica do discurso, parece o facto mais relevante dos fins do séc. II ou dos inícios do I a.C., marcando o regresso a uma complexidade social que havia diminuído entre os séculos VII e II.

Segundo Armando Coelho F. da Silva (1986:43), a emergência dos grandes povoados terá sido acompanhada pelo abandono de castros menores. Este fenómeno de concentração populacional parece-nos viável, embora careça de confirmação através de escavações. Se, como sugerimos, os lugares centrais não podiam sobreviver sem tributarem povoados menores, a manutenção destes era essencial. Tal manutenção não é, porém, incompatível com uma redução da população dos castros menores. Por outro lado, como Manuela Martins sugeriu (1990: 150), o abandono de castros menores, se efectivamente se verificou, pode estar relacionado com a multiplicação dos castros agrícolas que, pelo menos no vale do Lima, como acima vimos, parecem datar do séc. I a.C..

Nos povoados maiores surgiu certamente uma classe de artífices profissionais, responsáveis pela adopção de inovações técnicas cuja difusão para outros castros menores é, por enquanto, impossível de avaliar. A partir de fins do séc. II a.C. são notórias: a utilização do torno de oleiro e a melhoria do processo de cozedura da cerâmica, com fornos oxidantes (SILVA, 1986: 125); a adopção da mó giratória (SILVA, 1986: 47); o uso do ferro (SILVA, 1986: 62 e 171). Por outro lado, criaram-se novas formas cerâmicas (MARTINS, 1990: 155-163).

Os contactos com o mundo romano, no período entre os finais do séc. II a.C. e as campanhas de Augusto, manifestam-se pela importação de ânforas vinárias de tipo Dressel I e de cerâmica campaniense (SILVA, 1986: 136). O volume dessas importações parece, porém, reduzido e as ânforas poderão ter sido importadas apenas a partir dos finais do séc. I a.C. (MARTINS, 1990: 149). Dificilmente poderemos tomar o comércio

externo como factor decisivo no desenvolvimento da cultura castreja entre os finais do séc. II a.C. e a época de Augusto.

De Augusto aos Flávios

A integração administrativa do Noroeste no império romano não trouxe o abandono dos castros. Na área do vale do Cávado estudada por Manuela Martins (1990), dos 44 povoados fortificados reconhecidos, 19, isto é, 43%, foram romanizados. Em Santo Ovídio (Fafe), o período de Augusto “assinála uma grande vitalidade do povoado, não só representada nas numerosas construções realizadas, como também pelo desenvolvimento da metalurgia e pela presença de moedas e materiais de importação” (MARTINS, 1991:89). As moedas, a sigillata e os vidros descobertos em alguns castros pressupõem não só uma ocupação como também um certo poder de compra dos habitantes. A citânia de Briteiros, por exemplo, proporcionou vidros de luxo da primeira metade do séc. I d.C.: cinco fragmentos de taças *millefiori* e um de jarro decorado com grânulos de vidro em relevo, tipo extraordinariamente raro, do qual se conhecem poucos exemplares no mundo romano (ALARCÃO, 1963). As ombreiras e vergas decoradas das portas, bem como outros elementos arquitectónicos, que Calo Lourido (1991: 769) atribui, talvez com razão, ao período júlio-claudiano, denunciam investimentos para traduzir, no aspecto exterior das casas, o *status* dos habitantes principais. Não podemos, assim, imaginar os castros despovoados de elites no período júlio-claudiano.

Os meados do séc. I d.C. parecem, todavia, representar um marco histórico importante. Segundo Armando Coelho F. da Silva, Sanfins, Âncora e Romariz (1986: 47, 50 e 53) entram em franco declínio. O povoado do Lago parece ter sido abandonado na mesma altura (MARTINS, 1990:150). Em S. Julião e no Barbudo, Manuela Martins observa, a partir dessa época, a divulgação de cerâmica comum romana; não temos, porém, nos dois castros, materiais importados que nos dêem testemunho de um poder de compra elevado, como verificamos em Briteiros na primeira metade do século (MARTINS, 1988b: 215 e 221; MARTINS, 1989: 117-118).

Temos, a partir de meados do séc. I d.C., um processo de romanização mais intensa de alguns castros associado à deserção (parcial ou total) de outros.

O processo de deserção pode ilustrar-se com o caso de Santo Estevão da Facha (Ponte de Lima) (ALMEIDA *et alii*, 1981). O castro foi

ocupado pelo menos até à segunda metade do séc. I d.C., pois nele se encontrou “cerâmica bracarense” (ALMEIDA *et alii*, 1981: 36). A ausência de materiais datáveis posteriores deixa-nos supor um abandono nessa época, até uma reocupação que terá tido lugar na Alta Idade Média. Ora, a nascente e sudeste do castro, no limite do seu território de uma hora, observam-se numerosos locais com *tegulae*. Aparentemente, correspondem a modestos casais. A distância média entre as *tegulae*, no conjunto a nascente, anda pelos 145 metros, o que nos permite calcular prédios rústicos de cerca de 2 hectares, suficientes para prover ao sustento de uma família nuclear, que poderia aliás subsistir não só das colheitas em terras próprias como de algum gado apascentado em terrenos de propriedade colectiva. Aparentemente, neste caso, a população desertou do castro para vir estabelecer-se em casais dispersos no âmbito do anterior território de uma hora. A deserção pode ter começado no tempo de Augusto, época à qual C. A. Brochado de Almeida (1990: 62) atribui uma casa redonda de estilo castrejo situada a 377 metros do castro.

A sobrevivência dos castros

O caso de Santo Estêvão da Facha documenta o abandono de um castro e a dispersão da população por casais em terras mais baixas ao longo do séc. I d. C. Não podemos, porém, generalizar o exemplo. Os materiais do séc. II d. C. encontrados em alguns povoados fortificados (designadamente em S. Julião, vid. MARTINS, 1988b: 221-222) dão testemunho da sobrevivência de alguns castros, romanizados. O estudo da circulação monetária até finais do séc. II d. C. realizado por Rui Centeno (1987) demonstra a existência de numismas do séc. II em diversos castros. Assim, alguns povoados fortificados sobreviveram pelo menos naquele século.

Parecem ser mais abundantes os materiais do séc. IV d.C. Terá havido continuidade de ocupação ou reocupação no Baixo Império? Inclina-mo-nos mais para a hipótese da continuidade, por não vermos, no séc. IV, razões determinantes para um movimento de reocupação.

O fenómeno da deserção dos castros parece ter sido, assim, gradual, desde a época de Augusto pelo menos até um avançado séc. II d. C. Um abandono total provavelmente nunca se verificou. Não é certo que, ainda no séc. V d.C., Idácio de Chaves (*Chronicon*, 49 e 91) fala de *castellai*

Os castros continuamente ocupados, provavelmente, manifestavam níveis diferentes de romanização. É possível que muitos tenham permanecido marginalizados, com reduzida assimilação dos benefícios da civilização romana. A simples recordação do teor de vida de muitas aldeias serranas do nosso tempo ajuda-nos a compreender a distância que, na época romana, pode ter mediado entre uma cidade como *Bracara Augusta ou Aquae Flaviae* e um castro à margem das vias principais.

Desde o séc. X a. C. ao V d. C. decorrem quinze séculos. Durante eles assistimos primeiro a uma integração política (entre os séculos X e VIII a.C.), depois uma desintegração (de inícios do séc. VII aos finais do II a.C.), seguidamente uma nova concentração com a formação de etnias e, a partir do reinado de Augusto, a uma deserção que não foi total, porque no séc. V. d. C. ainda havia populações que viviam em *castella*. Poderemos falar de uma cultura castreja de tão longa duração? Será mais correcto falar apenas de uma forma de habitat que permanece apesar das transformações económicas e socioculturais?

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília Moutinho de, 1963: "Vidros romanos do Museu de Martins Sarmento", *Revista de Guimarães*, 73 (1-2), 175-209.
- ALCOCK, Leslie, 1965: "Hillforts in Wales and the Marches", *Antiquity*, 39 (155), 184-195.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, 1990: *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, Carlos Alberto F. de; SOEIRO, Teresa; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; BAPTISTA, António José, 1981: *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Ponte de Lima.
- ARIAS VILAS, F.; LE ROUX, P.; TRANOY, A., 1979: *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Paris.
- ARNAUT, José Morais; GAMITO, Teresa Júdice, 1974-1977: "Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I. Cabeça de Vaiamonte — Monforte", *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 7-9, 165-202.
- BATICLE, Yves, 1974: *L'élevage ovin dans les pays européens de la Méditerranée occidentale*, Paris.
- BOULOUMIÉ, Bernard, 1988: "Le symposium gréco-étrusque et l'aristocratie celtique", in *Les princes celtes de la Méditerranée (Rencontres de l'Ecole du Louvre)*, Paris, 343-384.

- CALO LOURIDO, Francisco, 1991: *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*, tese de doutoramento policopiada apresentada na Faculdade de Xeografia e Flistoria da Universidad de Santiago de Compostela.
- CARDOZO, Mário, 1972: *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de epigrafia latina e de escultura antiga*, Guimarães.
- CENTENO, Rui M. S., 1987: *Circulação monetária no Noroeste deHispânia até 192*, Porto.
- COELHO, Inocêncio Seita, 1982: *Economia dos sistemas agro-pastoris na Serra da Estrela*, Lisboa.
- COELHO, José, 1941: *Memórias de Viseu (Arredores). I. A freguesia de Salvador e extinto concelho do Barreiro e notas toponímicas de Viseu e concelhos limitrofes*, Viseu.
- CURADO, Fernando Patrício, 1984: “Uma nova esteia do Bronze Final na Beira Alta (Baraçal, Sabugal — Guarda)”, *Arqueologia*, 9, 81-85.
- CURADO, Fernando Patrício, 1986: “Mais uma esteia do Bronze Final na Beira Alta (Fóios, Sabugal - Guarda)”, *Arqueologia*, 14, 103-109.
- DIVALE, William T.; HARRIS, Marvin, 1976: “Population, warfare and the male supremacist compi ex”, *American Anthropologist*, 78, 521-538.
- DOPICO CAINZOS, M.- Dolores, 1986: “Los conventus iuridici. Origen, cronologia y naturaleza historica”, *Gerión* 4, 265-283.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1984: *Inscrições romanas do conventuspacensis*, Coimbra.
- ETIENNE, Robert, 1958: *Le culte impérial de la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris .
- FABIÃO, Carlos, 1989: *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa.
- FERNÁNDEZ CASTRO, María Cruz, 1988: *Arqueologia protohistórica da Península Ibérica (siglos X a Vili a. C.)*, Madrid.
- FRANKENSTEIN, Susan; ROWLANDS, M. J., 1978: “The internal structure and regional context of Early Iron Age society in south-western Germany”, *Bulletin of the Institute of Archaeology of London*, 15, 73-112.
- GAMITO, Teresa Júdice, 1988: *Social complexity in southwest Iberia, 800-300 a.C.. The case ofTartessos*, Oxford (BAR International Series, 439).
- GAMITO, Teresa Júdice, 1991: “A introdução da metalurgia do ferro no Sudoeste peninsular (com base nas datações de radiocarbono) “, *Actas das IVJornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 299-304.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933: *Esboço de uma carta regional de Portugal*, Coimbra.
- GOMES, Mário Varela; MONTEIRO, Jorge Pinho, 1977: “Las esteias decoradas de Pomar (Beja — Portugal). Estudio comparado”, *Trabajos de Prehistoria*, 34, 165-204.
- GOPHNA, Ram; LIPHSCHITZ, Nili; LEV-YADUN, Simcha, 1986-87: “Man's impact on the natural vegetation of the central coastal plain of Israel during the Chalcolithic period and the Bronze Age”, *Tel Aviv*, 13-14(1), 71-84.

- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos; SENNA-MARTÍNEZ, J. C., 1989: "O Cabeço do Crasto de São Romão, Seia. Alguns resultados preliminares das campanhas 1(1985) a 3(1987)", *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 189-234.
- HALSTEAD, Paul, 1981: "Counting sheep in Neolithic and Bronze Age Greece" in HODDER, Ian; ISAAC, Glynn; HAMMOND, Norman, *Pattern of the Past Studies in honour of David Clarke*, Cambridge, 307-339.
- HARRIS, Marvin, 1990: *Canibais e reis*, Lisboa.
- HASSAN, Fekri A., 1982: "Demographic archaeology" in SCHIFFER, Michael B., *Advances in archaeological method and theory. Selections for students from volumes 1 through 4*, New York, 225-279.
- LEVY, Janet E., 1979: "Evidence of social stratification in Bronze Age Denmark", *Journal of Field Archaeology*, 6, 49-56.
- LEVY, Janet E., 1982: *Social and religious organization in Bronze Age Denmark. An analysis of ritual hoard finds*, Oxford.
- LOPEZ-CUEVILLAS, Florentino, 1989: *La civilización céltica en Galicia*, Madrid.
- MARTINS, Manuela, 1988a: *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Braga.
- MARTINS, Manuela, 1988b: *A citânia de S. Julião, Vila Verde. Memória dos trabalhos realizados entre 1981-1985*, Braga.
- MARTINS, Manuela, 1989: *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983 e 1985*, Braga.
- MARTINS, Manuela, 1990: *Opovoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga.
- MARTINS, Manuela, 1991: *O povoado de Santo Ovidio (Fafe): resultado dos trabalhos realizados 1980-1984*, Braga.
- REAL, Manuel Luís; TÁVORA, Maria José; OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; TEIXEIRA, Filipe Fernando, 1985-86: "Escavações arqueológicas no Morro da Sé", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.- série, 3-4, 7-44.
- RENFREW, Colin, 1972: "Patterns of population growth in the prehistoric Aegean", in UCKO, P.; TRINGHAM, R.; DIMBLEBY, *Man, settlement and urbanism*, Londres, 383-399.
- SANTOS, Luciano dos, LE ROUX, Patrick; TRANOY, Alain, 1983: "Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga", *Bracara Augusta*, 83-84, 183-205.
- SILVA, Armando Coelho F. da, 1980: "Organizações gentílicas entre Leça e Ave", *Portugália*, nova série, 1, 79-80.
- SILVA, Armando Coelho F. da, 1983: "As *tesserae hospitales* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga", *Gaya*, 1, 9-26.
- SILVA, Armando Coelho F. da, 1984: "Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento", *Gaya*, 2, 39-58.
- SILVA, Armando Coelho F. da; SILVA, Celso Tavares da; LOPES, António Baptista, 1984: "Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu)", *Lucerna. Número extraordinário. Colectânea de estudos de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, 73-109.

- SILVA, Armando Coelho F. da, 1986: *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- TRANOY, Alain, 1981a: *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris.
- TRANOY, Alain, 1981b: "Romanisation et monde indigène dans la Galice antique: Problèmes et perspectives", *Primera Reunión Gallega de Estudios Clasicos, Santiago-Pontevedra, 2-4 julio 1979*, Santiago de Compostela, 105-121.
- UNTERMANN, Jürgen, 1965: *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania antigua*, Madrid.

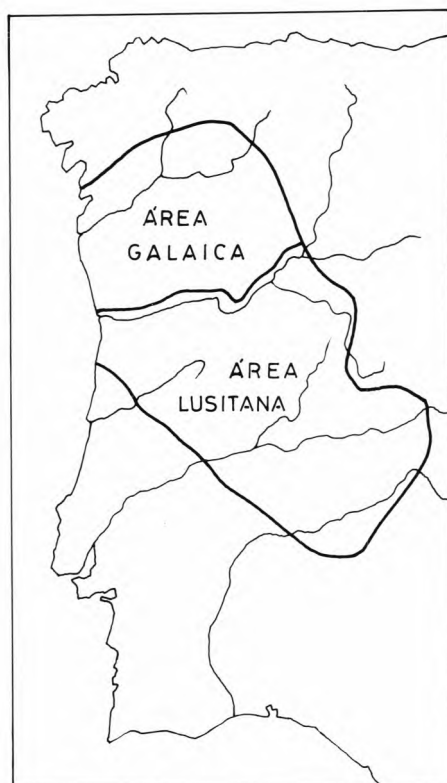


FIG. 1 — Áreas lingüísticas, segundo Untermann.

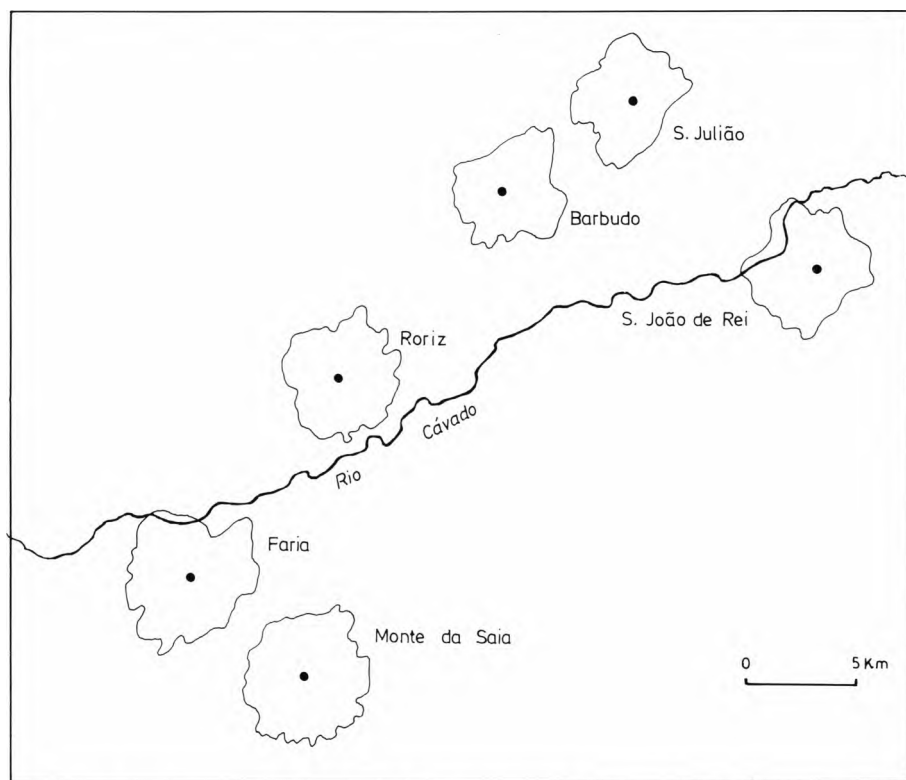


FIG. 2 — Povoados do Bronze Final no curso médio do Cávado e seus territórios, segundo Manuela Martins.

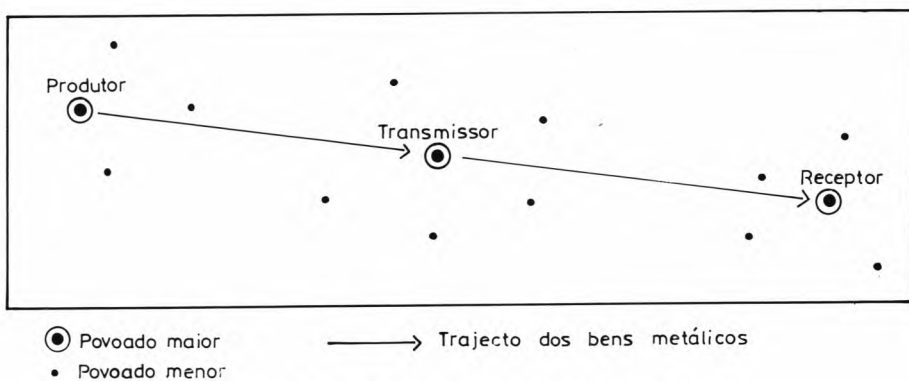


FIG. 3 — Modelo de circulação do bronze.

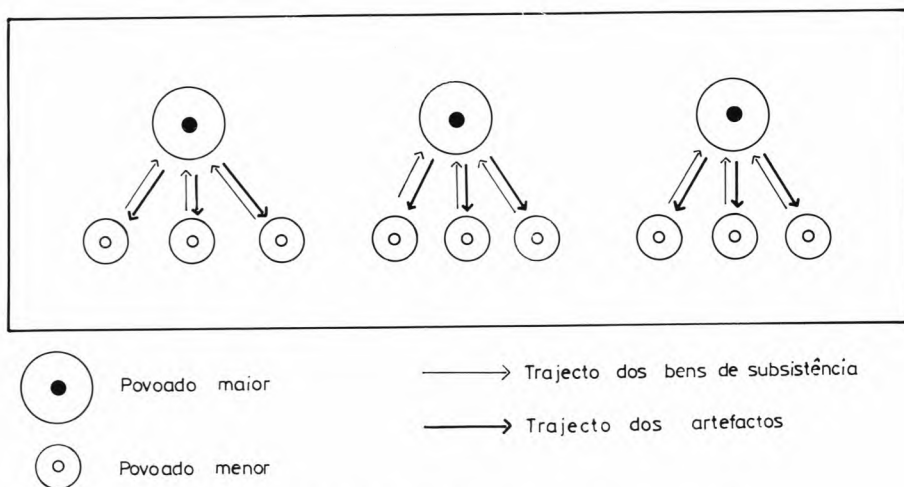


FIG. 4 — Modelo de circulação do bronze e outros bens.

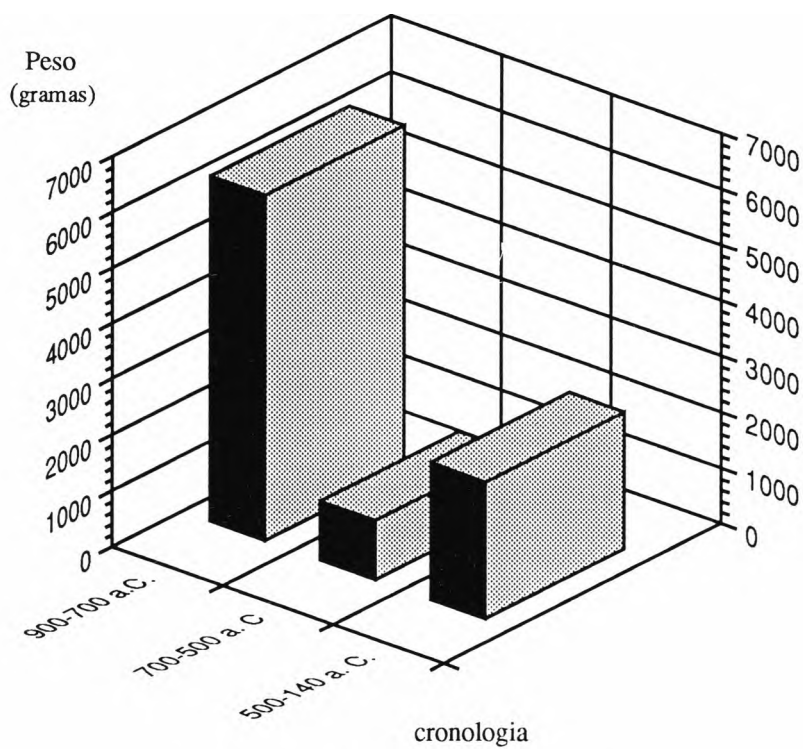


FIG. 5 — Peso das jóias de ouro na área castreja.

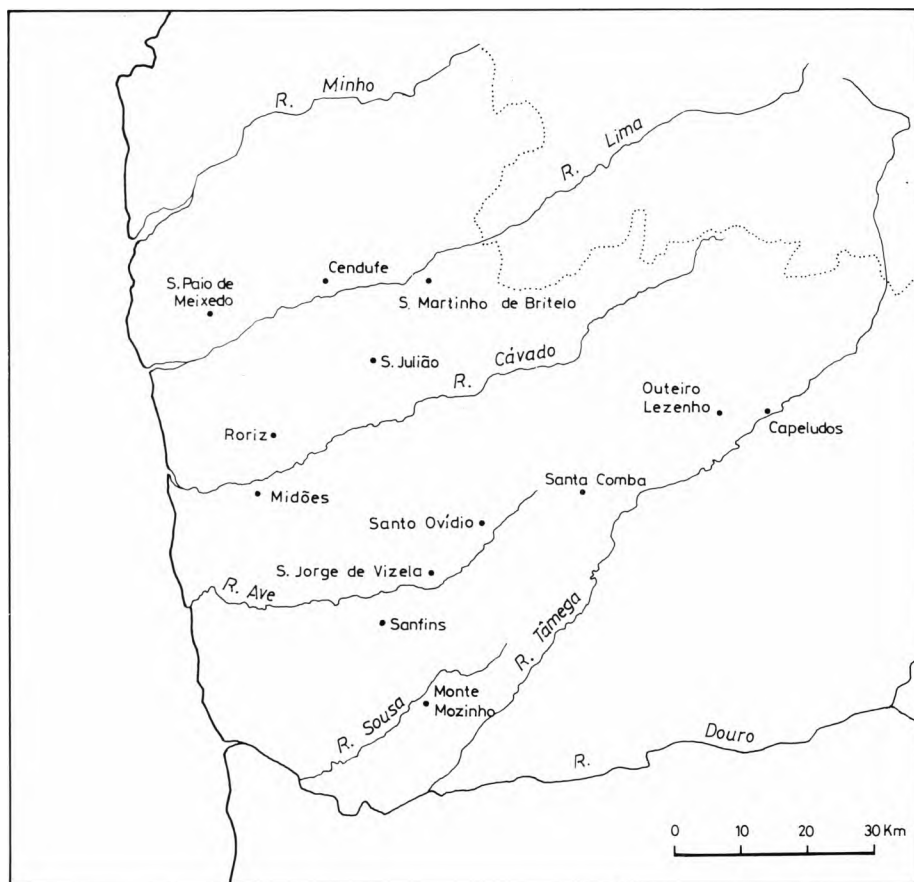


FIG. 6 — Localização das estátuas de guerreiros galaicos.

COMENTÁRIO

A EVOLUÇÃO DA CULTURA CASTREJA

de RAQUEL VILAÇA

(Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra)

A evolução da cultura castreja de Jorge de Alarcão merece-nos alguns comentários de pormenor e outros de ordem mais geral. Em relação aos primeiros, a nossa atenção incidirá no período compreendido entre os séculos X e VII a.C.

Numa perspectiva de fundo, gostaríamos de reflectir sobretudo na opção metodológica adoptada e nas suas implicações. O objectivo daquele texto é o de analisar e explicar, dum ponto de vista socioeconómico e sociopolítico, as permanências e as mudanças de uma dada região ao longo de um determinado período de tempo. Este compreende cerca de 1500 anos e aquela excede bastante, para sul, os limites geográficos tradicionalmente apontados para a área da “cultura castreja”.

Esta abordagem de natureza macro-espacial e macro-temporal dá-nos uma visão mais globalizante e contínua, remetendo para segundo plano as especificidades regionais e conjunturais. É certo que muitas das interrogações suscitadas pelo texto em discussão só poderão ter resposta quando colocadas a uma outra escala de análise. Mas as generalizações, se entendidas com a devida prudência, poderão delinear pistas de investigação da maior pertinência.

É neste carácter problematizante do tema em epígrafe que o texto se torna inovador.

Esta visão do processo histórico, baseada na continuidade estrutural entre os sistemas de diferentes épocas, tem sido, aliás, adoptada em diferentes regiões e por distintos investigadores. Nesta ordem de ideias, J. Alarcão distingue três fases fundamentais da evolução, as quais se

pautam pela tendência geral de comportamento das comunidades humanas, com alterações cíclicas de integração e de desintegração social, de crescimento e de contracção económica.

A nível europeu, alguns investigadores têm explicado estas alterações do comportamento social a partir de conflitos gerados entre áreas centrais e áreas periféricas e em função da integração política das diferentes esferas regionais de poder. Este modelo, defendido, por exemplo, por Rowlands e outros para a Europa central e, aliás, alvo de críticas (GOSDEN, 1985), não parece ser aplicável ao caso em análise, como nota J. Alarcão.

Uma das virtualidades da análise de períodos de “história longa” é mostrar a inoperância dos esquemas evolucionistas e neo-evolucionistas estabelecidos quase sempre a partir de observações de etnólogos, em função do “tempo curto” do presente. A segunda fase proposta para a “cultura castreja” exemplifica bem como a estrutura hierárquica da sociedade de inícios do I milénio a.C, com “chefados” (independentemente das suas características particulares na região em apreço), é reversível e conduz ao seu desaparecimento, para ressurgirem de novo (com outras características) só nos finais do século II a.C.

Uma das inovações introduzidas no texto de J. Alarcão reside nos limites geográficos propostos para a área da “cultura castreja”. Contrariamente à argumentação tradicional, que dava ênfase à distribuição de determinados aspectos da cultura material, a nova proposta baseia-se em argumentos linguísticos, onomásticos, culturais e étnicos.

O primeiro problema que se nos levanta decorre, exactamente, da diferença de critérios utilizados para a delimitação geográfica da “cultura castreja”. Partindo do princípio de que todos eles são legítimos, verificamos não haver coincidência espacial se utilizarmos os elementos da cultura material, por um lado, e os linguísticos, onomásticos, etc., por outro. Se nos basearmos nos primeiros, teremos de alargar os limites geográficos para norte e oriente (Galiza e Astúrias); utilizando os critérios propostos por J. Alarcão estas duas áreas terão de ser excluídas.

A segunda interrogação que nos surge é a de sabermos até que ponto estes últimos argumentos serão aceitáveis para o período inicial da “cultura castreja”, isto é, como poderemos definir uma entidade cultural discreta com elementos que lhe são anacrónicos, ou, pelo menos, cuja suposta sincronia não pode ser comprovada? Naquele período, a unidade da área proposta talvez advenha da sua riqueza em recursos estañíferos e auríferos.

Como referimos, vamos centrar a nossa atenção na primeira fase proposta para a “cultura castreja”. J. Alarcão procura entender a integração económica e sociopolítica desta fase em função de razões económicas. É, pois, fundamental definir a natureza da produção, das trocas e dos mecanismos de acesso ao poder e os meios da sua manutenção. Como se sabe, as perspectivas sobre estas questões têm balançado entre os que atribuem um papel de destaque ao controlo sobre a produção de bens de subsistência, com domínio da terra, da tecnologia produtiva e da armazenagem, e os que realçam o controlo sobre diferentes acessos a bens e a recursos estratégicos e às relações de circulação e de trocas de longa distância.

Vejamos quais os elementos de que dispomos.

A ocupação de múltiplos castros nos séculos X/IX a.C., fenómeno que J. Alarcão designa por “acastelamento”, é hoje indiscutível. Elementos, parcialmente inéditos, das escavações que temos realizado na zona raiana da Beira Interior confirmam este dado geral. O que nos levanta mais dúvidas, por falta de dados ou por ainda insuficientemente demonstrado, é a existência de uma real continuidade de ocupação dos castros a nível da implantação topográfica das estruturas habitacionais, das suas características técnicas e da respectiva organização espacial. O reconhecimento de uma ocupação posterior ao Bronze Final não traduz, necessariamente, uma continuidade cultural. Diversos castros possuem, por exemplo, uma ocupação calcolítica ou do Bronze Inicial e isso não é motivo para se afirmar que as origens da “cultura castreja” remontam a essa altura.

De momento, para a área em análise, apenas parece ter sido reconhecida uma verdadeira continuidade ocupacional no Coto da Pena (Caminha) (SILVA, 1986, 36). A ideia geral é, por conseguinte, a da existência de uma descontinuidade ocupacional entre a 1.ª fase e as seguintes. Esta tendência repete-se, aliás, nas próprias Beiras. As perspectivas de uma continuidade ocupacional em S. Romão (Seia) goraram-se e os casos da Sr.ª da Guia (Baiões), de St.ª Luzia (Viseu) do Monte de São Martinho (Castelo Branco), aparentemente todos eles com materiais de diferentes épocas, não foram ainda esclarecidos.

Com efeito, o problema da continuidade ocupacional dos povoados do Bronze Final é dos mais prementes para a compreensão do funcionamento das comunidades desta região. Está ainda por determinar por que motivo alguns povoados são abandonados no século VII a. C., enquanto outros sobrevivem, ainda que remodelados ao nível da implantação e da

organização espacial. É evidente que a resposta a esta questão terá de ser encontrada a nível regional, com a determinação das especificidades daqueles que são definitivamente abandonados e das particularidades dos que se mantêm.

À medida que o milénio avança, a tendência crescente, particularmente no seu final, parece ser a de um aumento e concentração da população, com o simultâneo abandono do modelo de dispersão populacional em pequenos aglomerados que caracteriza, globalmente, o povoamento do Bronze Final. É possível que uma das respostas a este problema se encontre na conjuntura supra-regional dos primeiros séculos do I milénio a.C. É que se há coincidência entre o fenómeno do “acastelamento” e da produção e circulação intensas do metal, essa simultaneidade também se verifica ao nível do abandono de inúmeros povoados e do colapso do segundo fenómeno.

Os motivos que levaram ao “acastelamento” deverão ser diversos, quer globalmente, quer a nível regional. Inserem-se, contudo, num quadro geral europeu de competição social latente e de instabilidade, mas não de natureza estritamente guerreira. Com efeito, como nota J. Alarcão, a evidência da existência de conflitos armados é limitadíssima.

Ainda que se tenha baseado no caso concreto do curso médio do Cávado, J. Alarcão considera como improvável uma possível competição entre diferentes comunidades pela posse da terra. E, se não nos parece totalmente incorrecto tomar este caso particular como um todo, é porque não conhecemos qualquer povoado desta época suficientemente grande para provocar problemas agudos ao nível da subsistência dos seus habitantes.

Esta é uma outra tendência geral da época: os povoados são sempre surpreendentemente pequenos, mesmo aqueles que, pelos materiais fornecidos, terão constituído ou desempenhado um papel de destaque.

Também é verdade que o número de armas é insignificante. É-o ao nível particular dos povoados e é-o igualmente em termos gerais, o que lhes confere um valor mais simbólico do que prático. O simbolismo guerreiro, o qual pode ser reduzido à mera representação iconográfica (caso das “esteias” estremenhas), intimida só por si. O confronto real não era necessário para regularizar e legitimar o poder.

Por outro lado, é importante sublinhar que o “acastelamento” não se traduz sempre na edificação de muralhas. São bem raros os casos em que podemos falar de povoados muralhados nesta época. Referimo-nos, evidentemente, a muralhas minimamente eficientes, para já não falar

numa arquitectura militar. Muralhas como as de S. Romão ou da Sr-, da Guia, constituídas por blocos graníticos sobrepostos, a seco, nos espaços livres entre afloramentos, dificilmente terão tido, pelas suas dimensões e tecnologia, um carácter defensivo/militar, ou sequer de prestígio. Só em períodos posteriores encontramos muralhas capazes em termos militares, como sinal de uma estruturada hierarquia de povoamento ou testemunhando um trabalho comunal organizado.

A ideia de que, nos inícios do I milénio a. C., as comunidades desta área se encontravam em diferentes estádios de desenvolvimento sociopolítico e se inseriam num quadro geral de competição merece a nossa concordância. E cremos igualmente que esta instabilidade latente deverá ter sido motivada pela intensificação da produção metálica, com o respectivo controlo das áreas mineiras, e circulação do bronze.

Se concordamos na valorização destes aspectos, não devemos, porém, esquecer o carácter dual dos materiais de bronze, nem a complexidade das trocas em sociedades pré-estatais. Os primeiros podem ter uma funcionalidade utilitária ou simplesmente simbólica e as segundas não podem ser reduzidas à esfera económica, mas entendidas como um “fenómeno social total” (MAUSS, 1988, 200-201), com implicações sócio-religiosas, políticas ou outras.

Se reconhecemos que um dos aspectos que melhor caracteriza o período em análise é o incremento e a multiplicação, a nível numérico e funcional, dos artefactos de bronze, devemos aceitar como provável que o poder ou o prestígio deixou de se medir pela posse do metal *per se*. O valor de alguns objectos baseia-se na sua simbologia e não no facto de serem em bronze.

Na verdade, são raros os povoados que não tenham fornecido elementos comprovativos da posse do metal e, frequentemente também, do fabrico local da metalurgia. Regra geral, estas provas correspondem a artefactos de uso comum, envolvendo uma tecnologia simples e pouco metal. Mas, nesta época, era igualmente praticada uma outra metalurgia, mais sofisticada, exigindo um maior volume de metal e reservada a objectos de prestígio e/ou a outros, como alguns machados, feitos em série e cujo valor económico é muito mais explícito. Ainda que não totalmente desconhecidos, os indícios do fabrico, ou a própria presença, deste segundo grupo nos povoados do Bronze Final são muito menos evidentes.

Esta dualidade do metal deverá traduzir, como sublinha Rowlands, a existência de dois níveis de trocas (ROWLANDS, 1987). Um seria mais

denso, com base nos produtos locais, nos artefactos funcionais, e incluindo também bens de subsistência. O outro seria à escala inter-regional, envolvendo bens de prestígio, os quais eram utilizados para estabelecer ou fortalecer alianças e acordos diplomáticos, trazendo prestígio e reforçando o *status*. Estas práticas sociopolíticas ajudariam a compreender a grande dispersão geográfica de determinados objectos (KRISTIANSEN, 1981).

Como nota Bradley, é a relação entre as partes de uma transacção que determina o carácter dos itens que são trocados, isto é, os distintos caracteres dos objectos trocados são ditados pela distância sociopolítica dos participantes (BRADLEY, 1985, 702).

Tendo em conta este quadro geral de fundo, passemos à análise dos dois modelos de povoamento propostos. Ambos contemplam a existência de povoados maiores e outros menores. Divergem quanto à valorização da natureza dos bens — no primeiro modelo os bens metálicos são exclusivos, no segundo, além destes, também se têm em conta os bens de consumo; e afastam-se ainda no que respeita ao nível das trocas — no primeiro caso, as trocas são horizontais, equilibradas, entre iguais, no segundo, o nível de trocas e de produção é assimétrico e vertical.

O modelo da fig. 3 acusa um alto grau de especialização funcional dos povoados, valorizando-se a existência de agentes próprios, que distribuíam o que antes tinham adquirido. Neste modelo, os bens metálicos possuem um claro valor económico. É óbvia a necessidade de admitir a existência de outros povoados que ficariam à margem da produção e da circulação do metal. Discordamos, porém, quanto ao facto de serem necessariamente mais pequenos. Por exemplo, a Bouça do Frade (Baião), que se insere neste tipo, tem cerca de 2 ha (JORGE, 1988, 2), tanto quanto os maiores povoados conhecidos, com uso e produção local do bronze.

É igualmente possível classificar como receptores alguns povoados, como S. Julião (Vila Verde), que adquiriam objectos metálicos a outrem, uma vez que não os produziam localmente. Povoados produtores do bronze, no sentido de produzirem localmente artefactos para uso próprio, são muito mais frequentes e poderíamos apontar inúmeros exemplos. Mas já encontramos sérias dificuldades em distinguir um povoado produtor do metal com vista à sua exportação. Sucede o mesmo para a identificação de povoados transmissores.

Este modelo encontra, por conseguinte, objecções de natureza arqueológica, as quais, aliás, não são exclusivas à área em análise, mas

comuns a toda a Europa atlântica. Conhecemos milhares de objectos metálicos, alguns resultantes de um fabrico em série e exigindo grandes quantidades de metal, mas nos povoados que têm sido escavados não há provas significativas da sua produção. Os meios técnicos de produção revelam, invariavelmente, uma produção artesanal e de pequena escala, para consumo local, ou, eventualmente, regional.

O primeiro modelo implica, ainda, a existência de uma divisão social do trabalho. Sem dúvida que alguns objectos de bronze e determinadas cerâmicas, com fabricos de grande especialização, com formas “standard” ou com a padronização de determinados motivos, sugerem uma certa “profissionalização”. Como se sabe, Childe defendeu a exclusividade de artífices itinerantes a tempo inteiro. Os dados fornecidos pelos povoados dizem-nos que também haveria artesãos integrados socialmente na comunidade em que habitavam, trabalhando a tempo parcial, e conjugando a sua actividade de artífices com a produção de bens de primeira necessidade. Na verdade, a característica geral dos povoados que conhecemos vai no sentido de uma grande autonomia e auto-suficiência em termos de produção de bens alimentares e outros, com indícios pouco consistentes de uma especialização a tempo inteiro ou de grandes acumulações de excedentes.

No segundo modelo proposto, há o claro reconhecimento de “chefes” coordenadores das trocas e de subordinados, os quais pagam tributos ou corveias de bens alimentares. O seu poder e riqueza parecem basear-se no controlo da produção de bens de consumo. Neste esquema não são contemplados os povoados sem metal, o que, arqueologicamente, é negado.

Este modelo envolve uma nítida hierarquia de povoamento, indispensável, como nos diz J. Alarcão, para o funcionamento controlado da sociedade. No entanto, é-nos difícil discernir, a partir do registo arqueológico, modalidades de povoamento testemunhadoras de uma hierarquização e estratificação dos povoados. Não nos parece que essa hierarquia possa ser observada apenas na oposição entre grandes povoados e pequenos povoados.

Se atendermos ao modelo proposto, os povoados maiores não deveriam proporcionar elementos significativos relacionados com a produção de bens de subsistência. Mas todos os povoados têm fornecido múltiplas provas de uma auto-suficiência na produção de bens de consumo.

Este modelo relaciona-se directamente com a problemática da existência de “chefes”. O cerne da questão está na definição, para o tempo

e área em análise, dos critérios identificadores de “chefes”, pois, como nos lembra Earle, há uma grande variedade de chefados (EARLE, 1987). Por outro lado, o próprio modelo de chefado tem sido alterado ao longo do tempo, desde as primeiras propostas de Service e de Fried, até aos contributos de Peebles e Kus, Renfrew, Earle e outros.

Na área galaico-lusitana não nos parece ser possível identificá-los em função do tamanho dos povoados e correlativa densidade populacional. O povoado da Senhora da Guia (Baiões), tomado por J. Alarcão como testemunho da existência de um chefe, não chega a 2 ha (c.17 100 m²).

A arquitectura doméstica e defensiva não são igualmente reveladoras da existência de “chefes”. Na primeira, não se conhecem edifícios maiores (eventuais casas de “chefes”) e a segunda não revela grandes investimentos de energia e de trabalho humano.

A existência de significativas acumulações de excedentes também não tem correspondência consistente ao nível arqueológico. O que encontramos é uma generalizada autonomia na subsistência. Note-se que este aspecto foi valorizado por Peebles e Kus, autores que propõem o abandono do critério da redistribuição (PEEBLES e Kus, 1977, 421).

Por outro lado, também já vimos que a mera posse e produção do bronze, porque generalizadas, não traziam, só por si, riqueza e poder.

Na ausência de informação a nível das práticas mortuárias, estamos circunscritos a determinadas entidades arqueológicas, cuja especificidade e exclusividade, a nível da matéria-prima, qualidade de fabrico ou utilização excepcional, poderão ser indicadoras de “chefes”. J. Alarcão refere os principais: “esteias”, joias de ouro, artefactos de ferro e elementos rituais (espetos, taças, *furcula*, etc.); poderíamos juntar ainda as contas de colar de âmbar e de pasta vítrea.

Com base nestes elementos, é-nos proposta a existência de quatro redes de “chefados”: três relacionadas com joias de ouro (Beira Alta, vale do Ave e vale do Tâmega) e a quarta com as “esteias” (Beira Transmontana e Beira Baixa).

Note-se que, na vasta área galaico-lusitana, a sub-região onde as joias de ouro são raras ou inexistentes corresponde à região de maior riqueza aurífera. Sublinhe-se igualmente que a zona transmontana a norte do Douro não forneceu, até hoje, elementos pertinentes para esta problemática.

A respeito das “estelas”, J. Alarcão sugere-nos que a sua seriação poderia basear-se numa diversificação em função do *status*, isto é, quanto maior fosse o número de objectos representado, mais elevado seria o

status do “chefe”. A ser verdadeira esta sugestão, teríamos aqui uma prova inequívoca de um “complex chiefdom”, com chefes principais e outros dependentes (YOFFEE, 1993,62). As diferenças a nível de tipologia e de peso das joias de ouro indicaria o mesmo. A valorização que J. Alarcão propõe para o significado das “esteias” aproxima-se da proposta de Barcelo. Segundo este investigador, a falta de regularidade no padrão iconográfico deve ser explicada como o resultado de uma variabilidade social e pela falta de uma fórmula estável de identidade para as elites sociais, isto é, a sua variabilidade formal é o resultado da falta de coesão social entre elas (BARCELO, 1992).

Não vamos discutir aqui o inequívoco interesse destas sugestões. Gostaríamos apenas de lembrar uma outra proposta que, aliás, não contradiz aquelas, mas que se centra nos locais de achado das “esteias”. Ruíz-Gálvez Priego e Galan Domingo consideram que as “esteias” seriam marcos colocados em locais de passagem, visíveis à distância, e a sua posição vertical denunciava isso mesmo e não a marcação de algo, nomeadamente de sepulturas (RUIZ-GALVEZ PRIEGO e GALAN DOMINGO, 1991).

Como testemunhos de poder, a sua colocação em locais de passagem e de circuitos estratégicos, apela para a importância que, a nível regional, teria tido a competição pelo acesso e controlo de recursos estratégicos, não só locais, mas também daqueles que estavam posicionados nas vias percorridas na altura.

O achado das “esteias” fora dos povoados (as de S. Martinho são excepção e levantam problemas), contrariamente ao das joias de ouro, poderá assinalar uma outra particularidade da Beira Interior no quadro da área galaico-lusitana: naquela região, o poder também se manifestava fora dos espaços habitacionais, expondo-se em áreas abertas, percorridas por outros, estranhos às comunidades locais, criando espaços verdadeiramente sociais.

Independentemente das particularidades regionais, o que é certo é que, na área proposta, os níveis discretos da hierarquia sociopolítica identificam-se através de determinados itens de prestígio e de símbolos de *status*.

Porém, como notam alguns autores, o poder e o *status* social não se medem no acesso aos itens de prestígio, isto é, as alianças políticas e diplomáticas responsáveis por essas ofertas não trazem prestígio *per se*. Elas apenas fornecem a base de suporte aos “chefes” locais para competirem entre si através da capacidade de organizarem e protagonizarem

cerimónias onde pudessem ostentar publicamente esses elementos que legitimavam o poder (BRADLEY, 1981, 235). Mas sabemos também que essas cerimónias — verdadeiras instituições da altura — poderiam assumir a forma de banquetes rituais, onde o consumo de carne teria um lugar de destaque. Neste sentido, não podemos esquecer o papel de alguns “chefados” sobre a produção agropastoril.

O êxito dos “chefados” do Bronze Final, quer na zona galaico-lusitana, quer em muitas outras regiões europeias, poderá ter-se baseado nesta comunhão de elementos rituais e simbólicos, os quais constituíram um verdadeiro “estilo internacional” (EARLE, 1989).

Uma vez perdidas as referências desses elementos simbólicos — instrumentos, por excelência, da integração social (BOURDIEU, 1989,10) — a área galaico-lusitana desintegrou-se política e socialmente, à semelhança de tantas outras.

Coimbra, Maio de 1993.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELO, J. A. (1992), *Una interpretación socioeconomica del Bronce Final en el Sudoeste de la Península Iberica*, “Trabajos de Prehistoria”, 49, 259-275.
- BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*, Difel, Memoria e Sociedade.
- BRADLEY, R. (1981), *Economie growth and social change: two examples from prehistoric Europe*, in SHERIDAN, A. e BAILEY, G. (eds.), *Economic Archaeology*, BAR, i.s., 96, 231-237.
- BRADLEY, R. (1985), *Exchange and social distance — the structure of bronze artefact distributions*, “Man”, n.s., 20 (1), 692-704.
- EARLE, T. K. (1987), *Chiefdoms in archaeological and ethnohistorical perspective*, “Annual Reviews in Anthropology”, 16, 279-308
- id. (1989), *The Evolution of Chiefdoms*, “Current Anthropology”, 30 (1), 84-88.
- FRIED, M. H. (1967), *The Evolution of Political Society*, New York, Studies in Anthropology.
- GOSDEN, C. (1985), *Gifts and Kin in Early Iron Age Europe*, “Man”, n.s., 20 (3), 475-493.
- JORGE, S. O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, GEAP, Monografias Arqueológicas, 2.
- KRISTIANSEN, K. (1991), *Chiefdoms, states, and systems of social evolution*, in EARLE, T. (ed.), *Power, economy and ideology*, Cambridge University Press, 16-43.
- MARTINS, M. (1990), *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga, Cadernos de Arqueologia-Monografias, 5.

- MAUSS, M. (1988), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70/Perspectivas do Homem.
- PEEBLES, C. S. e Kus, S. M. (1977), *Some archaeological correlates of ranked societies*, "American Antiquity", 42(3), 421-448.
- RENFREW, C. (1982), *Socio-economic change in ranked societies*, in RENFREW, C. e SHENNAN, S. (eds.), *Ranking, resource and exchange*, Cambridge, Cambridge University Press, New Directions in Archaeology, 1-8
- id. (1984), *Approaches to Social Archaeology*, Oxford, Edinburgh University Press.
- ROWLANDS, M. (1987), *Centre and periphery: a review of a concept*, in ROWLANDS, M., LARSEN, M. e KRISTIANSEN, K. (eds), *Centre and periphery in the ancient world*, Cambridge University Press, New Directions in Archaeology, 1-11.
- ROWLANDS, M. (1980), *Kinship, alliance and exchange in the European Bronze Age*, in BARRET, J. e BRADLEY, R. (eds.), *The British Later Bronze Age*, BAR, b.s., 83, part 1, 15-55.
- RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. e GALAN DOMINGO, E.(1991), *Las Estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales*, "Trabajos de Prehistoria", 48, 257-273.
- SILVA, A. C. F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- YOFFEE, N. (1993), *Too many chiefs? (or, Safe texts for the '90s)*, in YOFFEE, N. e SHERRATT, A. (eds.), *Archaeological theory: who sets the agenda ?* New Directions in Archeology, Cambridge University Press, p. 60-78

(Página deixada propositadamente em branco)

RAFAEL A. E. ALFENIM

Arqueólogo da Direcção Regional de Évora do Instituto Português do Património
Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR)

A BARRAGEM DE *AQUAE FLAVIAE*

«Conimbriga», XXXI (1992), p. 85-98

RESUMO: Apresentam-se os resultados das escavações realizadas pelo autor na barragem romana que abasteceu a cidade *at Aquae Flaviae*, do *conventus Bracaraugustanus*. Ao mesmo tempo, faz-se um balanço geral sobre o que já se conhece a respeito daquela cidade antiga e dos monumentos que, ocasionalmente, se conservaram ou foram encontrados ao longo dos tempos. Apresenta-se ainda uma proposta para a localização do anfiteatro na actual estrutura urbana de Chaves.

SUMMARY: The author presents the results of archaeological digging that he has been doing at the Roman dam that supplied the town of *Aquae Flaviae* (*Conventus Bracaraugustanus*). At the same time a general balance of what is known of this ancient town and of the monuments that were preserved or found, is made. The author still presents a proposition for the amphitheatre's localization within contemporary urban structure of Chaves.

(Página deixada propositadamente em branco)

A BARRAGEM DE *AQUAE FLAVIAE*

1. Introdução 0)

1.1. *Antecedentes*

Apesar de só nos finais da década de 80 aí se terem realizado os primeiros trabalhos arqueológicos, o sítio era já conhecido e referenciado num trabalho dos inícios do século. J. Leite de Vasconcelos visitou o lugar em 15 de Julho de 1917 e, do que viu, deixou-nos descrição: «O Pontão é um sítio nas margens do ribeiro de Ribelas, ao pé do lugar de Abobeleira, freguesia de Val d'Anta, concelho de Chaves. Há aí restos de um sólido muro romano, de 0,67 m de largura, formado de pedras (granito) e argamassa, do tipo que os romanos chamavam *opus incertum* ; tem de um

0) Os trabalhos realizados na barragem romana de Abobeleira inseriram-se num projecto do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, da nossa responsabilidade, que previa, em primeiro lugar, a organização do processo de classificação do monumento como Imóvel de Interesse Público, o levantamento topográfico de toda a área da barragem propriamente dita e da área que seria ocupada pela respectiva albufeira, a continuação da escavação e a valorização do sítio, em colaboração com a Câmara Municipal de Chaves.

Em 1988, foi elaborada a proposta de classificação, que mereceu aprovação superior, o levantamento topográfico de toda a área referida e a limpeza da densa vegetação espontânea que cobria a estrutura na margem direita.

Após nova limpeza, em 1989, procedemos a escavações arqueológicas na margem direita, ao desenho de pormenor, à escala 1:20, das estruturas então postas a descoberto e daquelas que tinham sido escavadas nas campanhas de 1986 e 1987, pelo Doutor Rodriguez Colmenero, na margem esquerda. A campanha de escavações de 1989 foi, em parte, assegurada pelo Dr. Ricardo Teixeira e pelo Dr. Paulo Amaral.

O Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho, classificou a barragem romana de Abobeleira como Imóvel de Interesse Público.

lado e do outro “cachorros”, ou pedras saídas. Este muro ligava dois morros, ficando para o Norte uma bacia e o Poente, Nascente e Sul morros....Não sei para que serve tal muro....Segundo a lenda do povo, isto era uma presa ou açude do tempo dos mouros...» (2). Mais recentemente, e apoiado na referência citada, J. Alarcão (3) faz menção da existência de uma barragem romana no lugar do Pontão.

Optámos actualmente por designar o monumento como *barragem de Aquae Flaviae* tendo em atenção a proximidade da cidade e a certeza de que era a água aí armazenada que servia a sua rede de abastecimento público. Referimo-nos ao ribeiro onde se instalou como *Ribeiro de Sanjurge* por esta ser a designação que consta da cartografia oficial (4), apesar de a designação usada no local coincidir com a que J. Leite de Vasconcelos nos transmite.

Em 1987 e 1988, o tema da barragem alimentou uma polémica sobre a sua função em época romana no jornal flavienst *Notícias de Chaves*. De um lado, quem defendesse que a sua função principal seria o abastecimento de água a *Aquae Flaviae*, do outro quem defendesse que essa não seria a sua função, servindo antes para as lavarias de Outeiro Machado.

Os resultados das escavações anteriores à nossa nunca foram publicados e delas apenas temos notícia, publicamente divulgada, através dos textos publicados no jornal referido.

1.2. *A cidade*

Aquando da conclusão da conquista romana do Noroeste peninsular, ao tempo de Augusto (5), desde há muito que esta região era conhecida dos povos da área do Mediterrâneo pela sua riqueza mineira (6). A abundância de estanho no Noroeste contrastava com a sua escassez no Sul e este metal constituiu importante objecto de um comércio regular que,

(2) VASCONCELOS, J. Leite de, *Por Trás-os-Montes*, in «O Archeologo Portuguez», voi. XXII, 1917, pp. 15-16.

(3) ALARCÃO, Jorge, *Roman Portugal*, Aris & Phillips Lá., Warminster, 1988, p. 6.

(4) *Carta Militar de Portugal*, esc. 1:25000, fl. 34, Serviços Cartográficos do Exército.

(5) TRANOY, Alain, *La Galice Romaine*, Diffusion de Boccard, Paris, 1981, p. 12.

(6) IDEM, *Ibidem*, pp. 220-221.

desde muito cedo, pôs em contacto e promoveu intercâmbios vários entre estas duas regiões culturalmente diferentes.

Este finisterra era então ocupado por vários povos cujos nomes e localização nos chegaram, quer através de textos de geógrafos antigos, quer através de monumentos epigráficos (7).

A conquista romana organizou o território tendo em vista o seu enquadramento no sistema administrativo do Império (8) sem que, contudo, deixasse de respeitar as divisões étnicas pré-existentes. É assim que, e de acordo com as referências cartográficas de Ptolomeu, apesar de algumas inexactidões deste autor, a área onde se viria a desenvolver a cidade de *Aquae Flaviae* era ocupada pelos *Turodi* cujo núcleo principal seria, à data da conquista, o Castro de Lagarelhos em S. Tiago do Monte, na freguesia de Nogueira da Montanha, no qual se achou uma inscrição, transmitida por Contador de Argote e que Armando Coelho interpreta como tendo uma referência ao *Castellum Tureobriga* (9).

O controlo efectivo das populações e a pacificação das áreas recentemente conquistadas foram tarefas facilitadas pelo abandono dos povoados fortificados situados nos montes e pelo incentivo à descida e à instalação dos indígenas em cidades fundadas de raiz ou renovadas, localizadas em zonas de mais fácil acesso, nas quais as comodidades da vida urbana introduzidas pelos conquistadores podiam constituir atractivo, ao mesmo tempo que promoviam a aculturação e facilitavam o domínio dos conquistados, como tão explicitamente e com alguma consternação refere Tito Livio.

Talvez fruto desta política, conscientemente desenvolvida, tenha nascido, na margem direita do Tâmega e junto à via de *Bracar a Augusta* a *Astur ica Augusta*, no local onde esta cruzava aquele rio já na época de Augusto e coincidindo, certamente, com a *mansio Ad Aquas* da via XVII do Itinerário de Antonino, um *oppidum* que, no período flavio, terá ascendido ao estatuto de município e se terá passado a denominar *Aquae Flaviae*, capital da *civitas* dos *Aquiflavienses*, designação que o povo da

(7) Neste particular são fundamentais o texto do geógrafo Ptolomeu e o chamado «padrão dos povos» (CIL II 2477=5616), comemorativo da construção da ponte de *Aquae Flaviae*.

(8) TRANO Y, A., *op. cit.*, p. 12.

(9) SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986, p. 275.

região terá adoptado a partir de então sem que a anterior, no entanto, se tenha perdido completamente ^(10*).

Este novo município, capital de *civitas*, terá então conhecido um surto de desenvolvimento urbanístico concordante com os padrões romanos e a cidade ter-se-á estruturado com base num plano hipodâmico cuja sobrevivência, a crer em vários autores a partir de A. Montalvão ⁽ⁿ⁾ é ainda visível na malha urbana actual. A Rua Direita, orientada Este-Oeste, corresponderá ao *Decumanus Maximus* e o seu cruzamento com o *Cardo Maximus* far-se-ia na zona das actuais praças de Camões e da República, onde se localizaria o *forum* (Est. XIII), ideia reforçada pelo achado, nesta área, de uma inscrição a *Concordia municipum municipi Aquiflaviensis*, urna outra a *Iupiter Optimus Municipalis* e outra ainda a Antonino Pio ⁽¹²⁾.

Para além do *forum* e dos edifícios que o compunham, outros haveria certamente e da existência de um anfiteatro nos dá conta indirecta uma inscrição ⁽¹³⁾ de agradecimento pelo êxito obtido num combate de gladiadores promovido por G. Cexaeus Fuscus. Deste monumento, cuja implantação era desconhecida até há bem pouco tempo ⁽¹⁴⁾, parecemos podermos localizar um dos seus extremos menores no segmento de elipse descrito pelas ruas Verde e dos Açougues e pelo Largo General António Oscar Carmona. O diâmetro máximo do segmento conservado mede 50 a 60 metros (cfr. Est. XIII e XIV).

Inicialmente pensámos que, considerada a configuração desta marca no urbanismo actual da cidade, se trataria de vestígios do teatro, mas tendo em conta a orientação da estrutura ⁽¹⁵⁾ e observando outros vestígios mais recentes da evolução urbana da cidade, é muito provável que a outra parte do anfiteatro, ou aquilo que dele restava, tenha sido destruído aquando da construção do sistema defensivo do séc. XVII e, por isso, não é hoje detectável na planta da cidade.

As águas mineromedicinais que ainda hoje são utilizadas nas Termas de Chaves, certamente já o foram na Antiguidade ⁽¹⁶⁾; não

⁽¹⁰⁾ SILVA, *op. cit.*, p. 276; ALARCÃO, *op. cit.*, p. 6; TRANOY, *op. cit.*, p. 63.

⁽ⁿ⁾ MONTALVÃO, António, *Permanece a Urbanística de Aquae Flaviae*?, in «Conimbriga», XI, Coimbra, 1972, pp. 35-39.

⁽¹²⁾ ALARCÃO, *op. cit.*, p. 6; TRANOY, *op. cit.*, p. 200.

⁽¹³⁾ CILII 2473.

⁽¹⁴⁾ ALARCÃO, *op. cit.*, p. 6 (1/112).

⁽¹⁵⁾ A *cavea* ficaria exposta ao sol durante toda a tarde.

⁽¹⁶⁾ ALARCÃO, *op. cit.*, p. 6 (1/114).

obstante, a cidade carecia de um abastecimento regular para consumo público corrente que era garantido pelas reservas da barragem situada a cerca de dois quilómetros para Noroeste, nas proximidades da actual aldeia de Abobeira.

Obra monumental e de sólida construção, dela nos ocuparemos mais pormenorizadamente no capítulo seguinte.

Ao desenvolvimento da cidade não terá sido estranha a existência, na sua área de influência, de várias minas de ouro e de estanho ⁽¹⁷⁾ e a fertilidade da veiga. Todos os produtos podiam ser facilmente escoados através de uma rede de vias ⁽¹⁸⁾ cujo trânsito ficou facilitado com a construção, ao tempo de Trajano, nos primeiros anos do séc. II, de uma ponte sobre o Tâmega que ainda se mantém de pé e em utilização (cfr. Est. XIV). Esta ponte tinha uma extensão que ultrapassaria os 152 metros por 6 de largura e, dos 18 arcos que a compõem, apenas são visíveis 16, encontrando-se soterrados os restantes ⁽¹⁹⁾.

Para além da via XVII do Itinerário de Antonino a que já aludimos, uma outra dirigia-se para Sul, passando pelas áreas mineiras de Tresminas e Jales e daí para a Régua, onde passaria o Douro em direcção a Lamego ⁽²⁰⁾. Para Norte uma outra via ligava *Aquae Flaviae* à via XVIII, passando por Vérin e Ginzo de Limia ⁽²¹⁾.

Da história antiga da cidade e dos seus monumentos em época romana, pouco mais se sabe, a não ser que, nos inícios do séc. V, era sede de bispado ⁽²²⁾ e que aí foi bispo Idácio, autor de uma Crónica onde relata os factos conturbados da época, transmitindo-nos uma visão apocalíptica do tempo em que viveu, entre o mundo da romanidade e um novo sistema imposto pelo novo invasor suevo.

Este novo estatuto de sede de bispado deixa-nos adivinhar a manutenção, por parte da cidade, de alguma importância a nível administrativo regional em época tardo-romana e alto-medieval. De facto, o novíssimo reino suevo vai instalar a sua capital na antiga capital do *conventus* a que pertencia *Aquae Flaviae* e a cidade deve ter-se mantido

⁽¹⁷⁾ TRANOY, *op. cit.*, p. 221.

⁽¹⁸⁾ TRANOY, *op. cit.*, pp. 213-216; ALARCÃO, *op. cit.*, p. 6 (1/116).

⁽¹⁹⁾ ALARCÃO, *op. cit.*, p. 6 (1/114).

⁽²⁰⁾ TRANOY, *op. cit.*, p. 214.

⁽²¹⁾ IDEM, *Ibidem*, p. 216.

⁽²²⁾ IDEM, *Ibidem*, p. 443.

como importante polo aglutinador das populações dispersas pela região, inserindo-se no novo quadro administrativo estabelecido pelos novos senhores.

2. A barragem

2.1. *Localização*

Administrativamente, o lugar de Abobeleira situa-se na freguesia de Vale de Anta, concelho de Chaves, distrito de Vila Real. As coordenadas hectométricas Gauss, segundo a C.M.P., 1:25000, fl. 34, são: M - 253,4 e P - 532,1.

Tirando partido das condições naturais do terreno, a barragem foi construída aproveitando um estrangulamento do vale formado por dois pequenos morros (Estampa II, fotos 1 e 2 e Estampa III, foto 2). Dista 2,5 Km para NO de Chaves e cerca de 200 m do lugar de Abobeleira que lhe fica a NE. Para Noroeste estendem-se os terrenos mais abertos do vale, anteriormente ocupados pela albufeira, em cujos aluviões, provenientes do assoreamento provocado pela barragem, se praticam hoje os mais diversos cultivos. A Sudeste um vale alargado, em declive suave, até encontrar a cidade de Chaves.

2.2. *Metodologia da escavação*

A campanha de escavações de 1989 centrou-se na margem direita e teve como objectivo a delimitação e investigação do que se conservava daquele troço do paredão da barragem.

Começou-se pela marcação de uma quadrícula que, dadas as características especiais do monumento e do terreno, não foi orientada segundo os pontos cardeais, mas seguiu a orientação da própria estrutura, apoiando-se na quadrícula da campanha de 1987. Os quadrados foram marcados com 10 X 10 m. Destes quadrados, conforme os casos e a topografia do terreno bastante declivoso, foram escavadas áreas de 10x5 m e 5x5 m.

Para evacuação das terras provenientes da escavação foi necessário montar uma conduta em madeira por onde a terra escorregava até à proximidade do leito do ribeiro, sendo depois mais fácil o seu transporte para outro local.

2.3. *Estratigrafia*

Na margem direita, as estruturas estão mais bem conservadas que na margem esquerda; contudo, a forte inclinação do terreno terá feito com que as terras que porventura cobriam a rocha de base tivessem sido arrastadas para o vale do ribeiro e, com as enxurradas das épocas das chuvas, levadas pelo caudal. Assim, a estratigrafia do sítio apresenta uma fraca potência e, pelo menos nos níveis superiores, é de formação recente.

A primeira camada, superficial, é constituída por uma terra vegetal castanha escura, muito humosa, fina e solta, pejada de raízes. A segunda camada, de terra também fina e solta, apresenta um tom esbranquiçado e uma textura arenosa que lhe é conferida pela presença de grande quantidade de saibro proveniente da desagregação do afloramento granítico com o qual contacta.

Junto ao paramento de jusante, encontrámos ainda uma terceira camada, de terra castanha clara, que preenchia a vala de fundação do paredão da barragem (Estampa III, fotol).

Infelizmente, qualquer destas camadas era estéril de materiais arqueológicos, o que não será de estranhar, uma vez que nos encontramos num contexto no qual os objectos de uso corrente, que normalmente se recolhem noutro tipo de estações, não teriam aqui grande circulação, apenas o acaso poderia ter feito com que ficasse um objecto perdido na vala de fundação, a única camada que consideramos contemporânea da construção.

2.4. *A estrutura*

Após a limpeza, foi possível verificar que afloravam à superfície várias secções dos muros que constituíam o paredão da barragem tendo-se, desde logo, verificado que esta era composta por seis muros paralelos e que os espaços entre eles eram colmatados com enchimentos, dando unidade e solidez a uma construção destinada a suportar grandes pressões (Estampa IV, fotol).

No centro da barragem, por onde as águas do ribeiro de Ribelas voltaram a correr livremente, o paredão já não existe. Em época indeterminada, deve ter cedido à pressão ou foi intencionalmente destruído. A construção relativamente recente, no século XVII, de uma pequena represa e canal para alimentação de uma azenha situada a jusante, terá feito com que os vestígios desse sector, eventualmente existentes na época, tenham desaparecido por completo.

Na margem esquerda, o troço conservado mede 19 m e a sua altura pouco ultrapassa o nível das fundações enquanto, na margem direita, o paredão se conserva numa extensão de 31 m e, no topo próximo do leito do ribeiro, ainda mantém uma altura de cerca de 3 m.

O comprimento total actual, considerando os dois troços de vestígios conservados em ambas as margens e o espaço entre eles, é de 78,5 m e, originalmente, não deve ter sido muito maior. A altura máxima actual, calculada com base na diferença de cota entre o ponto mais alto (Estampa V, fotol) da estrutura e o ponto mais baixo do leito do ribeiro, é de cerca de 14 m e terá sido maior, 1 ou 2 m, na época romana. De largura, a estrutura atingia um máximo de 11 m na base e, no que existe actualmente, 9 m no topo. A diferença, ao que tudo indica, deveria ser vencida por um sistema de degraus a jusante (Estampa IV, foto 2), cujo arranque é ainda visível junto ao encontro da margem direita.

Os muros são construídos num *opus incertum* de granito ligado por argamassa de cal, salpicados, aqui e acolá, por pedras transversais, salientes, que atravessam os muros de um lado ao outro, tendo certamente como objectivo conseguir uma maior coesão entre as duas faces do muro. Ao que parece, e de acordo com o que nos tem sido dado observar, esta técnica surge frequentemente como característica dos aparelhos romanos do século I no Norte de Portugal.

Os enchimentos são constituídos, na parte mais alta da barragem, destinada a suportar menos pressão, por grandes quantidades de pedra amontoada e saibro e, na parte central, conservada em cotas inferiores, por pedra, também disposta irregularmente, mas ligada com forte argamassa de cal.

Descendo do encontro da margem direita para o leito, encontramos a jusante dois muros transversais aos grandes muros da estrutura, colocados perpendicularmente e que reforçavam a barragem na parte central. O primeiro destes muros marca o ponto a partir do qual o paredão atingia a sua largura máxima e que não é possível saber até onde se mantinha na margem esquerda (Estampa V, foto 2). Estes dois muros transversais, conjuntamente com os muros longitudinais, formam, nesta secção da parede da barragem, uma estrutura alveolada composta de vários compartimentos quadrangulares que, por sua vez, eram preenchidos por um enrocamento de pedra e forte argamassa de cal.

Da descarga de fundo que, em princípio, existia neste tipo de equipamentos hidráulicos, não encontramos qualquer vestígio, com certeza porque a parte mais baixa da barragem, onde esta se localizaria,

se encontra completamente destruída. Um evacuador de cheias lateral devia ser constituído por uma pequena portela natural situada um pouco além do encontro da barragem na margem esquerda, entre este e o Alto do Porco. Segundo Quintela: «... Nem todas as barragens foram dotadas de evacuadores de cheias. Contudo, estes órgãos eram (...) desejáveis nas barragens construídas unicamente de alvenaria ou betão.»⁽²³⁾.

A jusante, na margem esquerda, tinham já sido detectados vestígios de um canal escavado na rocha que poderão corresponder ao aqueduto que, da barragem, transportava a água a *Aquae Flaviae*. Este canal dava certamente saída a uma captação em profundidade. A prospecção que fizemos com o intuito de localizar outros vestígios do traçado desta estrutura de condução de água, pelo vale que se estende até Chaves, não deu resultados. Contudo, o traçado já foi sugerido através de um artigo publicado no *Notícias de Chaves* ⁽²⁴⁾.

A estrutura assim conseguida da forma que temos vindo a descrever contribuiu para a criação de um lago artificial capaz de armazenar sete milhões e meio de metros cúbicos de água e era alimentado por uma bacia hidrográfica com cerca de 17 Km² de área.

2.5. *A epigrafia*

Num dos rochedos da margem esquerda, sob os líquenes que o cobriam, foi possível distinguir duas letras cujo sentido não compreendemos: O C. Parecem ter uma gravação cuidada em caracteres capitais quadrados. Como não houve oportunidade para se proceder à limpeza da rocha, não sabemos se a inscrição tem ou não continuação, embora pela análise superficial pareça não ter.

No paramento de jusante do muro 3 da estrutura, foram detectadas, no decurso da escavação, outras duas inscrições, uma numa pedra à face do paramento e outra, numa pedra de travamento do muro. São dois textos idênticos e igualmente muito curtos e enigmáticos: QT ⁽²⁵⁾. A gravação

⁽²³⁾ QUINTELA, A., CARDOSO, J. L. e MASCARENHAS, J. *MAproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo, Contribuição para a sua Inventariação e Caracterização*, Ministério do Plano e da Administração do Território, Lisboa, 1986, p. 28.

⁽²⁴⁾ VASCONCELOS, Júlio, in «Notícias de Chaves», 25.03.1988

⁽²⁵⁾ Não resistimos a lembrar aqui a discussão em torno do C invertido e, muito particularmente, a interpretação que dele faz Armando Coelho (SILVA, 1986: 275), que pensa tem o significado de *castellum*. Se nos deixarmos cair na tentação de

das letras é menos cuidada nestes dois casos, é feita por picotagem e os caracteres têm um aspecto mais próximo do capital actuário.

Nos rochedos da margem esquerda surgiu outra epígrafe publicada pelo seu achador ⁽²⁶⁾ e que é de leitura mais complicada.

2.6. *A estrutura, considerações finais*

A grande maioria, se não a totalidade, das barragens romanas cortou pequenos cursos de água, de regime irregular, secos na maior parte do ano ⁽²⁷⁾. Este “artifício” facilitou tecnicamente a construção uma vez que evitava grandes obras de desvio dos caudais durante a construção e, por outro lado, nunca deve ter posto em causa a capacidade dos mananciais aquíferos para encherem as albufeiras, já que as chuvadas fortes dos Invernos mais ou menos rigorosos deve ter sido suficiente para tal. O Ribeiro de Sanjurge, no Verão, apenas mantém um pequeno fio de água.

Como já dissemos, as condições naturais do sítio escolhido para implantação da barragem são óptimas. Contudo, a necessidade de conter a enorme pressão da água armazenada obrigou à construção de uma das mais monumentais obras de hidráulica romana conhecidas, até ao momento, em Portugal.

Um muro de desenvolvimento mediano ⁽²⁸⁾ atingia uma altura considerável que certamente ultrapassou os catorze metros que ainda hoje podemos testemunhar e que serviram de base para os cálculos da capacidade da albufeira. Esta altura é muito superior à verificada na totalidade das barragens inventariadas no Sul do nosso País que em 17 casos é inferior a 5 m, numa média que não deve ultrapassar os 2,5, em dois casos atingem pouco mais de 5 m e apenas em um chega aos 10 m.

interpretar o T como *T(ureobriga)*, teríamos então uma marca feita pelos trabalhadores que construíram a barragem, colocada num sítio que nem sequer ia ficar à vista, e que perpetuaria o nome de um local e de um povo que estavam em vias de receber, ou já tinham recebido uma nova designação, mais adequada à nova situação política e administrativa.

⁽²⁶⁾ COLMENERO, R., *O Pantano Romano de Abobe leira*, in «Larouco», 1, Ediciós do Castro, p. 171.

⁽²⁷⁾ VITA-FINZI, Claudio, *Roman Dams in Tripolitania*, in «Antiquity», XXXV, 1961, p. 15.

⁽²⁸⁾ Os muros das barragens inventariadas no Sul de Portugal têm comprimentos que variam entre um mínimo de 13 na Comenda, Setúbal, e um máximo de 220 metros em Vale Tesnado, Loulé (QUÍNTELA *et al*, 1986: 40-43); em Chaves ele é de 78,5 m.

No que toca à espessura do muro, o panorama é idêntico, apenas uma barragem do Sul atinge a espessura de 11 m que é igual à espessura do muro de Chaves.

A planta é recta no paramento de montante e ligeiramente em arco no de jusante, o que se fica a dever ao alargamento do muro do topo para a base e ao grande declive das margens, o que, na projecção da planta, dá este «falso» efeito de arco. No que respeita à secção transversal, podemos integrar este monumento nos de «muro de secção com largura variável, crescendo em profundidade» ⁽²⁹⁾, embora a estrutura interna deste muro seja muito mais complexa do que a dos muros normalmente integrados neste tipo.

Tratando-se de uma barragem de gravidade, a sua estabilidade tinha que ser garantida pelo peso da estrutura, que era aqui reforçado pelos rochedos das margens à semelhança do que também terá acontecido em outras barragens da Península Ibérica. Apesar do peso da estrutura ser maior a jusante, não nos parece que este, alguma vez, tenha sido compensado a montante por qualquer aterro. Dele não encontrámos vestígios. Aparte central do muro era constituída, como já vimos em 2.4., por seis muros paralelos cortados transversalmente por outros. Os divertículos quadrangulares assim conseguidos, na zona mais alta da estrutura, eram preenchidos por um enrocamento de pedras e argamassa de cal e, nas zonas de cota superior, mas altura menor, por um enrocamento de pedras e saibro. Assim se garantia a estabilidade e a impermeabilidade do muro.

Esta é uma estrutura excepcional no quadro da engenharia hidráulica romana e, para ela, apenas encontramos paralelo na barragem de Cornalvo, em Espanha, que até aqui tem sido apontada como «uma barragem de tipo único, por ter um perfil trapezoidal e constitui o exemplo mais refinado de todas as barragens romanas»⁽³⁰⁾ ou uma barragem onde «muda radicalmente o conceito estrutural que a determina, abandonando-lhe o muro plano de aparelho, com aterro adossado a jusante, para adoptar um outro muito mais complicado de estrutura alveolar de grande base, preenchida com uma mistura de pedras e barro. (...) Chegámos à conclu-

⁽²⁹⁾ QUÍNTOLA *et al*, *op. cit.*, p. 27.

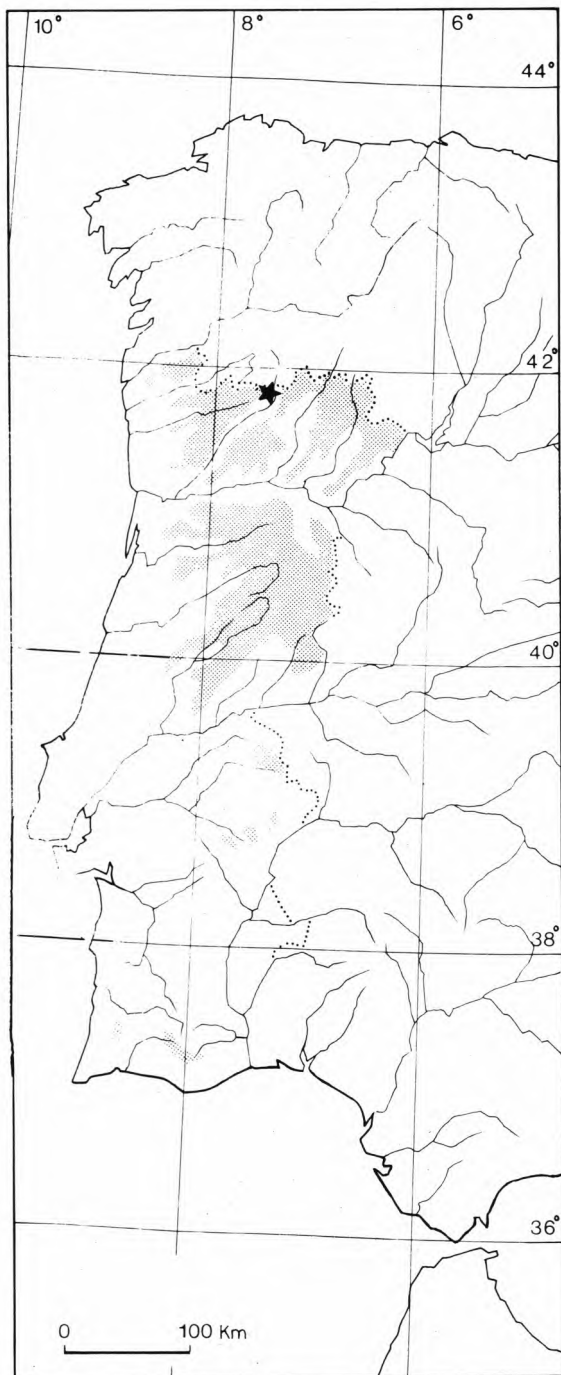
⁽³⁰⁾ SMITH, N., *Nuevo Estudio sobre la Presa Romana de Consuegra*, in «Revista de Obras Publicas», Madrid, Junio, 1980 [*apud* QUÍNTOLA *et al*, *op. cit.*, p. 30].

são que a barragem estava organizada numa retícula ortogonal de muros verticais em direcções longitudinal e transversal...»⁽³¹⁾.

Se pensamos que o uso mais importante desta barragem foi o abastecimento público da cidade de *Aquae Flaviae*, não excluimos a hipótese de ela também ter servido para rega ou outro fim, já que a sua capacidade de armazenamento devia ultrapassar as necessidades do consumo urbano. Pensamos que a sua localização topográfica e a grande proximidade da urbe não deixam lugar a dúvidas quanto ao primeiro uso que lhe atribuímos. Quanto a outras eventuais utilizações, não encontrámos quaisquer vestígios a não ser, também, a proximidade da veiga e de vestígios de explorações mineiras antigas.

A conclusão da escavação do monumento não deve trazer grandes novidades ou alterações fundamentais àquilo que aqui deixamos dito, mas seria da maior importância que se realizasse. O pôr a descoberto da totalidade do que se conserva da estrutura permitirá a sua percepção de uma forma mais imediata e a valorização do espaço em termos culturais e patrimoniais, facilitando a elaboração de um consciencioso plano de restauro e conservação/valorização daquele que será, muito provavelmente, o mais excepcional vestígio de engenharia hidráulica romana que se conserva em território nacional.

⁽³¹⁾ FERNÁNDEZ CASADO, Carlos, *Ingeniería Hidráulica Romana*, Ediciones Tumer, Madrid, 1983.



Localização da barragem de Abobeira.



Foto 1 — Vista geral, tomada de SO.



Foto 2 — A escavação na margem direita.



Foto 1 — Estratigrafia, sendo visível a vala de fundação junto ao parâmetro de jusante.



Foto 2 — Vista geral, tomada de SO.



Foto 1 — Enchimento de pedras e saibro entre dois muros longitudinais da barragem.



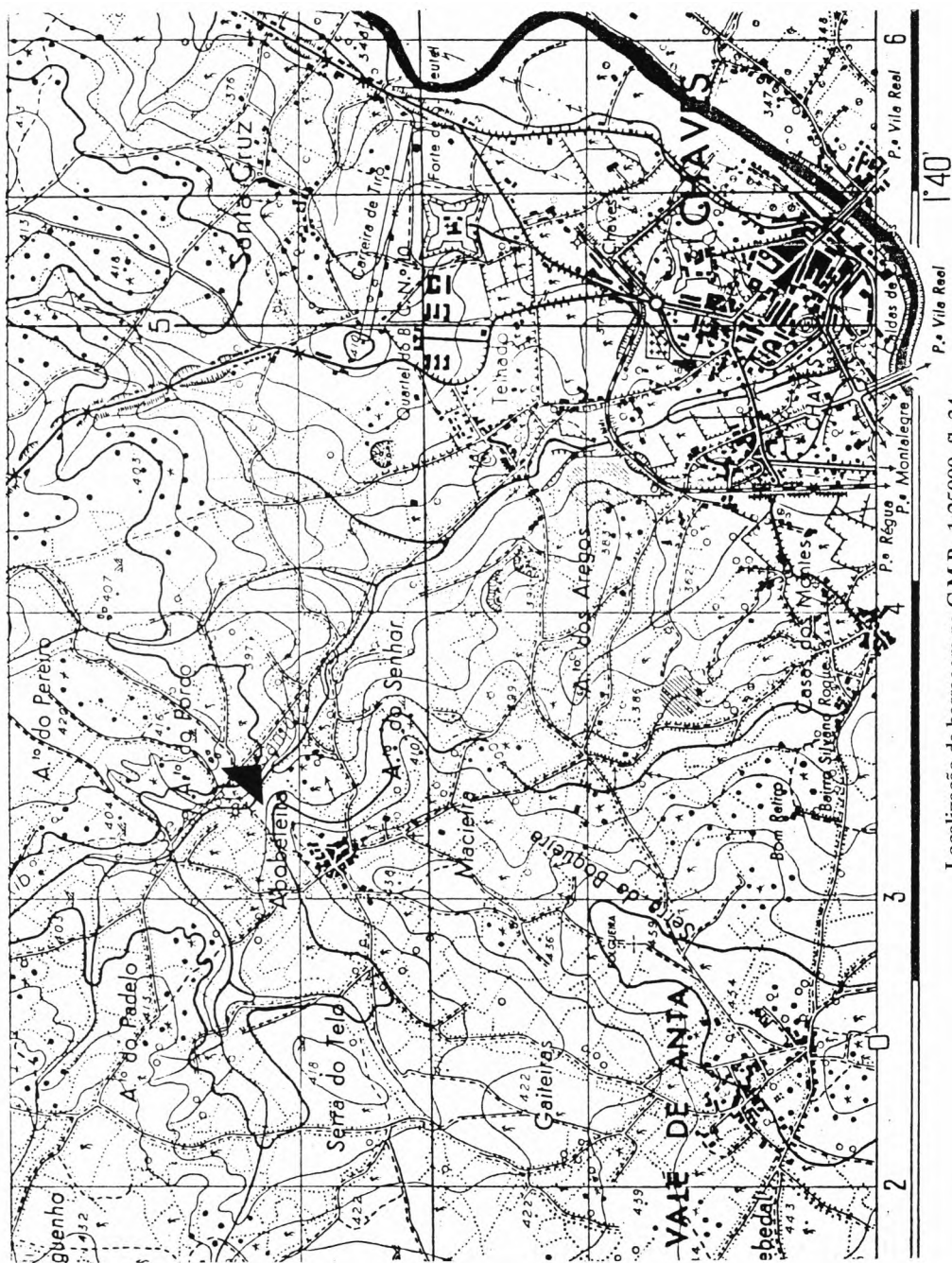
Foto 2 — Sistema de degraus a jusante.

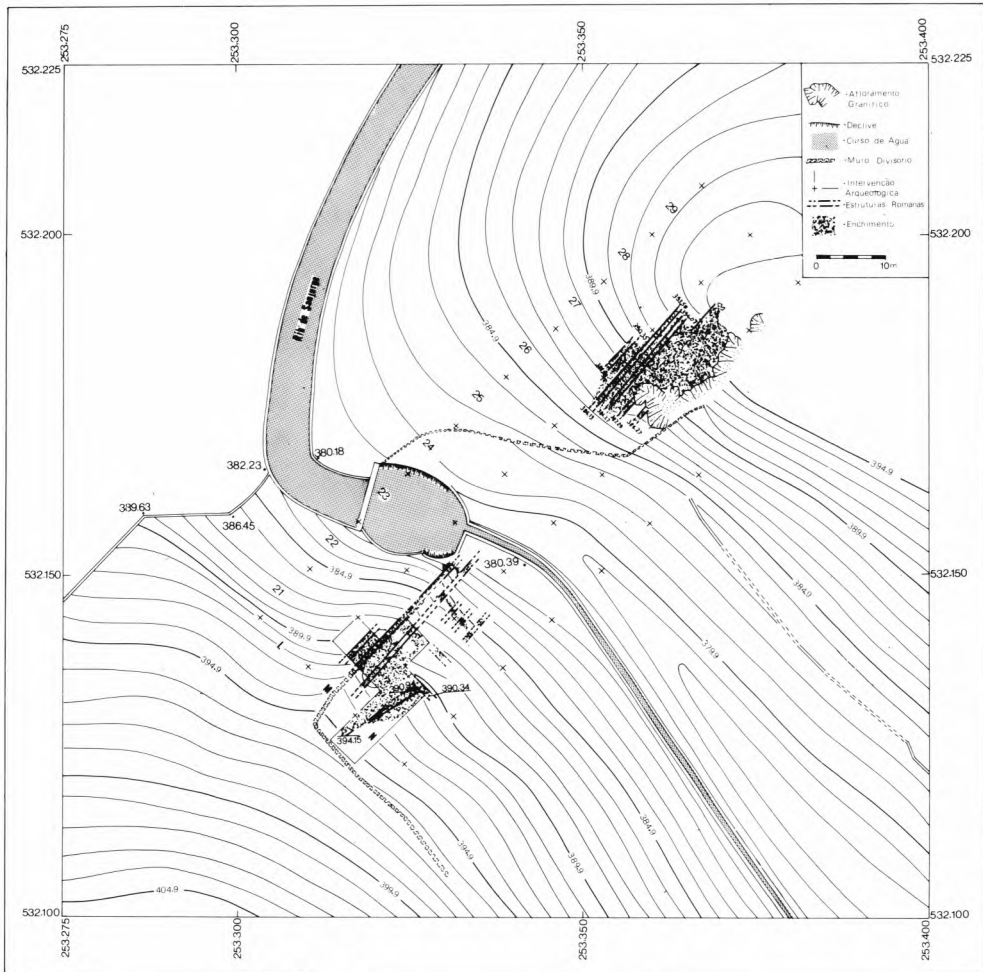


Foto 1 — O encontro da barragem na margem direita: pormenor.

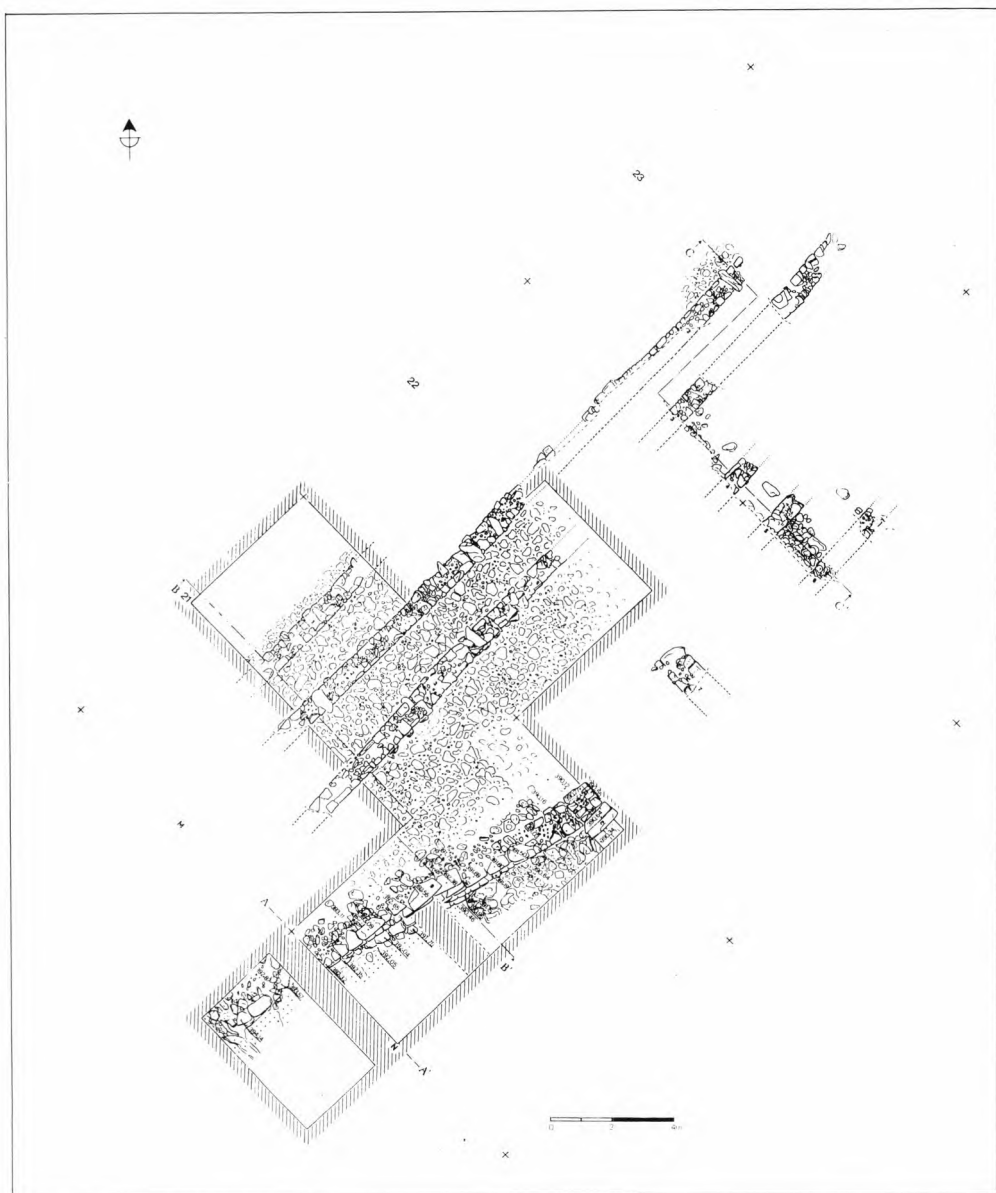


Foto 2 — Muro transversal.





Planta geral das estruturas.

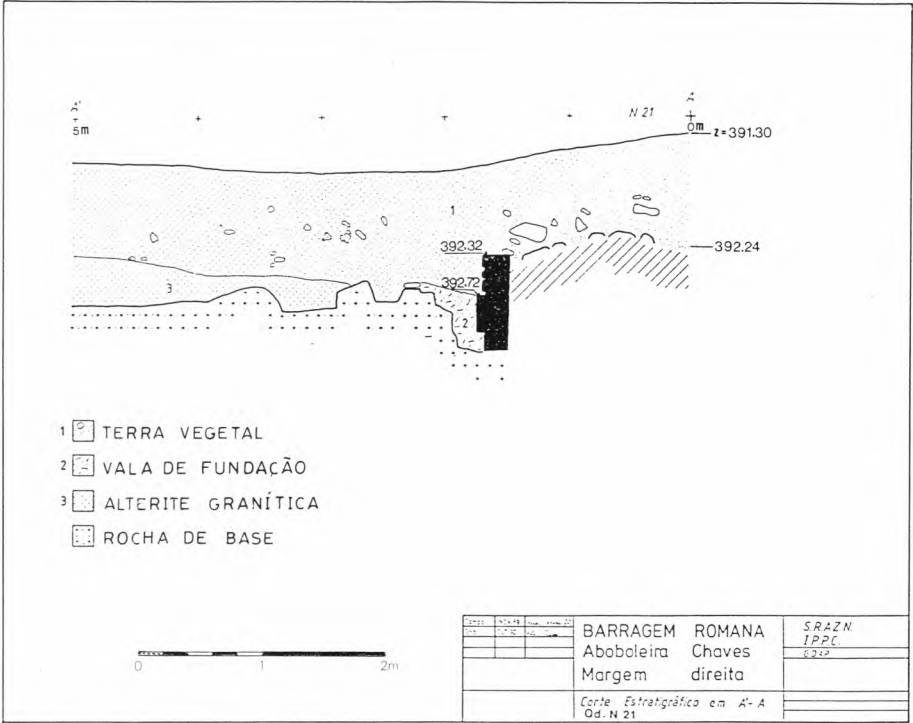


Planta de pormenor das estruturas postas a descoberto no decurso dos trabalhos de 1989, na margem direita.

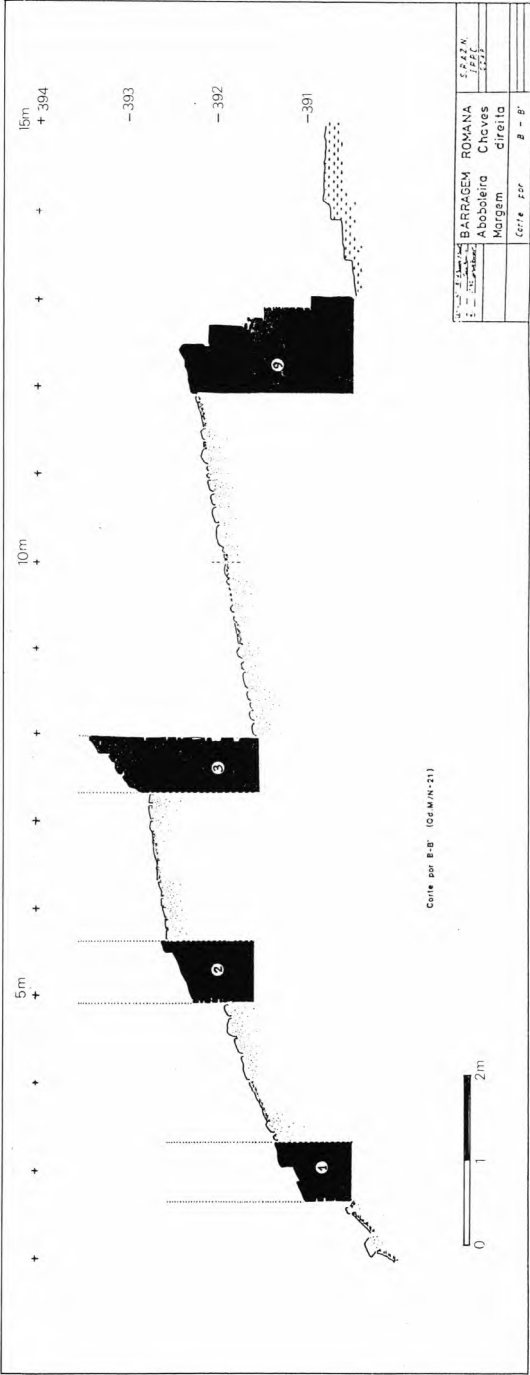


Planta de pormenor das estruturas visíveis na margem esquerda.

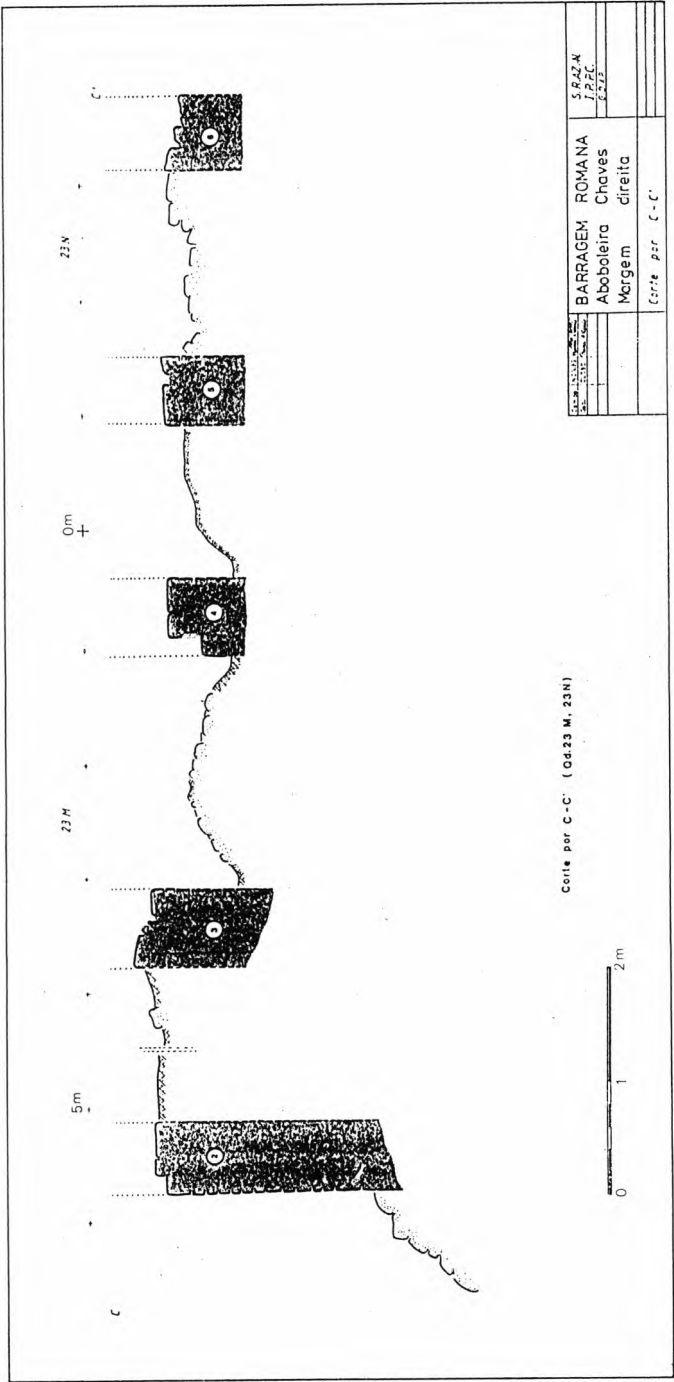
EST. X



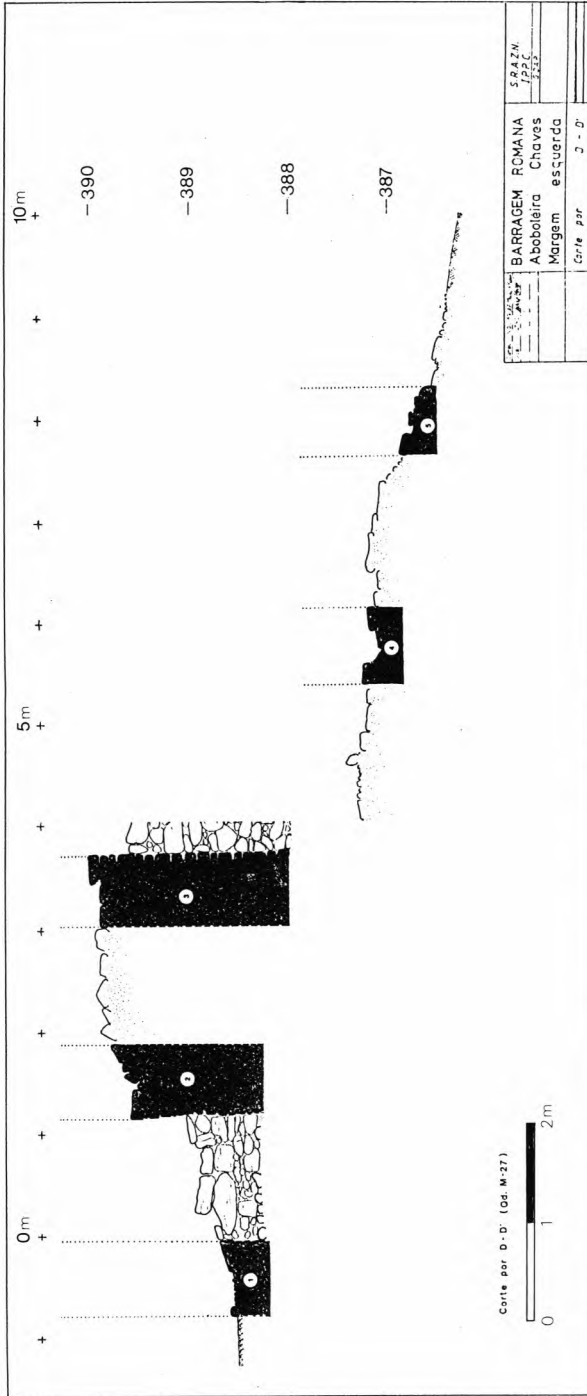
Corte estratigráfico em A' A (Est. VIII).



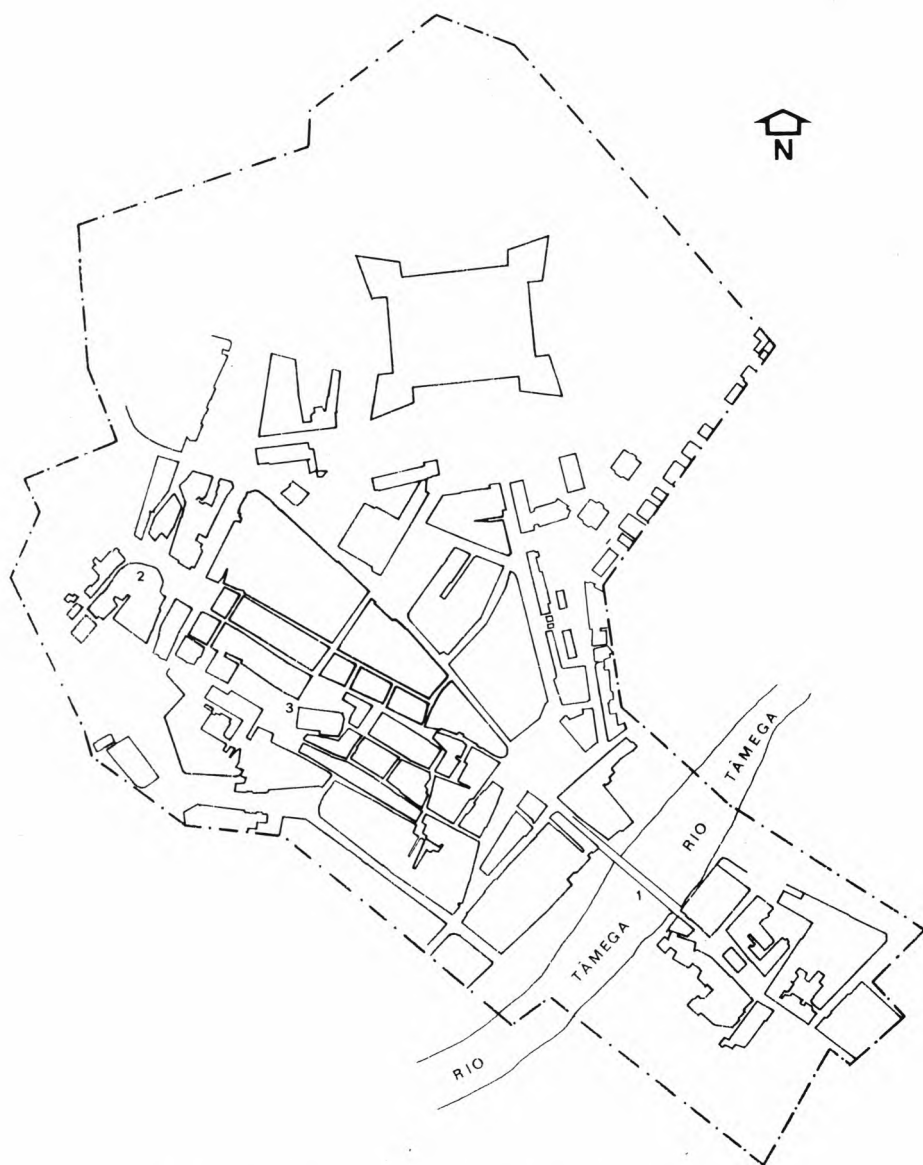
Corte em BB' (Est. VIII).



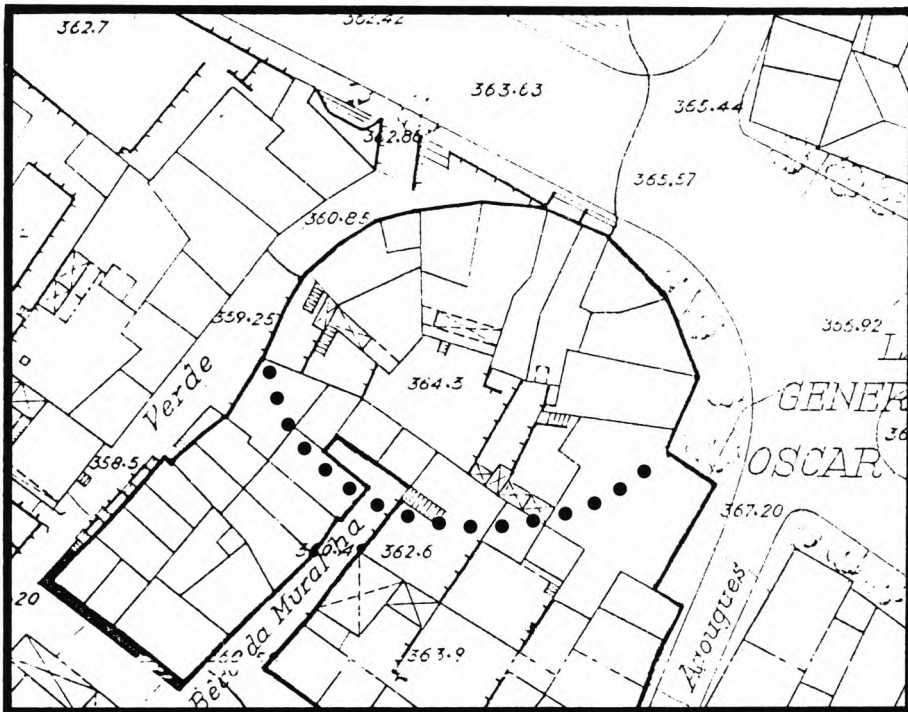
Corte em CC' (Est. VIII).



Corte em DD' (Est. VIII).



Planta da área de salvaguarda do centro histórico de Chaves:
1. Ponte de Trajano; 2. Anfiteatro; 3. Forum. Escala 1:5000.



Reconstituição provável da área do anfiteatro. Escala 1:1000.

(Página deixada propositadamente em branco)

TERESA JÚDICE GAMITO

Professora da Universidade do Algarve

CEMITÉRIO ROMANO DO SÉCULO II/III

— FARO, RUA DAS ALÇAÇARIAS

«Conimbriga» XXXI (1992), p. 99-118

RESUMO: O cemitério romano do século II/III d.C. situado na Rua das Alcaçarias em Faro foi posto a descoberto quando se procedia à abertura de uma zona de caves para o prédio acabado de construir. Tomou-se portanto uma escavação de salvamento. O nome desta pequena ma de Faro deve-se ao facto de ter sido ali uma zona de mercado durante a ocupação islâmica da cidade, na Idade Média. Em época romana, esta zona teria possivelmente sido uma quinta agrícola, localizada junto à estrada que ligava Ossonoba (Faro actual) a Balsa (actualmente Tavira).

A escavação desta parte do cemitério romano permitiu-nos recolher dados importantes acerca da vida da burguesia mercantil de Ossonoba. Tivemos ainda a oportunidade de escavar um túmulo intacto (sepultura n.º 6), que nos forneceu materiais muito importantes: um colar de ouro e granadas facetadas; dois brincos de ouro; uma lucerna de bronze, que se encontrava rodeada por diversos alfinetes de cabelo em osso, provavelmente tudo contido numa bolsa de material perecível; uma lucerna de barro redonda; um copo de cerâmica fina; um pequeno disco de vidro, duas moedas. Das outras sepulturas foi recolhido diverso material que é aqui também analisado. A cronologia relativa para este cemitério parece localizar-se entre a segunda metade do século II e o século III d.C.

Algumas possíveis conclusões podem ser aqui sugeridas:

O cemitério da Rua das Alcaçarias parece tratar-se de uma necrópole familiar, com uma cronologia próxima do século II d.C., não devendo ultrapassar o século III. Esta homogeneidade cronológica encontra-se também nos materiais que acompanhavam os enterramentos: as joias, as lucernas, os vidros. Parece assim ter existido em Ossonoba uma burguesia mercantil importante, com hábitos caros e sofisticados, importando objectos de luxo de qualquer ponto do Império Romano. Este aspecto

implica, portanto, uma grande actividade comercial na cidade, importando e exportando produtos diversos, com contactos frequentes com gentes diversas, fazendo de Ossonoba um dos portos mais importantes da Lusitânia.

ABSTRACT: The Roman cemetery of the 2nd/3rd century A.D. at Alcaçarias Street, Faro, was put into the open air by the excavation of an extra area for a new residential building. It became thus a rescue excavation. This small street is so called after its use as market place in the Islamic occupation of the town, in the Middle Ages. In Roman times it might have been a farm located outside the town, perhaps close to the eastern road which left Ossonoba (modern Faro) to Balsa (modern Tavira). The excavation of this part of the necropolis allowed us to recover important aspects about the life of the Roman merchant bourgeoisie of Ossonoba. We were also lucky to excavate a complete tomb (tomb n.6) which provided important funeral goods: a golden necklace decorated with small granates, golden ear-rings, a bronze lamp which was surrounded by several bone hair-pins, a clay round lamp, two bronze coins, a drinking vessel, a small glass disc. From the other tombs, different objects were also collected and are here analysed. The relative chronology for this cemetery seems to be close to the second half of the 2nd century to the 3rd century a.D. Some important conclusions can here be suggested: This cemetery seems to have been a family necropolis, with a close chronology around the 2nd century A.D., probably not having gone beyond the 3rd century. This same chronological homogeneity is found in the funerary goods: the jewels, the lucernae, the glass objects. The existence of an active merchant bourgeoisie is also suggested with expensive and sophisticated customs, importing luxurious objects from any point of the Roman Empire. This also implies a great import/export activity within the town, with different and challenging contacts with different peoples, making Ossonoba, one of the most important ports within Lusitania.

CEMITÉRIO ROMANO DO SÉCULO II/III — FARO, RUA DAS ALÇAÇARIAS

Introdução e notícia da sua descoberta

A escavação de emergência na necrópole romana da Rua das Alçaçarias (Faro), efectuada pelo Sector de Arqueologia da Universidade do Algarve em Abril de 1984, surgiu por ter sido posta a descoberto esta importante necrópole e se ter verificado a sua parcial destruição. Na verdade, isto aconteceu quando se efectuavam as remoções de terras destinadas às arrecadações do prédio do Montepio Geral, acabado de construir pelo empreiteiro Sr. Leal Cabrita, com frente para a Rua de Sto. António e as traseiras para a velha Rua das Alçaçarias.

Segundo o Sr. Leal Cabrita, nenhuma outra sepultura fora detectada na área do prédio propriamente dito, quando, meses antes, procedera à escavação dos alicerces das referidas arrecadações. Apesar de, nessa altura, ter considerado um pouco inverosímil esta informação, este aspecto foi posteriormente confirmado, quando, cerca de um ano depois, o prédio vizinho, situado a nascente deste, sofria idênticas transformações. Verificou-se, então, que realmente nenhuma sepultura se encontrava naquela zona, sendo portanto provável ter acontecido o mesmo na vizinha área do prédio aqui agora tratado.

A escavação, apesar da discrição que se pretendia, chamou desde logo a atenção da população local, dado ter-se inicialmente encontrado uma lápide tumular, com ténues vestígios epigráficos. A ocorrência chegou ao conhecimento do técnico do Gabinete de Arqueologia, José Cabecinha, que na minha ausência (encontrava-me então em prospecção de campo no Alto Alentejo), o comunicou ao Reitor da Universidade do Algarve, Pro-

fessor Doutor Manuel Gomes Guerreiro, ao director e representante da Secretaria de Estado da Cultura na Região Sul, Professor Thomaz Ribas e ao Presidente da Câmara Municipal de Faro. Do acontecimento tomou também conhecimento o Dr. Caetano Beirão, então director dos Serviços de Arqueologia da Região Sul, que visitou o local, declarando ir mandar ali, dentro de dias, o casal Varela Gomes, facto que nunca se verificou.

Regressando do trabalho de campo verifiquei a extrema urgência de uma intervenção de emergência, pois as terras continuavam a ser removidas, apesar da presença constante de José Cabecinha, que procurava que as máquinas não causassem estragos de maior na necrópole, recolhendo os materiais que eventualmente fossem surgindo nas terras removidas pela máquina. Na tentativa de alertar as entidades competentes, contactei mais uma vez o Reitor da Universidade, o Presidente da Câmara, o então delegado da Secretaria de Estado da Cultura e mesmo o Governador Civil de Faro, bem como o então Director do Departamento de Arqueologia do IPPC, o Dr. António Carlos Silva e o comandante da PSP de Faro, de todos recebendo o maior apoio, pois mesmo na minha presença os estragos continuavam. Dado que os técnicos do Dr. Caetano Beirão continuavam sem aparecer, e a situação se tornava insustentável, pedi autorização para ser o Gabinete de Arqueologia da Universidade do Algarve a realizar a escavação de emergência que se impunha.

Dada a extrema limitação de tempo e de pessoal de que acabámos por dispor, e como a lápide encontrada já exigia a presença de um epigrafista, pedimos a colaboração da Dr.ª Manuela Alves Dias, que prontamente se deslocou a Faro, e nos auxiliou nos trabalhos de escavação. Também devemos salientar a ajuda constante de António Pinheiro Rosa, então director interino do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, e ainda de José Guimarães, da Polícia de Segurança Pública de Faro e de outros elementos interessados da população. Os desenhos dos materiais foram feitos por Pierre Lewin. A todos expressamos aqui a nossa gratidão.

Localização da necrópole

A zona de escavação de emergência da Rua das Alcaçarias encontra-se indicada na Est. I, que é simultaneamente parte da planta da cidade de Faro. A necrópole situa-se na zona pombalina da cidade, a cerca de 250 m da necrópole do Bairro Lethes escavada por Estácio da Veiga em

1878 ⁽¹⁾. Estes trabalhos foram posteriormente continuados por Abel Viana, em 1951 ⁽²⁾.

A Rua das Alcaçarias é uma pequena e estreita rua de Faro, outrora zona do Bazar Islâmico, cuja evocação conserva ainda no nome, que, por certo, irá sofrer grandes alterações e remodelações no seu trajecto, com o novo plano de urbanização da cidade. As dimensões reduzidas da área escavada tornaram ainda mais difíceis os trabalhos de estudo e recuperação dos materiais, por não ser possível afastar as máquinas e materiais de construção. A própria área de escavação era também reduzida, como se pode observar na Est. II, o que tornava difícil afastar os numerosos curiosos que diariamente acompanhavam os trabalhos.

Por outro lado, a larga cratera aberta na pequena rua veio facilitar a demarcação do estrato arqueológico da necrópole e da própria estratigrafia do corte. Foi assim possível observar a localização exacta das seis sepulturas e aproveitar a escavadora da obra para se pôr a descoberto a sepultura seis, ainda intacta, removendo rapidamente os 0,40 m que a cobriam. Detectaram-se ainda mais duas sepulturas, no final da escavação, que continuavam por debaixo das casas antigas na zona limítrofe a leste, sendo portanto oito o total das sepulturas aqui assinaladas.

A planta da Est. II, elaborada pelo topógrafo da Câmara Municipal de Faro na escala 1:100, permite a localização das sepulturas detectadas. De salientar que a sepultura n.º 1 se encontraria na zona central, exactamente a mais afectada pela escavadora, à qual teria pertencido a lápide epigrafada (Est. III), e que foi completamente destruída pela máquina. Os materiais dispersos que se recolheram nas terras removidas, e extraídas da “cratera” aberta no recinto, e durante a primeira fase de impasse atrás referida, eram constituídos, essencialmente, por tijolos e *tegulae* fragmentados, que teriam, possivelmente, constituído as paredes da sepultura. Encontraram-se ainda alguns fragmentos de vidros, tudo constituindo, no total, muito pouco material. Na verdade, antes da descoberta da lápide, já tinham sido retirados dali vários camiões de terra, e não houve possibilidade de se saber o número exacto de sepulturas ali existentes. Pelo que nos foi dado observar e pelas dimensões e densidade de sepulturas detectadas em volta, é possível que tivesse existido mais do que uma sepultura; por outro lado,

⁽⁴⁾ Esta escavação foi publicada posteriormente por Maria Luisa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, em 1971, *Arqueologia Romana do Algarve*, Ass. Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2 v.

⁽²⁾ A. Viana, 1951, “O cemitério Romano do Bairro Letes”, *Brotéria*, v. LIII.

pela quantidade de materiais de construção da época romana recolhidos, não é impossível que apenas se encontrasse ali a sepultura n.º 1.

A planta topográfica da zona apresenta claramente a localização e orientação da sepultura n.º 6, bem como a situação e orientação das sepulturas n.ºs 2, 3, 4, e 5 (Est. II). A orientação dos monumentos é, como se pode observar, NE/SO.

O perfil no corte aberto no terreno mostra o nível de implantação das sepulturas, que, no lado este, se encontram a cerca de 1,60 m de profundidade. No lado norte encontra-se a sepultura n.º 6 integrada no mesmo nível, e no lado oeste as sepulturas n.ºs 2 e 4, também localizadas no mesmo estrato. Todas as sepulturas se encontram portanto ao mesmo nível, a cerca de 1,60 m de profundidade em relação ao ponto E.

Já depois da escavação de emergência e quando o empreiteiro recomeçou as obras para a construção e revestimento das paredes das caves do prédio em questão, verificou-se que outra sepultura se encontrava mais para este, pelo que o cemitério se estenderá, provavelmente, nessa direcção e sob as casas velhas que se encontram na Rua das Alcaçarias.

Arquitectura dos monumentos e sua distribuição

Com excepção da sepultura n.º 6 e possivelmente também da n.º 1, todas as sepulturas eram constituídas por *tegulae* e *imbrices*, apresentando a característica forma de secção triangular, o tipo B da tipologia de Estácio da Veiga ⁽³⁾, idênticas às encontradas por aquele arqueólogo no Cemitério do Bairro Lethes.

Este tipo de sepultura é dos mais frequentes nos cemitérios romanos, encontrando-se por todo o Império, nomeadamente em todo o Algarve e Andaluzia. O tipo de sepultura de construção rectangular, também bastante frequente nos cemitérios romanos do Algarve e Andaluzia, apresenta-se aqui seguramente na sepultura n.º 6, sendo de supor que a sepultura n.º 1 tivesse igual configuração ⁽⁴⁾.

⁽³⁾ No bairro Lethes apareceram também algumas sepulturas de configuração paralelepípedica, como vemos em Affonso dos Santos, *op. cit.*, v. I, p. 189, planta 26.

⁽⁴⁾ Especialmente de referir o estudo de Klaus Raddatz sobre a necrópole romana de Mulva, cujos materiais e arquitectura tumular muito se assemelham a estes túmulos construídos em tijolos e/ou pedras de Faro. K. Raddatz, 1973, *MULVA-I*, Madrider Beitrage, 2, Mainz. Também encontramos exemplos deste tipo de sepul-

Sepultura n.º 1

A sepultura n.º 1, à qual deveriam pertencer muitos dos tijolos e *tegulae* encontrados nas terras removidas e de que apenas resta seguramente a lápide epigrafada (Est. III), deveria apresentar uma secção semelhante à da própria pedra isto é, um trapézio pentagonal irregular. A lápide, apesar de exibir uma moldura rectangular cuidadosamente traçada, apresenta apenas uma tênue inscrição, mal gravada, não tendo sido afectada pela tentativa de “leitura” a que os operários do Sr. Leal Cabrita procederam, tentando avivá-la com um prego, como inicialmente receámos. É possível uma leitura cautelosa facilitada pela incidência de luz, inclinada entre cerca de 35² e 45⁰ sobre a sua superfície, sugerindo apresentar no topo a dedicação aos deuses *Manes*, que é perfeitamente clara, tal como nas inscrições da Quinta de Marim (Olhão) ⁽⁵⁾, alguns números romanos, sugerindo a idade do/a defunto/a, e que seria talvez de 18 anos, e finalmente apenas algumas iniciais e a fórmula fúnebre de a ter mandado fazer:

“D. M. S.

WIIIIIII (?)

A. V. V. F. F.” (?)

Parece que o gravador teria tido também problemas com a representação dos algarismos referentes à idade do/a defunto/a, que, se a leitura for correcta, deveria ser XVIII. Esta sepultura devia, portanto, pertencer ao tipo A de Estácio da Veiga. Os enterramentos aqui observados parecem ser todos de inumação.

Das sepulturas 2, 3, 4 e 5 foram recolhidos os seguintes materiais:

Sepultura n.º 2

Diversos fragmentos de um unguentário e de um prato de vidro (Est. XVI) e do que parece ter sido a base de uma garrafa.

Sepultura n.º 3

Nenhum material foi recolhido.

turas em M. del Amo, 1976, “Necropolis romana en la Esperanza”, *Huelva Arqueológica-II*, 83-88; e ainda na mesma revista e do mesmo autor: “Necropolis romana en la Calle Onesino Redondo”, *Huelva Arqueológica-II*, 89-97.

⁽⁵⁾ J. d’Encarnação, 1991, “Anecrópole romana da Quinta de Marim (Olhão), a onomástica enquanto índice sociocultural”, *Ana is do Município de Faro*, C. M. F., 229-241.

Sepultura n.² 4

1 lucerna de barro com friso em perlado singular e asa fragmentada (Est. XIV);

1 copo de vidro muito fragmentado, com arestas laterais (Est. XV)

1 copo de vidro, muito fragmentado, com decoração em serpenteado, característico da manufatura das oficinas de Colónia (Est. XVI)

1 pequeno jarro de barro com caneluras horizontais (Est. XVI)

1 moeda de bronze

Sepultura n.² 5

Nenhum objecto do ritual funerário foi encontrado, apenas algumas das *tegulae* que formavam a sepultura apresentavam o desenho de uma ferradura gravado com um dedo na face superior.

Sepultura n.² 6

A sepultura n.^o 6 (Est. IV, V e VI), aparentemente intacta, apresentava a forma de um paralelepípedo rectangular, cujas paredes laterais foram construídas por seis camadas de tijolos sobrepostas. Tratava-se de uma sepultura de inumação. Quer devido à má qualidade da construção, quer por ter sofrido consideráveis pressões e infiltrações de águas através da superfície da rua ou pelas próprias máquinas da construção, os tijolos apresentavam-se um pouco lassos, pelo que teve de ser escorada logo no primeiro dia da escavação. Abriu-se uma área de escavação exactamente nesta zona e procedeu-se à sua completa libertação. Observou-se que um muro estreito e relativamente moderno cortava obliquamente o canto esquerdo, e a sua construção poderá ter originado a ligeira perturbação observada na superfície da sepultura, onde faltavam algumas *tegulae* (Est. VB).

Também esta sepultura é do tipo A da tipologia de Estácio da Veiga, sendo relativamente frequente em todos os cemitérios romanos desta época nomeadamente no Algarve, na região de Huelva e na bacia do Guadalquivir (vide nota 4), com a forma de paralelepípedo rectangular, cujas paredes são constituídas por diversas camadas de tijolos ou pedras, em alguns casos, e coberta com *tegulae*, colocadas horizontalmente ou apoiando-se numa estrutura de madeira, adquirindo a configuração de secção triangular ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ Tal como vemos referido em Estácio da Veiga e M.- Luisa E. V. Affonso dos Santos, *op. cit.*, 1971.

O fundo desta grande caixa, é geralmente constituído por lajes de pedra em número variável.

Escavação da sepultura n.º 6

Procedeu-se primeiramente à libertação da sepultura dos terrenos que lhe eram anexos e, seguidamente, à remoção das poucas *tegulae* que constituíam a sua cobertura.

Dada a fraca construção dos muros da sepultura, que ameaçavam desmoronar-se em qualquer momento, optou-se por se escorar a sepultura, conferindo-lhe assim alguma solidez e proceder-se à escavação do interior removendo a parede lateral esquerda e parte das duas cabeceiras. A cerca de 5 cm de profundidade, encontraram-se vários pregos de ferro, no total de 15, que deveriam fazer parte da moldura e da estrutura em madeira do caixão da defunta. Na Est. V pode observar-se a sua localização bem como os primeiros materiais que acompanhavam o ritual funerário, como o pequeno vaso decorado com pequenas mossas, que estava a 0,20 m de profundidade, e alguns ossos, as tíbias.

Entre o espólio desta sepultura encontraram-se, *in situ*, dois brincos, em argola, de ouro, e um colar também de ouro, em cadeia intercalada de granadas, pelo que logo que o primeiro brinco foi detectado, a cerca de 0,25 m de profundidade, se optou pela remoção em bloco da área onde provavelmente ele se poderia encontrar, para uma pesquisa cuidadosa longe do olhar curioso de numerosos transeuntes que seguiam com toda a atenção os trabalhos, incluindo as numerosas crianças da vizinha escola primária.

As Ests. XI e XII mostram os dois brincos de tipo argola fixa e o colar, que se encontrou já fragmentado, isto é, aberto num dos elos da corrente de ouro, não se tendo possivelmente perdido nenhum dos seus elementos, como se chegou a reconstituir, pois não se encontrou nada nas terras retiradas, todas sujeitas a cuidadosa peneiração.

Certamente devido à humidade da zona, os restos osteológicos da defunta encontraram-se bastante frágeis e de imediata fragmentação quando retirados. Notou-se que a caveira se tinha deslocado ligeiramente sobre a clavícula direita, e junto aos pés encontrou-se a lucerna de bronze (Est. VII), rodeada de numerosos alfinetes de toucado, muito fragmentados, que aparentemente teriam estado contidos numa bolsa de material perecível (Est. X), duas moedas de bronze e sob estes objectos, a 0,60 m de profundidade, uma lucerna de barro, decorada em perlado duplo e uma

pequena placa de vidro cortada em círculo, que terá talvez constituído um espelho (Est. Vili).

Análise dos materiais exumados

Todos os materiais recolhidos, que necessitavam conservação e restauro, foram tratados no laboratório de conservação e restauro do Museu Monográfico de Conímbriga, sob a direcção da Dra. Adília Moutinho de Alarcão, a quem estamos profundamente gratos, tendo-se apenas a lamentar a ilegibilidade com que ficaram as moedas, certamente devido ao seu avançado grau de oxidação. Permitindo, vagamente, uma leitura antes de tratadas, perderam-na totalmente depois.

O espólio recolhido foi em parte depositado no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique e parte na Universidade do Algarve, sua fiel depositária, aguardando-se que condições de exposição e segurança se criem no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, para aí ficar exposto na totalidade.

Sepultura n.^o 6

Os materiais encontrados nesta sepultura são tanto mais interessantes quanto o facto de constituírem um conjunto homogéneo e reflectirem práticas funerárias de uma determinada época.

As joias de ouro da sepultura 6 merecem pelo facto raro de se terem encontrado *in situ* e pela sua beleza, um lugar de relevo neste estudo. Na realidade, entre todos os achados de joias romanas deste tipo feitos em Portugal, julgo que a sua recolha no âmbito de escavações arqueológicas fazem destas, de facto, um caso único, pois que, de um modo geral, estas joias costumam ser encontradas sem referência ao seu local de origem ou adquiridas em ourives como objectos de segunda mão.

Os **brincos** são duas argolas de ouro com a parte inferior mais espessa (Est. XI), devendo o enlaçado ser apertado já enfiado nas orelhas, pois de outro modo afigura-se-nos impossível a sua colocação frequente. Uma vez enrolados em argola, esta apresenta a parte central mais espessa e os dois terminais enlaçados um no outro, formando como que um gancho (Est. XI). Aparentemente iguais têm pesos diferentes: um pesa 1,164 g, o outro 1,154 g. Pelo fecho, uma vez postos não deveriam ser removidos, pois tornar-se-ia muito incómodo.

O **colar**, actualmente com 33,8 cm de comprimento é constituído por uma cadeia de ouro, cujos elos retêm uma pequena granada facetada, sendo a cadeia interrompida a intervalos regulares, por uma barra alongada de fio de ouro, formando três troços de 13 granadas e dois de 8 e 6 granadas, estes junto ao fecho. Este é em forma de colchete em filigrana de ouro, num lindíssimo trabalho de ourivesaria (Est. XII), sendo constituído por duas partes enganchando em colchete, ambas com 1,27 cm de comprimento. O colar deveria ter tido cinco tramos de 13 granadas separados por uma pequena barra alongada, no total de 37,4 cm. Os elos da cadeia são constituídos por argolas interligadas, no sistema “loop-in-loop”, mas numa variante, de forma a que a meio sofria um aperto onde era colocada a granada. As pequenas contas de granada têm 4mm de diâmetro por 2 mm de espessura. O colar, com o uso, teria sido quebrado duas vezes e ligado por um fio de ouro e seda, formando nós, quase indeléveis, que ainda se conservaram, nos dois primeiros tramos de cada lado do fecho e que inicialmente quase nos passaram despercebidos. Assim, um tem 8 granadas, o outro 6 granadas, seguindo-se os três tramos seguintes com 13 granadas cada um. Em um deles perdeu-se um dos elos com uma granada, talvez mesmo no momento do enterramento, ou terá escorrido com o tempo, pois o colar estaria muito justo ao pescoço da defunta. O peso total do colar é de 5,588 g.

Comentário

Os brincos são simples argolas de ouro, cuja forma foi obtida pelo enrolamento em espiral de um fragmento de fio de ouro mais espesso na zona central. Este tipo de brincos é muito comum no Império Romano, em especial no Oriente, encontrando-se no seguimento da tradição das joias helenísticas, com exemplos na sepultura de Eleutheropis, na Palestina, e em muitas sepulturas cipriotas, datáveis do século II d.C. Q.Tanto Marshall como Bohme atribuem idêntica cronologia a estes brincos, cujo uso se terá prolongado até à primeira metade do século III d.C. ⁽⁸⁾.

⁽⁷⁾ R. Higgins, 1980, *Greek and Roman Jewellery*, London, British Museum, p. III

⁽⁸⁾ F. H. Marshall, 1911, *Catalogue of the Greek, Etruscan and Roman jewellery*, British Museum, London: este tipo de brincos em argolas enlaçadas

O colar, constituído por elos de ouro com granadas intercaladas, formando uma cadeia de ouro e granadas, fechando com um fecho em colchete de desenho elaborado, também se situa na sequência da influência das jóias helenísticas ⁽⁹⁾ que se faz sentir nas jóias romanas do final do século II, princípios do século III d. C. Segundo Higgins, as jóias mais simples de tradição helenística situar-se-iam entre 50 e 150 d. C, as que apresentam elos e fechos mais elaborados situam-se cronologicamente por volta de 200 d. C, prolongando-se pelos princípios do século III d. C.. Segundo Bohme ⁽¹⁰⁾, exemplos mais elaborados deste tipo de jóias situam-se na segunda metade do século III. Assim, por exemplo, o colar encontrado na sepultura da rapariga de Bona apresenta grandes semelhanças estruturais com o colar de Faro: sequência de dois elos enlaçando uma pedra, neste caso uma almadina, espaçados por um elo de fio de ouro alongado, rematado com um fecho bonito, mas muito mais simples que o de Faro. O seu comprimento total é de 38,7 cm, o que é normal para o pescoço de uma mulher adulta. O colar de Lyon é de enorme beleza, faltando-lhe, porém o fecho ⁽¹¹⁾. Este é datável na segunda metade do século II. Tanto as cronologias apontadas por Marshall como por Bohme e Higgins sugerem finais do século II até ao final da primeira metade do século III. Em Portugal, o exemplo mais próximo que temos para este tipo de colar é o do tesouro da Borrallheira, de idêntica cronologia. Em Espanha há a referir um colar parecido, mas do qual existem apenas alguns fragmentos, também em cadeia de ouro e granadas intercaladas, referido por Raddatz entre os materiais de Mulva ⁽¹²⁾.

remonta à joalharia micênica como se pode observar no exemplo cipriota do período micênico (*Plate III*, 373), tendo-se prolongado a sua manufactura na época helenística e na época romana, séculos I-III d. C., semelhante ao exemplo que se pode aqui observar (*Plate LUI*, 2464); A. Bohme, 1974, *Schmuck der römischen Frau*, Stuttgart Museum, Stuttgart

⁽⁹⁾ Higgins, 1980, *op. cit.*, p.179. Também no seu trabalho sobre as técnicas romanas de ourivesaria: — Higgins, R, 1976, *Jewellery, Roman Crafts*, D. Strong e D. Brown eds., London, Duckworth, 53-62, — Higgins refere a técnica romana de formar uma cadeia com elos enlaçados uns nos outros, exemplo fig. 62, datável do século III d. C, técnica que parece ter sido aqui também utilizada.

⁽¹⁰⁾ Bohme, 1974, *op. cit.*, mais precisamente nos exemplos da gravura 8.

⁽¹¹⁾ Bohme, 1974, *op. cit.*, mais precisamente nos exemplos da gravura 22.

⁽¹²⁾ M. Heleno, 1953, "O tesouro da Borrallheira", *O Arqueólogo Português*, II s., Lisboa, p. 213-226; Raddatz, 1973, *op. cit.*, túmulo 13, com uma cronologia situada na primeira metade do século II d. C.

A **lâmpada de bronze** constitui também um elemento notável entre os materiais deste túmulo. Em território português e mesmo estrangeiro não encontramos exemplos de lâmpadas com idêntica forma e da época romana ⁽¹³⁾. As lâmpadas de bronze são, por outro lado, mais raras que as de barro. A lâmpada de bronze de Torre de Palma, que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, tem uma forma diferente e muito mais elaborada. Trata-se de uma lâmpada para suspensão, com uma grande simplicidade de forma, o que lhe confere grande elegância, com corrente própria para o efeito (Est. VII), com um *infundibulum* simples onde se encontram os dois orifícios habituais: um para deitar o óleo, outro para colocar o pavio.

Os **alfinetes de toucado em osso**, verdadeiros *acus crinalis* (Est. X), são comuns em ambientes romanos desta mesma época, como podemos verificar em necrópoles e povoados, como é o caso do vizinho cemitério do Bairro Lethes, em Faro ⁽¹⁴⁾ e também em povoados, como se observa nos materiais das escavações de Conimbriga e em castros ibéricos que apresentavam vestígios de contacto com os Romanos, ou mesmo ocupação romana, como é o caso do Castro de Segóvia (Eivas) ou de Vaia Monte (Monforte) ⁽¹⁵⁾.

⁽¹³⁾ Preferimos usar neste caso a designação de “lâmpada” por se tratar de uma candeia de bronze e assim aparecer designada na literatura da especialidade, como vemos no catálogo do British Museum, embora a designação de “lucerna”, normalmente aplicada a idênticos objectos de barro, seja talvez mais comum na literatura nacional. Walters, H.B., 1914, *Greek and Roman Lamps in the British Museum*, London, apresenta um exemplo, *Plate IV*, 97, que tem uma forma parecida, no corpo da lucerna ou *infundibulum*, mas o sistema de suspensão é completamente diferente: aqui temos uma corrente de elos em cadeia, no exemplar do B. M. é um sistema rígido de duas barras paralelas. O exemplar n.º 66 do mesmo catálogo também apresenta algumas semelhanças na forma mais elaborada do *infundibulum*, apresentando igualmente uma cadeia no sistema de suspensão da lâmpada.

⁽¹⁴⁾ Affonso dos Santos, 1971, *op. cit.*, citando as escavações de seu bisavô S. Ph. Estácio da Veiga; também as escavações de Paço, 1951, *op. cit.*, de Faro.

Vide ainda em Raddatz, 1973, *op. cit.*, alguns exemplos.

⁽¹⁵⁾ Como é o caso dos alfinetes encontrados nas escavações do Castro de Segóvia e no de Vaia Monte. Os de Conimbriga foram inicialmente publicados por E. Ávila França, 1968, “Alfinetes de toucado romanos de Conimbriga”, *Conimbriga*, VII, p. 67-94; também A. Viana se refere a estes objectos de toucado: A. Viana, 1944, “O fabrico de “acus crinalis” de osso”, *Brotéria*, XXXVIII, p. 3-8. Os alfinetes de osso de Conimbriga, das escavações mais recentes, aparecem publicados no capítulo III, volume VII, das *Fouilles de Conimbriga*, editadas sob a direcção de R. Etienne e J. de Alarcão, p. 126-133. O volume VII é da responsabilidade de J. de Alarcão, R. Etienne, A. Alarcão e S. da Ponte.

Os alfinetes de osso da sepultura n.º 6 da Rua das Alcaçarias são feitos de uma só peça e apresentam uma forma alongada e polida, com um ligeiro enfolamento na metade superior do espigão perto da cabeça do alfinete, sendo esta de forma mais ou menos arredondada, também polida, e de tamanho variável. Os *acus crinalis* desta sepultura apresentam-se quase todos bem conservados e com uma cor esverdeada certamente pela proximidade com que estiveram da lucerna de bronze, e que, como a escavação sugere, terão estado contidos na mesma bolsa de material perecível. Terão ficado assim impregnados de óxidos de cobre. As formas dos alfinetes de tocado foram estudadas e publicadas por B. Beckmann, em 1966, e embora Beckmann tivesse organizado o seu catálogo baseado no estudo de alfinetes metálicos, aquele é também aplicável à maioria das formas em osso que são sensivelmente iguais ⁽¹⁶⁾. A Est. X apresenta os diversos exemplos das formas recolhidas:

Alfinete 1 - apresenta a cabeça com forma prismática, com alguns exemplos em Conimbriga ⁽¹⁷⁾.

Alfinetes 2 e 3 - apresentam a cabeça em forma de roca, mais perfeita no exemplar n.º 3, também com paralelos em Conimbriga ⁽¹⁸⁾.

Alfinetes 4 e 5 - apresentam a cabeça em forma esférica assaz grande e bastante perfeitos na execução. Têm a forma 48 de Beckmann que os coloca cronologicamente no século I até à primeira metade do século II d. C. Em Conimbriga, são menos frequentes e possivelmente prolongam-se um pouco mais, até ao século IV. Aparecem um pouco por todo o mundo romano, como por exemplo na Alemanha em Straubing-Sorviodorum, Hedderheim, e na Inglaterra em Fishboume e Leicester ⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁶⁾ B. Beckmann, 1966, "Studien über die Metallnadeln der römischen Kaiserzeit im freien Germanien", *Saalsburg Jahrbuch*, XXIII, 7-100

⁽¹⁷⁾ J. Alarcão, R. Étienne, A. Moutinho Alarcão, S. da Ponte, 1979, *Les Fouilles de Conimbriga*, v. VII, p. 127, Planche XXIX, n.ºs 94-96.

⁽¹⁸⁾ J. Alarcão *et al.*, *op. cit.*, 1979, p. 128, Planche XXX, n.ºs 111 e 112.

⁽¹⁹⁾ J. Alarcão *et al.*, *op. cit.*, 1979, p. 128, Planche XXIX, n.º 105; N. Walke, 1965, *Das römische Donaukastelle Straubing-Sorviodorum*, Limesforschungen, 3, Berlin, p. 151, pl. 102, n.º 15; U. Fischer, 1973, *Grabungen im römischen Steinkastell von Hedderheim 1957-1959*, Schriften des Frankfurter Museums für Vor- und Frühgeschichte, II, Frankfurt, p. 144, fig. 50, n.ºs 13 e 17; B. Cunliffe, 1971, *Excavations at Fishboume, 1961-1969*, Report of the London Society of Antiquaries XXVII, Leeds, p. 148, fig. 68, n.º 24; K. M. Kenyon, 1948, *Excavation at the Jewry Wall site, Leicester*, Report of the London Society of Antiquaries, Oxford, p. 264, fig. 90, n.º 8.

Alfinetes 6-10—apresentam a cabeça com forma bicónica, com um anel entre os dois cones, correspondendo à forma 94 de Beckmann. Em Conimbriga são também bastante numerosos ⁽²⁰⁾.

Alfinetes 11-15 — apresentam a cabeça em forma bicónica, de cones iguais, sem anel intermédio. Correspondem à forma 75 de Beckmann. Encontramo-los em quantidade apreciável também entre os materiais de Conimbriga. ⁽²¹⁾.

Entre os alfinetes encontrou-se ainda uma agulha, igualmente de osso, de forma alongada e achatada na parte superior, junto ao fundo, o qual se apresentava incompleto. Como se apresenta fragmentada não se sabe se teria um ou dois furos no fundo, como é também vulgar neste tipo de agulhas. Pelas suas dimensões deveria servir para fins múltiplos: tanto poderia coser tecidos mais ou menos lassos, como cestos ou empreitas. Formas idênticas aparecem também em Conimbriga, e ainda em Verulamium e mesmo Delos ⁽²²⁾.

A **lucerna redonda** com decoração em perlado duplo (Est. Vili), embora intacta, apresenta uma pasta muito frágil, necessitando de cuidados de conservação. É uma forma que aparece com bastante frequência em contextos romanos, e pertence ao tipo 30B de Dressel-Lamboglia. Encontramo-las entre os materiais de Tróia ⁽²³⁾ e de Conimbriga ⁽²⁴⁾.

⁽²⁰⁾ J. Alarcão *et al.*, *op. cit.*, 1979, p. 127, Planche XXIX, n.ºs 88-91

⁽²¹⁾ J. Alarcão *et al.*, *op. cit.*, 1979, p. 127, Planche XXIX, n.ºs 78-82

⁽²²⁾ J. Alarcão *et al.*, *op. cit.*, 1979, p. 80, Planche XIII, n.ºs 317, 319 e 320; S. Frere, 1972, *Verulamium excavations, I*, Reports of Societies of Antiquaries of London, XXVIII, Oxford, p.150, Fig. 55, n.º 197; W. Deonna, 1938, *Les accessoires de la toilette et de l'habillement*, Exploration Archéologique de Délos, fase. XVIII, Paris, p 703, n.º 5.

⁽²³⁾ M.E. Figueiredo Costa, 1973, *Lucernas romanas de Tróia de Setúbal (Museu Nacional de Arqueologia)*, v.I e II, Diss. de Lie. em História, Fac. de Letras de Lisboa, como vemos em: Est. LV, Est. LXXI, n.ºs 2 e 3, Est. LXXX, n.ºs 1, 2, e 4.

As tipologias seguidas são as de Dressel-Lamboglia, como vemos também em C. Belchior. Estudos sobre lucernas romanas são muito numerosos: de salientar A. e J. de Alarcão, 1966, “O espólio da necrópole de Valdoca”, *Conimbriga*, 5; J. M. Bairrão Oleiro, 1952, *Catálogo das lucernas romanas*, Museu Machado de Castro, Coimbra; J. A. Ferreira de Almeida, 1952, “Introdução ao estudo das lucernas em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, 1, II, Lisboa.

⁽²⁴⁾ C. Belchior, 1969, *As lucernas romanas de Conimbriga*, Museu Monográfico de Conimbriga, Est. XXIII, n.ºs 1 e 2.

Segundo a tipologia proposta por A. e J. de Alarcão, esta lucerna situar-se-ia no 2.º grupo (25).

Um **pequeno copo** de cerâmica fina fazia ainda parte do espólio desta sepultura, decorado com quatro depressões ou mossas em reentrância feitas com o polegar e a intervalos regulares (Est. IX). A forma parece ser rara em cerâmica, mas mais frequente no vidro, como vemos entre os materiais de Balsa, atribuídos por Alarcão ao século II/III, na forma 32 de Isings (26). Nolen refere um outro exemplar em barro, mais alongado e com um ligeiro pé, mas perfeitamente integrável neste tipo de copos (27).

O pequeno **disco de vidro** deveria ter sido talvez um espelho, mas não foram detectados vestígios de qualquer metal numa das faces. Talvez tivesse também estado incorporado em algum material perecível que não chegou até nós. Não encontramos paralelos para esta dádiva funerária.

As **moedas** ficaram totalmente irreconhecíveis como atrás referimos, não sendo possível a sua datação ou detectar quaisquer outros pormenores.

O enterramento foi feito dentro de uma caixa de madeira, um verdadeiro caixão, do qual se recolheram vários **pregos de ferro** (Est. XIII), encontrados *in situ*, isto é, formando os cantos e os ângulos do caixão. Os pregos são do tipo de cavilhas artesanais, manufacturadas pelos ferreiros, e que, praticamente, persistiram até aos nossos dias. São frequentes em ambientes romanos, em que trabalhos de carpintaria os exigiam, como podemos observar nas escavações de Conimbriga (28) ou nas escavações de Segóvia, onde apareceram em estratos de superfície, associados a outros materiais romanos.

(25) A. e J. Alarcão, 1966, "O espólio da necrópole de Valdoca", *Conimbriga*, 5.

(26) J. Alarcão, 1970, "Vidros romanos de Balsa", *O Arqueólogo Português*, s. III, v. IV, 237-262, mais precisamente p.243-247, Est.III, n.os 13-16; C.Isings, 1957, *Roman Glass from dated finds*, Archaeologica Traiectina, II, Groningen. No trabalho de F. Mayet, 1975, *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Centre Pierre Paris, a forma VI, caracterizada pelas depressões acentuadas e usadas como motivo decorativo. Este motivo, segundo Mayet, datável da segunda metade ou do terceiro quarto do século I d.C., ver p.37 e Ests. XI, n.os 81-88 e LXXVIII, n.os 6 e 7. Del Amo apresenta também um exemplar de vidro oriundo da sepultura n.º 3 da Calle de Onesimo Redondo e que considera da forma Isings 110, que se pode datar até finais do século III.

(27) J. Nolen, 1985, *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, p. 135-136, Fig. 29, n.º de catálogo 509.

(28) J. Alarcão *et al*, 1979, *op.cit*, Est.V-VI, mais dentro da forma dos n.os 70 e 75.

Das restantes sepulturas (2, 3, 4 e 5, e ainda 8), todas de secção triangular, foram recolhidos os seguintes materiais:

Sepultura n.º 2

Esta sepultura encontrava-se na parede ocidental da área aberta, perto da sepultura n.º 4 (Est. II). Ambas apresentaram um espólio interessante.

Recolheram-se desta sepultura diversos fragmentos de um **unguentário**, que foi possível recuperar (Est. XVI), outros de um prato de vidro e várias *tegulae*, que constituíam a sepultura. Neste caso, as *tegulae* tinham todas gravada a letra *epsilon* (ao contrário), desenhada com um dedo sobre a superfície superior. Embora este hábito de desenhar com o dedo letras, ou mesmo uma garatuja sem significado, sobre a superfície das *tegulae* fosse habitual nos oleiros, não deixa de ser notável o facto de, neste caso, ser sempre o mesmo símbolo que aparece. Teria algum significado específico?

A sepultura tinha uma secção triangular e encontrava-se já bastante danificada pela actividade da escavadora e das próprias pressões do terreno, no entanto foi ainda possível recolher alguns materiais. Destes, o unguentário é que se apresentava em melhores condições de restauro.

O **unguentário** (Est. XVI) é de vidro transparente bege/esverdeado, bem soprado. Apresentava-se fragmentado, mas permitia uma reconstituição completa, com reservatório bulbiforme, fundo ligeiramente côncavo, gargalo alto e cilíndrico, repuxado para fora e para baixo e depois virado para cima e para fora. Dimensões: 10 cm de altura, largura máxima 4,3 cm, espessura do vidro 1,5 mm.

Este unguentário apresenta uma forma que cabe no tipo 82 B2 de Isings ⁽²⁹⁾. Segundo Alarcão, é uma forma que, no Oriente parece ser da segunda metade do século II e do III e IV d. C., mas da qual, no Ocidente, já aparecem exemplares nos finais do século I e no século II d.C ⁽³⁰⁾.

Sepultura n.º 3

Situava-se no lado oriental do recinto aberto (Est. II) e não se recolheu qualquer espólio.

⁽²⁹⁾ C. Isings, 1957, *op. cit.*, p. 99

⁽³⁰⁾ J. Alarcão, 1968, “Espólio de uma sepultura luso-romana de Pombalinho (Santarém)”, *O Arqueólogo Português*, s. III, v. II, 77-86, mais concretamente na p. 82-83, n.ºs 5 e 6; J. Alarcão, 1970, *op. cit.*, p. 252-257, Est. VI, n.ºs 43 e 44.

Sepultura n.º 4

Esta sepultura situava-se perto da sepultura n.º 2 (vide Est. II), no lado ocidental da área escavada, e apresentava a mesma configuração de secção triangular, obtida por meio de *tegulae*. Desta sepultura recolheram-se vários materiais:

Uma **lucerna** de barro com friso em perlado singular e asa fragmentada (Est. XIV), com o bico alongado e volutas no *rostrum*, e com decoração estampilhada na base. Integra-se no tipo 9C de Dressel-Lamboglia, pois apresenta um bico alongado rematado em forma arredondada triangular com duas volutas entre a orla e a base do triângulo, mas o bico ultrapassa as volutas. Tem paralelos frequentes entre materiais romanos, quer originários de necrópoles, quer de povoados. Encontramos assim exemplares idênticos em Conimbriga, Évora, Caceia, Tróia ⁽³¹⁾.

Um **copo de vidro** muito delicado, que se apresentava muito fragmentado, com arestas laterais, na metade inferior do copo obtidos por meio de pinças e que depois de restaurado (Est. XV), num trabalho exemplar do Laboratório do Museu Monográfico de Conimbriga ⁽³²⁾ se verificou ter seis gomos sublinhados com arestas na parte inferior, numa forma bastante rara e de que se conhecem poucos exemplares em território português. Talvez possamos encontrar paralelos para este tipo de decoração na taça de Mértola, ⁽³³⁾, sobre a qual Alarcão manifesta a mesma opinião, dizendo expressamente: “A taça número 9 é o único exemplar completo, em Portugal, de um tipo que foi estudado por von Pfeffer e Th. E. Haevernick”. Além dessa taça são apenas conhecidos mais dois exemplares da Citânia de Briteiros. E, ainda citando Alarcão, trata-se de um fabrico do Norte da Itália, ou de Aquileia ou mesmo da Eslovénia, datando do tempo de Tibério ao dos Flávios, com o seu apogeu na época de Cláudio.

⁽³¹⁾ Como por exemplo em Belchior, 1969, *op. cit.*, Est. I, n.ºs 6 e 8; Ferreira de Almeida, 1953, *op. cit.*, Est. XLI, n.ºs 164,165,167,170; Raddatz, 1973, *op. cit.*, Est. 15, n.º 2, fazendo parte do túmulo 13, datável entre a primeira metade e a segunda metade do século II d. C.; M. E. Figueiredo Costa, 1973, *op. cit.*, Est. IV e V.

⁽³²⁾ Tal como salientámos no início deste trabalho, todos os materiais foram conservados e recuperados no Laboratório do Museu Monográfico de Conimbriga, apresentando aqui à sua Directora, Dr.ª Adília Moutinho de Alarcão, os nossos agradecimentos

⁽³³⁾ J. de Alarcão, 1971, “Vidros romanos de Aramenha e Mértola”, *O Arqueólogo Português*, s.III, v. V, Lisboa, 191-200, mais precisamente na p. 191,194, Est. VI. Os exemplares de Briteiros foram publicados por J. e A. Alarcão, 1963, “Vidros romanos do Museu de Martins Sarmento”, *Revista de Guimarães*, 73,188-189.

Um elegante **copo de vidro**, também muito frágil e fragmentado, com pé alto e decoração em serpenteado (as célebres “Schlangenfaden”, características da manufatura das oficinas de Colónia) (Est. XVI). A forma deste copo de vidro de grande elegância aproxima-o do das actuais taças para champanhe, e possivelmente a função a que se destinava seria a mesma. Trata-se de um exemplar raro em território português, mas podemos admirar numerosos exemplos no Museu de Colónia, onde se encontram expostos e constam do respectivo catálogo. Um exemplo muito próximo do da Rua das Alcaçarias é o que foi encontrado na Severin Strasse, Colónia, exposto no Museu de Colónia com o n.º de inventário 25.794.

Pequeno **jarrão de barro** claro com caneluras horizontais no bojo (Est. XVI), encontrava-se fragmentado, mas pela curvatura da asa deveria ter pertencido a um jarrah com cerca de 20 cm de altura. Não se sabe como seria o bocal, uma vez que este se encontra muito incompleto. A pasta é de espessura fina, mas ligeiramente grosseira ao tacto.

Uma **moeda de bronze** de que se perdeu qualquer traço identificativo.

Sepultura n.º 5

Esta sepultura, também de secção triangular, não forneceu quaisquer materiais do ritual funerário, como atrás referimos. No entanto, as *tegulae*, que a formavam também apresentavam um desenho na superfície superior, executado com um dedo e com a configuração de uma ferradura (Est. XVIII).

Sepultura n.º 8

Desta sepultura recolheu-se apenas um pequeno copo de beber, ou caneca, de duas asas (Est. XVII). Apresenta-se completo, em barro alaranjado fino e bem depurado, tendo sido coberto por um engobe fino, também alaranjado, apresentando uma decoração brunida em traços oblíquos na metade inferior do bojo. Este encontra-se separado da parte superior, por um anel em reentrância. Há numerosos exemplos deste tipo de vaso em todo o Sul de Portugal, como no-lo salienta J. Nolen ⁽³⁴⁾.

⁽³⁴⁾ J. Nolen, 1985, *op. cit.*, p 67-79: a forma parece ser de facto muito comum na época romana, principalmente no século II, prolongando-se pelo século III d. C. Neste caso é mais semelhante aos exemplares provenientes da região de Eivas, que apresentam também este sulco separando as duas metades do bojo; ver fig. 13, púcaros 186, 171 e 179.

Conclusão

Perante o que ficou exposto, parece que o cemitério romano da Rua das Alcaçarias era um pequeno cemitério familiar, com grande homogeneidade cronológica e de cultura material. Na verdade, a dedicatória da lápide funerária aos deuses Manes sugere, tal como na Quinta de Marim, tratar-se de um cemitério familiar. A gravação da mensagem fúnebre nela contida contrasta com o cuidado com que a pedra foi cortada e a moldura gravada, o que sugere que a lápide, ou as lápides funerárias se encontravam prontas para serem usadas em alguma loja ou casa de artesão da cidade, fazendo-se a sua gravação no momento da encomenda. Neste caso só o gravador falhou. Este deveria ser quase analfabeto não sabendo solucionar a forma correcta para representar o algarismo pretendido.

Os materiais encontrados sugerem, por outro lado, que o cemitério se deverá centrar cronologicamente no século II d. C., não ultrapassando o século III: as joias de ouro, as lucernas, os vidros parecem todos apontar para uma cronologia muito próxima da proposta.

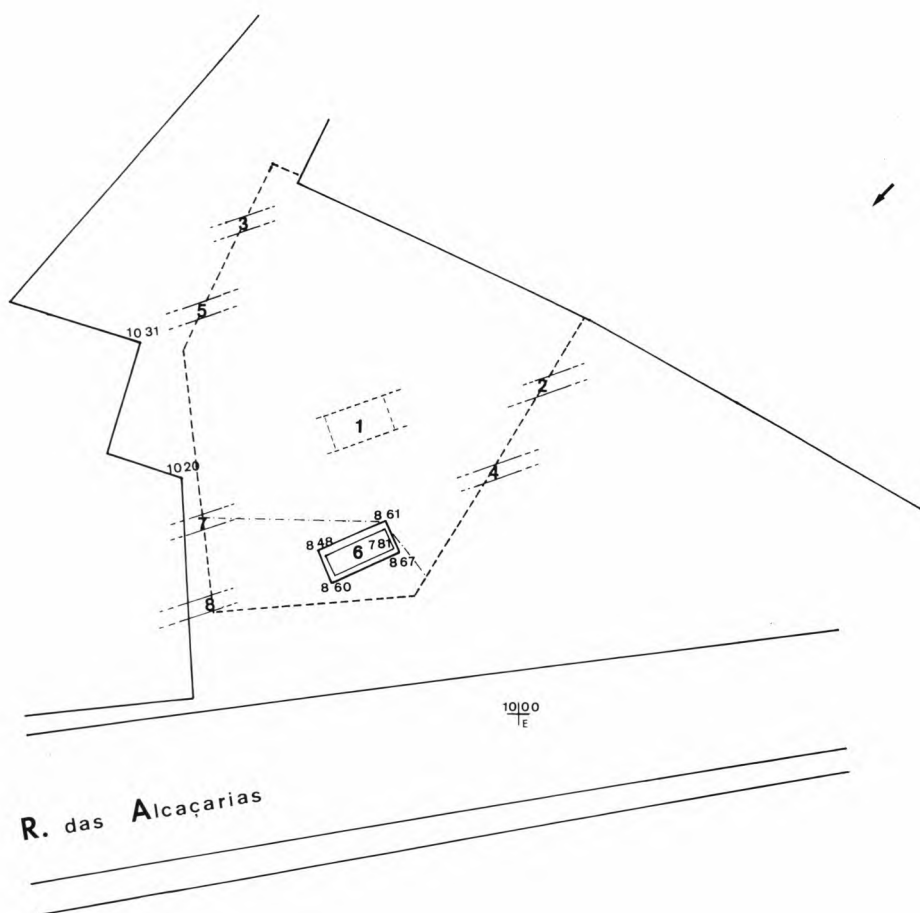
Nota-se ainda que estamos perante pessoas de hábitos requintados e luxuosos, importando artigos frágeis e de luxo de terras distantes, como é o caso dos copos de vidro, oriundos de Colónia, ou do Norte de Itália ou mesmo da Eslovénia, e das joias, reflectindo uma sociedade de grande actividade mercantil e de contactos frequentes e intensos com todo o mundo romano.

Ossonoba deveria ter possuído nos séculos II/III uma verdadeira burguesia mercantil muito requintada e romanizada e ter constituído uma verdadeira e activa metrópole dentro da Lusitânia.

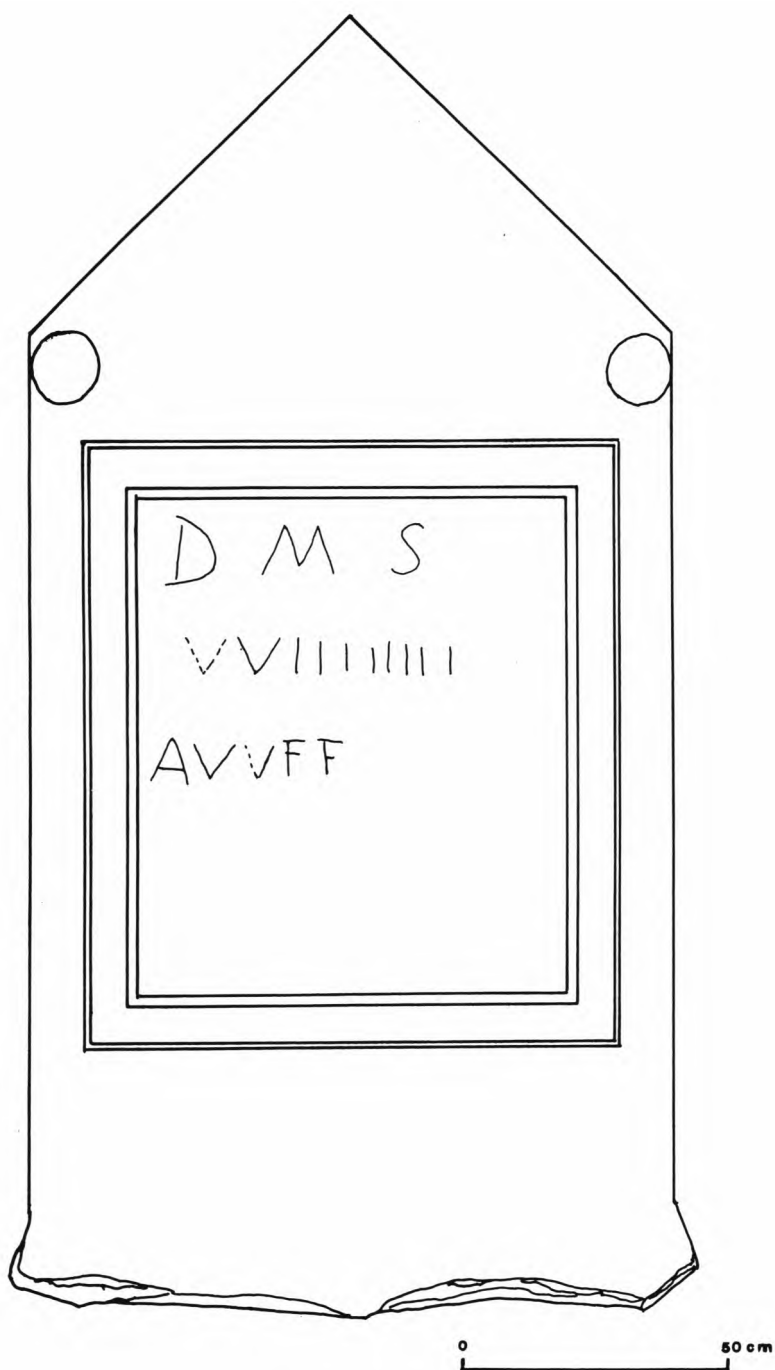


Planta da cidade de Faro.

EST. II



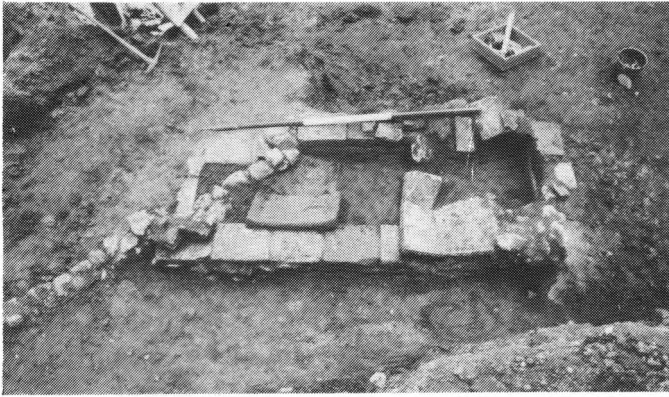
Planta da necrópole.



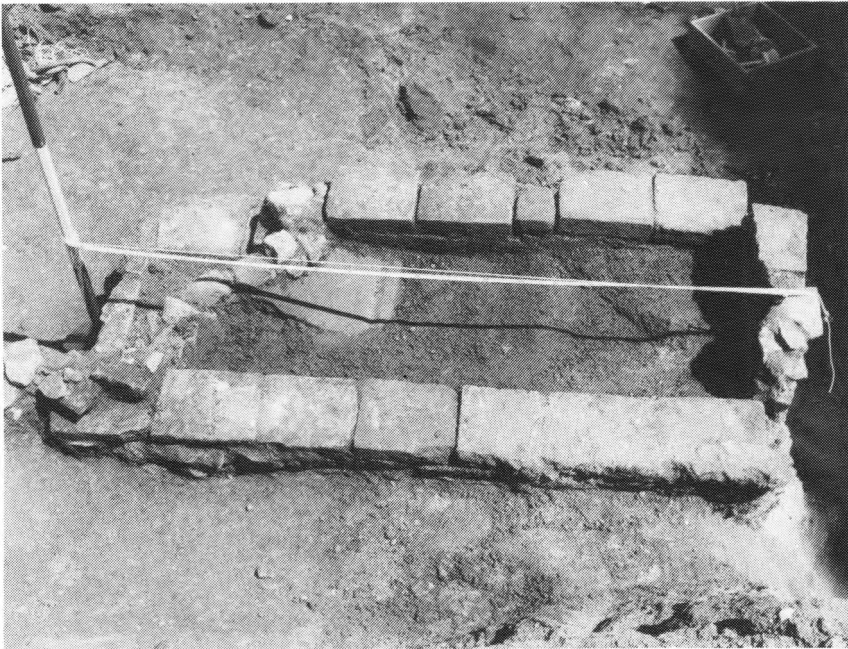
Estela funerária.



A sepultura n.º 6 liberta das terras que a cobriam.



(A)

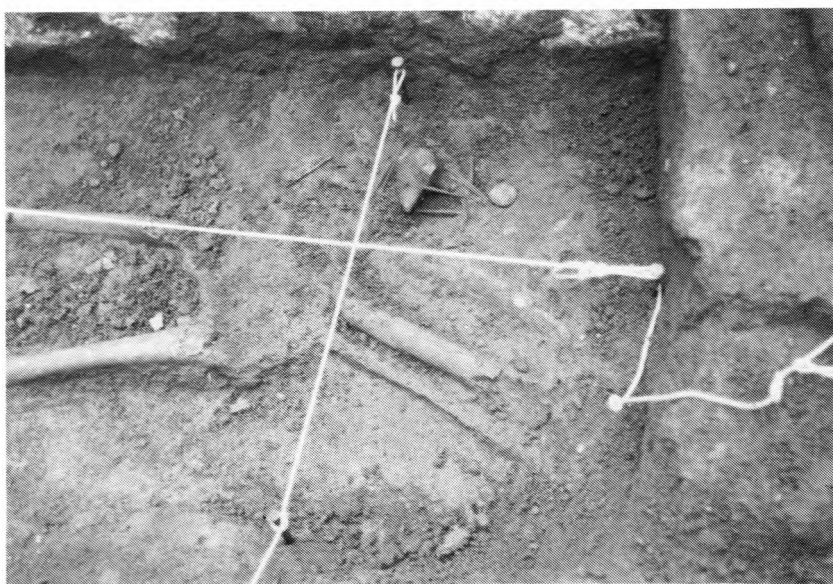


(B)

A sepultura n.º 6, vendo-se em (A) o cano que atravessava um dos cantos, e em (B) o início da escavação, tendo-se encontrado os pregos de ferro logo a 5 cm abaixo da superfície.

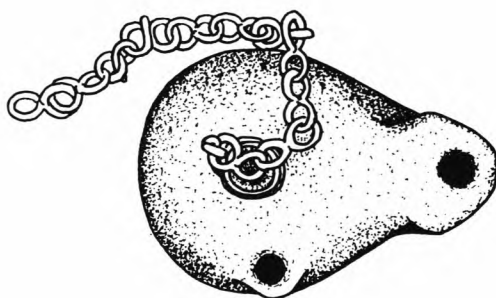
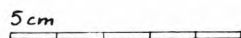
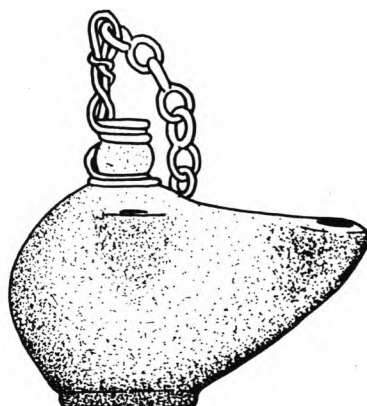


(A)

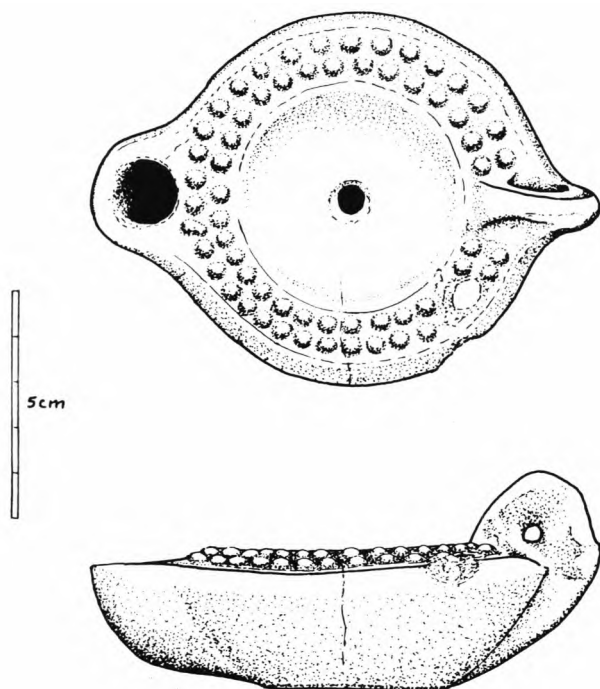


(B)

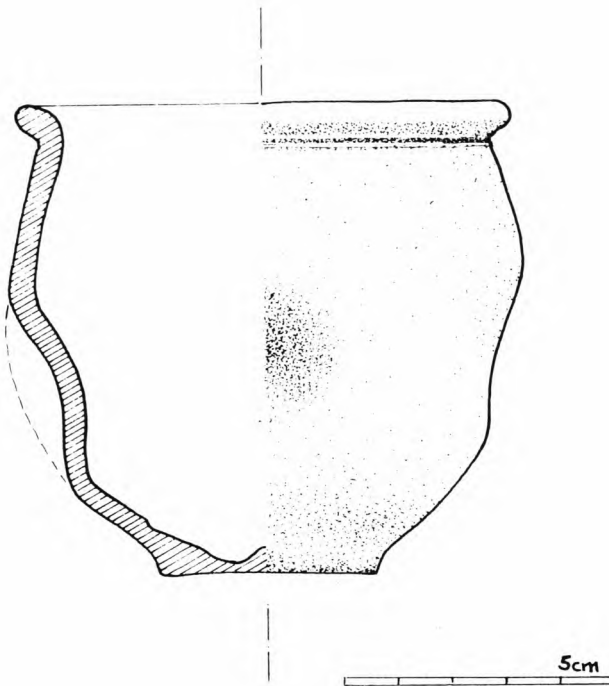
A escavação no seu conjunto (A) e o pormenor da lucerna de bronze, rodeada pelos acus crinalis de osso, dando a ideia de terem estado contidos numa pequena bolsa. Junto pode ainda observar-se uma moeda.



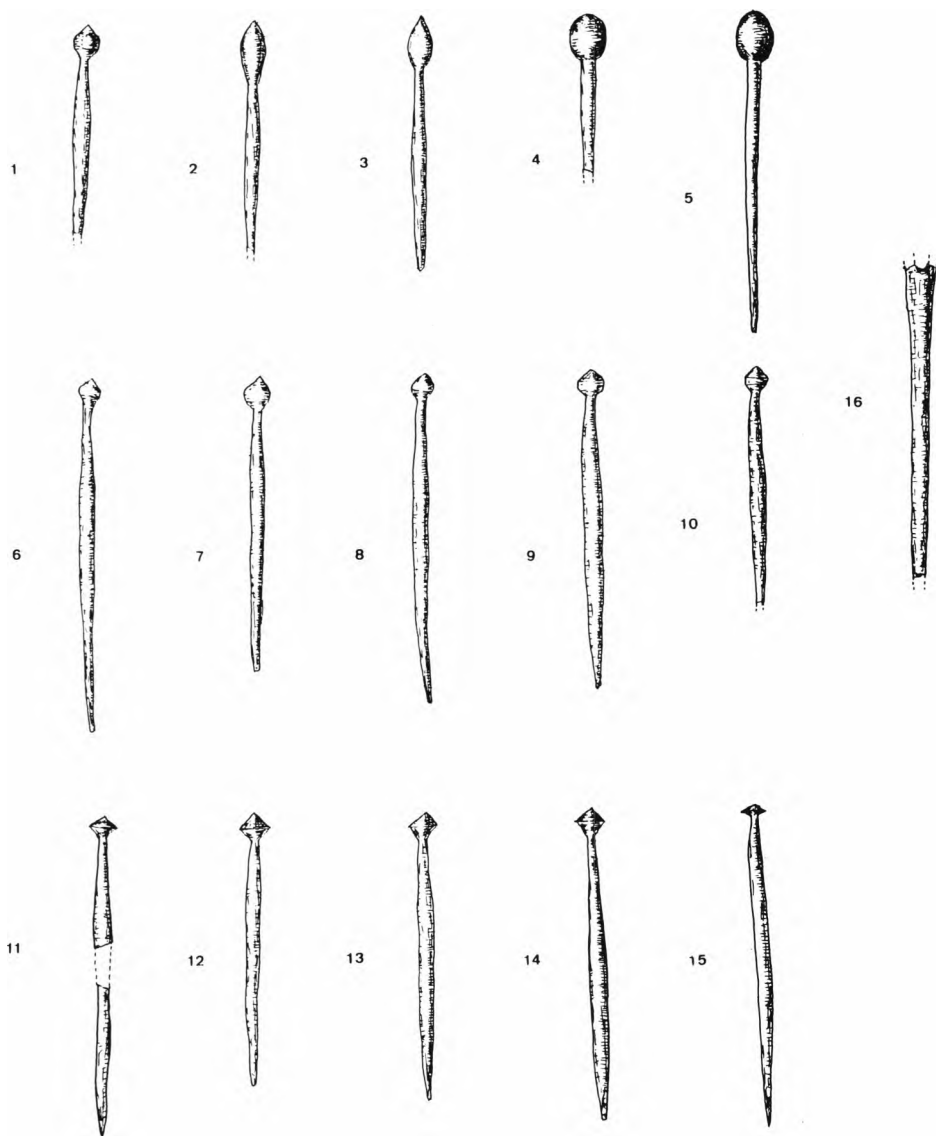
Lâmpada de bronze e cadeia de suspensão.



A lucerna em perlado duplo: sua localização e desenho de pormenor.



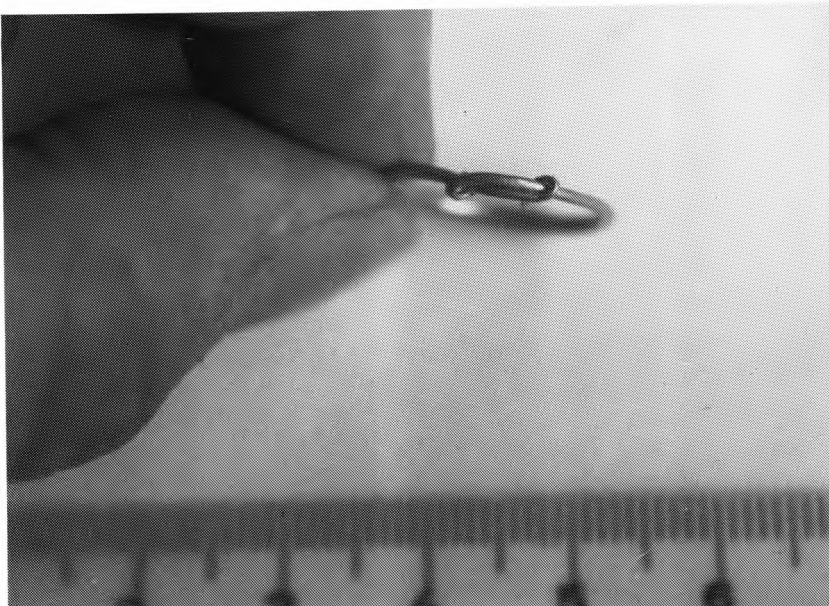
O copo de cerâmica fina decorado com 4 pequenas mossas.



As diferentes formas dos alfinetes de toucado (acus crinalis).



Brincos de ouro.

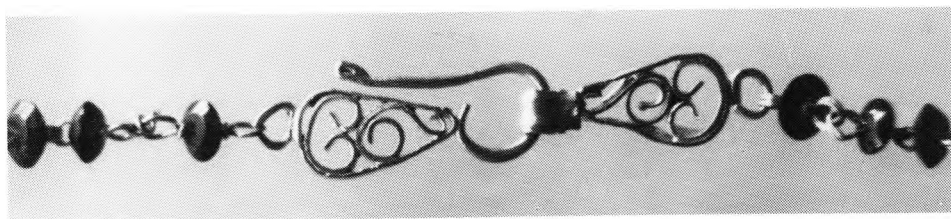


Brinco de ouro (pormenor do fecho).

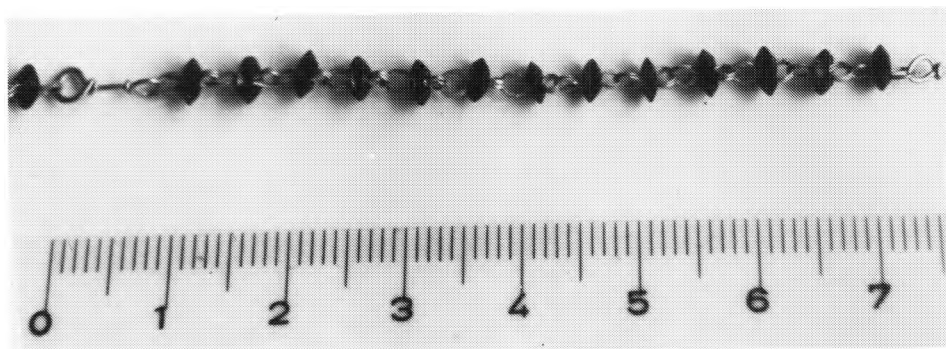
EST. XII



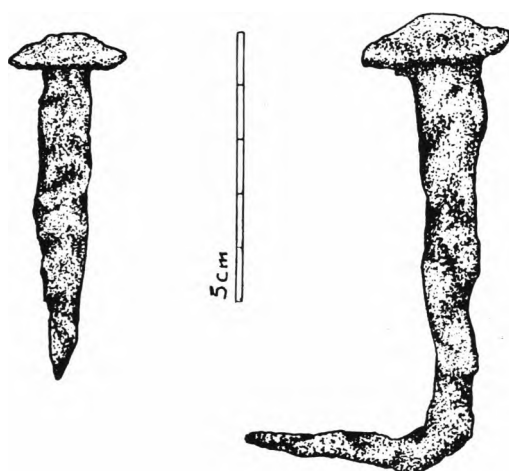
Colar e brincos.



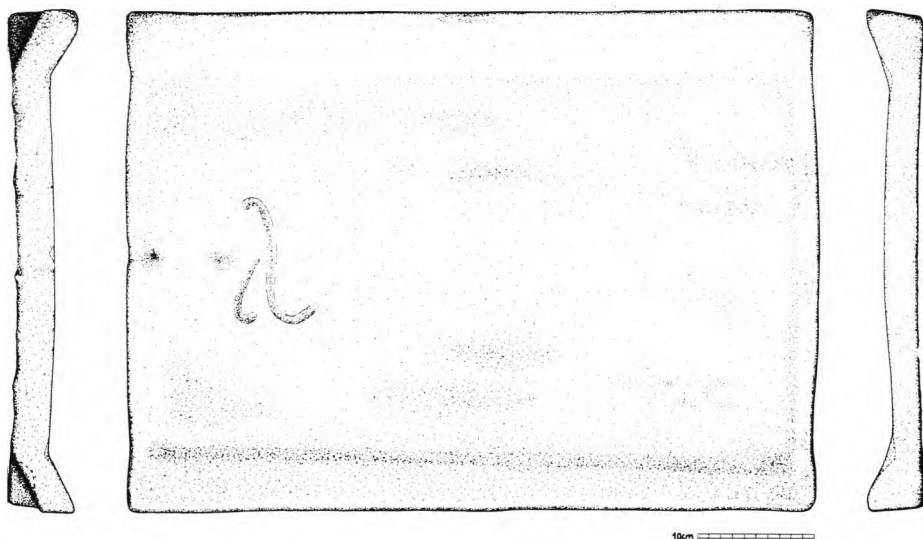
Pormenor do colar.



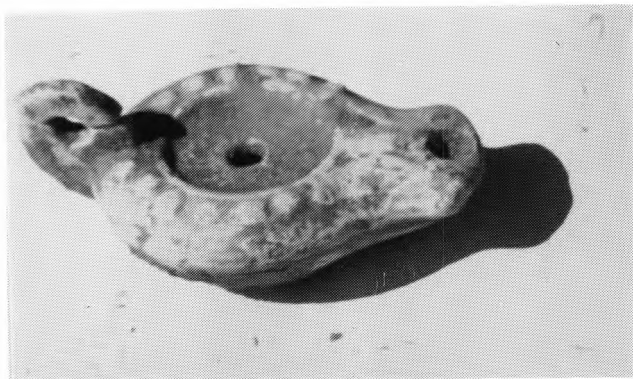
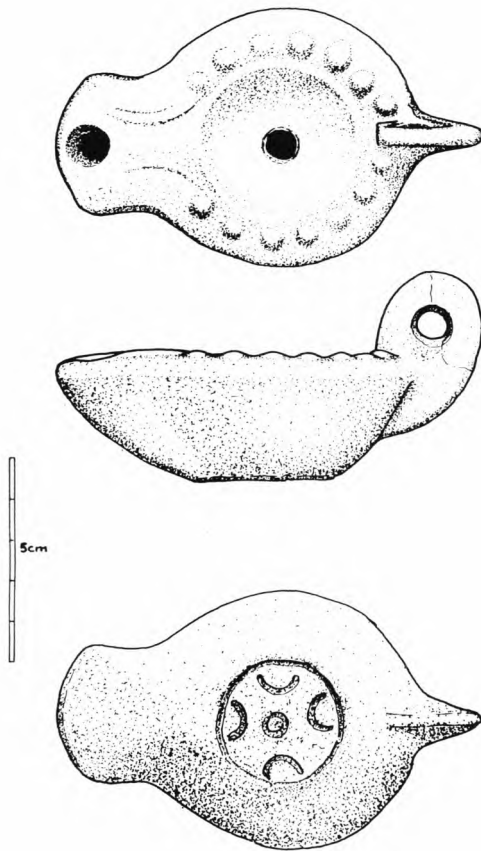
Pormenor do colar.



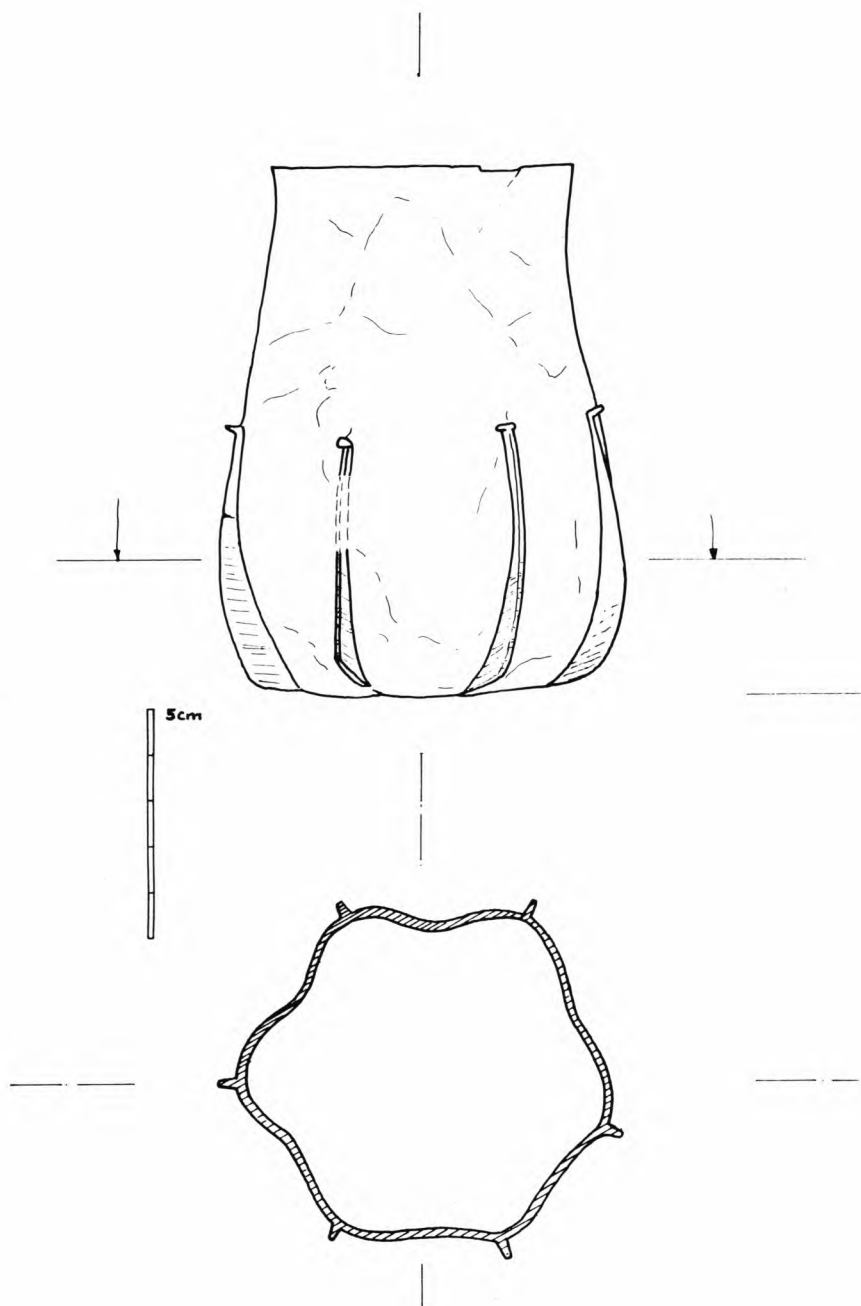
Dois exemplos dos pregos de ferro.



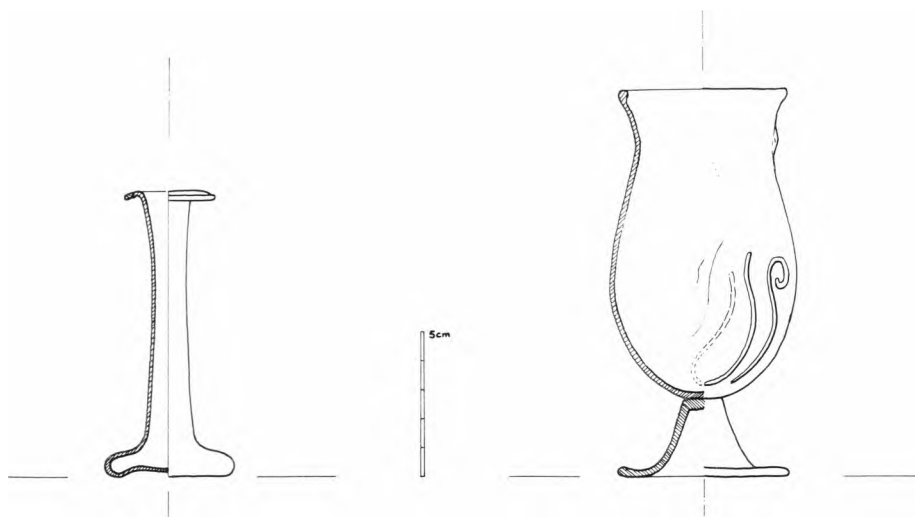
Tegula.



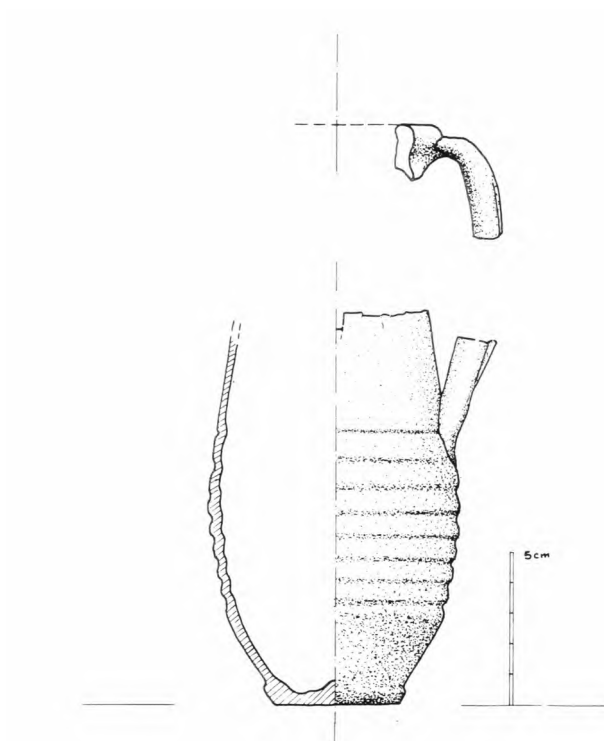
A lucerna decorada com um friso em perlado simples.



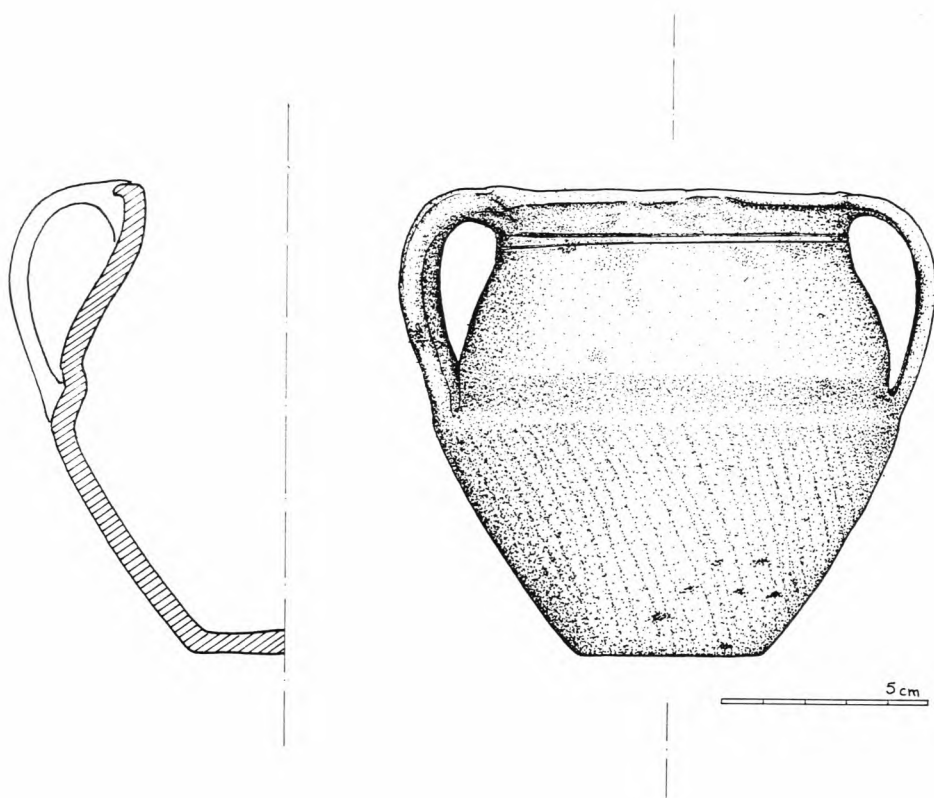
O copo de vidro com decoração em aresta de pinça, talvez de fabrico da Eslovénia,
sepultura n.º 4.



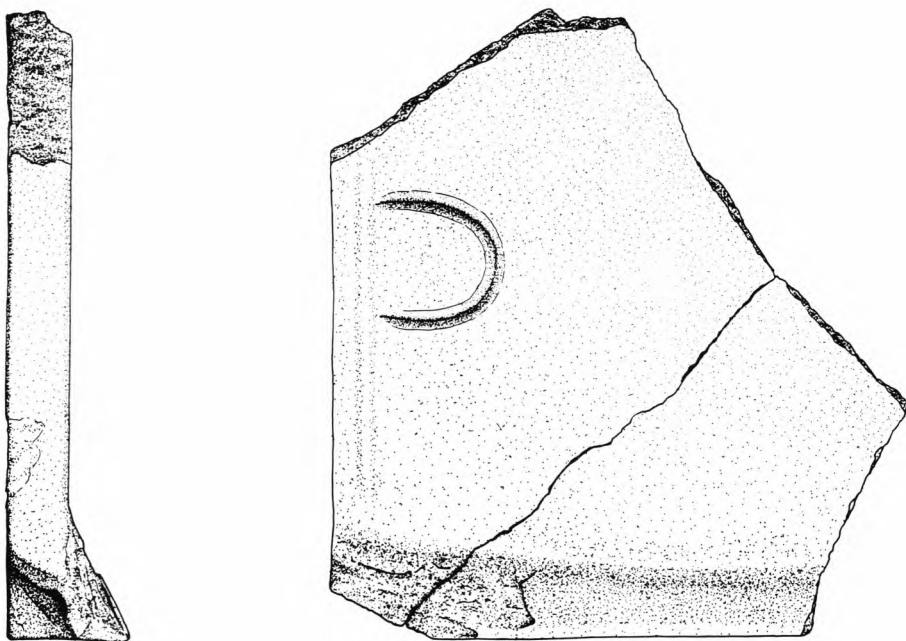
Unguentário da sep. 2 e copo da sep. 4.



Pequeno jarro de barro, incompleto com caneluras horizontais.



Copo de cerâmica alaranjada e engobe da mesma cor, com decoração brunida em linhas oblíquas, na parte inferior.



Tegula da sepultura n.º 5,
com decoração em forma de ferradura desenhada com um dedo.

JOSÉ DA SILVA RUIVO

Licenciado em História (Variante de Arqueologia) — Universidade de Coimbra

L. ANTONIO VRSO LIBERTI ET FAMILIA

«Conimbriga» XXXI (1992), P. 119-154

RESUMO: Dedicada a *L. Antonius Ursus* pelos *liberti et familia*, a presente inscrição foi publicada pela primeira vez em 1972, por D. Domingos de Pinho Brandão. Apesar de ter passado despercebida durante muito tempo, assume-se como uma das epígrafes mais notáveis entre as descobertas até ao presente momento na cidade lusitana de *Collipo*. O autor analisa o seu conteúdo e as suas implicações jurídico-sociais, procurando inseri-la num momento particular da história da cidade — o da sua municipalização — e num quadro de contactos com a Itália, cuja influência o texto reflecte. Seguidamente interroga-se acerca do significado do termo *familia*, comentando várias inscrições peninsulares onde ele aparece referido. O artigo termina com o estudo do gentílico *Antonius*, primeiro no território português, com particular evidência para o *conventus Scallabitanus* e, depois, no contexto mais vasto da *Hispania* romana, onde esta família se afirmou como uma das grandes *gentes*.

RÉSUMÉ: Publiée la première fois en 1972 par D. Domingos de Pinho Brandão, la présente inscription est dédiée à *L. Antonius Ursus* par ses esclaves et affranchis. Restée longtemps inaperçue, il s'agit d'une des plus importantes épigraphes trouvées dans la ville lusitanienne de *Collipo*, jusqu'à ce moment là. L'auteur analyse le contenu et les implications juridiques et sociales, en essayant son insertion dans un moment particulier de l'histoire de la ville — celui de sa municipalisation — et dans le cadre de l'établissement de contacts avec l'Italie, que le texte de l'inscription laisse entendre. Il s'interroge ensuite sur le sens du mot *familia*, en commentant plusieurs inscriptions de la Péninsule Ibérique ou il vient référer. L'article finit avec l'étude du gentilic *Antonius*, d'abord au Portugal, en attirant l'attention sur le *conventus Scallabitanus* et, après, dans le contexte plus élargi de l'Hispanie romaine, où cette famille a joué un rôle très important.

(Página deixada propositadamente em branco)

L. ANTONIO VRSO LIBERTI ET FAMILIA

Notas sobre uma inscrição de Collipo (*).

1. A inscrição e o seu estudo

Pedestal de calcário com inscrição honorífica, proveniente de S. Sebastião do Freixo (Batalha). Actualmente, encontra-se guardado em instalações pertencentes ao Gabinete de Etnografia da Comissão Distrital de Turismo de Leiria.

De secção rectangular, apresenta a face epigrafada e as duas faces laterais trabalhadas. A face posterior foi rudemente desbastada, verificando-se igual procedimento para a superior. Esta última possui uma cavidade, talvez para utilização *de forceps*. Uma ou outra falha devida a maus tratos não impede, porém, a leitura da totalidade do monumento.

Dimensões: 63 x 53,5 x 50.

Ució) (hedera) ANTO[N]IO / VRSO / LIBERTI (hedera) ET / FAMILIA

A Lúcio António Urso. Os libertos e a comunidade dos escravos.

Alt. das letras: 5,2.

(*) Ao Prof. Doutor José d' Encarnação, nosso mestre de Epigrafia, desejamos tributar o mais sincero reconhecimento pelas sábias pistas e sugestões que nos foi fornecendo durante a elaboração deste trabalho. Estamos igualmente gratos ao Prof. Doutor Jorge de Alarcão pela oportunidade das observações críticas que nos teceu.

BRANDÃO (D. de Pinho), *Epigrafia romana coliponense*, "Conimbriga", XI, 1972, pp. 42-44, n.º IX. ENCARNÇÃO (J. d), *Pelo nome os conhecereis (subsídios para o estudo da população romana da região de Leiria)*, comunicação apresentada ao II Colóquio Sobre História de Leiria e da Sua Região, Leiria, 29 e 30 de Novembro de 1991 (a publicar).

O texto está disposto por quatro linhas, ostentando ainda ligeiros vestígios de linhas auxiliares. A paginação não obedece a qualquer tipo de alinhamento, apesar de as duas primeiras linhas darem a ideia de que o lapicida ia seguir um eixo de simetria, no entanto, as duas últimas não respeitam essa intenção. Os caracteres são do tipo capital quadrada, de bom desenho, biselados. Nas linhas 1 e 3, a pontuação faz-se mediante a utilização de *hederae distinguentes* finamente desenhadas, a última das quais danificada. Na primeira linha, soltou-se uma lasca da pedra que fez desaparecer o segundo N da palavra ANTONIO, afectou a parte superior do I, atingindo ainda ao de leve os dois O. Na linha 4, o último A de FAMILIA apresenta esfalhada a área correspondente à sua parte superior e à barra transversal.

Provavelmente relacionada com o levantamento de uma estátua em honra de *L. Antonius Ursus*, a presente epígrafe parece reflectir uma homenagem *postmortem*, facto que lhe confere um amplo cunho funerário.

O homenageado está identificado pelos *tria nomina*, à maneira latina; as implicações jurídico-sociais decorrentes da não-indicação da filiação e da tribo induzem-nos, porém, à primeira vista, a atribuir-lhe o estatuto de liberto, uma vez que a sua estrutura onomástica, como adiante explicitaremos, não parece revelar quaisquer indícios que o permitam relacionar com um estrato étnico tipicamente indígena.

Situado no grupo dos *praenomina* mais utilizados entre os Romanos, o prenome *Lucius* é vulgaríssimo Q, havendo a destacar a sua superior utilização entre os indivíduos pertencentes ao ramo hispânico dos *Antonii*. Relativamente bem documentado no território actualmente português, sobretudo para a faixa atlântica compreendida entre os rios Tejo e Mondego, o prestigiado gentílico *Antonius* foi, até ao momento, assinalado na área de *Collipo* apenas pela presente inscrição. Contudo, este nome arroga-se, em termos epigráficos, como o décimo terceiro mais bem representado na Hispânia (2). Quanto ao cognome *Ursus*, este * 9

(1) CAGNAT (R.), *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914, 4- ed., p. 39 (= *Cours*).

(2) KNAPP (R. C), *The origin of provincial prosopography in the West*, *AncSoc*, 9, 1979, p. 217 (= *Prosopography*).

antroponimo não é dos mais frequentes na onomástica latina da Península Ibérica ⁽³⁾, ocorrendo principalmente nas regiões orientais do Império ⁽⁴⁾, eventualmente relacionado com a popularidade gozada entre os primitivos cristãos ⁽⁵⁾.

Em território português, *Ursus* foi registado no masculino em Mões, Viseu (CIL II 449); Fortios, Portalegre (FE 132); e Lisboa, onde, curiosamente, se assinala o seguinte epitáfio: C. *An[t]ionius* | *L. f Ur[s]us* | *h. s. e* ⁽⁶⁾ E muito provável que estejamos perante um filho de Lúcio António Urso, dada a proximidade entre os dois nomes ⁽⁷⁾ e a indicação do patronímico *Lucius, praenomen* do homenageado em *Colippo*. Com uma onomástica bastante similar, temos, em Mérida, um *Antonius Ursianus* (ILER 4744), não sendo totalmente inverosímil a possibilidade de uma ligação familiar entre o homenageado em *Colippo* e os *Antonii* da capital provincial: dos *agri* coliponenses provém a inscrição funerária de Cláudia Sosuma, emeritense (ERC XXI). No feminino, encontra-se atestado em Lisboa ⁽⁸⁾ e numa cupa de Trigaches, Beja (IRCP 348).

Tratando-se aparentemente de um liberto, tudo aponta para a inclusão de *Ursus* no seio da burguesia coliponense, quem sabe se relacionado com actividades de natureza comercial ou artesanal.

Essa boa situação económica traduzir-se-ia, entre outras vantagens, na posse de um número relativamente elevado de servidores, libertos e escravos, designados na inscrição por *liberti et familia*, expressão que deixa transparecer estabelecimento de contactos entre a pequena cidade lusitana e a Itália. Esses contactos estão já de certa forma expressos na inscrição funerária do escravo *Corinthus*, natural de *Colippo* e falecido em Roma na flor da idade: *D. M. S. | Corinthus Helvi | Philippi ser. | ex Lusitania municip. | Collipponensi | ann. XXI \ Victor et Celer fratri | d. s. fC*).

⁽³⁾ UNTERMANN (J.), *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965, pp. 183-184, mapa 81.

⁽⁴⁾ KAJANTO (I.), *The Latin Cognomina*, Roma, 1982 (reimp.), p. 329 (= *Cognomina*).

⁽⁵⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 88.

⁽⁶⁾ CIL II 202 = EO 82 = ILER 2398.

⁽⁷⁾ CAGNAT, *Cours*, p. 68: no início do Império era frequente o filho mais velho, para além de receber o gentílico paterno, receber também o cognome.

⁽⁸⁾ CIL II 5004 = EO 68 = ILER 2389.

H CIL VI 16100 = ERC I.

Será *L. Antonius Ursus* um colono? Ou tratar-se-á, antes, do liberto de uma família itálica? Era relativamente frequente o escravo, após a manumissão, tornar-se, por sua vez, patrono. E paradigmático o caso de Trimalquião, personagem do *Satyricon* de Petrónio que, tendo acumulado uma enorme fortuna através da especulação comercial, se torna, por seu turno, proprietário de numerosos escravos. Uma inscrição funerária proveniente da Itália, actualmente no Metropolitan Museum of Art, de Nova Iorque, é dedicada pelos *liberti et libertae et familia* ao patrono Q. Fábio Diógenes, um antigo escravo (*¹⁰ *). O direito romano previa mesmo que um escravo pudesse possuir no seu pecúlio um ou vários escravos, adquiridos por doação, por compra ou por qualquer outro meio legal. O escravo de um escravo é geralmente designado por *servus vicarius*, embora, por vezes, possa também surgir referido como *peculiaris*, *conservus* ou *verna* (ⁿ).

Ao estar relacionada com a possível vinda de imigrantes itálicos para a região, esta inscrição assume um papel de especial relevância, como testemunho para a romanização de *Collipo*. Se a datação que propomos estiver correcta, ou seja, a primeira metade do séc. I d.C., poderá corresponder a um período de afluxo de colonos, porventura em sintonia com a elevação de *Collipo* à categoria de *municipium*, promoção que o registo epigráfico de vários *Tiberii Claudii* nas imediações daquele centro urbano (¹²) permitirá atribuir, hipoteticamente embora, aos reinados de Cláudio ou Nero (¹³).

É, no entanto, forçoso admitir que podemos estar na presença de uma concessão a título meramente individual, fruto de um acto de favor do *princeps*. Por outro lado, apesar de ser comumente aceite a localiza-

(¹⁰) *Q. Fabio Diogeni | et Fabiae \ Primigeniae \ quae vixit cum eo | annis XXXXVIII liberti et libertae \ et familia Q. Fabi \ Diogenis posuerunt* (informação do Prof. Doutor José d'Encarnação).

(ⁿ) LÉCRIVAIN (Ch.), *Vicarius*, in DA, t. 5, Paris, 1913, pp. 820-825.

(¹²) ERC p. 141. O gentílico *Claudius* é, de longe, o mais bem representado no território da *civitas*, contando ao todo com nove exemplares, um dos quais de uma emeritense, seguido pelos *Sulpicii*, com cinco testemunhos.

(¹³) ALARCÃO, (J.), *Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios*, in “Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires”, Paris, 1990, p. 26. Contra a ideia de uma política de Cláudio em favor das províncias espanholas, cfr. NONY (D.), *Claude et les espagnols, sur un passage de L'“Apocoloquintose”*, MCV, 4, 1968, pp. 51-71 (= *Claude et les Espagnols*). Segundo este autor, a Espanha ocuparia apenas um lugar subalterno na política ocidental daquele imperador.

ção do *oppidum* no monte de S. Sebastião, a verdade é que, até agora, as escavações aí realizadas não puseram a descoberto quaisquer vestígios monumentais daquela antiga cidade ⁽¹⁴⁾, pelo que, contrariamente ao que se passou em Conimbriga ⁽¹⁵⁾, não dispomos, para já, de nenhuma indicação cronológica acerca da execução de um programa de renovação urbanística condizente com a aquisição do novo estatuto jurídico.

E aqui recorremos, mais uma vez, à epigrafia, cujos dados parecem apontar para a fixação de um substrato itálico na região, o mais tardar, por volta de meados do século I d.C ⁽¹⁶⁾. Atente-se nos seguintes epitáfios, o primeiro de Leiria: *M. Granius \ Vegetus arm. | XXVh. s. e. s. I.I.I. \ Iulia Lobessa \ coniugip. c.* ⁽¹⁷⁾; e o segundo de S. Sebastião do Freixo: *Helviae I Maxsum[a]e Valerius \ Severus \ cliens* ⁽¹⁸⁾. Aparentemente, os textos datam da primeira metade do séc. I e documentam gentílicos característicos da Península Itálica. Os *Granii*, que na Hispânia contam com cerca de duas dezenas de testemunhos (cfr. ILER p. 600), distribuídos sobretudo ao longo da fachada mediterrânica da *Citerior* e da Bética, eram uma importante família de *Puteoli*, dos finais da República ⁽¹⁹⁾. É, de facto, na Campânia, que avultam os seus portadores (31 em CIL X), mas também no Lácio ⁽²⁰⁾, na Úmbria e na Etrúria (22 em CIL XI) ⁽²¹⁾. Fora da Itália, merecem igualmente menção os *Granii* do Norte de África, sobretudo os de *Lepcis Magna*, com assento no Senado e a numerosa comunidade residente em Delos ⁽²²⁾. Pertencerá *M. Granius Avitus* a esta família de

⁽¹⁴⁾ ALARCÃO (J.) e OLEIRO (J. M. B.), *Escavações em S. Sebastião do Freixo (concelho da Batalha)*, “Conimbriga”, 8, 1969, pp. 1-12.

⁽¹⁵⁾ Foram realizadas em Conimbriga duas renovações urbanas, uma na época de Augusto, outra na dos Flávios, esta correspondente à concessão do estatuto municipal à cidade: ALARCÃO (J.), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1988, pp. 70-74 (= *Domínio*).

⁽¹⁶⁾ A idêntica conclusão chegaram José d’Encarnação e M. da Conceição Lopes para o município vizinho de *Eburobritium* (FE 170).

⁽¹⁷⁾ ERCXXXV.

^(is) ERCXII.

⁽¹⁹⁾ FORCELLINI, *Lexicon Totius Latinitatis*, t. V, Pádua, 1940, s.v. *Granius* (= *Lexicon*).

⁽²⁰⁾ Sobre tudo em Ostia, onde existiu uma *basilica* ou *porticus Graniana* (CIL XIV 4715) e em Roma.

⁽²¹⁾ SCHULZE (W.), *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966, pp. 237 e 237a (= *Eigennamen*).

⁽²²⁾ LASSÈRE (J.-M.), *Ubique populus*, Paris, 1977, pp. 92 e 179. Sobre o número dos *Granii* africanos, veja-se PFLAUM (H.-G.), *Onomastique de Cirta*, in “Afrique Romaine, Scripta varia I”, Paris, 1978, pp. 172-173.

homens de negócios “internacionais” ou ao numeroso séquito dos seus clientes?

Quanto aos *Helvii*, são frequentes em toda a Itália, particularmente na Campânia, na Lucânia e no Lácio ⁽²³⁾. Pinho Brandão (*op. cit.* pp. 9 e 52-53) estabelece, e muito bem, a ligação entre a Hέλvia Máxima, da inscrição de S. Sebastião, e o *Helvius Philippus* da inscrição de Roma, atrás transcrita. É crível que Hέλvio Filipe tenha residido e talvez nascido em *Collipo*, de onde terá levado para a Cidade Eterna o escravo *Corinthus* e os irmãos, *Victor* e *Celer*. Se dúvidas existissem relativamente ao estabelecimento de contactos entre *Collipo* e a Itália, este monumento desvanecê-las-ia. Que esta *gens* era influente na vida local daquele município lusitano, mostra-o claramente o facto de o epitáfio de Hέλvia Máxima ter sido mandado lavrar por um seu cliente.

De S. Sebastião é oriunda outra lápide, hoje infelizmente perdida, não menos interessante: *Q. Laerio | Quirinae [sic] \ Scipioni an. XXX | Quintilla Q. | fil. mater \ filio \ pientissimo* ⁽²⁴⁾.

Vários aspectos ressaltam da análise do texto, o primeiro dos quais é o facto de a tribo vir indicada por extenso e em genitivo. Em segundo lugar, a ocorrência do gentílico *Laerius*, que — a estar correctamente grafado — constituirá um *hapax* na epigrafia do mundo romano. Por último, a paleografia da inscrição, gravada, segundo dizia J. Callado em 1890, “em caracteres latinos do século de Augusto” ⁽²⁵⁾. Ora, na linguagem dos autores do século passado, estes caracteres costumam corresponder à capital quadrada de inícios do séc. I d.C., o que é plenamente confirmado pela ausência da fórmula *D.M.S.*, que só começa a ser habitual nos epitáfios, de meados daquele século em diante ⁽²⁶⁾.

Quanto a *Laerius*, tanto pode representar um caso ímpar, como tratar-se de uma má leitura ou de um erro do lapicida. Atendendo a que se conhece em *Collipo* o gentílico *Laberius*, documentado inclusivamente na pessoa de uma flaminia provincial — Labéria Gala de seu nome ⁽²⁷⁾, parece-nos aceitável optar antes por aquela forma gentílica.

⁽²³⁾ SCHULZE, *Eigennamen*, p. 162.

⁽²⁴⁾ ERC XIII.

⁽²⁵⁾ CALLADO (J.), *Inscrição romana*, “Distrito de Leiria”, de 24 de Maio de 1890.

⁽²⁶⁾ LASSÈRE (J.-M.), *Recherches sur la chronologie des épitaphes païennes de Váfrica*, *AntAfr*, 7, 1973, pp. 120-121 (= *Chronologie des épitaphes païennes*), onde o autor traça um quadro sinóptico relativo à evolução do formulário sepulcral no Norte de África, na Gália e na Itália.

⁽²⁷⁾ ERC IV. O outro testemunho reporta-se a uma *Laberia Maxuma* (n.º XXV).

Finalmente, a questão da tribo. A *Quirina*, tribo de *Collipo*, constitui, por excelência, a tribo a que foram adscritos os habitantes das cidades elevadas pelos Flávios à categoria de municípios, não se conhecendo, até ao presente momento, nenhum exemplo seguro da sua atribuição por Cláudio na Hispânia ⁽²⁸⁾, pelo que uma datação recuada é meramente hipotética. Não obstante, parece-nos de considerar a eventualidade de uma municipalização júlio-claudiana para *Collipo*, que J. de Alarcão admite ter podido ocorrer também em relação a *Sellium*, *Ammala* e *Aritium Vetus* ⁽²⁹⁾.

No tocante ao motivo ou motivos que estiveram na origem da dedicatória a Lúcio António Urso, podemos aventar a seguinte hipótese: ao morrer, aquele terá efectuado várias disposições em favor dos seus escravos e libertos, algumas das quais poderão ter incluído o legado de uma soma em dinheiro ou em bens e a manumissão de alguns servos ⁽³⁰⁾.

Estes, reconhecidos pela liberalidade do seu senhor, resolveram mostrar publicamente a sua gratidão, mediante a dedicatória de uma inscrição e o levantamento de uma estátua. Questão que vem a propósito, é a de saber qual o contexto arqueológico a que estaria associado tal monumento, de características excepcionais, face aos hábitos epigráficos da região. Uma resposta tentadora passaria pela sua colocação num recinto público, como o *forum* da cidade, solução que a ausência de qualquer referência expressa à intervenção da *ordo* local, em princípio, não autoriza. Outra hipótese, plena de cabimento, foi-nos sugerida pelo Prof. Doutor José d'Encarnação, de acordo com a qual, a inscrição e a estátua se destinariam a figurar no recinto funerário desta família, quicá à entrada do mausoléu, à semelhança do que encontramos, por exemplo, em cidades como Pompeia ou Herculano ⁽³¹⁾.

(28) NONY, *Claude et les Espagnols*, pp. 57-58.

(29) ALARCÃO (J.), *O estado e o governo local*, in “Nova Historia de Portugal” (dir. de J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coord. de J. de Alarcão), vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 390.

(30) O acto de libertar um escravo era considerado meritório aos olhos da sociedade romana. Petrónio (*Satyricon* 71.1) coloca na boca de Trimalquião as seguintes palavras: *os escravos também são homens e mamaram o mesmo leite que nós, a despeito do destino que os maltrata. Mas, em minha vida e brevemente, hão de saborear a água da liberdade. Em poucas palavras, liberto-os a todos no meu testamento*. Veja-se ainda ALFÖLDY (G.), *La manumisión de esclavos y la estructura de la esclavitud en el Imperio Romano*, PLAV, 9, 1973, pp. 99-123.

(31) Sobre os monumentos sepulcrais daquelas cidades, cfr. KOCKEL (V.), *Die Grabbauten vor dem Herculaneer Tor in Pompeji*, Mainz am Rhein, 1983.

É de supôr que, associando-se em homenagem ao nome do patrono, os servidores de *L. Antonius Ursus* pretendessem usufruir do prestígio que lhe seria reconhecido em *Collipo*.

2. O significado de *liberti et familia*

Deixámos prepositadamente para este ponto o comentário à expressão *liberti et familia*, aqui registada pela primeira vez, ao que julgamos saber, na epigrafia latina da Península, mas que parece ser comum em Roma, nomeadamente em inscrições provenientes de monumentos funerários colectivos ⁽³²⁾, com frequência alusivas aos servidores de importantes personagens *Libertorum et \familiae \ Scriboniae et Corneli Marcelli feius*, relativa aos servidores da primeira esposa de Augusto ⁽³³⁾, *on Libert, et I \familiae \ L. Arrunti L. f \ Ter.*, referente aos libertos e aos escravos de um cônsul ⁽³⁴⁾, ou ainda *Libertorum | et libertarum \ et familiae | C. Anni C. f. Cor. I Pollionis* ⁽³⁵⁾. Este *C. Annius Polio* terá sido, talvez, aquele que, segundo Tácito (*Ann.* 6.9), esteve implicado em 32 d.C. na conjuração de Sejano contra o imperador Tibério ou o pai dele ⁽³⁶⁾. Não faltam, também, exemplos relativos aos servidores de personagens ricas, mas menos influentes: *Familiae L. Coccei et liberteis | et eorum | Dasius disp. de suo fac. coer.* ⁽³⁷⁾, ou *Liberteis et familiae | L. Noni L. F. Pap. et*

(32) Veja-se por exemplo: CIL VI 5931, 6068, 7395, 9268, 9320, 9321, 9322, 9323, 11998, 26197, 26258, 35199, 36474.

(33) CIL VI 26033.

(34) ILS 7851 = CIL VI 5931.

(35) CIL VI 7395 = ILS 7852. Poderíamos citar ainda outros exemplos significativos, como CIL VI 26258, monumento dos libertos e da *familia* de *T. Septimus Sabinus*, provavelmente o edil curul referido em Plínio, *N.H.* 34.93.

(36) CIL Vip. 1051.

(37) CIL I² 1286 = CIL VI 9320 = ILLRP 785. Segundo S. Panciera e N. Pétrucci, a referência a um *dispensator* indica com frequência a presença de uma *familia* numerosa e importante, geralmente pertencente a membros da classe senatorial ou a personagens de relevo. Aqueles autores chamam ainda a atenção para o facto de três quartos dos *dispensatores* conhecidos epigraficamente em Roma terem encontrado sepultura nos *columbaria* das principais famílias romanas (PANCIERA, S. e PÉTRUCCI, N., *Monumentum familiae et libertorum gentis Mariae*, BCAR, 92 (2), 1987-1988, pp. 309-310). Temos inclusivamente casos em que os *dispensatores* doavam o sepulcro *di familia* e aos *conservi*, como em CIL VI 9321 = ILS 7853: *In front, p. XIII familiae et liberi. \ Vitellior. | Eumaeus disp. dat. \ In agr. p. XXXXV.*

Antoniae libertorum ⁽³⁸⁾ e *Libertor. \ et famil. \ Seneci Surae | in fr. p. XXXVI in ag. p. XXXV* ⁽³⁹⁾, indicando os dependentes de indivíduos de estirpe nobre, embora desconhecidos.

Estas inscrições, procedentes, na maior parte dos casos, de *columbaria*, para além do seu profundo significado funerário, detêm ainda assinalável importância no plano social, na medida em que, ao indicarem os nomes dos patronos — indivíduos geralmente poderosos que edificavam ou mandavam edificar, eles mesmos, tais monumentos sepulcrais — veiculam uma certa ideologia do grupo dominante. Como acentua G. Fabre, as “elites” nada mais faziam que *prestar homenagem ao seu próprio nome e traduzir, numa realidade arquitectónica nova e significativa pelas suas dimensões, a coesão e a importância dos laços de dependência* ⁽⁴⁰⁾.

Se, como já ficou demonstrado, em Roma existe uma ligação evidente entre a utilização da expressão *liberti et familia* e as práticas funerárias dos escravos e libertos pertencentes às classes dirigentes ⁽⁴¹⁾, o mesmo já não parece suceder noutras regiões do Império, onde surge com menos frequência, e não já tanto com carácter funerário, mas mais honorífico, não perdendo, apesar de tudo, o seu cunho “elitista”. Assim acontece na seguinte inscrição da Dácia: — *\ [Anniae ?] | Luci[llae] | Augus[tae] \ Imp. Veriafug.] \ Armenia[ci] \ [Par]th[ici] | maxim[i] | lib. et familia \ et \ leguli aurariar.*, em honra de Ánia Lucila, esposa de Lúcio Vero ⁽⁴²⁾, ou numa outra de *Hippo Regius*, na África Proconsular: *T. Flavio T.f Quir. Macro \ duumviro flaminiper\petuo Ammaedarensium \ praef gentis Musulamio\rum curator frumenti comparandi in annona l Urbis facto a divo Nerva Tra\iano Aug. proc. Aug. a[dpr] aedis saltus Hipponifens.] et Theve[st]ini proc. provinc[i]ae Sficiliae collegum Larum Caesaris n. et liberti et familia item conductores qui in regione*

(38) CIL I² 1346 = VI 23006.

(39) CIL VI 26197 = ILS 7854.

(40) FABRE (G.), *Libertus. Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République romaine*, École Française de Rome, Roma, 1981, p. 151 (= *Libertus*).

(41) *idem, ibidem*, p. 152, chama a atenção para o facto de, em Roma, estas práticas colectivas de enterramento terem ganho a maior importância, ligadas, por um lado, à carestia dos terrenos e, por outro, à importância numérica das *familiae* dependentes das grandes *gentes*.

(42) IDR III (3), 283.

Hipponi[ens]i consistent, homenageando *T. Flavius Macer*, procurador imperial sob o reinado de Trajano ⁽⁴³⁾.

Imputada ao conjunto dos libertos e escravos de um senhor, a expressão *liberti et familia* tende a destacar os libertos do conjunto dos serviçais propriamente ditos ⁽⁴⁴⁾; não faltam, porém, argumentos para a inclusão dos libertos na *familia* dos servidores ⁽⁴⁵⁾.

O termo *familia* é anterior à Lei das XII Tábuas ⁽⁴⁶⁾ e deriva do osco *farnel*, de onde teria dado origem a *famulus* (servo, escravo) ⁽⁴⁷⁾. Esta etimologia fixa o sentido primitivo *ât familia* como o conjunto dos *famuli* que habitavam na mesma casa, sujeitos à autoridade de um senhor ⁽⁴⁸⁾. Posteriormente, o termo foi objecto de uma grande evolução semântica, passando a incluir também os libertos ⁽⁴⁹⁾ e a implicar uma comunidade de domicílio ⁽⁵⁰⁾, aproximando-se daquilo que hoje entendemos por família. Esta extensão do sentido primitivo é facilmente compreensível, uma vez que os filhos *in potestate* e a *uxor in manu*, não estavam menos sujeitos ao poder paternal que os próprios escravos ⁽⁵¹⁾. Neste sentido, podemos distinguir no direito romano pelo menos duas espécies de família, encarada por um lado como o conjunto de *servi* e pessoas livres — *filius familia*, *uxor in manu*, netos, filhos adoptivos, libertos e clientes — submetidas à autoridade de um *paterfamilias* e, por outro, como o conjunto dos agnados — parentes por consanguinidade — descendentes de um mesmo antepassado comum, parte da *gens*, ou a própria *gens* ⁽⁵²⁾.

⁽⁴³⁾ LEVEAU (Ph.), *L' aile II des Thraces, la tribu des Mazices et les praefecti gentis en Afrique du Nord*, AntAfr, 7, 1973, p. 177, n^o 41.

⁽⁴⁴⁾ Em CIL I²1703 = ILLRP 285, a expressão *familiam suam manumisit* tem por intenção destacar os libertos do comum dos escravos.

⁽⁴⁵⁾ FABRE, *Libertus*, pp. 332-333.

⁽⁴⁶⁾ WEAVER (P. R. C.), *Familia Caesaris. A social study of the emperor's freedmen and slaves*, Cambridge, 1972, p. 299 (= *Familia Caesaris*).

⁽⁴⁷⁾ FESTUS, *De verb. signif.*, p. 87: *famuli origo ab Oscis dependet apud quos servus famel nominabantur, unde et a vocata*.

⁽⁴⁸⁾ FORCELLIN, *Lexicon*, t. II, Pádua, 1940, s. v. *Familia*, BENVENISTE (E.), *Vocabulaire des institutions indo-européennes*, Paris, 1969, p. 358.

⁽⁴⁹⁾ Nesta acepção, veja-se, por exemplo, CIL XII4887: *L. S. \familia\libertorum \libertarum | C. Iuli Aucti*.

⁽⁵⁰⁾ FABRE, *Libertus*, p. 131.

⁽⁵¹⁾ BAUDRY (F.), *Familia*, in DA, t. II, Paris, 1896.

⁽⁵²⁾ TLL, t. VI, Leipzig, 1812-1826, col. 239-240, s. v. *Familia*, RADIN (M.), *Gens, familia, stirps*, CPh, 9, 1914, p. 238. Relativamente às várias acepções de *familia*, cfr. ainda LEONHARD (R.), *Familia*, in RE, t. VI (2), Estugarda, 1909.

Familia é, de facto, uma expressão polivalente — como reconhece Ulpiano (*Dig.* 50.16.195): *Familiae appellatio varie accepta est* — que serve para identificar o núcleo de parentesco, os escravos, os bens, indicando que tudo é propriedade do chefe de família. Subjaz a este conceito um princípio patrimonial, compreendendo as pessoas *in manu*, livres e escravos e, juntamente com elas, os bens móveis e os imóveis, as *res Mancipi* e as *res nec Mancipi* ⁽⁵³⁾.

Uma questão que nos parece pertinente é a de saber qual o número de servos que compunham a *familia*. Escreve Cícero (*Pro A. Caecina* 19.55): *uno servulo familiae nomen non valere*, “a palavra família não se deve aplicar a um único escravo”. E, mais à frente, prossegue o eminente jurisconsulto: *familia intelligamus quae constet ex servis pluribus quin unus homo familia non sit*, “entenda-se que & *familia* é composta por vários servos e que um só homem não pode formar uma *familia*”.

Mais conciso a este respeito é Ulpiano (*Dig.* 5D.16.40 §3): *quindecim liberi homines populus est, totidem servifamilia, totidem vincti ergastulum*, “quinze homens livres constituem o povo; o mesmo número de servos, a *familia*; o mesmo número de presos, o ergástulo”.

Parece-nos, portanto, que *afamilia* seria constituída por um grupo mais ou menos numeroso de servos, consoante o poder económico de cada proprietário. Eram as famílias ricas que mais escravos possuíam; a própria legislação augustana permitia a um senhor possuir mais de 500 *servi*; contudo, entre as famílias medianamente ricas o número de escravos seria significativamente menos elevado: G. Alföldy cita o caso da província do Nórico, em que o maior número de escravos numa única casa, documentado epigraficamente, é de seis (CIL III 4962) ⁽⁵⁴⁾.

Enquadradas nesta perspectiva que temos vindo a desenvolver, registámos algumas referências ao termo *familia* em inscrições latinas da Península. Assim acontece em Adra, na Bética, onde o libertado *Suavis* e o escravo *Faustus* erigiram uma dedicatória aos Lares e ao Génio da família: *C. C. N. \ Suavis l. et \ Faustus vilic. Lar. et Genium \ cum aedícula primi in familia d. s. d. d.* ⁽⁵⁵⁾. *Faustus* era um *vilicus*, tinha por

⁽⁵³⁾ LEVI (M. A.), *Familia, Servitus, Fides. Indagación en torno a la dependenda humana en la sociedad romana*, “Gerión”, 1, 1983, p. 189.

⁽⁵⁴⁾ ALFÖLDY (G.), *A historia social de Roma*, Editorial Presença, Lisboa, 1989, pp. 152-153.

⁽⁵⁵⁾ CIL II 1980. MANGAS MANJARRES (J.), *Esclavos y libertos en la España romana*, Salamanca, 1971, pp. 77, 203 (= *Esclavos y libertos*).

missão supervisionar o trabalho dos outros escravos nas explorações agrárias do patrão ⁽⁵⁶⁾. Encontra-se aqui subjacente o conceito *dt familia rustica*, conjunto de escravos que executavam as tarefas agrícolas nos *fundi* das *villae* pertencentes aos senhores ⁽⁵⁷⁾, definido por oposição a *familia urbana*, comunidade de escravos associados à residência citadina do *dominus* ⁽⁵⁸⁾.

Em Tarragona, um epitáfio assinalando a construção de um monumento sepulcral em memória de Antonia Clementina, a mando do marido, *P. Rufius Flaus*, determinava que os terrenos circundantes à sepultura fossem entregues aos libertos e às libertas da *familia* da esposa, a fim de que estes, atendendo ao obséquio devido à patrona, ficassem a tratar do sepulcro, devendo esta obrigação transmitir-se aos seus descendentes: *D. M. I Antoniae Clementinae ux. P. Rufius Flaus | m.f et s. viv. in. memorium perpetuam | hortos coherentes sive suburbanum tradidit | lib. libertabusque ex familia ux. Marnilo Antrocio | Helenae Tertulinae excepitq. ne quis eos | venderet set per genus ipsorum possessio decurret | vel per atnatos vel manumissos* ⁽⁵⁹⁾.

Antonia Clementina possuía os seus próprios escravos (*familia*), na qual estavam incluídos alguns libertos e libertas: *libertis libertabusque ex familia uxoris*, o que milita em prol do que atrás afirmámos, quando incluímos os libertos *nafamilia* dos servidores. As próprias relações entre libertos e servos de um mesmo patrono eram estreitas; muitas vezes, as responsabilidades que alguns libertos assumiam dirigindo a *familia*, os mantinham, aos olhos do patrono ou de terceiros, no seio desta última ⁽⁶⁰⁾. Nesta linha podem ser interpretadas as inscrições colectivas de Roma CIL VI5691 = ILS 7850: *Familiae | A. Allieni | in fr. p. XV | in ag. p. XVI | et familiae | PollaeMin'uciaae Q. ft* CIL VI6213: *Familia T. Statili Tauri*, mencionando os servidores de três membros da ordem senatorial.

⁽⁵⁶⁾ Cato *De Agr.*, VII, 2: *vilicus familiam exerceat, consideret quae dominus imperaverit fiant*.

⁽⁵⁷⁾ WEAVER, *Familia Caesaris*, p. 4; MANGAS MANJ ARRES, *Esclavos y libertos*, pp. 74-78. Para um maior desenvolvimento, cfr. MARTIN (R.), *Familia rustica: les esclaves chez les agronomes latins*, "Actes du Colloque 1972 sur l'esclavage", Paris, 1974, pp. 267-298.

⁽⁵⁸⁾ CIL XII 1025; WEAVER, *Familia Caesaris*, p. 4.

⁽⁵⁹⁾ RIT 368. Era habituai os patronos incumbirem aos servidores esta missão de cuidarem do sepulcro, intenção igualmente manifestada por Trimalquião (*Satyricon*, 71.8)

⁽⁶⁰⁾ FABRE, *Libertus*, p. 335.

Significado diverso reproduz o epitáfio métrico *dt Aelia Hygia*, posto a descoberto na longinqua Dàcia. Mandou lavar Elío Valentino, à “liberta e esposa digna de apreço, que o tempo cruel arrebatou à família” ⁽⁶¹⁾. *Familia* seria aqui utilizada na acepção de conjunto de servos e de pessoas livres, incluindo a *uxor in manu* e o *filius familias*, que constituem uma mesma casa, sob a dependência do *paterfamilias*. Como já vimos, este conceito tornou-se extensivo a uma parte da *gens* ou à própria *gens* e é precisamente neste contexto, irrefutavelmente mais amplo, que deverá ser examinada uma homenagem de Baena: *M. Pompeius Q. f Gal. Icstinis I Ilvir. primus de familia \ Pompeia* ⁽⁶²⁾. Numa demonstração pública de orgulho, por um dos seus ter ascendido pela primeira vez a um destacado cargo na edilidade local, alguns membros da *gens* Pompeia de *Itucci {conventus Astigitanus}* dedicaram a inscrição.

Na epigrafia peninsular, casos há em que o termo *familia* nos aparece relacionado com o tipo de organização social das populações pré-romanas. Numa lápide funerária de Folda del Sueve (Astúrias) parece ler-se: *[P]o ?...Da[gen]i Ter. fil(i) ?] a[n]norum LI ex \ gente Ratrium \ [fa] milia suorum e(x ?) testamento ?) (f3)*. *Familia* designará, neste caso, um grupo de pessoas ligadas entre si por laços de sangue ou de parentesco, unidade nuclear situada em plano hierarquicamente inferior ao da *gens*. O defunto e toda a sua família pertenciam à *gens Ratrium*, uma unidade organizativa indígena, de carácter suprafamiliar, que actuava simultaneamente como unidade social ⁽⁶⁴⁾.

Por fim e num campo bastante peculiar, observe-se uma epígrafe votiva de Fuente Redonda (Uclés), dedicada a Airo *peia familia Oculensis Usetana: Deo A\ironi fecit fa\milia 0\cul(en)s(is) Use[t(ana)] \ C(aius) Titinni(us) \ Crispinus* ⁽⁶⁵⁾. Somos da opinião que *familia* se encontra,

⁽⁶¹⁾ IDRIII (3) 159: *D. M. \ Aelia Hygia vixit | annis XVIII | Ael Valentfinus dec. ?] I col. Apul fl. I libertae et coniugi | gratae | quam tempus durum | rapuit familiam \ pu(a)e simul Dacia te \ voluitpossedit \ Micia secum, have \ puella multum adque \ in aevum vale*.

⁽⁶²⁾ CIL III 1855 = ILER 1675, CURCHIN (L. A.), *The local magistrates of Roman Spain*, University of Toronto Press, Toronto-Buffalo-London, 1990, p. 153, nº 154.

⁽⁶³⁾ CIL II 5749 = ERA 35 = ILER 5495, GONZÁLEZ RODRÍGUEZ (M. e.), *Las unidades organizativas indígenas del área indo-europea de Hispania*, Vitoria/Gasteiz, 1986, p. 133, nº 171 (= *Unidades organizativas indígenas*). Seguimos a leitura proposta por F. Diego Santos, que não deixa, contudo, de ser hipotética.

⁽⁶⁴⁾ GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, *Unidades organizativas indígenas*, p. 112.

⁽⁶⁵⁾ CIL II 5888 = ILER 714.

aqui muito distante da acepção primitiva, entendida como conjunto de escravos. O adjectivo geográfico *Oculensis*, correspondendo à forma mais antiga até hoje encontrada, relativamente aos habitantes de Uclés⁽⁶⁶⁾, leva-nos a atribuir-lhe o significado de um grupo de indivíduos de uma comunidade ou do conjunto de habitantes de uma localidade. Igual interpretação merece o texto da estela de Valhermoso de la Fuente (Cuenca), dedicada a *Aemilia Panthia* pela *familia Alabanensis* ⁽⁶⁷⁾.

3. O gentílico *Antonius*

No período republicano, o gentílico *Antonius* era muito usual entre os romanos, tanto nas famílias patrícias como nas de ascendência plebeia. A *gens* romana dos *Antonii* vangloriava-se de ser descendente de Anton (Anx-cnjj-æiius), filho de Hércules ⁽⁶⁸⁾.

Na lista dos seu membros mais ilustres contam-se vários cônsules ⁽⁶⁹⁾, um dos quais o triúnviro Marco António. Também a esta família pertenceram os três *M. Antonii Gordiani* (238-244), conhecidos na História por Gordiano I, II e III, após efemeramente terem cingido a púrpura imperial ⁽⁷⁰⁾.

Como referimos logo no início deste trabalho, este nome encontrase amplamente difundido na onomástica latina da Hispânia, ultrapassando a centena e meia de testemunhos (Quadro I). No caso do território actualmente português, os *Antonii* estão relativamente bem documentados, destacando-se claramente de todas as outras a região outrora abrangida pelo antigo *conventus Scallabitanus*, com especial saliência para os centros urbanos de *Scallabis* e *Olisipo*.

De resto, nesta última cidade, para além da já mencionada inscrição a *C. Antonius Ursus*, provavelmente filho do homenageado em *Collipo*, é digno de referência o monumento honorífico CIL II 4993 = EO 82 =

⁽⁶⁶⁾ BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (J. M.), *Religiones primitivas de Hispania. I- Fuentes literarias y epigráficas*, Roma, 1962, pp. 168-169.

⁽⁶⁷⁾ RODRÍGUEZ COLMENERO (A.), *Cuenca romana. Contribución al estudio epigrafico (II)*, “Lucentum”, II, 1983, pp. 324-326:2). *M. S. [Ae. Panthiaean. \LXXX familia \ Alabanensis ?*

⁽⁶⁸⁾ FORCELLINI, *Lexicon*, t.V, s. v. *Antonius*.

⁽⁶⁹⁾ ROLDÁN HERVAS (J. M.), *Repertorio de epigrafia y numismática latinas*, Salamanca, 1969, p. 107, apresenta urna lista de doze cônsules saídos daquela família.

⁽⁷⁰⁾ PIR, I, pp. 159-163.

ILER 1265: *Matidiae Aug. \ Fel. lui Olisipo | per \ Q. Antonium Gallum I T. Marcium Marcianum \ Ilvir.*, dedicado à sobrinha de Trajano, onde se regista um *Q. Antonius Gallus*, duúnviro de *Olisipo*. O exercício de tal magistratura confere-lhe, bem como à sua família, um lugar de destaque no contexto sócio-económico e político do município olissiponense, tanto mais que este é, até ao momento, o único membro conhecido da *gens Antonia* a ocupar um cargo municipal na Lusitânia, durante o Alto Império ⁽⁷¹⁾.

Ainda de *Olisipo*, CIL II 242 = EO 76 = ILER 2401: *Q. Pompeius Q. fi [L] I [Ti ?] phush. s. e. | Antonia Omul[i]a \ h. s. e.*, recorda uma liberta daquela *gens*.

No *ager olisiponensis* detectámos a presença deste gentílico em duas inscrições de Oeiras, em memória *ât Antonia Amoena* ⁽⁷²⁾, dedicadas respectivamente pelo *pai*, *Antonius Amoenus*, e pela mãe, *Arethusa*, num ambiente que nos parece servil; é provável que se encontre ainda representado em Caparide, Cascais, numa lápide posta a *Iulia (?) Amoena* *pox G. Antonius (?) Avitus*, veterano da XXII Legião Pia Fiel (?) ⁽⁷³⁾.

Outra cidade onde os *Antonii* estão bem representados é, como dissemos, Santarém, outrora capital conventual da Lusitânia, onde se destacam dois monumentos funerários do séc. II, dedicados respectivamente a *G. Antonius Lupus: D. M. \ M. Antoni | M. f. Gal. Lupi | olisiponesis* ⁽⁷⁴⁾ e a *Q. Antonius Celer: D. M. \ Q. Antoni M. f \ Gal. Celeri/ I olisiponesis* ⁽⁷⁵⁾, cidadãos romanos naturais de *Olisipo*, inscritos na tribo Galéria. A importância de *Scallabis*, na sua qualidade de centro político-administrativo, poderá ter estado na origem da sua vinda para esta cidade.

As semelhanças ao nível do formulário das inscrições, a estrutura onomástica e a indicação do mesmo patronímico, concorrem para os identificarmos como irmãos. Temos também como plausível uma ligação à família do duúnviro olissiponense, *Q. Antonius Gallus*.

⁽⁷¹⁾ FRANCISCO MARTIN (J.), *Los magistrados municipales en Lusitânia durante el Alto Imperio*, MHA, I, 1977, p. 237.

⁽⁷²⁾ CIL II 270 = ILER 4161; CIL II 5009 = ILER 3987.

⁽⁷³⁾ ENCARNACÃO (J. d'), *Inscrições romanas de Cascais*, "Museu - Biblioteca do Conde de Castro Guimarães", Boletim nº 2, Cascais, 1971, pp. 103-104 = ILER 6387 = AE 1981 491.

⁽⁷⁴⁾ CIL II 327 = EO 144A = ILER 5380.

⁽⁷⁵⁾ CIL II 328 = EO 144B = ILER 5381. Em Cerro de la Poza assinala-se um *Antonius Celer*, sacerdote, em inscrição votiva a Júpiter (CIL II 742 = ILER 668).

A estas duas inscrições poder-se-á ainda ligar uma terceira: *Antoniae I M. f. Marcianae | annor. XXII* ⁽⁷⁶⁾, mencionando uma presumível filha de *M. Antonius Lupus*. Levanta-se-nos, porém, o problema da proximidade temporal das inscrições, que de facto parece não existir; contudo, só a utilização de critérios paleográficos mais ou menos seguros, com base numa observação directa dos monumentos, poderá lançar um pouco mais de luz na questão.

De qualquer modo, um dado que daqui se pode extrair é a existência de laços familiares entre as *gentes Antonia* e *Mareia*, atendendo a que a forma cognominai *Marciana* é formada a partir do gentílico *Marcus* ⁽⁷⁷⁾; vinculação essa já de certa forma patente na dedicatória erigida à sobrinha de Trajano pelos cidadãos de *Olisipo*, onde *T. Marcus Marcianus* surge, a par de *Q. Antonius Gallus*, no exercício do duunvirato.

Novamente em Santarém, foi encontrada uma outra inscrição, dedicada por *Iulia Rufina* à filha, *Antonia Modesta*: *D. M. \ Antoniae \ Modestae | ann. XXXXI lidia Rufina | mater filiae \ pientissimae | posuit \ h. s. e.* ⁽⁷⁸⁾, muito provavelmente a mesma personagem que, em Ferreira do Zêzere, surge ao lado do genro, *L. Avillius Celer*, numa dedicatória *Antonia Maxuma*: *D. M. I Antoniae Maxumae \ Antonia Modesta ma \ ter et L. Avillius Celer \ maritus ex testamento f. c.* ⁽⁷⁹⁾. Estão presentes três gerações — mãe, filha e neta — que procuraremos reproduzir no *stemma* que se segue:

[...] Antonius [...] ^{oo} Iulia Rufina

Antonia Modesta

Antonia Maxuma ^{oo} L. Avillius Celer

Da defunta de Ferreira do Zêzere, conhecemos uma homónima, em inscrição igualmente funerária, proveniente de Alenquer: *D. M. \ Antoniae Maximae | an. XXXII \ Caesia Amoena | mater filiae \ pientissimae*

(76) CIL II 329 = ILER 2296.

(77) KAJANTO, *Cognomina*, p. 150.

(78) CIL II 330 = ILER 4280.

(79) CIL II 335 = ILER 3740.

I *h. s. e.* ⁽⁸⁰⁾, pese embora o facto de existir uma ligeira diferença em relação à grafia do cognome: *Maxima* em vez de *Maxuma*.

Do que temos vindo a dizer, dois aspectos nos merecem reparo. Em primeiro lugar, a ligação da *gens Antonia* à *AvMia*, aqui representada num dos raros testemunhos fornecidos pela epigrafia peninsular. Esta antiga família, de origem etrusca⁽⁸¹⁾, é conhecida na Hispânia por inscrições provenientes de Sevilha (CIL II1215), Córdoba (HAE 2053) e em marcas cerâmicas de Tarragona (CIL II 4970^(75> 76>77), 4974⁽³⁾), Braga — onde foram encontradas as marcas de *terra sigillata* itálica dos *offinatores* L. *Avillius Sura* (Arezzo) e S. *Avillius Manius*⁽⁸²⁾ — e Conimbriga⁽⁸³⁾. O ramo itálico dos *Avillii Celeres* terá fornecido um legado à Africa antes de 113 d.C. ou um procônsul após esta data⁽⁸⁴⁾. Desta família saiu ainda o *consul suffectus* do ano 156 d. C, A. *Avillius Urinatus Quadratus*. Geza Alföldy considera a possibilidade de este personagem ter desempenhado as funções de governador da Lusitânia à volta de 154, julgando reconstituir o seu nome numa inscrição fragmentada de *Olisipo* (CIL II 189 = EO 21) ⁽⁸⁵⁾. RIT 223 regista-o como cognome, na pessoa de C. *Valerius Avillius*, veterano da VII Legião Gêmina, natural de *Nemausus*.

O segundo aspecto a atrair a nossa atenção são os laços de parentesco estabelecidos entre os *Antonii* e os *Iulii*, uma das famílias mais influentes do *conventus*, nomeadamente de *Olisipo*, onde são, de longe, os mais bem representados ⁽⁸⁶⁾. Proveniente dessa cidade, uma inscrição alude a um C. *Iulius Rufinus*, edil designado (CIL II225 = EO 42), quiçá parente *dtulua Rufina*, avó *ât Antonia Maxuma*. A ligação entre as duas *gentes* encontrar-se-á ainda expressa na inscrição funerária do Lorrão: C.

(80) CIL II 271 = ILER 4297.

(81) SCHULZE, *Eigennamen*, Berlim, 1966, p. 73.

(82) DELGADO (M.), *Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. II*, CadArq, série II, 2, 1985, pp. 13-14.

(83) Das escavações desta cidade provém uma marca da oficina de *Avillius Manius*, cfr. ALARCÃO (A.), *Les sigillées italiques*, in *Fouilles de Conimbriga—LV. Les sigillées*, n^o 234, Pl. XII e XIII.

(84) LASSÈRE, *Chronologie des épitaphes païennes de l'Africa*, p. 14.

(85) ALFÖLDY (G.), *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, Wiesbaden, 1969, pp. 142f, 219 e 227.

(86) EO, pp. 279-280.

Valerius Iulianus Seiliensis | *annor. XVIII h. s. e. s. t. t. I.* | *M. Antonius Iulianus* | *fratri piissimo* | *faciendum curavit* ⁽⁸⁷⁾. Como se pode observar, estes dois indivíduos, apesar de irmãos, usam gentílicos diferentes, mas mantêm cognomes iguais. Para Thylander, esta situação fica a dever-se ao facto de o nascimento do filho mais velho ter ocorrido antes de a mãe contrair o *matrimonium iustum* ⁽⁸⁸⁾. Assim, o filho mais velho, que, segundo deduzimos, seria *M. Antonius Iulianus*, era fruto de uma relação anterior ao *connubium*, pelo que usaria o gentílico materno, o irmão mais novo, saído de um casamento legal, usaria o *nomen* paterno. *Iulianus*, forma cognominai obtida a partir do gentílico *Iulius* ⁽⁸⁹⁾, teria sido herdado da mãe. A indicação da *origo*, *Seiliensis* está, por certo, relacionada com a cidade de *Sellium*, definitivamente localizada em Tomar ⁽⁹⁰⁾.

Situação idêntica parece verificar-se num epitáfio de Conimbriga: *D.M.S. I Antonio* | *Flavino* | *annorum* | *XXXXFlavius Fla* | *vuspater* | *et Antonia* | *mater et Fla* | *via soror* | *filio pienissimo* | *f c.* ⁽⁹¹⁾, recordando *Antonio Flavino*. Intervêm como dedicantes *Flavius Flavus*, *Antonia* e *Flavia*, respectivamente pai, mãe e irmã do defunto. Pode tratar-se, no entanto, de um daqueles casos de desconhecimento das regras clássicas de transmissão dos nomes ⁽⁹²⁾, o que nos situaria, indubitavelmente, num contexto pouco romanizado.

Ainda relativamente a *Antonio Flavino*, convém referir que, ao tratarem desta inscrição, os autores de *Fouilles de Conimbriga II*, p. 67, nota 17, referem a proximidade onomástica com o séxviro júnior *C. Antonius Flavinus*, de Évora (CIL II 115), testemunho que Hübner considerou forjado por André de Resende a partir de CIL V 4365 ⁽⁹³⁾. Não obstante as reticências colocadas pelo sábio alemão, R. Étienne aceitou a autenticidade do monumento e inseriu-o na sua lista de *seviri Augustales* ⁽⁹⁴⁾.

⁽⁸⁷⁾ VASCONCELOS (J. Leite de), *Inscrição funerária do Lorvão*, AP, 19, 1914, pp. 365-366; ILER 5410.

⁽⁸⁸⁾ THYLANDER (H.), *Etude sur l'Épigraphie Latine*, Lund, 1952, p. 91.

⁽⁸⁹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, pp. 33 e 148.

⁽⁹⁰⁾ PONTE (S. da), *Tomar. Historia e geografia humanas no tempo e no espaço*, "Arqueologia da Região de Tomar", 1, 1985, pp. 18-21; ALARCÃO, *Domínio*, p. 48.

⁽⁹¹⁾ CIL II 366 = ILER 4861 = *Fouilles de Conimbriga II* 39.

⁽⁹²⁾ CAGNAT, *Cours*, p. 68.

⁽⁹³⁾ CIL II, p. 805: *Titulum falsum esse dudum intellexi, i. e. a Resendio confictum fortasse ad exemplum tituli vol. V 4365*.

⁽⁹⁴⁾ ÉTIENNE (R.), *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1974 (reimp.), p. 254 (= *Culte*).

Mais recentemente, José d'Encarnação reafirmou o carácter apócrifo da inscrição ^(93 *).

Passando agora à área geográfica abrangida pelo *conventus Pacensis*, encontramos este gentílico documentado em apenas cinco epígrafes, das quais somente três constituem testemunho seguro (IRCP 331,464 e 486), já que, nas outras duas, a hipótese de se ler *Antonius -ia*, é apenas tida como provável (IRCP 298 e 387). Deste conjunto sobressai nitidamente das restantes a dedicatória IRCP 486: *Endovellico \ sacrum | Antonia L. [ff] I Manliola | e. v. | signum argenteum [d. d. ?]*. Este *ex-voto*, proveniente do santuário campestre de S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal), recorda a oferta de uma estátua de prata a Endovéllico por *Antonia Manliola*, sinal evidente do poder económico da doadora.

À semelhança do que sucede para o *conventus pacensis*, também para o *conventus Bracaraugustanus* ⁽⁹⁶⁾ não abundam os dados epigráficos relativos à *gens Antonia*, presente em Alvarelos (Santo Tirso) ⁽⁹⁷⁾, Tagilde (Guimarães) ^(98 *), Braga ("), Aldeia Nova (Miranda do Douro) ⁽¹⁰⁰⁾ e Saldanha (Miranda do Douro) ⁽¹⁰¹⁾. Na sua maioria, identificam indivíduos pertencentes a um estrato populacional composto, principalmente, por indígenas romanizados, excepção feita ao pacense *M. Antonius Augustinus*, soldado da Legião VII Gêmina, falecido em *Bracar a Augusta*.

Relativamente aos testemunhos epigráficos desta família no nosso território, parece-nos importante colocar em evidência dois aspectos: em

⁽⁹⁵⁾ ENCARNÇÃO (J. d'), Recensão bibliográfica: *Fouilles de Conimbriga. II-Epigraphie et Sculpture*, por R. Etienne e G. Fabre (epigrafia), P. e M. Lévêque (escultura), Paris, 1976, AB, XXVIII-XXXII, 1971-75; IRCP p. 443.

⁽⁹⁶⁾ Por razões que se prendem com uma maior comodidade de exposição, resolvemos incluir no *conventus bracar augustanus* duas inscrições da área de Miranda do Douro (inscr. 24 e 25), possivelmente já integrada no *conventus asturicensis*. Relativamente a esta questão veja-se ALARCÃO, *Domínio*, pp. 58-59 e TRANOY (A.), *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981, pp. 160-162 (= *Galice romaine*).

⁽⁹⁷⁾ SANTARÉM (C. M. F.), *Uma inscrição romana de Alvarelos —Sto Tirso*, "Santo Tirso", I (1), 1977, pp. 161-170 = AE 1977 451.

⁽⁹⁸⁾ CIL II 6288 = ILER 696.

⁽⁹⁹⁾ CIL II 2425 = ILER 5467.

⁽¹⁰⁰⁾ MOURINHO (J. M.), *Epigrafia latina de entre Sabor e Douro, desde o falecimento do Abade de Baçal —1947*, "Brigantia", VII (1-2), 1987, p. 104, n.º 30.

⁽¹⁰¹⁾ *idem*, *ibidem*, p. 113, n.º 44.

⁽¹⁰²⁾ MANTAS (V.G.), *As cidades marítimas da Lusitânia*, in "Les villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires", Paris, 1990, pp. 160-173.

primeiro lugar, existe um grupo numeroso de indivíduos identificados com os *tria nomina*, sinal de acentuada romanização, apesar de, neste conjunto, termos apenas três menções à tribo. Seguidamente, há a referir que, no *conventus Scallabitanus*, cerca de sessenta por cento dos testemunhos estão relacionados com o meio urbano, tendo à cabeça a capital *Scallabis* e *Olisipo*, talvez o maior centro portuário da Lusitânia ⁽¹⁰²⁾, que terá decerto funcionado como ponto de penetração de colonos itálicos, embora deste numeroso grupo nos pareça que só *Q. Antonius Gallus* e *L. Antonius Ursus* possam estar directamente relacionados com a Península Itálica.

No que diz respeito à difusão dos *Antonii* na Hispânia, ressalta a sua especial concentração nos centros urbanos, nomeadamente nas zonas portuárias da Tarraconense e da Bética (Quadro I). A primazia vai para *Tarraco*, sede provincial, que terá albergado o núcleo mais importante desta *gens*, em solo peninsular. Entre o escol da cidade encontram-se vários indivíduos portadores deste nome. Um deles, *L. Antonius Saturninus*, ocupou sucessivamente as funções de edil, duúnviro e flâmine provincial ⁽¹⁰³⁾. Este último cargo foi de igual modo desempenhado por *Cn. Antonius Avitus* (RIT 255) e pelo intercatiense *L. Antonius Modestus* ⁽¹⁰⁴⁾. Ainda nesta cidade, está referenciado um membro da ordem equestre, *L. Antonius Silo*, prefeito da Ora Marítima durante o período flaviano (RIT 162).

Uma análise ao Quadro II, permite-nos constatar que é efectivamente na Tarraconense que se encontra a esmagadora maioria dos *Antonii* titulares de importantes cargos políticos, religiosos e militares, principalmente nas áreas de *Carthago Nova* ⁽¹⁰⁵⁾, *Valentia* ⁽¹⁰⁶⁾, *Saguntum* ⁽¹⁰⁷⁾,

⁽¹⁰³⁾ G. ALFÖLDY (RIT 257, p. 141), considera a possibilidade de este personagem ser o pai do senador com o mesmo nome, cônsul substituto do ano 83 d.C., *adlectus* por Vespasiano.

⁽¹⁰⁴⁾ RIT 256. *L. Antonius Modestus* é oriundo de uma família indígena de *Intercatia* (*conventus cluniensis*), cidade onde desempenhou todos os cargos municipais, antes de se tomar sacerdote do culto imperial. Saliente-se que o exercício de uma magistratura municipal, como a edilidade ou o duunvirato, era o trampolim a que recorriam frequentemente as burguesias das cidades para o acesso ao *fiammato*, uma das suas maiores ambições (cfr. ÉTIENNE, *Culte*, p. 224).

⁽¹⁰⁵⁾ HAE 42 = ILER 6318: *C. Antonius P. f. Coi. Balbus, aedilis*. A *Colina* é uma das tribos urbanas de Roma.

⁽¹⁰⁶⁾ IRV 23: *L. Antonius Crescens, aedilis, Ilvir, flamen*. Em Valência, os *Antonii* são a família mais bem representada, logo seguidos dos *Iulii*, a quem se encontravam associados (IRV 22) e dos *Fabii* (KNAPP, *Prosopography*, p. 202 e 213).

⁽¹⁰⁷⁾ ELS 42 e 43: *L. Antonius Numida, praefectus fabrum, tribunus militum legionis I Italica*.

Aeso ⁽¹⁰⁸⁾, *Clunia* ⁽¹⁰⁹⁾, *Calagurris* ^(no), Barbadillo del Pez^(m) e Castro-mao ^(* III 112).

Estes dados traduzem bem a influência desta família na vida daquela província e o seu considerável potencial económico, com toda a certeza fruto dos rendimentos da propriedade fundiária, mas também da actividade comercial, quer se trate do comércio regional, quer do comércio internacional, feito por via marítima.

Na vizinha Bética, estão seguramente ligados a este tipo de actividades vários efectivos da *gens Antonia*, *mercatores* de azeite conhecidos pelas marcas anforárias recuperadas no Monte Testaccio ⁽¹¹³⁾. Do vasto conjunto, chamamos a atenção para o cordovês *L. Antonius Severus*, para os astigitanos *L. Antonius Epaphroditus* e *L. Antonius Lucundus* e, sobretudo, para *Q. Antonius Quietus*, cujas estampilhas em ânforas globulares Dressel 20 surgem espalhadas por todo o ocidente romano ⁽¹¹⁴⁾. A ocupações similares podem estar igualmente associados os magistrados gaditanos *L. Antonius Antullus* ⁽¹¹⁵⁾, *Q. Antonius Rogatus* ⁽¹¹⁶⁾ e *M. Antonius Syriacus* ⁽¹¹⁷⁾.

Para além dos aspectos já frisados, uma análise global do material epigráfico recolhido permite-nos constatar que pelo menos cerca de um

⁽¹⁰⁸⁾ IRC-II 24: *C. Antonius Verecundus: Ilvir bis, tribunus militum legionis III Augusta bis*.

⁽¹⁰⁹⁾ Os magistrados de *Clunia* pertencentes à família *Antonia* (*P. Antonius* e *M. Antonius*) são conhecidos unicamente pelas legendas dos numismas cunhados durante o seu quatorvirato (cfr. BELTRÁN LLORIS, F., *Los magistrados monetales en Hispania*, “Numisma”, 28, 1978, p. 194 e 206, notas 2 e 3).

^(no) *Idem, ibidem*, p. 194. Mais um caso conhecido pelas emissões monetárias. *Q. Antonius* foi duúviro da cidade antes de 27 a.C.

^(m) AE 1984 568: *L. Antonius Aquilus, Ilvir, tribunus militum*.

⁽¹¹²⁾ AE 1982 272: *C. Antonius Aquilus, praefectus cohortis I Celtiberorum*. Natural de Aova Augusta (*conventus cluniensis*), deve ser aparentado com *L. Antonius Aquilus* (nota 111). Em 132 d.C. celebrou um pacto de *hospitium* com os *Coelerni* (cfr. TRANOY, *Galice romaine*, pp. 382-383).

⁽¹¹³⁾ RODRÍGUEZ-ALMEIDA (E.), *Monte Testaccio: i mercatores dell'olio della Betica*, MEFRA, 91 (2), 1979, p. 885.

⁽¹¹⁴⁾ BLÁZQUEZ-MARTÍNEZ (J. M.), *La exportación del aceite hispano en el Imperio romano. Estado de la cuestión*, in “Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Primer Congreso Internacional”, I, Madrid, 1980, pp. 23-24.

⁽¹¹⁵⁾ CIL II 1727 e 1728 = ILER 3783: *sacerdos, IIIvir aedilicia potestate*.

⁽¹¹⁶⁾ CIL II 1729 = ILER 3544: *decurio*.

⁽ⁱⁱ²⁾ CIL III1313 = ILER 1679, 1503: *Ilvir*.

quinto dos indivíduos registados no Quadro I são cidadãos romanos de pleno direito, privilégio confirmado pela presença de 21 referências expressas à tribo, a que devemos acrescentar vários casos em que esta não é indicada, mas que se podem considerar seguros, como os do olisiponense Q. *Antonius Gallus* e do novaugustano C. *Antonius Aquilus*.

Significativa é também a presença de numerosos *ingenui*, identificados pela simples menção da filiação, como sucede por exemplo, em Cádiz: M. *Antonius M. f. Lucanus* (CIL II1767 = ILER 3550); Barcino: Cn. *Antonius Cn.f. Onesimus* (CILII 4560) e Briviesca: *Antonius Paternus Paterni f.* (AE 1977 454). Esta última forma de identificação está principalmente atestada nas áreas menos romanizadas, do Norte da Península, região onde podemos também encontrar o gentílico associado a *cognomina* tipicamente indígenas: *'Antonius Arquius* (CILII 2633), *Antonia Albiniana* (CIL II2653), *Antonius Allionus* (AE 1983 504), etc. São, no entanto, em maior número, os indivíduos que não revelam o seu estatuto sócio-jurídico. Muitos deles, serão libertos e clientes dos vários ramos da família Antonia, disseminados pela Hispânia, por vezes reconhecíveis pela adopção de cognomes gregos, tais como *Antonia Hellas* (AE 1978 408), *Antonius Atimethus* (CILII 532 = ILER4657) e *Antonius Theophilus* (CIL II1212 = ILER 4487), entre muitos outros. Porém, devemos fazer notar que o recurso aos *tria nomina*, sendo o cognome de etimologia grega, é insuficiente para comprovar a condição social dos seus portadores. Em muitos casos, sobretudo nas cidades portuárias, poderão identificar pessoas originárias da metade grega do Império, talvez comerciantes.

À guisa de conclusão, julgamos poder afirmar que, pelo seu elevado número, pelo seu significativo poder económico e pela excelência dos cargos desempenhados, esta foi uma das famílias com participação activa na romanização das províncias ibéricas, contribuindo de forma preponderante para a construção na Hispânia desse “admirável mundo novo”, que deu pelo nome de *Imperium Romanum*.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

AB	Arquivo de Beja. Beja.
AE	L'Année Épigraphique. Revue de Publications Épigraphiques relatives à L'Antiquité Romaine. Paris.
AncSoc	Ancient Society. Lovaina.
AntAfr	Antiquités Africaines. Paris.
AP	O Arqueólogo Português. Lisboa.
B CAR	Bulletino della Commissione Archeologica Comunale di Roma. Roma.
BRAH	Boletín de la Real Academia de Historia. Madrid.
CadArq	Cadernos de Arqueologia. Braga.
CIL	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> .
CPh	Classical Philology. Chicago.
CPIL	HURTADO DE SAN ANTONIO (R.), <i>Corpus Provincial de las Inscripciones Latinas (Cáceres)</i> . Cáceres, 1977.
DA	DAREMBERG (Ch.), SAGLIO (E.), POTITER (E.), <i>Dictionnaire des antiquités grecques et romaines</i> . Paris, 1877-1919.
EE	Ephemeris Epigraphica. Berlin.
ELPS	JIMENO (A.), <i>Epigrafía Latina de la Provinda de Soria</i> . Soria, 1980.
ELS	BÉLTRAN LLORIS (F.), <i>Epigrafía Latina de Sagunto y su territorium</i> . València, 1980.
EO	SILVA (A. V.), <i>Epigrafia de Olisipo</i> . Lisboa, 1944.
ERA	DIEGO SANTOS (F.), <i>Epigrafia Romana de Asturias</i> . Oviedo, 1959.
ERC	BRANDÃO (D. P.), <i>Epigrafia romana coliponense</i> , "Conimbriga", 11, 1972, pp. 41-192.
FE	Ficheiro Epigráfico. Suplemento de "Conimbriga". Coimbra.
HAE	Hispania Antiqua Epigraphica. Suplemento de AEA. Madrid.
IDR	Russu (I. I.), <i>Inscriptiile D aciei Romane</i> . Bucarest, 1975-1984.
ILER	VIVES (J.), <i>Inscripciones Latinas de la España Romana</i> . Barcelona, 1971 e 1972.
ILLRP	DEGRASSI (A.), <i>Inscriptiones Latinae Liberae Rei Publicae</i> . Tomo I, Florença-Göttingen, 2- ed., 1975. Tomo II, Florença, 1963.
ILS	DESSAU (H.), <i>Inscriptiones Latinae Selectae</i> . Dublin-Zurique, 1974 (reed.).

IRC	FABRE (G.), MAYER (M.), RODA (I.), <i>Inscriptions Romaines de Catalogne. I—Barcelona (sauf Barcino). II—Lérída</i> . Paris, 1985.
IRCP	ENCARNAÇÃO (J. d'), <i>Inscrições Romanas do Conventus Pacensis</i> . Coimbra, 1984.
IRV	PEREIRA MENAUT (G.), <i>Inscripciones Romanas de Valentia</i> . Valência, 1979.
MCV	Mélanges de la Casa de Velázquez. Madrid.
MEFRA	Mélanges de L'École Française de Rome. Roma.
MHA	Memorias de Historia Antigua. Oviedo.
PIR	GROAG (E.) e STEIN (A.), <i>Prosopographia Imperii Romani</i> . Berlim-Leipzig, 1933.
PLAV	Papeles del Laboratorio de Arqueologia Valenciana. Valência.
RE	<i>Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft</i> . Estugarda.
RIT	ALFÖLDY (G.), <i>Die Römischen Inschriften von Tarraco</i> . Berlim, 1975.
TLL	<i>Thesaurus Linguae Latinae</i> .

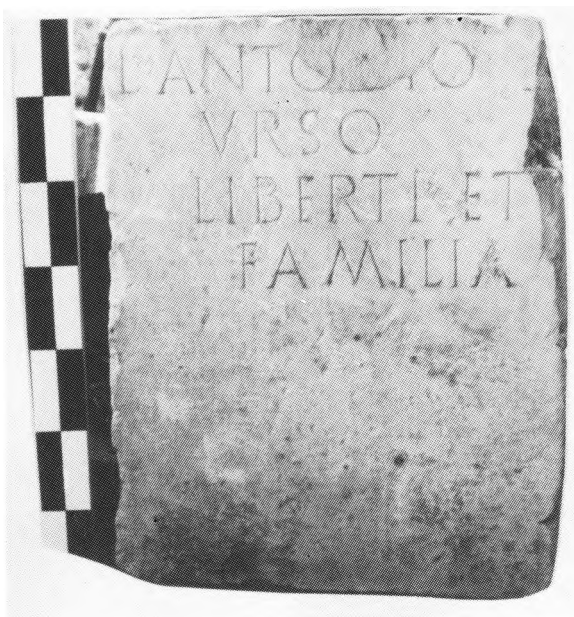


FIG. 1

(Página deixada propositadamente em branco)

QUADRO I **Os *Antonii* na Península Ibérica (*)**

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
1	S. Sebastião do Freixo	L. Antonius Ursus	hon.	ERC IX
2	Conimbriga	Antonius Flavius	fun.	Fouilles II 39
3	Lorvão	M. Antonius Iulianus, Seiliensis	fun.	ILER 5410
4	Ferreira do Zêzere	Antonia Maxuma, Antonia Modesta	fun.	CIL II 335 = ILER 3740
5	Santarém	Antonia Modesta	fun.	CIL II 330 = ILER 4280
6	Santarém	Antonia M. f. Marciana	fun.	CIL II 329 = ILER 2296
7	Santarém	M. Antonius M. f. Gal. Lupus	fun.	CIL II 327 = ILER 5380
8	Santarém	Q. Antonius M. f. Gal. Celer	fun.	CIL II 328 = ILER 5381
9	Alenquer	Antonia Maxima	fun.	CIL II 271 = ILER 4297
10	Caparide	Q. Antonius Avitus	fun.	ILER 6387 = AE 1981 491
11	Oeiras	Antonia Amoena, Antonius Amoenus	fun.	CIL II 270 = ILER 4161
12	Oeiras	Antonia Amoena	fun.	CIL II 5009 = ILER 3987
13	Lisboa	C. Antonius L. f. Ursus	fun.	CIL II 202 = ILER 2392
14	Lisboa	Antonia Omulia	fun.	CIL II 242 = ILER 2401
15	Lisboa	Q. Antonius Gallus	hon.	CIL II 4993 = ILER 1265
16	S. Domingos de Ana Loura	Antonius Romulus	fun.	IRCP 464
17	S. Miguel da Mota	Antonia L. f. Manliola	vot.	IRCP 486
18	Évora	Antonia (?) Fundana	fun.	IRCP 387
19	Trigaches	Antonia Helice, M. Antonius Maximus	fun.	IRCP 298
20	Alfundão	Antonia Fundana	fun.	IRCP 331

(*) Sem pretensão de elaborar uma lista inteiramente exaustiva deste gentílico, a nossa pesquisa terminou em 1989 (inclusive), devendo-se ter ainda em conta que estes quadros foram traçados apenas com base na informação bibliográfica disponível.

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
21	Alvarelhos	Antonius Almonis f.	?	AE 1977 451
22	Tagilde	Antonia Rufina	vot.	CIL II 6288 = ILER 696
23	Braga	M. Antonius M. f. Gal. Augustinus Pacensis	fun	CIL II 2425 = ILER 5467
24	Aldeia Nova	Antonius Luci f.	fun.	Mourinho, 1987, n.º 30
25	Saldanha	Antonius	vot.	Mourinho, 1987, n.º 44
26	Badajoz	Antonius	fun.	CIL II 2858 = ILER 3621a
27	Cerro de la Poza	Antonius Celer	vot.	CIL II 742 = ILER 668
28	S. Vicente de Alcantara	P. Antonius Protis	vot.	ILER 206
29	Trujillo	Antonia Gemina	fun.	CPIL 764
30	Talaverala Vieja	C. Antonius Q. Apolausthus	fun.	CIL II 928 = ILER 3663
31	Talavera de la Reina	L. Antonius Rufinus	fun.	CIL II 901 = ILER 4802
32	Talavera de la Reina	Antonius Severus, Segisamensis	fun.	CIL II 900 = ILER 3696 = 5408
33	Talavera de la Reina	Antonia Urbica	fun.	CIL II 924 = ILER 4004
34	Mérida	Antonius L. Lib. Atimethus, Antonia Phasis	fun.	CIL II 532 = ILER 4657
35	Mérida	Antonia Severa	fun.	CIL II 499 = ILER 5690a
36	Mérida	Antonia Suavola	fun.	CIL II 534 = ILER 4289
37	Mérida	Antonia Flacilla	fun.	CIL II 5267 = ILER 4796
38	Mérida	Antonia Cruseis, Antonius Ursianus	fun.	ILER 4744
39	Mérida	Antonius Saturninus, Madaurensis	fun.	ILER 5451
40	Mérida	L. Antonius	fun.	ILER 5626

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
41	Salvatierra	Q. Antonius Severianus; Q. Antonius Severus, Vamensis	fun.	CIL II 989 = ILER 5442
42	Burguillos	Q. Antonius Crescens Severianus	vol.	CIL II 6288 = ILER 329
43	Burguillos	Antonia Cara	vol.	EE IX 141
44	Córdova	Antonia M. f.	fun.	CIL II 1543 = ILER 2214
45	Córdova	Antonius Alchimus	fun.	CIL II 2256 = ILER 6256
46	Córdova	L. Antonius Constans, L. Antonius Saturninus	fun.	CIL II 2257 = ILER 4695
47	Córdova	C. Antonius [...] f. Gal. Seranus	fun.	AE 1971 183
48	Córdova	M. Antonius Herenianus	fun.	CIL II 2258
49	Córdova	Antonia Rhodoe	fun.	AE 1982 537
50	Córdova	L. Antonius Severus	anf.	Mefra 1978 194
51	Villanueva del Río	Antonia Q. f. Procula	mon.	CIL II 1074 = ILER 2084 = 6071, CIL II 1075
52	Itálica	Antonia Vetia	fun.	ILER 3421
53	Carmona	Antonia Primigenia, Antonia L. f. Saturnina	fun.	CIL II 1381 = ILER 3704
54	Sevilha	Q. Pomponius Clodianus Antonius Iuventinus	hon.	CIL II 1188 = ILER 1464
55	Sevilha	L. Antonius Theophilus, Antonia Romula	fun.	CIL II 1212 = ILER 4487
56	Sevilha	Antonia Laïs	fun.	CIL II 1211 = ILER 2632
57	Osuna	Antonia Diocharis	fun.	CIL II 1409 = ILER 6359

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
58	Cádiz	L. Antonius C. f. Gal. Antullus	fun.	CIL II 1727, 1728 = ILER 3783
59	Cádiz	Q. Antonius C. f. Gal. Rogatus	fun.	CIL II 1729 = ILER 3544
60	Cádiz	Antonia Q. f. Firmilla	fun.	CIL II 1764 = ILER 2927, CI II 1765 = ILER 4892
61	Cádiz	Antonius Restitutus	fun.	CIL II 1766 = ILER 3406
62	Cádiz	M. Antonius M. f. Lucanus	fun.	CIL II 1767 = ILER 3550
63	Cádiz	L. Antonius L. f. Modestus	fun.	CIL II 1768 = ILER 2642
64	Cádiz	Antonia Germana	fun.	ILER 2790
65	Cádiz	Antonius Marullus	fun.	ILER 2979
66	Cádiz	Antonia Adventa	fun.	ILER 3316
67	Medina Sidónia	M. Antonius M. f. Gal. Syriacus	hon.	CIL II 1313 = ILER 1679, 1503
68	Medina Sidónia	Antonia Hellas	fun.	AE 1978 408
69	Cabra	Antonia M. f. Rufina, Ipscensis; Antonia M. f. Rufina	fun.	CIL II 1671 = ILER 5345 CIL II 1618 = ILER 4167
70	Cabra	Antonia Festa, Antonius Marcus	fun.	CIL II 1675
71	Martos	Q. Antonius [...]	fun.	MEFRA 1978 194
72	Astigi	L. Antonius Iucundus	anf.	MEFRA 1978 194
73	Astigi	L. Antonius Epaphroditus	anf.	MEFRA 1978 194
74	Bética	C. Antonius Balbus	anf.	MEFRA 1978 194
75	Bética	L. Antonius Crassinus	anf.	MEFRA 1978 194
76	Bética	L. Antonius Plebeianus	anf.	MEFRA 1978 194
77	Bética	L. Antonius Securus	anf.	MEFRA 1978 194
78	Bética	Antonius Melissus, Antonius Peregrinus	anf.	MEFRA 1978 194

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
79	Bética	Antonia Agatonica	anf.	MEFRA 1978 194
80	Bética	C. Antonius Quietus	anf.	EE IX 424 (18)
81	Cartagena	C. Antonius P. f. Col. Balbus	fun.	HAE 42 = ILER 6318
82	Cartagena	L. Antonius L. I. Eunuchus	instr.	CIL II 6247
83	Cartagena	Antonia Iucunda	fun.	ILER 6738
84	Murcia	Antonia Sambarulla	fun.	CIL II 5944 = ILER 3345
85	Liria	Antonia C. f. Maximilla	fun.	CIL II 6010 = ILER 3307
86	Valência	M. Antonius Avitus, Antonia M. f. Lepida	fun.	IRV 36, 33
87	Valência	Antonius L. f. Gal. Sabinus, Antonia L. f. Procula	vot.	IRV 5
88	Valência	Antonia Onesicratia	fun.	IRV 47, 52
89	Valência	L. Antonius L. f. Gal. Crescens	fun.	IRV 23
90	Valência	L. Antonius L. f. Gal. Niger	fun.	IRV 22
91	Valência	Antonia C. f. Maximilla	fun.	IRV 43
92	Valência	Antonia Valentina, Antonia Veneriosa	fun.	IRV 44
93	Sagunto	L. Antonius L. f. Gal. Numida	hon.	ELS 42, 43
94	Sagunto	L. Antonius Seleuci I. Florus	vot.	ELS 9
95	Sagunto	Antonia L. f. Sergilla	fun.	ELS 216, 217, 218
96	Sagunto	Antonius Silo	hon.	ELS 40
97	Sagunto	Antonia Iuliana	fun.	ELS 96
98	Sagunto	L. Antonius Phi [...]	fun.	ELS 95
99	Sagunto	Antonia Villana	fun.	ELS 96

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
100	Sagunto	Antonius Aug.	fun.	ELS 94
101	Bejis	L. Antonius L. f. Blastinus	fun.	CIL II 4018 = ILER 2497
102	Alcora	Antonius Rufinus	fun.	CIL II 4042 = ILER 2362
103	Villareal	Antonius Leo	fun.	ELS XV/III
104	Valera	Antonia Pithusa	fun.	CIL II 3187 = ILER 2482
105	Sahelies	Antonius Festivus	fun.	CIL II 3128 = ILER 4905
106	Avila	Antonius D. A Ungeli f.	fun.	CIL II 5865 = ILER 2235
107	Tarragona	L. Antonius T. f. Gal. Silo	hon.	RIT 162
108	Tarragona	Cn. Antonius Cn. f. Gal. Avitus	hon.	RIT 255
109	Tarragona	L. Antonius Paterni f. Quir. Modestus Intercatiensis	hon.	RIT 256
110	Tarragona	L. Antonius L. f. Gal. Saturninus	hon.	RIT 257
111	Tarragona	Antonius Saturninus	fun.	RIT 186
112	Tarragona	Antonia Frontonia	fun.	RIT 336
113	Tarragona	Antonia Clementina	fun.	RIT 368
114	Tarragona	Antonia Valentina	fun.	RIT 508
115	Tarragona	Antonia Vernacla	fun.	RIT 498
116	Tarragona	L. Antonius	fun.	RIT 452
117	Barcino	P. Antonius P. f. Pudens Lixitanus	fun.	CIL II 6157 = ILER 3710
118	Barcino	Cn. Antonius Cn. f. Onesimus	fun.	CIL II 4560
119	Barcino	Antonia Peregrina, Antonia Synphersusa	fun.	CIL II 4561 = ILER 3708
120	Barcelona	M. Antonius Crescens	vot.	CIL II 4499 = ILER 308

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
121	Barcelona	M. Antonius Antullus	hon.	CIL II 6149 = ILER 1349
122	Osona	[...] Antonius [...] Gal. Verus	fun.	IRC – I 32
123	Osona	C. Antonius C. f. Gal. Verecundus	fun.	IRC – II 24
124	Lérida	M. Antonius Inachus	fun.	IRC – II 18
125	Lérida	Antonia Saturnina. L. Antoni Silvani ib.	fun.	IRC – II 40
126	Tarazona	Antonius Lascivus	fun.	CIL II 2988 = ILER 4706
127	Egea de los Cabaleros	L. Antonius Sinon	fun.	ILER 6495
128	Santicara	Q. Antonius Flaus lib., Antonia Aemilia Antonius Certus	fun.	CIL II 2964 = ILER 3469
129	Pamplona	M. Antonius Paternus, ex gente Ablaid.	fun.	CIL II 2960 = ILER 6323
130	Clunia	P. Antonius	num.	Numisma 1978 194
131	Clunia	T. Antonius	num.	Numisma 1978 194
132	Calagurris	Q. Antonius	num.	Numisma 1978 194
133	Villarreal	C. Antonius Leo	fun.	BRAH 64 1914 198
134	San Martin de Galburin	M. Antonius Fuscus	fun.	EE VIII 171
135	Gastain	Antonia Buturra Viriati f.	fun.	CIL II 2970 = ILER 3344
136	Gormaz	Antonia Philatera	fun.	ELPS 65
137	Dombellas	Antonius Addio, Eburanco	fun.	ELPS 59
138	Santervas	Antonius	fun.	ELPS 107
139	Velosillo	Q. Antonius Silonus	fun.	ELPS 120
140	Penalva del Castro	Aius Antonius	fun.	CIL II 2786 = ILER 5337
141	Barbadillo del Pez	L. Antonius C. f. Quir. Aquilus	fun.	AE 1984 568

QUADRO I (Cont.)

N.º	Proveniência	Nome	Tipo mon.	Bibliografia
142	Hortiguella	Antonius Celer, Antonius Maternus	fun.	AE 1984 5765
143	Burgos	L. Antonius [...] Quir. [...]	fun.	AE 1981 550
144	Brivesca	Antonius Paternus, Paterni f.	fun.	AE 1977 454
145	Miranda	Antonius Flavius, Aeviensis	vot.	CIL II 2924 = ILER 959
146	Segisama	Antonius Missillus	Jur.	CIL II 58 12 = ILER 5825
147	Palencia	L. Antonius M. f. Gal. Pudens, domo Lugduno	fun.	CIL II 2912 = ILER 5596
148	Palencia	L. Antonius Flavinus, L. Antonia	fun.	CIL II 5766 = ILER 4294
149	Leon	Antonia	fun.	CIL II 5687 = ILER 4264
150	Leon	Antonia Placida	fun.	CIL II 5086
151	Leon	Antonia Rhodine, Antonia Flavia,	fun.	CIL II 5688
152	Astorga	Antonius Arquiús ex gente Visaglorum	jur.	CIL II 2633
153	Astorga	Antonia Albiniana	fun.	CIL II 2653
154	Astorga	Antonia Flavia	vot.	ILER 345
155	Corao	Antonius Flaccus, Vadiniensis	fun.	CIL II 2713 = ILER 5849
156	Corao	Antonius Paternus Arreni f. Vadiniensis	fun.	CIL II 2706 = ILER 5461
157	Oviedo	P. Antonius	vot.	CIL II 2692 = ILER 74 = 147
158	Sobrado de los Moixes	Antonius Severus	fun.	AE 1984 549
159	El Padron	C. Antonius Florus	vot.	CIL II 2536 = ILER 603
160	Castromao	G. Antonius Aquilus, Novaugustanus	jur.	AE 1972 282
161	Yecla	Antonius Alionus	fun.	AE 1983 504

Abreviaturas: anf. = anforária; fun. = funerária; hon. = honorífica; jur. = jurídica; mon. = monumental; num. = numismática; vot. = votiva; ? = desconhecida.

QUADRO II

Os *Antonii* da Península Ibérica: cargos e funções exercidas

Local	Nome	Cargo/função	Datação
Caparide	Q. Antonius Avitus	vet. leg. XXII P. F.	—
Lisboa	Q. Antonius Gallus	II vir	reinado de Trajano
Braga	M. Antonius M. f. Gal. Augustinus	miles leg. VII Geminæ Felicis	fim séc. I
Cerro de la Poza	Antonius Celer	sacerdos	—
Cádiz	L. Antonius C. f. Gal. Antullus	sacerdos, IIII vir aedilitia potestate	—
Cádiz	Q. Antonius C. f. Gal. Rogatus	decurio	—
Medina Sidónia	M. Antonius M. f. Gal. Syriacus	II vir	séc. I-II d. C.
Martos	Q. Antonius [...]	praefectus	—
Cartagena	C. Antonius P. f. Col. Balbus	aedilis	—
Valência	L. Antonius L. f. Gal. Crescens	aedilis, II vir, flamen	reinado de Trajano
Sagunto	L. Antonius L. f. Gal. Numida	praef. fabrum, trib. militum	fim séc. I-início séc. II
Tarragona	Cn. Antonius Cn. f. Gal. Avitus	leg. I Italica	séc. I
Tarragona	L. Antonius Paterni f. Quir. Modestus	flamen P. H. C.	2ª metade séc. I
Tarragona	L. Antonius L. f. Gal. Saturninus	sacerdos Romae et Augusti ararum	70-180 d. C.
Tarragona	L. Antonius T. f. Gal. Silo	augustanarum, flamen P. H. C. aedilis, II vir, flamen P. H. C. praef. fabrum, praef. coh. III Thracum, praef. coh. novae tironum, praef. orae maritimae	Flávios
Tarragona	Antonius Saturninus	beneficiarius consularis	séc. I-II
Tarragona	L. Antonius	miles leg. VII Geminæ Felicis	fim séc. I-início séc. II

QUADRO II
(Cont.)

Local	Nome	Cargo/função	Datação
Isona	C. Antonius C. f. Gal Verecundus	II vir bis, trib . militum leg. III	séc. II
Clunia	P. Antonius	Augusta bis	14-37 d. C.
Clunia	T. Antonius	IIII vir	14-37 d. C.
Calagurris	Q. Antonius	IIII vir	ant. 27 a. C.
Barbadillo del Pez	L. Antonius C. f. Quir. Aquilus	II vir	séc. I
Burgos	L. Antonius [...] f. Quir. [...]	II vir, trib. militum	—
Palência	L. Antonius M. f. Gal. Pudens	aedilis, IIvir (?)	séc. I
Castromao	C. Antonius Aquilus	eques duplicarius praef. coh. I Celtiberorum	132 d. C.

CARMEN ISABEL LEAL SOARES

Assistente Estagiária do Instituto de Estudos Clássicos (FLUC)

VINCITVR HIC FATVS

— O EPITÁFIO MÉTRICO DE COUTO DE BAIXO

“Conimbriga”, XXXI, 1992, p. 155-172

RESUMO: Proveniente de Couto de Baixo (Viseu), o epitáfio dedicado a Juvêncio oferece como particularidade um *carmen epigraphicum* nas quatro últimas linhas. A autora analisa o interesse histórico, literário e linguístico do texto compósito (prosa e verso). Conclui-se da existência de um conhecimento literário popular (não elitista), que se configura também como um agente da romanização. Não estamos perante o testemunho de um poeta, até ao presente desconhecido. Trata-se apenas das palavras de mais um “autor de versos”.

RÉSUMÉ: Provenant de Couto de Baixo (Viseu), l'épithaphe dédié à Juvence présente la particularité de posséder un *carmen epigraphicum* dans ses quatre dernières lignes. L'auteur analyse l'intérêt historique, littéraire et linguistique d'un texte écrit en prose et en vers. Elle finit pour conclure sur l'existence d'une connaissance littéraire de caractère populaire (pas élitiste) dans laquelle on retrouve un agent de la romanisation. Il ne s'agit pas du témoignage d'un poète, mais seulement des paroles d'un “auteur de vers”.

(Página deixada propositadamente em branco)

VINCITVR HIC FATVS

— O EPITÁFIO MÉTRICO DE COUTO DE BAIXO

Dignum laude uirum Musa uetat mori

Hor. *Carm.* 4. 8, 28

Perante a morte, o homem de todos os tempos, independentemente da sua crença ou religião, não pode ficar indiferente. Para uns, ela é um fim definitivo, uma meta para além da qual nada mais existe — assim se manifestaram, na Roma antiga, o epicurismo e o estoicismo, sistemas filosóficos e vivenciais herdados da Grécia. Outros, porém, encaram-na como um bem. Constitui a passagem a uma vida melhor, mais perto da divindade — é o caso dos cultos místéricos, do pitagorismo, do orfismo, do cristianismo.

Numa civilização preponderantemente pragmática como a romana, os valores sociais do homem — com os seus direitos e deveres enquanto membro activo da *civitas* — atingiram um relevo poucas vezes conseguido. O grande objectivo desse cidadão, orgulhoso do seu estatuto, foi, desde sempre, a imortalidade, a fama imorredoura. As figuras públicas pretendem assegurar a perpetuidade da sua memória gravando na pedra tumular os cargos públicos que desempenharam (políticos, militares e/ou religiosos). O homem comum partilhava da mesma ambição. Como não podia louvar uma imagem pública, que não tinha, encontrou na poesia um meio igualmente apropriado ao seu intuito.

Horácio escreveu: “Ao homem digno de louvor a Musa não deixa morrer”. Este verso assumiu um significado proverbial. A poesia dá “visão” ao cego aedo, permite a realização do impossível, o amansar das feras e dos monstros dos Infernos. Mas o comum mortal não se “salva” pelo mito, nem possui a inspiração da Musa. Esta, contudo, não lhe negará

o sonho alimentado durante uma vida inteira, ou simplesmente esboçado no leito de morte. Assim o comprova o epitáfio métrico de Juvêncio, que brilha no meio de uma epigrafia maioritariamente em prosa.

Foi nosso propósito ilustrar o modo como a epigrafia nos permite conhecer gente anónima e que, no entanto, constrói a História. Tivemos a feliz oportunidade de ver como uma cultura se adivinha por detrás de um singelo, mas tocante, epitáfio métrico ⁽¹⁾.

Uma ara reaproveitada em placa

A fim de restaurar a igreja paroquial de Couto de Baixo, procedeu-se à demolição das ruínas do seu edifício original. No decurso dos trabalhos foi encontrado um bloco rectangular de mármore, que, curiosamente, apresentava inscrições funerárias em duas das suas faces.

Ao presente trabalho interessa a inscrição mais tardia e, sobremaneira, a sequência métrica das quatro últimas linhas. Serão breves, por isso, as considerações que dedicaremos à epígrafe da face frontal (Est. I, A):

(¹) Dificuldades de vária ordem teriam, obrigatoriamente, de surgir quando se começa a desbravar um campo em que se tem pouca experiência. Gostaríamos, por isso, de expressar o nosso sincero agradecimento aos Senhores Professores Doutores José d'Encarnação e Walter de Medeiros, que nos dispensaram o seu avisado conselho, quando dele mais precisámos.

No decorrer do nosso trabalho utilizaremos com frequência as seguintes abreviaturas:

AC = *L'antiquité classique*, Revue semestrielle des Universités de Bruxelles, Gand, Liège et Louvain, Leuven, Bélgica;

CIL II = HÜBNER, Ae., *Corpus Inscriptionum Latinarum* - II, Berlim, 1869. Suplemento, 1892;

FE = *Ficheiro Epigráfico*. Suplemento da revista *Conimbriga*, Coimbra

HAE = *Hispania Antiqua Epigraphica*. Suplemento de *Archivo Español de Arqueología*, Madrid;

ICERV = VIVES, J., *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*, Barcelona, 1942;

ILER = VIVES, J., *Inscripciones latinas de la España romana*, Barcelona, 1971 e 1972;

IRCP = ENCARNÇÃO, J. d', *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.

[D(/*ç*s)] M(*anibus*) [S(*acrum*)\ / [CL] ODI A / [C]QMPS[E] /
/[A]NN(orm) XL[...] /⁵ [H(/c) S (*ita*)] E (*st*) S (*it*) T (*ibi*) [T (*erra*) L (*ev*is)]\
/ [CLO]DIA F[VSCA ?] / MATER

“Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Clódia Compse, de quarenta e anos. Que a terra te seja leve. Clódia Fusca (?), a mãe.”

VALE, A. de L. e, “Os Coitos”, *Beira Alta*, 17(2-3), 1958, 243-254; “Antiguidades romanas dos Coitos”, *Beira Alta*, 19 (3-4), 1959, 79-80.

Infelizmente apenas pudemos dispor de testemunhos fotográficos, o que dificultou a leitura de determinados passos. O cognome materno Fusca é, portanto, apenas uma hipótese. Outras poderão ser sugeridas, mas o espaço disponível não parece aceitar um nome muito maior. Apesar de muito mutilada, a ara não perdeu a sóbria beleza de outrora, que alguns frisos, ainda visíveis, teimam em mostrar. A *ordinatio* é perfeita, mas nota-se uma variação na dimensão dos caracteres. Da primeira para a última linha parece haver uma redução no tamanho das letras, do tipo capital actuária. A invocação aos deuses Manes e a paleografia apontam-nos como cronologia provável a segunda metade, ou finais, do séc. I da nossa era. Que seria uma família detentora de um sólido património, assim o deixa supor o tipo de suporte utilizado.

O tempo é um agente corrosivo por excelência, ao qual nada escapa, nem a pedra, que recebe uma mensagem que se deseja eterna, nem a memória dos homens. Assim se compreende que a reutilização desta ara funerária não levantasse, para os novos dedicantes, quaisquer condicionantes de profanação. Decorridos cerca de dois séculos, quisessem Cláudia Gerôncia e Valério Hereniano, na última homenagem a seu filho, mostrar o grande apreço que lhe tinham. A pedra mais fina buscaram. Mas parece ter sido difícil encontrar, naqueles tempos de crise, o material pretendido. De mármore, apenas se lhes terá oferecido uma antiga ara epigrafada em uma das suas faces.

E foi dela que se serviram.

Inscrição em prosa

Como é habitual nos *carmina epigraphica*, a sequência métrica é antecedida pelos dados em prosa relativos ao defunto e, eventualmente, aos dedicantes, como no presente caso (Est. II, B).

[D{iis) M (anibus)] S (aerum) / IVVENTIO / ANN {orum) XL Vili
 (iquadraginta octo) CLK\{dia) CERONTIA / ET VAL{erius)
 HERENIANVS F F L L (sfc) P {lentissimo) / H (une) {hederae) T(itulum)
 {hederae) ¥{ecerunt) / VINCITVR HIC FATVS / SALWM SVB
 TARTARA / NOMEM {sic) HIC SEDIS HIC TERRA / HIC T[IB]I
 ÇTER[NA] [DO]MVS

“Consagrado aos Deuses Manes. A Juvêncio, de quarenta e oito anos. Cláudia Gerôncia e Valério Hereniano ao filho, modelo de piedade, fizeram esta poesia:

‘Vencido aqui, está,o Fado; salvo, sob o Tártaro, o teu nome. Aqui o túmulo, aqui a terra, aqui tens a tua eterna morada’ ”.

HAE 1488; VALE, A. de L. e, “Os Coitos”, *Beira Alta*, 17 (2-3), 1958, 243-247 e “Antiguidades romanas dos Coitos”, *Beira Alta*, 18 (3-4), 1959, 79-80; CARDOZO, M., “Uma interessante inscrição funerária”, *Beira Alta*, 19 (2-3), 1959, 204-212. VAZ, J. L. L, *Roteiro arqueológico do concelho de Viseu*, 1987, 35; ENCARNAÇÃO, J. d’, “Indigenismo e romanização na epigrafia de Viseu”, *Acto do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, 1989, 319-320 e 323 (foto); SANDERS, G., “Sauver le nom de l’ oubli: le témoignage des CLE d’Afrique et *aliunde*”, *Africa Romana*, 1989, 66 (2).

Variantes: L. 3: CLA\{dius) GERONTIA {nus) (HAE; Cardozo; Vale); L. 4: FFLLP {flamines perpetui).

• Descrição do monumento e comentário paleográfico

Devido à sua extensão, o epitáfio acima apresentado foi gravado numa orientação perpendicular à da inscrição da face frontal. A tipologia do monumento alterou-se, não só por necessidade de um campo epigráfico mais vasto, mas também porque a arquitectura do sepulcro assim o exigia. Esta placa deverá ter pertencido à parede de um j azigo, noção que também encontra apoio linguístico no próprio texto (utilização de *sedes* e *domus*).

(2) Gostaríamos de deixar registada uma outra referência bibliográfica, de cuja informação não pudemos dispor, por o estudo não estar ainda publicado — SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *Aditamento ao Corpus das inscrições romanas de Viseu: a epígrafe do Couto de Baixo (Viseu)*, comunicação apresentada no II Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 26-29 de Abril de 1990.

A placa, pela sua ornamentação, quase inexistente, não suscita reflexões demoradas. O pouco trabalhado que apresenta não tem um carácter próprio, ou seja, os contornos que lateralmente emolduram o texto mais não são que os frisos delimitadores do capitel e da base da primitiva ara.

Maior atenção exige o comentário paleográfico. A impressão que a *ordinatio* nos causa é a de uma simetria aparente. Este resultado evidenciará a pouca mestria do *ordinator* ou exemplificará—opinião esta mais do nosso agrado — o tipo de trabalho efectuado na oficina epigráfica de que proveio. Questão de momento insolúvel e que só o conhecimento de outros monumentos, comprovadamente oriundos do mesmo *atelier*, poderia esclarecer.

O tratamento dos caracteres actuários está já bem longe da elegância posta, dois séculos antes, no epitáfio de Clódia Compse (?). A irregular da dimensão das letras deixa transparecer uma certa despreocupação com a harmonia do conjunto. Mas facilmente se adivinha um eixo que centraliza o texto e cujas extremidades, superior e inferior, são, respectivamente, o N de *Juventius* e E de *sedis* (uma vez que o texto se encontra mutilado no espaço imediatamente abaixo desta última). Nas ll. 2, 3 e 4 são perfeitamente visíveis linhas de pauta, que poderiam ter existido na restante sequência, mas que a fotografia não deixa perceber. Caracteres maiores ao lado de outros mais pequenos, até quando se trata do mesmo (cfr. os dois W de *saluum*, l. 6); o espacejamento mais amplo do início da frase a contrastar com a concentração do seu final, onde a última palavra parece não caber (l.2); bem como a existência de uma margem mais larga à direita são alguns dos elementos que a fotografia permite observar e que contribuem para uma sensação de “atracamentamento”.

As *hederae* que encontramos na quarta linha a separar as iniciais HTF, e que por isso funcionam como *puncti*, denotam um ténue cuidado estético. Mais uma vez a perfeição não terá sido uma das qualidades que presidiram à feitura de tão breve rasgo artístico. A simples observação imediata mostra-nos que não há uniformidade no modelo da folha ou da haste, mas antes uma semelhança, que se frustra por completo no desenho do caule que liga as *hederae* geminadas.

Da primeira linha do texto podemos apenas discernir a parte inferior de um S, que julgamos pertencente à sigla DMS, já que, se se tratar de um gentílico, seriam ainda visíveis os arranques de, pelo menos, uma ou duas letras, imediatamente anteriores.

Merece particular referência a sequência FFLLP, que consideramos ser a maior dificuldade para uma interpretação cabal da epígrafe. A tradução que apresentamos é apenas uma proposta, que poderá, eventualmente, ser corrigida. Como nos foi sugerido pelo Professor Doutor José d'Encarnação, teria havido, por parte do lapicida, uma leitura incorrecta da minuta. Estaríamos perante dois dativos. A última inicial estaria bem lida e seria a primeira consoante do adjectivo *pius*, -a, -um, na forma superlativa *pietissimo*. A anteceder-lhe estaria o substantivo *filio*, esquecido o O, os segundos F e L seriam dois I. Que o lapicida (ou até mesmo o *ordinator*) teria, pelo menos, um deficiente conhecimento da língua comprova-o, na 1.7, a grafia do substantivo *nomen*, com um M final. Que ele tenha incorrido em lapso tão aberrante, como parece indicar a forma FFLLP, não é lícito afirmá-lo com toda a certeza.

• Comentário histórico

A primeira linha de texto que até nós chegou informa-nos de que o defunto se identificava apenas com um nome, Juvêncio, pelo que tudo indica. De origem tusculana *Juventius* aparece geralmente na onomástica latina como gentílico ⁽³⁾. De facto, Kajanto, na sua lista de *cognomina* latinos, não o regista ⁽⁴⁾. Estamos, portanto, perante a apropriação de uma forma gentílica por um *cognomen*, para o qual não encontrámos paralelo na Península. A sua etimologia é clara e prende-se com a raiz *iuv* -, que aparece em palavras como *iuvenis*, -is (“jovem”) e *iuventas*, -utis (“juventude”). Com este nome quiseram seus pais, por certo, desejar-lhe uma vida cheia de felicidade, como deve ser, em regra, a dos jovens. As Parcas não traíram por completo as promessas que tal nome encerra, pois deixaram viver Juvêncio quase cinquenta anos. O facto de ele se identificar apenas pelo cognome, leva-nos a pensar que se trataria, talvez, de um escravo ou de um indígena. Não será, contudo, de desprezar uma outra justificação para o emprego de um só nome. Poderá tratar-se de uma alcunha familiar. Em abono desta última interpretação podemos evocar o *cognomen* da mãe, *Gerontia*.

Curiosamente, mãe e filho apresentam cognomes falantes. Não nos parece totalmente despropositado uma mãe chamar-se “Anciã” e ter um filho que dá pelo nome de “Jovem”. Ainda hoje, principalmente nos

O Cic. *Pro Plane*. 8. 19.

(4) KAJANTO, L, *The Latin cognomina*, Roma, 1982 (reimpr.).

meios rurais, um afilhado chama ao seu legítimo padrinho “padrinho-novo” e aos pais deste “padrinho-velho” e “madrinha-velha” (5).

Ambos os dedicantes se identificam com dois nomes, o gentílico e o cognome. Por norma, a mulher romana era denominada apenas por estes dois elementos. A ausência do *praenomen* no caso do marido é normal, numa época em que ele perdera já o seu valor distintivo — dado que também aponta para a cronologia tardia da inscrição (6). Os gentilícios usados são muito comuns entre os Romanos e bastante antigos. Assim, o *nomen Claudius*, -a, é de origem sabina e muito frequente na epigrafia peninsular (7). R. C. Knapp coloca-o em décimo segundo lugar entre os *nomina* mais frequentes na Hispânia (8). Maior ocorrência na Península (9) tem, por seu lado, a *gens Valeria* (nome cuja etimologia se prende com o verbo *valeo*, “passar bem, ter saúde, ser poderoso”), que surge com uma certa regularidade em Conimbriga (10) e no *conventus Pacensis* (n). No conjunto da epigrafia peninsular, *Valerius*, -a é o segundo gentílico mais corrente. Podemos verificar que as duas *gentes* se encontram documentadas na região de Viseu (12).

Como se vê, estamos perante *nomina* perfeitamente latinos. O mesmo se passa com o cognome *Herennianus*, que no texto se apresenta grafado sem a geminação da nasal apico-alveolar — forma menos correcta, que não tem, necessariamente, de ser encarada como um erro de gravação; podia ser escrita desta forma pelo seu próprio portador. Trata-se de um exemplo da formação de cognomes a partir de gentilícios. Neste caso serviu de base o *nomen Herennius*—muito frequente, aliás, em toda a Península Itálica e trazido para as províncias com a imigração ita-

(5) Não aludimos no texto ao caso das designações *senior*, para o pai, e *junior*, para o seu filho, pois estamos perante um exemplo de mãe e filho.

(6) THYLANDER, H., *Etude sur Uépigraphie latine*, Lund, 1965, 77-81.

(7) CIL II, 1059, regista cerca de meia centena de exemplares.

(8) Os dados estatísticos relativos aos *nomina Claudius*, -a e *Valerius*, -a foram recolhidos em KNAPP, R. C., “The origins of provincial prosopography in the West”, *Ancient Society*, 9, 1978, 221.

(9) CIL II, 1074-5, regista cerca de uma centena de testemunhos.

(10) *Fouilles* II, 225-6, aponta uma dúzia de casos.

(n) IRCP, 865, indica cerca de uma dúzia de exemplares.

(12) *Valerius Reburus* (CIL II 411), *Valeria Cattia* (FE 71) e *T. Claudius Sancius* (CIL II 432). Seria interessante fazer uma análise mais minuciosa da expressão destas duas famílias na zona, estabelecer eventuais relações de parentesco, mas com isso estaríamos a afastar-nos dos objectivos do presente trabalho.

liana ⁽¹³⁾ — ao qual se juntou o sufixo *-anus*. Este denuncia adopção ou hereditariedade, quando associado ao gentílico dos pais adoptivos ou dos progenitores do indivíduo. Era ainda usado no caso de escravos ou libertos, para indicar a pertença a determinada *gens*. Convém, no entanto, observar que os cognomes assim formados não eram muito frequentes nestes dois grupos sociais. A noção de dependência, que o sufixo encerra, com o decorrer dos tempos, deixou de existir para muitos falantes da língua. Não podemos, assim, afirmar com segurança que *Valerius Herennianus* estivesse ligado, por laços de qualquer tipo de dependência, a uma *gens Herennia*. Note-se, ainda, que *Herennianus* não é um cognome muito frequente no Império ⁽¹⁴⁾: para a Península, o *Corpus Inscriptionum Latinarum* ⁽¹⁵⁾ apenas regista cinco exemplares, a que as *Inscrições romanas do conventus Pacensis* juntam mais dois ⁽¹⁶⁾. Curiosamente, em Aguilar de la Frontera (Bética), documenta-se um *Valerius Herennianus* (CIL II1515 = ILER 245), sem que obviamente seja possível estabelecer quaisquer relações de parentesco entre este e o da epígrafe em consideração.

O cognome *Gerontia* aparece grafado com a gutural surda (como acontece com *Cn.* e *C.* dos *praenomina Gnaeus* e *Gaius*), indício provável da estereotipização da escrita epigráfica ⁽¹⁷⁾. É um cognome de origem grega, da família do verbo que significa “envelhecer”, *athenai*, e do substantivo *athenai*, *-athenai* “velho”.

A ausência de qualquer referência à filiação, a presença de onomástica grega e — de uma forma menos segura — a formação do cognome *Herennianus* fazem-nos pensar que se trata de libertos.

A utilização de um *titulus* ⁽¹⁸⁾ como *laudatio funebris* terá surgido, por quanto sabemos, com os *elogia Scipionum*. No entanto, tornou-se,

⁽¹³⁾ LASSÈRE, J.-M., *Vbiquepopulus*, CNRS, Paris, 1977, 180-181.

⁽¹⁴⁾ KAJANTO, O. C., 148.

⁽¹⁵⁾ CIL, II, 1084 (note-se que as inscrições 1332 e 1333 referem as mesmas personagens).

⁽¹⁶⁾ IRCP 45 e 46.

⁽¹⁷⁾ O grafema G já se regista em latim desde o séc. III a.C., como informa NIEDERMANN, M., *Phonétique historique du latin*, Paris, 1985, 9.

⁽¹⁸⁾ *Titulus* é o termo que mais aparece nos monumentos epigráficos para designar “inscrição poética” (SANDERS, G., “Sauver le nom de l’oubli: le témoignage des CLE d’Afrique *et aliunde*”, *L’Africa Romana, Atti del VI convegno di studio Sassari, 16-17 dicembre*, 1989, 43-44, nota 6). Foi este o sentido que adoptámos na nossa tradução, pois é o que nos parece mais apropriado ao contexto.

durante séculos, uma prática quase exclusiva de uma plebe média e, principalmente, de uma *elite* de libertos ou escravos. De facto, nos três primeiros séculos da nossa era, as famílias senatoriais não figuram nas inscrições em verso ⁽¹⁹⁾. A este indício cultural do estatuto plebeu das presentes personagens junta-se um outro, agora de base linguística, presente na sequência métrica que encerra o epitáfio. Ao contrário do que se passa com a forma *nomen*, a grafia *dt fatum*, com s final, não constituirá uma deficiente leitura da minuta. Sabe-se que a alteração do género originário do substantivo (neutro) é sintomática do empobrecimento a que estava a ser progressivamente sujeita a língua nos meios menos cultos ⁽²⁰⁾. Em nosso apoio vem Petrónio, que, em trechos de linguagem coloquial do *Satyricon*, usa a forma masculina *fa tus* ⁽²¹⁾.

Estamos perante uma família de libertos, suficientemente afortunados para erigirem um mausoléu a seu filho e confiar ao mármore as suas últimas, mas as mais eternas, saudades. Tudo isso já o sabemos. É chegado o momento de reflectirmos sobre o aspecto mais particular e interessante — porque menos corrente na epigrafia latina — desta inscrição, o *carmen*.

Inscrição em verso

• *Carmina epigraphica*

Antes de nos debruçarmos sobre o valor literário do presente poema, o tema que desenvolve, bem como os particularismos linguísticos que patenteia, convirá fazer algumas reflexões de carácter geral, capazes de nos fornecerem uma visão mais ampla da representatividade do *carmen epigraphicum* (não apenas o funerário) na produção epigráfica do Império Romano.

⁽¹⁹⁾ PIKHAUS, D., “Les origines sociales de la poésie épigraphique latine: V exemple des provinces nord-africaines”, AC, 50, 1981, 638.

⁽²⁰⁾ J. Corell Vicent corrobora a nossa opinião sobre o estatuto plebeu desta família, quando informa que tanto *domus* como *sedes* se encontram quase sempre em epitáfios de pessoas de condição servil ou origem oriental (“El epitafio poético de L. Iulius Aptus (Mértola, Portugal)”, *Conimbriga*, 27, 1988, 149, nota 24).

⁽²¹⁾ *Satyricon* 42, 71 e 77.

Dorothy Pikhaus fixa em cerca de 4100 o número total dos *carmina* ⁽²²⁾. Podemos acrescentar-lhe mais cem, como G. Sanders ⁽²³⁾, sem contudo alterarmos as conclusões que podem tirar-se desta informação: face às cerca de 280.000 inscrições latinas, os *carmina epigraphica* mais não são do que, aproximadamente, 1,5% do seu total. Note-se que 60% desta poesia epigráfica é de origem pagã (2500) e os restantes 40% de produção cristã (1700). Quanto ao nosso poema, ele é, como se sabe, um *carmen sepulcrale*, tipo que representa 80% da produção pagã dentro do género. O hábito de escrever *tituli* métricos é, ainda, extensivo a todo o Império. Não obstante, a produção de todas as províncias representa, apenas, 1/3 do total. É à província africana que cabe a maior fatia. À supremacia da África romana não terá sido de todo alheia a predilecção que por ela tiveram as filhas de Zeus e Mnemósine, distinguindo-a com autores notáveis como Terêncio (séc. II a.C.), Frontão de Cirta, Apuleio de Madauros (séc.II), Tertuliano e Cipriano de Cartago (séc. III), Arnobio de Sica e o seu discípulo, Lactâncio (princípios do séc. IV) e, três gerações mais tarde, o maior de todos, Agostinho de Hipona.

Face a estes dados, será caso para dizer que estamos a estudar uma raridade, principalmente no que se refere ao actual território nacional, onde, pelo que sabemos, os exemplares são raríssimos. Apesar do seu reduzido número, os carmes epigráficos revelam-se cheios de interesse, principalmente se são funerários, isto porque nos dão a representação cultural de uma emoção ⁽²⁴⁾, ou seja, não reflectem uma cultura, mas a expressão que dela quiseram dar, ou sentiram necessidade de dar, os seus agentes. Os epitáfios métricos trazem aos historiadores e filólogos contributos inestimáveis. São eles a matéria-prima do que costuma designar-se por “História dos Sentimentos”, a história do homem, que, espontaneamente ou por pura convenção, se desnuda para a posteridade. Com esta última observação começámos já a abrir caminho para uma das questões a focar no decurso da análise pormenorizada do *titulus* dedicado a Juvêncio: a originalidade ou convencionalismo da poesia funerária.

Para os estudiosos da literatura latina interessa reflectir sobre o valor poético da composição em análise. Não devemos, contudo, procu-

⁽²²⁾ PIKHAUS, D., *o. c.*, 637.

⁽²³⁾ SANDERS, G., “Le dossier quantitatif de l'épigraphie latine versifiée”, AC, 50, 1981, 717.

⁽²⁴⁾ SANDERS, a c., 1981, 719-720.

rar nos autores anónimos dos *carmina epigraphica* novos Catulos, Virgílios ou Horácios, pois as nossas expectativas resultariam frustradas.

Com esta advertência ficamos, desde já, preparados para explorar, com a objectividade que a um texto poético — independentemente do seu maior ou menor valor literário — é permitido atribuir, o presente epigrama. Antes, porém, teceremos algumas observações relativas à génese dos *carmina*.

Entramos, pois, na questão que mais dificuldades levanta e para que, na maioria dos casos, apenas podemos aventar hipóteses. Quando nos interrogamos se o dedicante foi, ou não, o autor de determinados versos, estamos, implicitamente, a levantar a questão da sinceridade do seu conteúdo.

Assim, alguns estudiosos defendem a teoria dos catálogos, os quais se encontrariam nas oficinas epigráficas à disposição dos clientes, que escolheriam um poema do seu agrado. A autoria desses *carmina epigraphica* também pode ser atribuída a poetas locais. Diversas vozes se levantam contra estes pontos de vista, defendendo que os familiares do defunto teriam a educação necessária para comporem, eles próprios, um epitáfio métrico ⁽²⁵⁾. Há cinco anos, Dorothy Pikhais apresentou um estudo na revista *Euphrosyne* da Faculdade de Letras de Lisboa em que se ocupa, mais desenvolvidamente, desta polémica ⁽²⁶⁾. Parecem-nos pertinentes as objecções que aí apresenta à teoria dos catálogos. Como contrapõe a autora, é excessivamente cómoda a hipótese dos *carmina* modelo, pois ficariam eliminadas todas as questões sobre o autor do poema e do dedicante, negando a este toda a proficiência requerida para a elaboração de um, muitas vezes humilde, poema. Consequentemente os *carmina* deixariam de reflectir a cultura individual do dedicante, para apenas se fazerem eco dos reportórios da oficina epigráfica ou das antologias de poetas profissionais. São vários os pontos frágeis da hipótese dos catálogos. Assim, notou-se que a existência de poemas idênticos, originários de regiões distantes, era rara. A fraseologia similar encontra-se, com frequência, em inscrições da mesma cidade ou re-

⁽²⁵⁾ Para a bibliografia fundamental acerca de esta polémica, cfr. CHEVALLIER, R., *Épigraphie et littérature à Rome*, Faenza, 1972, 50, nota 267.

⁽²⁶⁾ “Literary activity in the provinces: the *carmina latina epigraphica* from Roman Africa (1st-VIth century)”, *Euphrosyne*, 15, 1987, 174-178. Aqui são referidos como principais defensores da teoria dos manuais F. Le Blant, R. Cagnat, H. Focillon e T. Tolkiehn. Outros dois estudiosos de renome tomaram uma posição igual à da autora: CHEVALLIER, O.C., 50; SANDERS, O. C., 1989, 49.

gião ⁽²⁷⁾. Sustentando a ideia da divulgação de antologias e manuais por todo o vasto império romano, Cagnat ⁽²⁸⁾ postula a existência de uma uniformidade cultural difícil de aceitar, mesmo no mundo de hoje. Em favor da composição individual refira-se que, entre os Romanos, a cultura era um fenómeno “popular” (entenda-se não elitista). Não somente em Roma, mas em todo o Império, o povo romano estava impregnado pela poesia dos elegíacos ⁽²⁹⁾. Também os numerosos erros de prosódia e gramática, que muitos dos epitáfios apresentam, contradizem a existência de modelos, cuja característica mais evidente seria a correcção. Significativo se torna o facto de a tese dos manuais não parecer, aos arqueólogos e historiadores eclesiásticos, adequada ao estudo dos *carmina* cristãos. Como observa D. Pikhau no referido estudo (177-178), *for it would be rather absurd to assume, in order to write a short poem an Augustine, a Paulinus of Nola or an Ambrose would have needed the help of an anthology from the stone-cutter's workshop.*

Quer optemos pela sinceridade dos carmes, quer simpatizemos preferencialmente com as teorias que defendem o seu convencionalismo, em muitas das composições achadas, são inúmeros os intertextos com autores famosos da literatura latina.

No caso do epitáfio de Juvêncio, não nos parece ter havido a influência de um poeta latino em especial, que se possa determinar com exactidão. Ele reflecte, sim, uma concepção de morte com raízes muito fundas na civilização romana e que alguns autores clássicos também abordaram, como veremos mais adiante.

• Métrica

As quatro últimas linhas gravadas na lápide contrariam, por certo, a disposição original do texto, uma vez que só são metricamente entendíveis se arrumadas em dois versos. Esta alteração ter-se-á devido às dimensões do campo epigráfico, insuficientes para comportar uma sequência de dois hexâmetros.

⁽²⁷⁾ LISSBERGER, E., *Das Fortleben der römischen Elegiker in den Carmina Epigraphica*, Tübingen, 1934, 10-12; ZARKER, J. W., *Studies in the Carmina Latina Epigraphica*, Princeton, 1958, 115-121.

⁽²⁸⁾ CAGNAT, R., *Cours d'épigraphie latine*, Paris, 1914, 286 (nota 1).

⁽²⁹⁾ Cf. a recensão crítica feita por A. Guillemin a LISSBERGER, E., *o.c.*, (*Révue des Études Latine* s, 1935, 404-406).

Apresentamos, de novo, o *carmen*, agora na sua forma correcta, para em seguida tecermos as considerações literárias e culturais que a sua escansão suscita ⁽³⁰⁾.

— ∪ ∪ | — — | — / — | — — | — ∪ ∪ | — —
Vincitur hic fatus: saluum sub Tartara nomen.

— — | — — | — || — ∪ ∪ | — ∪ ∪ | —
Hic sedis, hic terr(a), hic tib(i) eterna domus.

Costuma designar-se, incorrectamente, este par pelo nome de dístico elegíaco, formado por um hexâmetro e um pentâmetro. Na realidade, o segundo verso é, com mais exactidão, um hexâmetro constituído por duas tripodias catalécticas ⁽³¹⁾.

No hemistiquio *Vincitur hic fatus*, a partição do hexâmetro, quando da sua inscrição na lápide, respeitou a integridade da oração. O mesmo já não sucede no segundo hemistiquio, de que se sacrificou, no acto da gravação, o seu último membro, *nomen*, transferido para o início da linha seguinte (a terceira do *carmen* inscrito).

Quem quer que tenha escrito este epitáfio métrico — e nós acreditamos que podem ter sido os familiares do defunto — ou não era um bom conhecedor da norma clássica da língua, ou, de acordo com a pronúncia corrente, alterou a quantidade longa do E de *eterna*, que mais não é que a evolução do ditongo AE {*aeternus*, -a, -um) ⁽³²⁾.

Poderá ter havido por parte deste autor de versos, no entanto, uma certa preocupação estilística que não devemos menosprezar. A escansão do dístico mostra-nos a predominância de sons fechados, apropriados a um tema triste como o da morte. Assim, a reflectir a dor dos que ficam e choram o seu morto e a certeza de que este empreendeu uma viagem sem regresso, sobressai o uso dos espondeus, que enformam todo o primeiro hemistiquio do segundo verso e estão igualmente bem representados no anterior.

⁽³⁰⁾ A pontuação do texto é da nossa responsabilidade.

⁽³¹⁾ NOUGARET, L., *Traité de métrique latine classique*, Paris, 1986, 55-59.

⁽³²⁾ No campo, o ditongo monotongara-se já nos princípios do séc. II (como testemunha Varrão *De lingua latina* 5, 97). Esta pronúncia foi ganhando terreno e acabou por difundir-se na própria Urbe. Depois de um período bastante largo de vacilação, por volta do séc. IV, impôs-se a pronúncia monotongada em forma de e aberto, coincidindo, portanto, com o primitivo e. Comprovam a quantidade breve dessa monotongação do ditongo evoluções para algumas línguas românicas, de que damos dois exemplos do espanhol: *caelum* >cielo e *praecone* >pregón. (vd. MAJRINER BIGORRA, S., *Fonética latina*, Madrid, 1967, 69—70 e 76).

• Vida e morte: dois conceitos complementares

O homem concebe a sua vida de acordo com a crença que tem da morte. No presente epitáfio, é clara a noção que se tem desta última. Terminados os dias de luz, resta-lhe fazer num lugar profundo ⁽³³⁾, escuro ⁽³⁴⁾ e triste ⁽³⁵⁾ — o Tártaro. Já remonta à tradição homérica a ideia do Tártaro (*athēnai*) como um local profundo e tão distante dos Infernos como o céu da terra. Para esse local de suplício iam os criminosos ⁽³⁶⁾. Aos poucos, o conceito foi-se alargando, até ser confundido com os Infernos, na aceção de “mundo subterrâneo” ⁽³⁷⁾.

Nos Infernos corre o Letes. Quem beber dessas águas esquece, para sempre, a sua existência passada. O temor da outra vida, a vida das trevas, tem por detrás de si uma preocupação relativa a esta vida, a vida da luz. Receia-se a morte pelo possível apagamento da memória do defunto entre os vivos.

• Apreciação literária

É dentro desta linha de pensamento que se entende o significado do primeiro verso. As duas orações que o preenchem estão ligadas por uma relação de causalidade. Estamos, então, aptos a desfazer a impressão de impiedade, de rebeldia do homem face a forças superiores como as do destino, que transparece na afirmação da vitória do contingente (o homem) sobre o transcendente (o fado). É a própria terminologia do texto que nos permite apelidar de conflituoso o relacionamento do homem com o fado, pois conduz à supremacia (*uincitur*) daquele que se considera imune (*saluum*) ao olvido. Neste duelo desigual, as posições inverteram-se: o vencedor transforma-se em vencido (*fatus*), o vencido em vencedor (*nomen*). Traduzindo as palavras do autor deste poema, diríamos: “O destino foi vencido porque o teu nome, mesmo nas profundezas do Tártaro, continua a brilhar, imune ao esquecimento da morte”. O homem romano estava consciente de que se reduziria a pó ⁽³⁸⁾ e que a morte física

⁽³³⁾ *Tartara profunda* (Séneca, *Phae.* 951).

⁽³⁴⁾ *Tartara nigra* (Virgílio, *Aen.* 6, 134-135; Ovídio, *Tristes* 1. 2, 22).

⁽³⁵⁾ *Tartara tristia* (Virgílio, *Aen.* 4, 243).

⁽³⁶⁾ Homero, *II.* 8, 13-16, 478 e sqq. (cfr. PEREIRA, M. H. R., *Estudos de história da cultura clássica. Volume I. Cultura Grega*, Lisboa, 1988, 240).

⁽³⁷⁾ GRIMAL, Pierre, *Dicionário da mitologia grega e romana*, (trad. port. de Victor Jabouille), Lisboa, 1992, 429-30.

⁽³⁸⁾ Hor. *Carm.* 4. 7, 16 (*pulvis et umbra sumus*).

era inevitável. Por isso o poeta não se coíbe de afirmar que o homem estará lá, *sub Tartara*. Mas a preservação da sua memória entre os vivos dar-lhe-á uma luz capaz de ofuscar as trevas do Além e o apagamento que estas consubstanciam. Também na literatura encontramos a confirmação da crença na capacidade que o homem tem de inverter, em parte, o determinado. Virgílio foi um dos que, pela boca de Evandro, se fez eco dessa consciência: *contra ego uiuendo uici mea fata* ⁽³⁹⁾.

Ecoa ainda, nos nossos ouvidos, a referência [*tuus*] *nomen*. A verdade que todas as pedras sepulcrais, desde os Romanos até aos nossos dias, confirmam é mesmo essa — o nome é o próprio sujeito, pois não há nada que melhor o individualize. Um poeta anónimo como este soube, contudo, dar o seu toque de *novitas*, quando tratou de forma pouco corrente ⁽⁴⁰⁾ um tema tão querido ao ideário tradicional, como é a busca da imortalidade. De facto, na maioria das referências encontradas ao destino, o tom que perpassa é de um pessimismo epicurista, que considera imutável o destino ⁽⁴¹⁾. Também o estoicismo o concebe de igual forma. Séneca, sentenciosamente, afirmou: *accusare fata possumus, mutare non possumus: stant dura et inexorabilia* ⁽⁴²⁾.

Mas voltemos ao nosso *titulus*. A repetição do advérbio de lugar *hic*, que confere uma estrutura anafórica ao segundo hexâmetro, reforça o carácter circunstancial da morte, já adivinhado no verso anterior pela presença desse mesmo dístico. Isto é, a derradeira morada do Homem é definitiva, mas pode ser materializada sob a forma de um sepulcro. E aí que os seus familiares têm de dirigir-se para o visitarem. Falámos em “morada” e “visitar”, o que é perfeitamente normal num culto funerário

⁽³⁹⁾ Virgílio, *Aen.* 11. 160.

⁽⁴⁰⁾ Mário Cardozo (1959) considera muito vulgar o modo como o tema da imortalidade aqui é abordada. Apresenta três exemplos para testemunharem a sua opinião. Note-se que isso apenas é verdadeiro no caso da inscrição CIL XIV 2852. As outras duas referências veiculam exactamente o contrário. Assim, em CIL V 7453, a expressão *si potuisset uincere fata* significa “se pudesse vencer os Fados”, isto é, não se podem vencer. Identicamente temos em CLE 465 *fati non uincitur ordo*. Afirmando que “não se vence a ordem do Fado”, fica implícito o carácter inglório de uma luta contra aquilo que o destino determinou.

⁽⁴¹⁾ ABRY, J., “Fatalisme astral et “bonne étoile” dans les inscriptions latines de la Gaule (Narbonnaise et Lyonnaise)”, *La langue des inscriptions latines de la Gaule. Actes de la table-ronde tenue au C.E.R.G.R. les 6 et 7 octobre, 1988 (Université de Lyon III)*, Lyon 1989, 87-97.

⁽⁴²⁾ Sén., *Dial.* 12.4, 1.

em que se ofereciam alimentos e bebidas aos mortos ⁽⁴³⁾. Encontraram-se, mesmo, alguns sarcófagos com o interior esculpido em forma de casa ⁽⁴⁴⁾.

Decorridos quase dezassete séculos, ficou perdido o conhecimento desse “aqui”, tão vincado no epitáfio. A tipologia do monumento epigráfico é o único elemento que nos pode informar sobre a configuração da sepultura usada, ao que tudo indica, um jazigo.

Do ponto de vista estilístico, o autor do carne evidencia um certo gosto pela redundância, que a anáfora já deixara transparecer e que os substantivos *domus* e *sedis* reforçam, pois num contexto de morte têm o mesmo significado. Esta sinonímia é clara não só na epigrafia ⁽⁴⁵⁾, como também na literatura ⁽⁴⁶⁾.

A referência ao pronome pessoal, na segunda pessoa do singular, não tem apenas um valor sintáctico-morfológico, denunciador de uma construção do verbo *sum* (na forma *est*) com dativo (significa “ter”). Pretende-se também apresentar, de forma clara, o objecto do carinho que o epitáfio testemunha. E a um tu que esta promessa de eternidade se dirige. E esse tu que domina todo o poema, uma vez que se subentende na restante composição ⁽⁴⁷⁾. E nesse *tibi* que se materializa toda a emoção de um poema formado por uma série de motivos recorrentes nos epitáfios. Ao Fado, ao Tártaro e à *domus/sedis* junta-se, agora, um outro, a Terra. A ausência de qualquer adjectivo a qualificá-la torna mais ambígua a sua acepção. Será a *Terra mater* ou a pátria? Talvez signifique apenas o lugar de repouso ⁽⁴⁸⁾.

Juvêncio, enquadrado nos valores tradicionais de um Império que dentro de pouco tempo se desmembraria, foi bafejado pela providência do acaso. O seu nome chegou ao limiar do século XX e, graças ao gosto de uma época e dos seus progenitores, coroado de forma singular.

⁽⁴³⁾ BRELICH, A., *Aspetti della morte nelle iscrizioni sepolcrali dell' Impero Romano*, Budapest, 1935, 9.

⁽⁴⁴⁾ VEYNE, P., *O Império Romano*, in ARIÈS, Ph. e DUBY, G. (eds.), *História da vida privada*, vol. I — *Do Império Romano ao Ano Mil*, 1990, Porto, 211.

⁽⁴⁵⁾ *Sedis* aparece associado também ao adjectivo *aeternus*, -a, -um, o que torna mais notória a sua identificação com *domus*. Ex: ILER 5789, ICERV 294, CIL III 124, CIL VI 6314 e 11436, CIL Vili 6360.

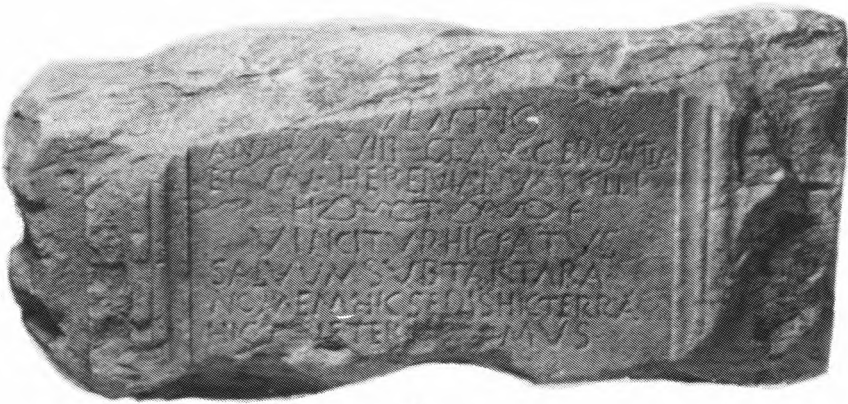
⁽⁴⁶⁾ *Vixg.Aen.* 6. 371.

⁽⁴⁷⁾ *fatus (tuus), nomen (tuum), hic (tibi) sedis, hic (tibi) terra.*

⁽⁴⁸⁾ BRELICH, o.c., 38.



A



B

(Página deixada propositadamente em branco)

PATRICK LE ROUX
CNRS Paris/Université de Toulouse

DEUS AERNUS: *CIL*, II, 2607 = 5651 RECONSTITUÉ
«Conimbriga», XXXI, 1992, p. 173-180

RESUMO: Incompleta aquando da publicação do *CIL*, a inscrição pode agora ser lida na íntegra, graças à identificação da parte inferior da ara, inédita, conservada em Castro de Avelãs. Datável do séc. II d. C, foi dedicada por *M. Placidius Placidianus* e ostenta urna fórmula votiva insolita. Tecem-se, a propósito, algumas considerações acerca da relação entre o *deus Aernus* e a cidade dos *Zoelae*.

RÉSUMÉ: Incomplète à l'époque de la publication du *CIL*, l'inscription peut être lue intégralement aujourd'hui grâce à l'identification de la partie inférieure de l'autel, inédite, conservée à Castro de Avelãs. Datable du deuxième siècle de notre ère, elle est dédiée par *M. Placidius Placidianus* et comporte une formule votive insolite. Remarques sur les liens entre le *deus Aernus* et la cité des *Zoelae*.

(Página deixada propositadamente em branco)

DEUS AERNUS: C./L., II, 2607 = 5651 RECONSTITUÉ

Depuis l'époque de E. Hübner, le musée M. Sarmento de Guimarães conserve la partie supérieure d'un autel au dieu indigène *Aernus*, provenant du mur de l'ancien monastère de Castro de Avelãs. Afin de l'exposer dans le cloître, on a reconstruit la base artificiellement, sans pouvoir, évidemment, proposer la suite du texte, ni donner une idée de ce qu'elle pouvait être (Fig. 1). Toutefois, le C./L., II, 5651, enregistrait l'opinion de M. Sarmento, selon lequel deux lettres au moins manquaient au début de la troisième ligne, sans dire pourtant que le savant portugais pensait à P et L (1). Le document avait suscité de l'intérêt surtout parce qu'il montrait que la lecture *aeterno* était à proscrire et qu'il s'agissait bien de *Aerno*, datif pour un *deus Aernus* attesté par d'autres inscriptions (2). Aujourd'hui, à la suite de deux visites épigraphiques sur le site du vieux monastère de Castro de Avelãs en 1987 et en 1992, en compagnie de A. Tranoy, et après une reprise de l'ensemble du dossier de l'épigraphie de ce site (3), je suis en mesure d'affirmer que c'est bien la base de la partie

6) Cf. J. d'ENCARNAÇÃO, *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, Lisbonne, 1975, p. 80 (=ENCARNAÇÃO, *Divindades*).

(2) Cf. ENCARNAÇÃO, *Divindades*, p. 79-85: C.I.L., II, 2606 = I.L.E.R., 709; I.L.E.R., 710. L'inscription de Pontevedra, I.R.G., III, 29 = I.L.E.R., 954 (cf. A. TRANOY, *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981, p. 288 = TRANOY, *Galice*), n'est pas de lecture suffisamment assurée pour qu'on puisse la retenir, ce que ne fait d'ailleurs pas J. M. BLÁZQUEZ, *Religiones primitivas de Hispania, I, Fuentes literarias y epigráficas*, Madrid, 1962, p. 65-66 (= BLÁZQUEZ, *Religiones*). On ne peut pas davantage tenir compte de I.L.E.R., 711, de la province de Cacérés.

(3) Il s'agit d'un travail de préparation du *corpus* des inscriptions du Nord du Portugal et de révision du C.I.L.

conservée à Guimarães qui se trouve aujourd'hui près du monastère (Fig. 2), après qu'elle a été retirée d'un mur de la "Torre velha" ou de l'église même, d'où provenait aussi le document publié au *C.I.L.* ⁽⁴⁾. C'est en même temps, l'occasion de chercher à faire le point sur cette divinité locale ⁽⁵⁾.

La partie supérieure (A) et la partie inférieure (B), réapparue et, comme j'en ai dit, inédite, sont assurément taillées dans le même matériau, désigné sous le nom de "marbre de Santo Adrião". La largeur et l'épaisseur de l'une et de l'autre ont été mesurées 28 x 11,5 cm (A) et 26 x 12 cm (B) ⁽⁶⁾ et le dé central, représentant le champ épigraphique, a, dans les deux cas, 25 cm de largeur. La hauteur des lettres est de 6,1 à 5,7 cm en bas, ce qui pose d'autant moins de problème que la graphie est rigoureusement la même, comme le montre le dessin des lettres A, N et R ⁽⁷⁾.

Les textes sont, nous l'avons vu, incomplets et indépendamment l'un de l'autre s'établissent ainsi:

A) DEO AER

NOM

• • ACIDI

B) • S+LAÇI

-IANVS

V L R

La reconstitution de l'inscription au complet, qui ne concerne finalement que les noms du dédicant, n'offre pas de réelle difficulté quand on rapproche les deux parties et qu'on tient compte de la haste conservée

⁽⁴⁾ La base retrouvée est, aujourd'hui encore, conservée dans l'église en voie de restauration. Elle est inédite à ma connaissance.

⁽⁵⁾ Pour la bibliographie essentielle, cf. *supra* n. 2.

⁽⁶⁾ La variation de la largeur s'explique par la différence entre le couronnement et le socle et par le fait qu'il s'agit d'une mesure moyenne, évaluée à un moment où le rapprochement entre les deux fragments n'avait pas été effectué. La hauteur conservée est de 42 + 45 = 87 cm.

⁽⁷⁾ Les lettres, allongées, sont, en effet, régulièrement dessinées et le sillon de gravure est évasé et peu profond. Les A n'ont pas de barre centrale et les R sont des P dont la boucle n'est pas fermée, auxquels on a associé un jambage oblique légèrement incurvé.

avant *LACI* à la première ligne du texte B. On peut donc proposer de lire la dédicace de la manière suivante:

Deo Aerino M(arcus) / [PI]acidi/[u]s [P]lacil[d]ianus / v(otum) l(ibens) r(edidit ou [etulit]).

Au dieu Aernus; Marcus Placidius Placidianus a accompli de bon gré en retour [la promesse de] son vœu.

Les éléments précis de datation du monument et du texte font défaut. A Castro de Avelãs même, il existe un autel funéraire (Fig. 3) d'un certain *Proculeius Gracilis* qui offre des similitudes avec celui-ci ⁽⁸⁾. Or le fait qu'il s'agisse d'un autel funéraire, le type d'écriture, le formulaire et le décor semblent situer l'épithaphe entre 150 et 250. D'un point de vue formel, indépendamment de la nature différente du contenu, il n'est pas douteux que la dédicace au *deus Aernus* est antérieure au document précédent ⁽⁹⁾. La forme des lettres, la mise en page soignée, la présence du prénom militent en faveur du 2^e siècle. Toutefois, des éléments plus tardifs, comme la coupure syllabique des mots en fin de ligne et la formule *V.L.R.*, peu usitée ⁽¹⁰⁾, indiquent une date relativement récente et invitent à placer la dédicace plutôt dans la deuxième moitié du 2^{es.}, à un moment où la romanisation a trouvé son équilibre.

⁽⁸⁾ *C.I.L.*, 11,5652 = *E.E.*, IX, 110 = *I.L.L.R.*, 3338. Le matériau et la forme du monument sont, en effet, semblables et le décor végétal est également disposé en triangle sur le bandeau; toutefois, il y a des différences de détail. On notera encore que les formules *DM zi S T TL*, bien centrées, ont été inscrites au préalable et qu'une autre main a gravé ensuite le nom et l'âge du défunt.

⁽⁹⁾ La comparaison permet de penser que les volutes du fragment supérieur conservé à Guimarães portaient des rosettes aujourd'hui disparues. La graphie des lettres de l'autel funéraire se rapproche davantage encore de T écriture actuaire, mais le sillon de gravure est également peu profond et évasé. Une facture plus maladroite dans le dessin n'implique pas nécessairement une variation chronologique très importante. Il n'est ici question que de chronologie relative.

⁽¹⁰⁾ On évoquera cependant l'autel *hLarocus*, *A.E.*, 1973,315, où se retrouve une formule voisine: *libens animo votum retulit*. Dans les *indices* du *C.I.L.*, on ne relève qu'un exemple proche, qui est donné comme incertain (= II, 3097). Enfin, on observe que l'autel d'Izeda, conservé au musée de Bragança, daté du 2^e- 3^{es.}, offre une formule également peu usitée: *votum promisit* (= *A.E.*, 1973, 314).

De ce point de vue, l'onomastique du dédicant s'insère dans une évolution bien attestée. Il est en possession des *tria nomina* et révèle donc, de la sorte, son statut de citoyen Romain; mais, en même temps, il a un gentilice et un *cognomen* d'origine indigène, ce qui, ajouté au fait que le nom est lui-même dérivé d'un surnom indigène et que le *cognomen* est calqué sur le gentilice, suggère une origine locale et une citoyenneté sans doute assez récente. Le *nomen Placidius* était recensé deux fois comme gentilice pour des citoyens originaires sans doute du N.O.⁽ⁿ⁾ et l'un d'eux est *Placidius Placidus*, un vétéran de la VII^e légion, décédé à Léon probablement sous Sévère Alexandre, à une époque où la légion vivait surtout du recrutement local ⁽¹²⁾. Ce gentilice s'inscrit dans une série onomastique de noms formés à partir de surnoms et répandus dans l'onomastique pérégrine et latinisée locale. *Flavius*, dans le N.O., est, ainsi, au moins autant le reflet de la vogue du surnom *Flavus* que celui d'une influence flavienne ⁽¹³⁾ et l'on peut lui ajouter *Maternius*, *Proculus* ou *Proculeius*, *Reburrius*, *Rufinius* ou *Severius* et *Severinius* ⁽¹⁴⁾. Cette formule onomastique est d'ailleurs très répandue à la même époque dans les pays celtiques et pourrait refléter, ici comme là-bas, une des particularités de l'évolution onomastique due au droit latin et à son influence sur la naturalisation des pérégrins dans les régions rurales ou périphériques. Le *cognomen Placidus* est très usité en *Hispania* et dans le N.O. ⁽¹⁵⁾. S'agissant du surnom *Placidianus*, on note qu'il est plus rare que son parallèle *Placidinus* ⁽¹⁶⁾ et qu'il répond à une forme plus romaine ⁽¹⁷⁾.

⁽ⁿ⁾ *C.I.L.*, II, 2640; *A.E.* 1985, 601.

⁽¹²⁾ Cf. P. LE ROUX, Provincialisation et recrutement militaire dans le N.O. hispanique au Haut-Empire romain, *Gerión*, 3, 1985, p. 300-307.

⁽¹³⁾ L'hypothèse est d'autant plus vraisemblable que l'attribution du nom impérial obéissait à des règles non écrites, mais assez strictement respectées dans la pratique.

⁽¹⁴⁾ TRANOY, *Galice*, p. 363-365, ne paraît pas tenir compte de ces cas de figure. Cf. cependant la liste de A. MOCSY et al, *Nomenclator provinciarum Europae Latinarum et Galliae Cisalpinae cum indice inverso*, Budapest, 1983, p. 181, 233, 241, 246, 264 (= MOCSY, *Nomenclator*).

⁽¹⁵⁾ TRANOY, *Galice*, p. 364. Il s'agit d'un surnom évidemment latin, mais répandu chez les indigènes sans doute par l'effet d'une interprétation, comme c'est aussi le cas pour des noms comme *Porcius*, *Proculus*, *Rufus*, etc.

⁽¹⁶⁾ MOCSY, *Nomenclator*, p. 225.

⁽¹⁷⁾ I. KAJANTO, *The latin cognomina*, Helsinki, 1965, p. 262.

La formule votive exprime qu'une attente a été comblée et le choix d'un autel relativement imposant par ses dimensions permet de supposer que le vœu concernait quelque chose d'important du point de vue du dédicant. L'identité de la divinité invoquée est essentielle en ce cas. Malheureusement, les documents qui la mentionnent sont très peu nombreux, mais ils limitent son influence à la région de Castro de Avelãs (18). Le qualificatif *deus* rappelle qu'il s'agit d'un dieu d'origine indigène, sans qu'on puisse lui attribuer avec certitude une valeur chronologique (19), même s'il est admissible de penser que c'est surtout au 2^e siècle que l'habitude de l'inscrire se répand, quelle qu'en soit la signification religieuse (20). Les trois inscriptions désignent, en effet, *Aernus* comme *deus Aernus* et c'est à juste titre qu'on a mis en doute le caractère de divinité de la végétation qui lui a été parfois attribué (21). Dans la mesure où le monument, aujourd'hui disparu, est dédié par *Cordo Zoelarum*, il est logique de voir dans *Aernus* un dieu topique, protecteur de la communauté et de la *civitas* dans son ensemble (22). Si tel est bien le cas, la démarche de *Placidius Placidianus*, même privée, s'inscrit dans un cadre officiel et peut renvoyer à son accession à la citoyenneté Romaine soit par le biais du droit Latin, soit par le service militaire (23).

Datable du 2^e siècle, le document reconstitué attire une nouvelle fois l'attention sur l'évolution des communautés indigènes après la décision flavienne d'étendre le *ius Latii* à toutes les cités d'Hispanie qui n'en

(18) Cf. ENCARNÇÃO, *Divindades*, p. 79-85, avec la bibliographie.

(19) Malgré M.-Th. RAEPSAET-CHARLIER, La datation des inscriptions latines dans les provinces occidentales de l'Empire romain d'après les formules *in h(onorem) d(omus) d(ivinae) et d(eo), d(eae)*, *A.N. R.W.*, 11,3,1975, p. 232-282, qui ne s'appuie que sur les inscriptions bien datées. La date de 124, qu'elle obtient comme la plus précoce, autorise à penser que la mention *deus*, à plus forte raison placée après le nom divin, était employée au moins dès l'époque flavienne, de la même manière que l'expression *domus divina*, on le sait, est mentionnée dès Tibère.

(20) Cf. *I. R. C.*, 1,48.

(21) Sur la foi du décor végétal de l'autel de Guimarães: cf. la bibliographie *supra* n. 2, où sont recensées toutes les interprétations envisagées jusqu'à ce jour.

(22) La dédicace par un *ordo* est quelque chose de rare, en particulier dans la péninsule Ibérique. Cf., en Italie, *C.I.L.*, XI, 1545 = *I. L. S.*, 3084, de Fiésoles.

(23) Le dédicant du troisième document, *Lucretius Valens*, est aussi citoyen romain. La naturalisation d'une communauté ou d'un individu n'impliquait pas l'abandon des dévotions envers les cultes ancestraux qui se fondaient ainsi encore davantage dans le panthéon hiérarchisé d'un indigène romanisé.

bénéficiaient pas encore. Les *Zoelae* du *conventus Asturum* se sont intégrés dans ce mouvement. Il est très probable que leur *oppidum* - chef-lieu était situé à Castro de Avelãs et que le *deus Aernus* y avait un sanctuaire officiel ⁽²⁴⁾. Les changements se sont opérés lentement et le dédicant réidentifié traduit bien ce que furent sur le plan de l'onomastique les conséquences des naturalisations locales toujours plus nombreuses.

(²⁴) Si la localisation du chef-lieu de la cité est bien à Castro de Avelãs, il est indispensable, me semble-t-il, de réviser les limites du *conventus Asturum* dans cette zone, telles qu'elles ressortent de la carte de TRANOY, *Galice*: en effet, l'agglomération capitale s'y trouve en position excentrée, à cheval sur la limite ou presque.



FIG. 1 — Partie supérieure de l'autel exposée au Musée M. Sarmento à Guimarães



FIG. 2 — Partie inférieure de l'autel à Castro de Avelãs.



FIG. 3 — Autel funéraire provenant de Castro de Avelãs, conservé au musée de Bragance.

JOÃO LUÍS CARDOSO

Universidade Nova de Lisboa e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)

UM CAMELÍDEO DE CONIMBRIGA

«Conimbriga», XXXI, 1992, p. 181-187

RESUMO: Estuda-se um metacárpico direito, incompleto, de *Camelus dromedarius* (o dromedário), recolhido em Conimbriga, no decurso das escavações de Vergílio Correia.

Trata-se da primeira ocorrência da espécie, no nosso País. A sua presença poderá dever-se ao exotismo do dromedário para os habitantes da cidade romana, por certo apreciadores dos espetáculos públicos onde tal animal seria utilizado.

RÉSUMÉ: Nous étudions un métacarpien droit, incomplet, de Camélien, autrefois recueilli à Conimbriga par Vergílio Correia. D'après l'étude comparée avec des homologues de *Camelus bactrianus* (le chameau) et *C. dromedarius* (le dromadaire), c'est au chameau qu'on doit rapporter la pièce en question.

La présence à Conimbriga de cette espèce s'explique par la passion que les Romains avaient par les animaux exotiques, ce qui expliquerait l'importation (de l'Afrique du Nord?) de cet animal, utilisé, probablement, aux spectacles publiques.

(Página deixada propositadamente em branco)

UM CAMELÍDEO DE CONIMBRIGA

1. Introdução

Os reservados do Museu Monográfico de Conimbriga conservam algum espólio faunístico, outrora recolhido nas escavações dirigidas por Vergílio Correia. Recentemente, os trabalhos empreendidos por Virgílio Hipólito Correia, em diversos locais da cidade, proporcionaram a recolha de um conjunto muito maior, com a vantagem de se conhecerem as condições de jazida dos respectivos materiais.

Verificando-se o interesse do estudo destes restos, correspondemos ao convite para procedermos ao do primeiro daqueles conjuntos, cujos resultados foram apresentados em conferência proferida no Museu Monográfico de Conimbriga, por ocasião do seu 30.^o aniversário, em 10 de Junho de 1992 (CARDOSO, 1994).

Entre os materiais observados, foi identificado um resto atribuído a camelídeo, o que impunha análise mais aprofundada, a qual se encontra na origem do presente trabalho.

2. Descrição

Trata-se de metade proximal de metacárpico II + III de indivíduo adulto, conservando a extremidade articular proximal e boa parte da diáfise (Ests. I e II). Na parte anterior daquela, mostra várias pequenas fracturas acidentais, esquirolosas. Provém da extremidade da cidade romana, de área designada por “bico” (tem aposta a referência “Bico 41”).

Dimensões:

- Diâmetro transversal proximal — 75, 2 mm
- Diâmetro antero-posterior proximal — 49, 4 mm

Conimbriga, 31 (1992), 181-187

— Diâmetro transversal da diáfise — 40, 2 mm

— Diâmetro antero-posterior da diáfise — 35, 2 mm

A morfologia deste metápode indica claramente o género *Camelus*; são nítidas as diferenças, tanto morfológicas como dimensionais, com a única alternativa possível, presente em Conimbriga, o boi doméstico — *bos taurus* (Est. III).

No que concerne à determinação específica, a questão é mais delicada. Com efeito, faltavam em Portugal materiais de comparação entre as duas alternativas possíveis: *Camelus bactrianus*, o camelo, de origem asiática ou *C. dromedarius* (o dromedário), norte-africano, partindo do princípio de que existiriam diferenças morfológicas, ao nível do osso em questão.

Impunha-se, pois, a observação directa de exemplares de ambas as espécies, o que foi conseguido em Novembro de 1993, no Musée Guimet d'Histoire Naturelle de Lyon, onde se desenharam os seguintes espécimes:

5000 2063 — *Camelus dromedarius*; origem: África (Est. IV).

5000 2066 — *Camelus bactrianus*; origem: Ásia Menor (Est. V).

A análise comparativa efectuada, especialmente a morfologia da superfície articular proximal, evidencia nítidas diferenças entre os metacárpicos de camelo e de dromedário, permitindo a atribuição específica do exemplar de Conimbriga. Com efeito, não obstante este se encontrar um pouco mutilado na parte anterior da superfície proximal, é nítida a semelhança desta com a do dromedário, facto que concorda com a maior proximidade do continente africano, face à área de distribuição asiática do camelo.

3. Discussão

A presença de um camelídeo numa grande cidade como Conimbriga tem pouco de surpreendente. A sua raridade em contextos romanos poderá ser mais aparente do que real, atendendo ao facto deste tipo de estudos estar ainda no seu início; o material osteológico, frequentemente, era (e ainda é) desprezado. Com efeito, são múltiplas as referências, nas fontes clássicas, à utilização de camelídeos. Talvez a que de maior importância se revestisse na economia do Império, fosse a do transporte de mercadorias do Oriente, em longas caravanas que atravessavam o Deserto Árábico. Não surpreende, portanto, que na arte de Palmira, a mais

importante cidade de caravanas do Império, seja o camelo o animal mais frequente ((TOYNBEE, 1973: 138).

A guerra era outra utilização importante: 10 *dromedarii* integravam, em 156 d. C, a Cohors Augusta Praetoria Lusitanorum, no Egipto (TOYNBEE, 1973: 139). O uso militar estendeu-se ao transporte de água e de mantimentos, até Justiniano I o ter abolido, causando grandes perturbações no abastecimento das tropas, até então sem necessidade de recorrer à requisição civil. Estes animais foram ainda utilizados na agricultura, tanto no amanho das terras como no transporte dos produtos, especialmente nas províncias meridionais do Império (TOYNBEE, 1973: 138). É, ainda, de assinalar o aproveitamento em espectáculos. Um dos mais expressivos exemplos encontra-se em mosaico do Aventino, figurando um homem conduzindo um camelo e segurando, por uma corda, um leão (TOYNBEE, 1973: 139). Encontram-se, ainda, referidos, combates entre camelos.

De registar, enfim, que o leite de camelo era muito apreciado pelos Romanos, quando misturado com três partes de água (LUFF, 1982).

Procurando obter explicação para a ocorrência de Conimbriga, afigura-se como mais provável a hipótese de aproveitamento em espectáculos. Tratar-se-ia, pois, de animal transportado até esta cidade da Lusitânia para fins lúdicos, tão do agrado da população urbana. O seu exotismo conferia-lhe particular realce em tais espectáculos, constituindo motivo de atracção adicional. Aliás, em Conimbriga um dromedário foi objecto de representação, conjuntamente com um elefante, em mosaico da Casa dos Repuxos (Est. VI), atribuído ao 3.º quartel do século II ao primeiro do século seguinte (OLEIRO, 1992: 133).

Na Europa Ocidental foram compulsadas diversas ocorrências de camelídeos, para o período romano. Contudo, é notória a escassez dos restos e, nestes, a falta de elementos de diagnóstico suficientes para a atribuição específica.

No Norte de França, foi recolhida em uma *villa*, perto de Soissons, uma vértebra cervical (CLUTTON-BROCK, 1981). A autora admite que esta ocorrência possa ser interpretada como tentativa de introdução do animal “perhaps by Roman troops who had been stationed in Asia” (p. 129).

Outra vértebra — cuja determinação específica também não foi possível — foi encontrada no sítio da Bolsa, em Marselha (JOURDAN, 1976), em contexto do século V d. C. Neste caso, foi outra a explicação encontrada. A importação deste animal, provavelmente do Norte de

África, justificar-se-ia para fins lúdicos; porém, as marcas de corte e de descarnação que a peça exhibe indicam que o animal foi consumido, concluindo que “il est (...) curieux que l’histoire de ce camélien, importé sans doute à grands frais pour l’amusement des foules, ait trouvé sa conclusion à l’étal d’un boucher” (p. 279).

No estudo dos restos de Saintes (CAILLAT, 1981), não obstante o seu elevado número (40), persistiu a indefinição a nível específico. O facto de provirem de poço de carácter ritual, não esclarece por completo sobre o seu verdadeiro significado, pois poderiam, tão-somente, terem sido para ali despejados aquando do entulhamento do poço (p. 75).

Para além das ocorrências referidas, que evidenciam bem a heterogeneidade de fins a que se pode associar a presença, na Europa Ocidental do camelo e/ou dromedário, LUFF (1982) cita, ainda, os sítios romanos de Vindonissa, Vienna, Lorenzberg e Vermania como tendo fornecido restos—não destrinchados ao nível específico — integrados em unidades militares como animais de carga, ou ainda destinados a espetáculos públicos.

4. Conclusões

Estudou-se o único resto de camelídeo até agora encontrado em território português; provém de Conimbriga, tendo sido recolhido no decurso das escavações dirigidas por Vergílio Correia. Trata-se de um fragmento de metacárpico de adulto, cujo estudo comparativo permitiu a sua atribuição ao dromedário, de origem norte-africana.

Tendo presente a intensa troca de bens e produtos com diversas regiões do Império, que caracterizou o comércio da Conimbriga romana, a presença de um camelídeo não é surpreendente. O seu exotismo conferia-lhe interesse especial em espetáculos públicos ou, tão-só, como curiosidade.

A este propósito, é de referir que um elefante, provavelmente da espécie africana (OLEIRO, 1992: 132), associado a um dromedário, também de origem africana, documentam o interesse dos romanos por tais animais, mesmo que não os conhecessem *in vivo*, mas apenas através de livros de modelos (OLEIRO, 1992: 133).

Com o desenvolvimento destes estudos, é de esperar que outros restos venham a ser encontrados, especialmente nos centros urbanos mais importantes.

Agradecimentos

À Dr^ª. Adília Alarcão, pela leitura do original, por todos os apoios que tornaram este trabalho possível e pela amizade com que fomos acolhidos nas múltiplas deslocações efectuadas em 1991 e 1992 ao Museu Monográfico de Conimbriga.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pela concessão de uma bolsa de estudo, alocada ao Departamento de Ciências da Terra, possibilitando as comparações efectuadas em Lyon.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, que proporcionou meios logísticos para que este trabalho se efectuasse, no quadro da colaboração desenvolvida com o Museu Monográfico de Conimbriga.

Ao Dr. Virgílio Hipólito Correia que cordialmente colocou à nossa disposição o material por ele recentemente exumado em Conimbriga, permitindo a sua observação preliminar no âmbito da preparação deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

CAILLAT, P. (1981) — *La faune dans l'Antiquité: identification, utilisation, consommation: exemplaires saints*. Vol. I (textes); Vol. II (planches). Travail d'Études et de Recherches préparé sous la direction de Monsieur le Professeur R. Étienne. Université de Bordeaux III (p. 73-75).

CLUTTON-BROCK, J. (1981) — *Domesticated animals from early times*. Londres, Heinemann, British Museum (Natural History) (p. 129).

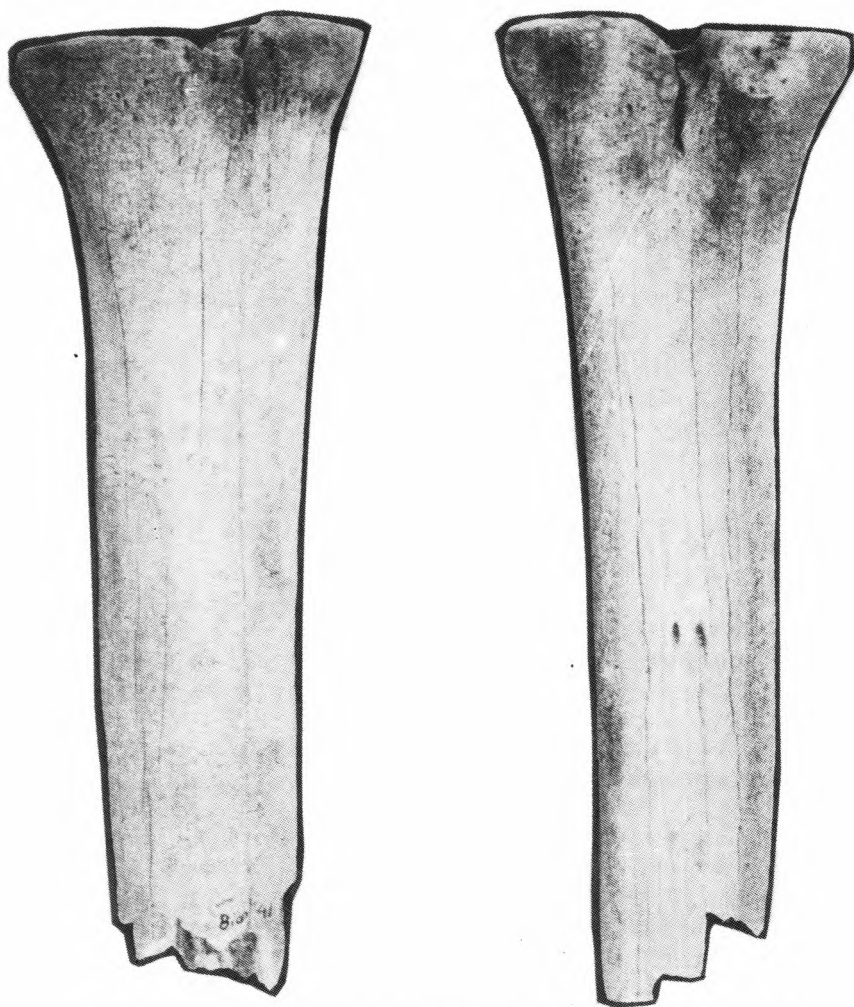
CARDOSO, J. L. (1994) — *Os mamíferos no quotidiano romano. Algumas reflexões a propósito dos restos de Conimbriga*. Texto, com alterações, da palestra proferida no Museu Monográfico de Conimbriga em 10/6/92 (no prelo).

JOURDAN, L. (1976) — Présence d'un camélien dans le site de la Bourse à Marseille. In: *La faune du site gallo-romain et paléochrétien de la Bourse*. Éditions du CNRS (p. 278-279).

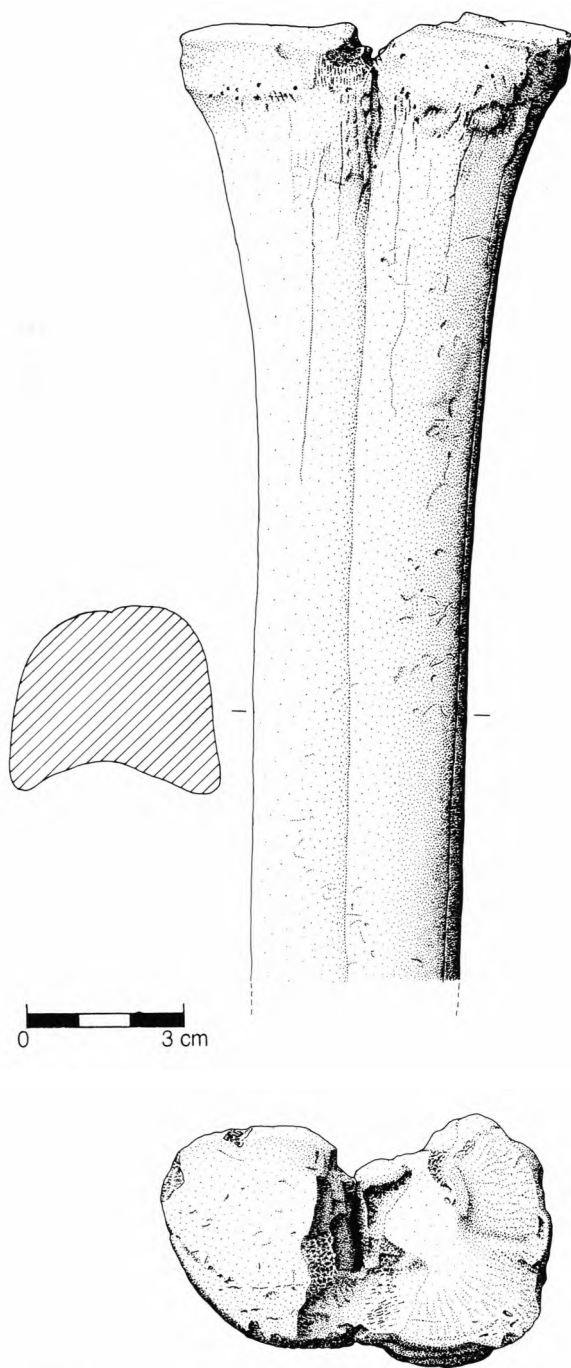
LUFF, R.-M (1982) — *A zooarcheological study of the Roman North-Western Provinces*. BAR International Series, 137 (p. 265).

OLEIRO, J. M. Bairrão (1992) — *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. I—Conimbriga. Casa dos Repuxos* (p. 126-133 e Est. 47-48). Instituto Português de Museus/Museu Monográfico de Conimbriga.

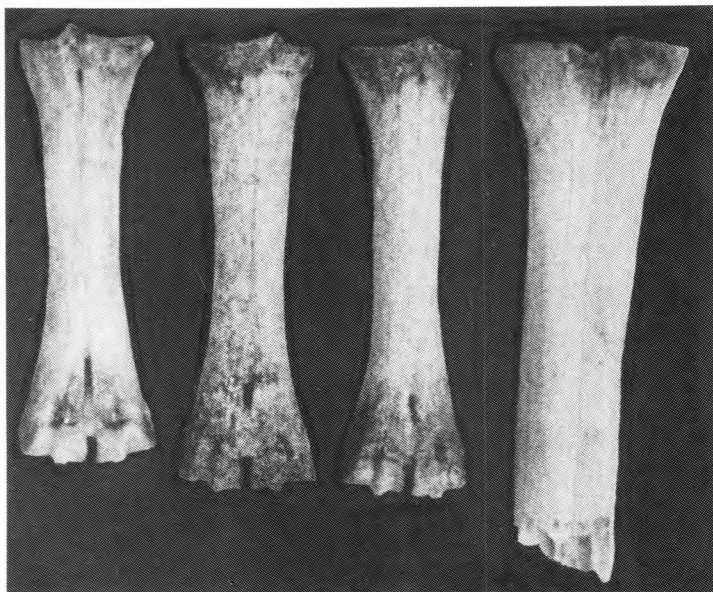
TOYNBEE, J. M. C. (1973) — *Animals in Roman life and art*. Thames & Hudson. Londres.



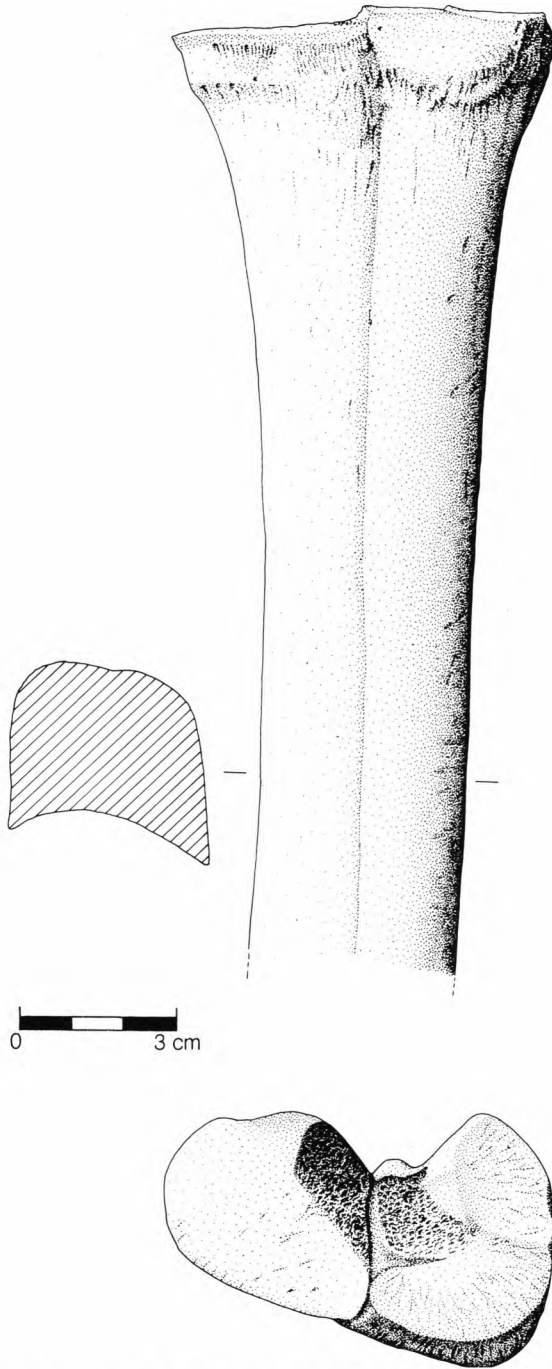
Metacarpico II + III direito de *Camelus dromedarius* de Conímbriga. À esquerda: vista anterior; à direita: vista posterior (fotos Museu Monográfico de Conímbriga).



Camelus dromedarius de Conímbriga. Metacárpico II +III direito. Museu Monográfico de Conímbriga. Des. B. Ferreira, sobre original a carvão do autor.

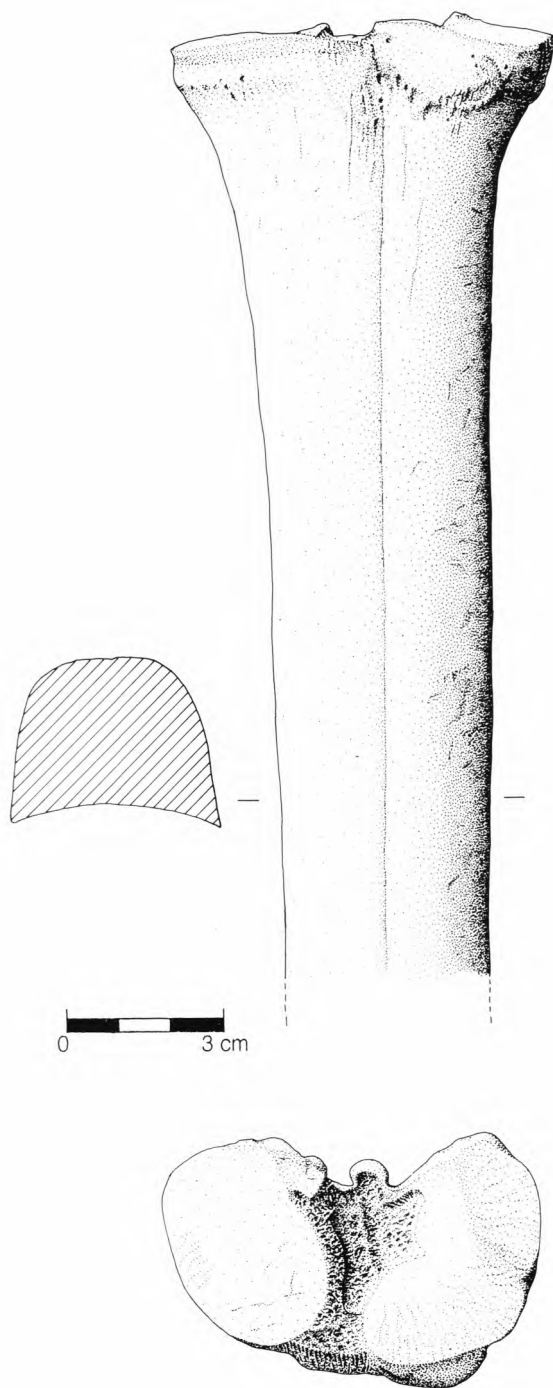


Metacárpicos de *Bos taurus*, de Conímbriga, comparados com o homólogo de *Camelus dromedarius*, à direita, estudado neste trabalho (foto M. M. Conímbriga).



Camelus dromedarius. Metacárpico II +III direito. Col. Musée Guimet d'Histoire Naturelle de Lyon. Des. de B. Ferreira, sobre original a carvão do autor.

EST. V



Camelus bactrianus. Metacárpico II + III direito. Col. Musée Guimet d'Histoire Naturelle de Lyon. Des. de B. Ferreira, sobre original a carvão do autor.



Pormenor do medalhão central de mosaico da Casa dos Repuxos, de Conímbriga, representando um dromedário e um elefante (foto M. M. Conímbriga).

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

JAVIER VELAZA, *Léxico de inscripciones ibéricas: 1976-1989*. Barcelona, 1991, 204 p.

A obra a seguir comentada, tese de doutoramento do autor defendida na Universidade Autónoma de Barcelona em Junho de 1990, é, sobretudo, uma actualização do *Léxico de Inscripciones Ibéricas* de Jaime Siles, trabalho publicado em 1985, mas apresentado nove anos antes, também como tese de doutoramento, na Universidade de Salamanca.

Tal como o Prof. Untermann sublinha no prólogo (p. 1-2), a elaboração do presente léxico é justificada pela importante quantidade de documentos em língua ibérica recolhidos após 1976. Merecem particular referência os textos inscritos em placas de chumbo, maioritariamente recolhidas no Sudoeste da França e no Levante espanhol, que, pela sua extensão, têm vindo a possibilitar a abertura de novos caminhos no estudo da língua ibérica.

Na introdução (p. 3-13), depois de realçar, com inteira justiça, os méritos do *Léxico* do seu antecessor, J. V. não deixa de salientar a importância de uma obra como *os Monumenta Linguarum Hispanicarum* de Jürgen Untermann. Com efeito, é o próprio J. V. a reconhecer que a consulta do 3.º volume daquele trabalho, quando ainda se encontrava no prelo, facilitou em grande medida a tarefa a que se propôs.

Na mesma introdução, são-nos ainda expostos os critérios que nortearam a feitura do presente trabalho, não tendo sido esquecidas as regras a que obedeceu a transliteração para caracteres latinos dos diversos signos que compõem as escrituras ibéricas.

Antes do léxico propriamente dito, encontra-se a bibliografia (p. 14-22). Diversos trabalhos nela incluídos não foram objecto de citação em qualquer das entradas. Em contrapartida, dela não constam as seguintes referências: Uroz 1983 (p. 36, n.º 65 e p. 51, n.º 148), Campmajo 1987 (p. 59, n.º 187), Castellá 1986 (p. 80, n.º 285), Solies 1982 (p. 115, n.º 477) e Hernández Yllán 1983 (p. 172, n.º 827). Além disso, não sabemos qual foi o número dos *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense* que incluiu o artigo de A. Oliver e de V. Palomar (p. 19-20).

O léxico encontra-se dividido em três partes: entradas completas (p. 24-133), entradas incompletas (p. 134-174) e expressões numerais (p. 175-179). Em todas as entradas, são-nos fornecidas informações respeitantes às características dos docu-

mentos, respectivo local de achamento e paradeiro actual, para além da bibliografia essencial sobre cada um deles.

Posteriormente (p. 180-187), em apêndice, encontramos as transcrições dos textos ibéricos mais extensos, que foram publicados nos últimos anos. Eis, sobre elas, alguns comentários que se nos afiguram pertinentes:

Em relação às 2- e 3- linhas da esteira de Caspe (p. 180), parece-nos preferível a leitura de Martin Bueno-Pellicer (1979-1980, p. 413) e de Pérez Rojas (1983, p. 272) (ambos os trabalhos referidos na bibliografia (p. 19-20)): *silTariariBer/*³[...]*JariReBore*[...];

Na linha 6 do chumbo de Tarragona II (p. 185), *aBaRKeBioTaS* deverá ser substituído por *aBaRKeBioTaR* (v. p. 25, n.º 8).

A obra termina com dois índices. O primeiro (p. 190-197) não tem título, mas sabemos pelo índice geral (p. 203 e não p. 204) que é de palavras citadas. As “palavras” dispõem-se em duas colunas. As que se apresentam na segunda vêm acompanhadas de um número que devia corresponder a cada uma das entradas do léxico. Contudo, tal acontece apenas em raríssimos casos. A única explicação que encontramos para tão estranho fenómeno consiste na eliminação de diversas entradas já depois de elaborado o índice. Foi o que sucedeu, pelo menos, a *auBa* (p. 190), a *BeKoR* (p. 191) e a *oTiRoKeTa* (p. 193).

Na primeira coluna, deparamos com “palavras” cuja proveniência não é identificada. Parece ter sido intenção de V. comparar e relacionar os “vocabulos” de ambas as colunas, tarefa que se nos afigura em grande parte fracassada. Efectivamente, que afinidade terá *aBaR* com *arBan*, *aBaRTarBan* com *aTen*[...], *aiuBas* (por *aiTuBas*) com *ao*[...], *aloTiKeR* com *BiuRTileis*, *anTalsKar* com *KaisuRanaRiKa*, etc?

O índice 2 dá conta das discrepâncias existentes entre as leituras apresentadas por outros autores e as que J. V. adopta no presente livro. Mantém-se aqui as mesmas imprecisões, já assinaladas em relação ao índice 1, no tocante à numeração das entradas.

Entremos agora na análise do léxico propriamente dito, debruçando-nos sobre cada uma das entradas que nos parecem ser susceptíveis de alguma observação:

9. *aBaRKisBaTir*

Se a leitura for efectivamente esta, não é obrigatório que estejamos perante uma haplogia. O antropônimo poderá segmentar-se da seguinte maneira: *aBaR-Kis*. V., e. g., *iITirKiS* (n.º 411), *BanKiS* (Mogente) e *aBaRTiaiKis* (SILES, J., *Léxico...*, n.º 19).

33. *alaTe*

V. rejeita qualquer relação entre o radical e as cecas *alaun* e *alaKoS*, entrando em clara contradição com o que ficou registado no índice 1 (p. 190).

p. 62. -boi-

sorseiTeKer está por *sorseiTeR* (SILES, J. *Léxico...*, n.º 1345).

160. Bele

É óbvio que a expressão completa é BeleSBORKaTe (v. igualmente n.º 462). Tanto nestas duas entradas como noutras (n.ºs 11,12,345,414 e 418), J. V. não teve em conta o que escreveu na introdução (p. 9): “en muchos epígrafes tal interpunción no existe en absoluto y en algunos - es cierto que en pocos -, parece que el escriba ha separado con interpunción dos partes de un mismo segmento que deberían ser inmediatas.”

p. 74 iTiR

Não chegámos a encontrar alaun-iTiR-Te nem KiRS-iTiR na transcrição de Pech Maho III (B. 7. 36), apresentada no apêndice (p. 183-184).

280. isKeriaR

Sobre este antropónimo nada há a dizer. Mas perguntamo-nos: onde está o resto da inscrição de Llano de la Consolación? Para além deste vocábulo, apenas encontramos iunSTiR (por iunSTiR) (n.º 292). Não compreendemos por que razão falhou a lexicalização de aiT(u)-iKe-(i)lTun, antropónimo que passa despercebido na discussão do morfo -Ki (p. 90). Transviado encontra-se também o termo oTiRoKeTa (p. 193), que deve pertencer à mesma inscrição. Apresentamos seguidamente a nossa leitura de toda a inscrição, publicada pela primeira vez por D. Fletcher e A. Martínez (v. bibliografia (p. 17)):

Face A

aiTiKelTunKi: iunSTiR: BeKor: SalBiTas: oTeroKeTa: BanoTaKian

Face B

isKeriaR

323. KaTon

Observa V. que o final -on só se regista mais três vezes. A estas há que acrescentar, pelo menos, mais cinco: BarTon (n.º 465), BoRBeRon (SILES, J., *Léxico...*, n.º 532), eBanBon (SILES, *JLéxico...*, n.º 914) e lauRBerTon (n.º 711).

p. 88. --Ke

TunTiKe está por TunTiKen, não tendo, por conseguinte, nada a ver com o morfema em análise.

397. liKineTe

É provável que liKine seja a adaptação ibérica do *nomen* romano *Licinius*. Contudo, é preciso não esquecer que o elemento Kine integra diversos antropónimos ibéricos, tais como BeKonKine(n.º 155), BeTuKine(n.º 166) e TiKirsKine(SILES, J., *Léxico...*, n.º 815). Por outro lado, se o morfo -Te é marca de dativo pessoal (p. 121), dificilmente liKine terá sido o autor do mosaico de La Caridad.

416. neRseTiKanTeKiarwi[...]

Deve ser distração de V. a alusão ao formulário final -armi, já que, no parágrafo seguinte, se refere ao sufixo -wi depois de TeKiar.

p. 110-111 Salir

ilTiRTe está por ilTiRTa.

472. seTaliKean

seTal poderá ser homónimo de um magistrado monetário de *Ilici*, que apresenta *Settal* como *cognomen* (LLORENS, M- del M., *La ceca de Ilici*, Valência, 1987, p. 36).

p. 117 -sTe

Falta ainda provar a existência deste morfo como variante de -Te. Nada impede que a sibilante pertença ao vocábulo anterior, se aquela vier precedida de uma vibrante como em BiKiTiRs-Te, Bors-Te e BiTars-Te (v. Untermann 1985-86, p. 39, citado na bibliografia (p. 22)). Sirvam como termos de comparação TiKirsBinaBaR[...] (n.º 517) e TuRSilTiR (n.ºs 534-535), dois antropónimos que incluem sibilantes após vibrantes.

p. 121 - -Te/-iTe

509 TeRKeKineRTin[...]

Não vemos que relação possa ser estabelecida entre TeRKeKineR e TERCINOI (H.3.4), ainda que o antropónimo ibérico se restrinja a TeRKineR e -Ke- seja apenas o já conhecido infixo incluído entre dois elementos nominais (v. n.º 434). Na verdade, em TERCINOI EGUAN OASALI (H.3.4) nada parece haver de ibérico. Julgamos preferível aproximar aquele primeiro vocábulo dos antropónimos turdetanos anTuaKoi (*MLH.* A. 100-6., -7) e KoBeroi (Mogente) (FARIA, A. M. de, *Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais*, "Portugalia", 11/12, 1990/91, p. 77, 81).

757 [...]renwi

A referência bibliográfica Untermann, 1985-1986 deverá ser substituída por Untermann, 1987 c.

Terá certamente sido intenção de J. V. a lexicalização de toda a epigrafia ibérica vinda a lume entre 1976 e 1989. Importa, contudo, lamentar a ausência da maior parte da inscrição de Llano de la Consolación (v. *supra*), e ainda a de três prováveis antropónimos: aTinsin (AGUILAR IGUILLÉN, À. e PONS I MELLADO, E., *Epigrafia ibérica*, "Laietania", 4, 1988, p. 145-148, artigo citado na bibliografia (p. 14), siRBaiser (CASARIEGO, A. *et alii*, *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania Antigua*, Madrid, 1987, p. 148-149) e iBinKi (DEROC, A. e RICHARD, J.-C., *Une monnaie d'argent à légende ibérique inédite I-BI-N-KI*, "Acta

Numismática”, 12, 1982, p. 127-130). Por outro lado, não localizámos no léxico a “palavra” BeloTiKeRei, que encerra o *ostrakon* de Pontos (p. 185).

Encerramos esta nossa apreciação ao *Léxico* com uma lista de antropónimos ibéricos que não foram reconhecidos como tais por J. V.; os que o foram apresentam transcrições divergentes das nossas:

aBarsKuBor(n.º 11), aBelKirTiKan(n.º 12), aKeRiKoR(n.º 639), aKiniR(n.º 25), aKiTiKen(n.º 11), alaSBuR(n.º 32), anBoSilTun(n.º 37), aRsKoRo(n.º 62), aTaBeR(n.º 65), BaKasKeTe(n.ºs 105 e 614), BanKusTeTin(n.º 118), BanSor(n.º 122), BaRBin(n.ºs 126-128), BaRKarBulTu(n.º 132), BeleSBoR(n.º 160), BeKoRTo(n.º 157), BeleSaKin(n.º 161), BilosleisTiKer(n.º 178), BiTeBaKiRS(n.º 188), BiTars(n.ºs 685 e 711), BoKalSor(n.º 206), BoToTaS(n.ºs 215-219), BoToTiKi(n.º 220), eisBuR(n.º 637), eRTin(n.º 98), eTeiTor(n.º 241), iariBeR(n.º 476), iTiRSar(n.º 263), iTursaiR(n.º 269), isKeRBoneS(n.º 345), KaResTar(n.º 321), KeBel(n.º 327), KeBelsilun(n.º 328), Kebelsilunin(n.º 329), KeBelTeR(n.º 330), KelTiBeleS(n.ºs 334-335), KiTeiBors(n.º 347), lauRBerTon(n.ºs 710-711), lauRBim(n.º 83), leisir(n.º 390), leKaR(n.ºs 344 e 393), lereuTiniR(n.º 319), loRsur(n.º 393), nisoR(n.º 735), nisoRBaR(n.º 79), nisuni(n.º 62), noroBoR(n.º 739), oRTin(n.º 429), oSorTaRBan(n.º 431), SalKiTe(n.º 455), TeTe(i)(n.º 501), TileSKeTin(n.º 518), ToreTin(n.º 523), uKal-Ke-Bars(n.º 547), uReSTiniR(n.º 614), uReSunir(n.º 644), wiReSTiniR(n.º 412), wReSunir(n.º 767) e wuR[eS]uniR(n.º 413).

ANTÓNIO MARQUES DE FARIA

ANTÓNIO AUGUSTO TAVARES, *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, Editorial Presença, Lisboa, 1988. Coleção Textos de Apoio, n.º 27. 120 pp.

Trata-se, como o próprio Autor desejou, dum livro «para ser lido» (p. 10), que mostra como na formação e sobrevivência dos impérios, quaisquer que eles sejam e qualquer que seja a sua época ou o espaço geográfico em que se inserem, «a força da ideologia política», servida por eficaz propaganda, deteve papel preponderante.

Ligados como estamos, «por laços mais ou menos definidos, em qualquer dos casos indestrutíveis, às grandes civilizações da Antiguidade» (p. 19), interessar-nos-á saber — para melhor compreendermos o presente — como é que os detentores do poder em tais civilizações se promoveram e souberam ‘manipular’ os seus súbditos.

Escolheu António Augusto Tavares os impérios «que tiveram origem na Mesopotâmia, o império persa, o Império Novo no Egipto, o dos Hebreus e o dos Romanos» (p. 14), adiantando desde logo a conclusão a que chegou: «Em todos os casos, sem excepção, intervieram as armas e a força da ideologia»; «nenhum império se formou ou se aguentou sem a intervenção das forças armadas, sem uma estratégia militar e sem técnica de guerra» (p. 14). Contudo, o intuito do Autor é fixar-se

primordialmente na força da ideologia e na sua difusão através dos mais variados meios: inscrições, esculturas, moedas, a literatura...

Podemos dizer que o 1.º capítulo («Impérios e ideologias» — pp. 11-16) serve de introdução ao que se exemplifica nos seguintes, em relação aos impérios da Mesopotâmia (pp. 17-33); à tolerância persa (pp. 35-41); à mística imperial no Egipto (pp. 43-68); à história e ideologia dos Hebreus (pp. 69-91); e, finalmente, a Roma (pp. 93-117).

Foca o Autor, a propósito de cada um deles, os tópicos que considerou essenciais para melhor compreensão do tema, não se esquecendo, por exemplo, de frisar, em relação à história hebraica, quão importante foi a ideia de escolha divina do rei, o «rei pela graça de Deus» — que irá perpassar por toda a documentação oficial dos tempos medievos portugueses (uma alusão que, a talhe de foice, poderia ter sido feita na p. 85). Importante também o papel dos profetas como interventores no processo histórico (p. 85) ou uma história como a que nos conta o Livro de Rute, que detém «todo o *veneno* indispensável a uma propaganda inteligente e eficaz» (p. 90)...

Interessou-me, de modo particular, a temática relativa à história de Roma. Também aqui, o quadro é pintado em pinceladas largas, mais de sugestões que de análises concretas — que seriam, aliás, dificilmente integráveis numa obra que, propositadamente, se quis de leitura não fastidiosa (o tom, reafirma-se, é quase coloquial) e abarcando vasto horizonte geográfico e cronológico.

Em relação ao império romano, fala-se dos historiadores; dos poetas; dos artistas; dos oradores; da importante função das lendas como forma de gerar uma corrente heroica, de íntima ligação às 'raízes'; do veículo propagandístico que é também, através dos seus símbolos e legendas, a moeda que serve o dia-a-dia.

São apenas tópicos, dir-se-á; mas decerto poderão aliciar para outras leituras mais aprofundadas, em que a utilização política da religião — designadamente mediante o culto imperial — seja objecto de uma reflexão maior; em que os «Feitos do Divino Augusto», verdadeiro testamento político do primeiro imperador, sejam miudamente escalpelizados; em que uma figura como Mecenas e o círculo de intelectuais e de artistas de que Augusto argutamente se soube rodear se analisem, inclusive em flagrante comparação com a realidade actual; em que o papel deveras essencial dos textos epigráficos romanos possa ser abordado também.

Claro que, numa obra com estas características, há sempre a enorme dificuldade da selecção temática. Não foi esquecida, por exemplo, a coluna de Trajano (pp. 112-113), verdadeira obra-prima da propaganda oficial, que comemora, em pleno *forum* de Roma, a vitória do imperador sobre os Dácios, em 107 da nossa era. Um monumento a comparar com o importante *Tropaeum Traiani* mandado erguer na própria Dácia conquistada e hoje integralmente reconstruído - com não menor intenção propagandística — em Adamclisi, na Roménia. Trofeu oferecido aos deuses — que foram sobejamente propícios. Não nos admiraremos, pois, que, a partir do século IV, o Cristianismo se guinde paulatinamente a religião do Estado e que, no coro de S. Vital de Ravena, o imperador Justiniano (527-565) se sente num trono situado ao mesmo nível de Cristo soberano representado no mosaico que orna a ábside da capela-mor.

Refere-se, na p. 115 «o áureo de Augusto que representa a cabeça do imperador coroada de espigas, com a legenda 'César Augusto divino e pai da pátria'». Compreende-se que nem sempre é possível — nem necessário — citar o apoio bibliográfico utilizado; mas talvez neste caso, inclusive para abrir pistas a quem desejasse aprofundar o tema, se pudesse ter incluído, em singela nota de rodapé, a referência a esta, ao que parece, invulgar numisma. Na verdade, o I volume do *Catalogue des Monnaies de l'Empire Romain*, dedicado a Augusto e editado pela Biblioteca Nacional de Paris, em 1976, sob a responsabilidade de Jean-Baptiste Giard, não parece apresentar nenhum exemplo comparável (as referências a espigas que vêm nos índices analíticos não dizem respeito a ornatos da cabeça imperial). Por outro lado, as legendas habituais apontam para uma tradução diferente: «César Augusto, filho do divino, pai da Pátria».

Gostaria também de ter visto, no final do volume, uma bibliografia geral, ainda que sintética, que inclusive permitisse identificar melhor, por exemplo, a obra colectiva citada, pela primeira vez, nas notas 4 e 5 da pág. 16: *I Canali della Propaganda nel Mondo Antico*, Milão, 1976; e nos possibilitasse apercebermo-nos, em visão de conjunto, do que de mais importante interessa consultar sobre um tema deveras apaixonante — cujo aperitivo António Augusto Tavares aqui nos serviu.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

LIDIA STORONI MAZZOLANE *Iscrizioni Funerarie Romane*, Milão, 1991. Biblioteca Universale Rizzoli. ISBN 88-17-16800-9. 361 pp.

Ao contrário do que o título poderia fazer entender, não estamos perante um simples *corpus* de inscrições funerárias romanas ou um tratado que as utilize como fonte histórica. A intenção da Autora foi demonstrar como até um epitáfio pode ser facilmente encarado de um ponto de vista literário, ou seja, como reflexo duma intencionalidade estética a transmitir e a captar.

Daí que a obra se leia não de um fôlego, porque é livro a meditar, mas com incontestável prazer—apesar do aparentemente fúnebre tema de que apenas se ocupa. São, ao todo, 175 textos, de que se dá, na página da esquerda, a versão latina e, na da direita, a tradução para italiano, acompanhada, em jeito de nota de pé de página, da informação bibliográfica e, por vezes, de um leve comentário interpretativo ou de remessa para um outro texto de índole literária que daquele foi fonte de inspiração ou mesmo que posteriormente nele se inspirou.

As fontes primordiais da colectânea são, necessariamente, o CIL (*Corpus Inscriptionum Latinarum*), as ILS (*Inscriptiones Latine Selectae*, de H. Dessau) e os CLE (*Carmina Latina Epigraphica*, de F. Bücheler).

Explica Lidia Mazzolani, na nota introdutória (pp. V-XII), os critérios que adoptou para a recolha e transcrição; informa que, para além de textos funerários propriamente ditos, que ocupam as pp. 2-303, incluiu no volume «sortilégios» (pp. 306-315), «prognósticos» (pp. 318 e 319), grafitos de Pompeios (pp. 322-357), dois

exemplos de frases apostas em coleiras de ferro de escravos (pp. 360-361). E as oito páginas em branco, no final do volume, destinadas a «annotazioni» acentuam, em meu entender, o carácter de livro de meditação que Lidia Mazzolani também parece ter querido imprimir à sua obra.

Não é este, pois, um livro para comentar mas para ler. Permita-se-me, no entanto, que sobre o seu conteúdo teça duas ou três considerações.

Em primeiro lugar, foi dada primazia ao recorte literário. A ideia, singela ou não, mas vestida de agradável roupagem. Eco - ou não — de fórmulas colhidas em autores célebres que depois se vulgarizaram e se tornaram como que património comum. Já se disse que a autora tem o cuidado de o anotar, sempre que tal ocorre; e este é, aliás, um dos aliciantes tópicos de investigação que os textos epigráficos métricos amiúde possibilitam e que vem na sequência do trabalho, já clássico, de Raymond Chevallier: *Epigraphie et Littérature à Rome* (Faenza, 1972). Ou seja, que eco têm os escritores, os poetas, no dia-a-dia social?

Depois, é aqui que se colhem abundantes informações acerca duma filosofia existencial: como é que os Romanos encaravam a vida? Como é que imaginavam a experiência única e singular da morte? Que resta de muitos deles para além dum nome? (Recordamos a perspicaz comunicação de G. Sanders, que tem o sugestivo título «Sauver le nom de l'oubli» (*Africa Romana*, 7, 1989, pp. 43-79); 'salvar o seu nome do esquecimento', era essa a preocupação maior. Daí, as cláusulas testamentárias a deixar pecúlio para que haja sepulcro condigno: «Enquanto, alegre, diligência para tomar o meu nome imorredoiro através duma inscrição, o herdeiro restituiu-me o dinheiro que lhe deixei» (*Turn queer it nomen multis notescere nostrum contentus titulo nummos mihi reddidit heres*: CIL VI 30131, p. 144). Daí, as imprecações contra quem ousar de alguma forma violar a sacralidade do recinto funerário (pp. 125-133).

Valerá a pena citar alguns exemplos:

. «Enquanto fui vivo, amealhei dinheiro sem nunca deixar de o perder. Adveio a morte e libertou-me de perdas e de ganhos» (p. 81, CIL VI 30111);

. «Cansado viandante, não fiques perplexo: esta estrada tem deste pó!» (p. 167: CIL VIII 7277);

. «Banhos, vinho e Vénus estragam nossos corpos. Mas são os banhos, o vinho e Vénus que enchem a nossa vida!» (p. 215, CIL VI 15258);

. «Comi ostras, amiúde bebi Falerno; banhos, vinho, amores, ano após ano, foram minha companhia até à velhice», proclama Gaio Domício Primo (p. 101, CIL XIV 914);

. «Viandante, viandante: o que tu és também eu fui; o que ora sou sê-lo-ás também» (p. 295, CIL XI 6243).

Finalmente, é todo um quotidiano que perpassa ante o nosso olhar:

. A ternura que se reconhece mal orientada: «Quem quer que leia esta inscrição, mormente se jovem apaixonado, abstenha-se de enfeitar de ouro os braços da sua amada. Mesmo que ela se te abraçe ao pescoço com os braços adornados e te peça que a deixes trazer joias à altura dos seus méritos, contenta-a com vestidos, mas esquece as joias: assim manterás à distância ladrões e sedutores. Foi, de facto, vistosa

serpente nos seus braços a causadora da morte da minha dama e que a mim, o marido, golpeou o coração. Uma ferida que jamais há-de sarar!» (p. 85, CIL VI 5302).

. A ternura que se esconde atrás do anonimato: «Fui a sua primeira mulher e, durante a vida, agradei-lhe e fui-lhe querida. Exalei nos seus braços o derradeiro suspiro; foi ele quem, debilhado em lágrimas, me cerrou os olhos moribundos» (p. 93, CIL VI 6593).

. A morte provocada por erro dos médicos: «Aqui jaz Efèsia Rufra, boa mãe, esposa boa. Morreu por causa duma febre maligna que os médicos lhe provocaram e que ultrapassou todas as suas previsões» (p. 99, CIL VI 25580).

. O heroísmo: «Quando, meio desnudado, já lograra escapar dum incêndio, antepôs à sua a salvação alheia e tentou arrancar um outro às chamas; foi, porém, esmagado pelo desabar duma parede e entregou assim à natureza o generoso espírito e o corpo às suas origens» (p. 173, CIL XIII 2027).

. «A vida é breve, frágil a esperança: entrai! A lareira está acesa: enquanto houver luz, vamos beber, companheiros!» — foi gravado num copo (p. 119, CIL III 12013.3).

Fica, pois, sobejamente demonstrada a oportunidade desta edição. Claro que serão sempre discutíveis o critério de apresentação, a selecção feita (da Península Ibérica, salvo erro, apenas se seleccionou CIL II 1821), uma ou outra tradução, o laconismo das notas explicativas. Haverá outras formas de atingir os mesmos objectivos. Mas esta é válida e as mensagens que transmite são, afinal, intemporais e atópicas, pelo que não será descabido propor a sua mais ampla divulgação em várias línguas. Momento numa época — como a nossa — em que recrudescer o interesse por uma reflexão cada vez mais aprofundada sobre os valores existenciais e a morte se apresenta, de facto, como um desses temas de reflexão. Justificando a integração plena da Epigrafia no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, este livro de tema epigráfico representa bem a simbiose conseguida entre o científico, o humano (individual) e o social.

Seja-me permitido, também por isso, que anote dois ou três pontos que, em meu entender, se poderão observar quando se pensar numa nova edição.

Assim, creio que, na p. 99, se deverá traduzir por Rufra (e não Rufria) o cognome de *Ephesia*. Trata-se, aliás, de um cognome assaz raro, se tivermos em conta o facto de não ser referido por I. Kajanto (in *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965), que apenas apresenta *Rufrianus* (o. c., p. 154), não obstante ser um texto publicado no CIL (VI 25580).

A explicação da p. 143 (relativa a CIL XI 207) não se me afigura muito correcta ou, pelo menos, muito clara. O defunto, uma criança de 6 anos e 27 dias, chama-se *C. Publicius Ampliatus* e é apresentado como «filho de Gaio»; ora, a dedicatória é feita por *C. Publicius Proculeianus* «alumno suo». A questão está em saber o significado a atribuir ao termo *alumnus*, que pode entender-se como 'discipulo', 'filho adoptivo', 'escravo nascido em casa dos patrões'; a autora prefere considerá-lo «um filho de escravos», o que me parece errado, uma vez que no texto se dá o nome dos pais, Publicio Dionisio e Aurélia Tique, que são, afinal, quem superintende na execução do monumento (*curantibus*), pais a quem o defunto, de

resto, dirige a palavra no epitáfio: «Pai, não chores mais, e tu, óptima mãe, enxuga as lágrimas!».

Na nota da p. 173 é abordado o significado da representação da áscia nos monumentos funerários. Uma questão que, como se sabe, tem mais do que uma interpretação. A autora apenas se refere a uma: «significa que o mármore fora talhado segundo o ritual preceituado e era material incontaminado». Talvez tivesse sido possível, numa simples frase, dar a entender que se trata, na verdade, de um tema polémico.

Dá-se, na p. 179, uma explicação sumária acerca das funções do *beneficiarius*; uma gralha tipográfica (*mansioni* em vez de *missioni*) poderá eventualmente induzir em erro os desprevenidos.

Na tradução de CIL VIII1027 (p. 191), a ordem dos nomes não corresponde à que é dada na epígrafe.

No texto da p. 296, faltam a identificação dos defuntos, que aparece depois na tradução.

Dá-se conta, na p. 303, de um epitáfio métrico composto por Dámaso, «que foi papa entre 366 e 384». Teria sido interessante indicar também, porque tal vem na epígrafe, o ano em que ocorreu o óbito, ou seja, o do consulado de *Flavius Merobaudes* (no Ocidente) e de *Flavius Saturninus* (no Oriente): 383.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

FRANCO MINISSI, *Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione*, “Strumenti, 4”, Roma, Multigrafica Editrice, 1988, 69 pp., 115 fotos.

É cada vez com mais intensidade que se ouve o discurso sobre a necessidade de protecção e conservação dos monumentos e sítios, parques e estações arqueológicas para que deles usufruam, não somente as classes dos especialistas, professores e estudantes, mas toda a população em geral. Das estações arqueológicas, em particular, interessa afirmar que só há pouco tempo, e com algumas muito poucas excepções, se tomou consciência da necessidade, urgente, de as tornar aptas e compreensíveis para o grande público, de as cuidar como se de espólio museológico também se tratasse e nos merecessem o mesmo cuidado e desvelo que nos merece todo o espólio que recolhe ao museu.

Ao, ironicamente, termos usado a expressão também, estamos a chamar a atenção para o facto de, raramente, se ter avançado com projectos de musealização de zonas arqueológicas no nosso país, o que é, verdadeiramente, quase inusitado, tomando em consideração a quantidade e qualidade das estações que se encontram no nosso território, bem como as solicitações de visita que algumas têm, anualmente.

É então que — atendendo a uma panorâmica, francamente pobre, no que diz respeito ao número de projectos de musealização executados em Portugal, mas que se perspectiva bastante mais animadora no futuro — se enquadram, perfeitamente,

as ideias de Franco Minissi, na obra “Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione”, saída a público em 1988 em Itália e não editada no nosso país.

É, pois, vivamente recomendável a sua leitura, na medida em que defende e sugere algumas formas de actuação, facilmente adaptáveis à realidade da Arqueologia Portuguesa, aspectos que particularmente mais ressaltaremos, em detrimento de outras análises presentes na obra, mas relativas aos bens culturais não arqueológicos.

Com este trabalho, obra sucinta mas fundamental, Franco Minissi conduz-nos à reflexão sobre as possíveis formas de intervenção, com vista a uma melhor conservação, restauro e musealização dos bens culturais, facultando, em última instância, a compreensão e enriquecimento cultural de toda a sociedade e, sempre que possível, a permanente actualidade desses bens conservados.

Propõe-nos um percurso analítico por alguns processos de musealização — atendendo, evidentemente, aos vários níveis de utilização cultural — que, num plano operativo, se identificam na intervenção museográfica e na conservação, a primeira com a finalidade da exaltação de valores inatos do bem cultural, a segunda como garantia da sua sobrevivência material.

Analisando a situação do usufruto dos bens culturais, hoje, em comparação com a de há alguns anos, chama a atenção para o facto de estratos sociais cada vez mais amplos tenderem a colocar como assunto do dia -a-dia a questão da conservação e valorização de estações arqueológicas, tradições populares, ambientes urbanos e paisagísticos, centros históricos.

Esta situação decorre, sugere Minissi, da maior disponibilidade de tempo livre e da informação, mais ou menos generalizada, levada a cabo pelos *mass media*. A este facto, argumenta, acrescentar-se-ia, ainda, uma tomada de consciência, por parte da classe académica e científica, da necessidade de desbloquear uma situação de total isolamento em relação a outros grupos não especializados, partir para uma valorização do património entendida como “uma regalia social perenemente activa e eficiente”, defendendo uma livre fruição do bem cultural e uma conservação orientada com métodos capazes de a tomarem sempre mais activa e eficaz.

É à museografia, afirma, que compete o doloroso papel, como disciplina parceira da conservação, de assegurar e otimizar a compreensão de tudo aquilo que se conserva mas que não pode entrar no museu, constituindo, no entanto, importante fatia do património arquitectónico. Assume-se como importante contributo para a formação de pessoal especializado no estudo e restauro de monumentos, particularmente nas intervenções sobre esse património e que, exemplificando, agrupa do seguinte modo: processos de musealização autónoma do monumento como museu de si próprio; conservação dos conteúdos museológicos próprios do monumento e sua musealização *in loco*; conservação ou correcção do contexto urbano histórico como processo museológico; processo de musealização de colecções que não pertencem ao monumento que as acolhe; intervenções museográficas nas estações e monumentos arqueológicos.

Reafirmando o importante papel da museografia, assumida como principal instrumento de transmissão da mensagem que os bens culturais encerram — visto que a sua conservação não deve ser entendida com uma finalidade passiva, um fim

em si mesma com meios e métodos de comunicação eficazes, Minissi estabelece uma relação da eficácia dos resultados dependente da capacidade de valorização desse mesmo bem cultural, valorização entendida não no sentido da criação de valores, mas no sentido de fazer exaltar valores inatos do próprio bem.

Com esta ideia, o autor prepara a definição de personalidade museológica, entendida como aquele conjunto de qualidades de ordem vária que, pelo seu valor, lhe dão uma fisionomia de bem cultural a conservar. Daqui se estabelece, também, a dependência das mudanças operadas em relação à razão de ser e à natureza original do bem cultural, isto é, tal mudança é tanto maior quanto menor tenha sido, na origem, a sua vocação museológica.

O património arqueológico, representado por tantos fragmentos do quotidiano de civilizações que perderam a sua razão de ser original, é um exemplo de que se serve para demonstrar como o processo de musealização representa o instrumento eficaz, através do qual a personalidade museológica desses testemunhos se assume ao transferi-los para o museu e, além de reevocar essa razão de ser perdida, enriquece-os ao individualizar todas as suas características e deve responder ao máximo de interrogações dos visitantes do museu.

Assim, deste conceito de musealização conclui que:

1 — o museu tradicional constitui um, mas não o único, meio para garantir a conservação, a transmissão para o futuro e o conhecimento dos bens culturais;

2 — o processo de musealização está presente em cada acção de conservação, realiza-se de muitas formas e permite assumir a funcionalidade prática do bem a conservar.

Naturalmente, assumindo-se um destino prático ou não, por exemplo, para uma pré-existência arquitectónica, dever-se-á actuar com intervenções de adaptação funcionais, para o primeiro caso, com uma rigorosa mas pura conservação, para o segundo. Então, quanto mais determinante for a atribuição de uma funcionalidade, menor a intervenção de âmbito museológico e vice-versa.

Se tivermos em consideração um monumento da Antiguidade, como um arco de triunfo ou outro monumento de função celebrativa, destinados à colocação fora do museu e à admiração e contemplação, hoje deve manter-se essa forma de os apreender e potenciar ainda uma melhor leitura, mais aprofundada, dessa adquirida personalidade museológica, manifesta em todas as formas de representações figurativas, formais, materiais, de significados, intervenções, mutações, etc.

Um estudo aprofundado do contexto ambiental e das potencialidades do próprio monumento seriam ideais para a escolha dos meios e métodos a adoptar para a sua melhor “leitura”.

O autor sugere algumas soluções para este tipo de intervenções que vão desde as protecções transparentes, criação de bons enquadramentos e posicionamento de visão com pontos flexíveis ou fixos, à distância, aparelhos de óptica, uso da luz artificial, aparelhos audiovisuais, até ao estabelecimento de centros informativos junto do próprio monumento.

Franco Minissi conduz todo este discurso sustentando a ideia da presença de uma componente museológica em cada campo da conservação do património

histórico-artístico, componente esta que é utilizada para favorecer um melhor conhecimento dos centros históricos, testemunhos importantes da estrutura urbana e da comunidade humana e de todas as suas expressões culturais; no entanto, observa que tal reconhecimento não conduziu a uma política adequada de conservação idêntica aquela, manifestamente aceite para os bens que podem transferir-se para dentro do museu tradicional. Pelo contrário, adoptaram-se, quase doentamente, soluções de reutilização das pré-existências urbanas à exaustão, fruto mais de interesses económicos e à margem dos interesses culturais.

A cidade com os seus conteúdos cabe o papel de museu, enquanto conserva toda uma série de testemunhos do mais recuado ao mais actualizado passado.

Destas considerações se pode depreender a exigência de entender este museu, não como um instituto cultural autónomo e fechado, mas numa perspectiva tão falada hoje, o museu de território e o museu e a cidade, como formas conjugadas de investigação das suas relações de interdependência e complementaridade, tornando possível um conhecimento integrado dos seus conteúdos que são os lugares e os seus monumentos, criando a noção de “museu-lugar” e a noção de musealização *in loco*, isto é, substituindo a ideia de museu como lugar pela de museu como conceito.

No que diz respeito às estações arqueológicas, Minissi chama a atenção para a diferença de cuidados com que são encarados, por um lado, os achados móveis, transportados para um qualquer museu onde são cuidadosamente restaurados e expostos segundo os meios técnicos mais apropriados e ordenados segundo um plano museograficamente estudado; por outro, todos os achados imóveis que são desmembrados de muitas das suas partes integrantes (aquelas móveis que vão para o museu) e deixados um pouco ao abandono, sem quaisquer preocupações de propor um discurso museográfico e cuja conservação e manutenção se resume a uma limpeza das ervas que, normalmente, invadem as ruínas, as quais, cuidadosamente, foram definidas como “monumento”.

Assim, excluindo toda e qualquer hipótese para uma correcta leitura da forma, dos conteúdos, dos significados da estação arqueológica, por parte dos seus visitantes, pode, na melhor das hipóteses, esperar-se uma conservação com fins de manutenção, raramente uma intervenção de natureza museográfica, estabelecendo as relações de interdependência entre as várias partes mutiladas e os seus fragmentos. Tais operações, reafirma, úteis e assimiláveis pela didáctica tão querida nos museus, são vistas por alguns como um autêntico sacrilégio.

Não querendo e não podendo propor soluções ou modelos polivalentes para adoptar nas mais diversas situações, afirma, todavia, alguns princípios que considera fundamentais e irrenunciáveis:

- as pré-existências arqueológicas imóveis devem conservar-se *in loco* e são consideradas no mesmo plano científico e cultural das móveis;
- os restauros protectórios dos achados arqueológicos, estruturalmente pouco perceptíveis, sempre que tal seja cientificamente correcto, devem sugerir, se não reintegrar, a imagem original, ainda que parcial;
- as obras de protecção das estações arqueológicas devem reevocar aos visitantes a imagem e o significado dessas pré-existências, evitando soluções

especulativas e improvisadas; estas soluções dependerão duma rigorosa análise das causas provocadoras dos danos relativos à sua estrutura, à sua localização no território e à frequência de público, assim como das condições para a obtenção de uma melhor “leitura”, como no interior de um museu;

— o projecto de intervenção das protecções das estações arqueológicas e os de restauro devem estar estreitamente ligados, porque deles depende a sobrevivência física dos materiais arqueológicos;

— as intervenções de protecção devem ser da responsabilidade de arquitectos especializados que, com grande humildade, devem desenvolver um trabalho de criatividade, que exalte o absoluto protagonismo da pré-existência.

Tais intervenções não deverão limitar-se a aspectos técnicos a fim de garantir a sobrevivência integral do achado, mas também, afirma o autor, deverão pôr em evidência as qualidades de tais testemunhos, sobretudo aquelas mais facilmente compreensíveis e mais fáceis de operar em termos de soluções museográficas, e exemplifica ao sugerir que se façam percorrer aos visitantes antigas estradas ou se possa formular a hipótese de uma terceira dimensão de um antigo templo.

Os métodos e meios que apresenta para as intervenções de tipo protectorio e museográfico dizem respeito ao uso de tecnologias materiais e linguagem próprias do momento em que se realiza a intervenção, desde que sejam sempre operações com carácter reversível.

Minissi põe ainda a hipótese de algumas situações em que se nos apresenta um complexo arqueológico inserido numa cidade moderna, cujo problema de protecção e leitura é não só o dele mas o de todo o ambiente urbano. Neste caso, as soluções que apresenta são três:

— fazer uma constante manutenção, prolongando a sua vida mas aceitando a ideia da sua perda total ou parcial;

— tentar a desmontagem parcial ou total do monumento para transferi-lo para um museu e pondo no seu lugar uma cópia;

— intervir com operações protectoras para conservar ao máximo as alterações daquele ambiente ou operar com soluções que o modifiquem profundamente, criando novas imagens de todo o contexto.

Evidenciando, claramente, o desacordo pela solução da transferência do monumento do seu local de origem, atendendo a uma perspectiva de desvirtuamento da sua imagem como elemento urbano e privilegiando, assim, uma conservação por si só, Franco Minissi enumera como determinantes para a escolha da solução a adoptar a natureza, dimensão, estado de degradação do monumento, etc.

Combatendo a ideia de que não existem receitas — a cada caso uma solução — o autor reafirma a necessidade de ter sempre em conta todos os recursos científicos, tecnológicos e estruturais, a fim de analisar as características físicas e morfológicas da pré-existência, para só então se poder propor uma solução, um projecto, cuja exigência conservativa se alie à da museografia.

Partindo da noção de conservação activa dos bens culturais, potenciando o usufruto social destes, analisa o caso das estações arqueológicas.

Criticando a concepção ainda oitocentista de algumas colecções arqueológicas, manifestada numa selecção do material, a apresentar dentro do museu, tendo em conta o seu valor artístico e estético e desperdiçando material de enorme valor documental, defende a conservação *in loco* dos achados arqueológicos e a sua natural contextualização no seio das estruturas monumentais que denomina de Parques Arqueológicos.

Analizando tal possibilidade, refere alguns impedimentos relativamente aos vestígios arqueológicos urbanos, inseridos numa estratigrafia urbana como exemplo de um processo histórico irreversível; defende, no entanto, outros argumentos para o caso da arqueologia não urbana.

Assim, este Parque Arqueológico consentiria a oportunidade de se levarem a cabo programas sistemáticos de escavações; a possibilidade de reconstituição teórica dos ambientes originais, tendo em conta o panorama das alterações, mutilações e deslocações sofridas quer pelas estruturas, quer pelos objectos; a perfeita colocação de objectos e estruturas permitindo uma correcta leitura dentro do contexto original, consentiria uma investigação alicerçada num estudo de complementaridades e de unidades do local e uma contínua hipótese do estabelecimento de confrontos com outras áreas, outros estudos, outras conclusões.

Negando à estação e ao vestígio arqueológico a rotulagem de lugar de usufruto e contemplação de fenómeno meramente artístico, Minissi acrescenta que um projecto de parque arqueológico com um discurso museográfico de bom nível informativo, mas também estimulante, permitirá aos visitantes a compreensão da razão de ser de cada estrutura ou objecto e das suas relações no seu contexto original.

Permitindo a componente emotiva do usufruto da contemplação do estético e também do artístico, o visitante será capaz de formular a sua própria ideia do passado e dos testemunhos que o parque arqueológico encerra, ajudando ao enriquecimento cultural da sociedade.

A finalizar este trabalho, o autor enuncia alguns aspectos caracterizadores da cidade como um grande potencial a musealizar, assim como exemplifica formas de musealização mais tradicionais e intervenções de museografia nas estações arqueológicas, recorrendo a uma preciosa série de fotografias para melhor elucidação do leitor.

Atendendo à actualidade da temática, à importância das sugestões que podem ser perfeitamente exequíveis no nosso território e à grande experiência do autor nestes domínios, esta obra de Franco Minissi é um contributo de grande mérito para todos aqueles que se dedicam ou querem dedicar à investigação e execução de projectos de musealização para estações arqueológicas.

OLGA DE MATOS

LÓPEZ MULLOR (A.), *Las Cerámicas Romanas de Paredes Finas en Cataluña*, Vol. I e II, 2- ed., Libros Pórticos, Zaragoza, 1990; pp. 691, est. 323 e mapas.

PUERTA I LÓPEZ (C.), *Baetulo, Ceràmica de Parets Fines*, Monografies Badalonines 11, Badalona, 1989; pp. 91, est. 74.

O autor do primeiro volume, Alberto López Mullor, é professor da Universidad Autónoma de Barcelona, director das escavações de Ampúrias e colaborador tanto do museu Arqueológico de Barcelona como do Instituto de Prehistoria y Arqueología da Diputación de Barcelona. O presente livro é uma síntese da sua tese de doutoramento de 1989, publicado no ano seguinte, em 1990. Infelizmente, a investigação propriamente dita foi dada por encerrada no mês de Setembro de 1987, consequentemente, o material de «paredes finas» de várias escavações aqui apresentado, inclui apenas os achados estratigráficos até àquela data.

O outro volume tem a sua origem na tese de licenciatura de Carme Puerta i López. A autora publica toda a cerâmica de «paredes finas» das escavações de Badalona, tanto o material das escavações antigas, como aquele das mais recentes. O último constitui um lote de «paredes finas» de estratigrafia conhecida e cronologia documentada. Pena é que, para quem não percebe bem o Catalão, o livro tenha a grande desvantagem de estar escrito naquela língua.

Constituem dois estudos de especial interesse para os investigadores na Península, sobre «paredes finas» de estratigrafia e origem documentada na Catalunha em geral e de Badalona em especial. As mais importantes publicações sobre a cerâmica de «paredes finas» de estratigrafia até agora conhecida tratam de Albintimilium, Ostia, Cosa, Usk, Glanum, Conimbriga e das necrópoles de Farrobo e Aljustrel, no Baixo Alentejo (^x). Os achados das primeiras três estações consistem, na sua quase totalidade, em peças de fabrico italiano ou gálico, os quais pouco valem para comparar com a produção peninsular, de longe mais frequentes em Portugal. Dos centros de Mérida e da Bética tivemos o prazer de publicar algumas peças providas da necrópole de Santo André no vol. XX desta revista, aliás com cronologia muito restrita. Porém, de Conimbriga, das mencionadas necrópoles e entre as peças publicadas por Françoise Mayet no seu volume sobre as «paredes finas» da Península Ibérica e o resumo global de Ricci (²), já dispomos de um *corpus*

(^r) LAMBOGLIA (N.), *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana, I, Campagne di scavo 1938-1940*, Bordighera, 1950; POHL(I.), «Ostia, Casa della pareti gialle, salone centrale. Scavo sotto il pavimento a mosaico», *Notizie degli scavi di Antichità*, Serie Vili, vol. XXIV, I, suppl., 1970, pp. 43-234; MOEVS (M. T. MARABINI), *The Roman Thin Walled Pottery from Cosa (1948 -1954)*, Memoirs of the American Academy in Rome, voi. XXXII, Roma, 1973; GREENE (K.), *The Pre-Flavian Fine Wares, Report on the Excavations at Usk, 1965-1976*, Cardiff, 1979; BÉMONT (C), «Vases à Parois Fines de Glanum: Formes et Décors», *Gallia*, 34, fasc.1, 1976, pp. 237-278; ALARCÃO (J. de), DELGADO (M.), MAYET (F.), ALARCÃO (A. MOUTINHO) e PONTE (S. da), *Fouilles de Conimbriga VI, Céramiques diverses et verres*, Paris, 1976; ALARCÃO (J. de), «O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)», *Conimbriga*, V, 1966, pp. 7-104.

bastante vasto desta cerâmica com cronologia delimitada. O estudo de López Mullor, aliás, é posterior às últimas duas publicações mencionadas, tal como o de Carme Puerta i López, o que pode, nalguns casos, alterar as conclusões cronológicas nele avançadas.

A contribuição cronológica que o material de Baetulo pode trazer é, porém, limitada. A cidade teve uma existência muito restrita: fundada nos inícios do século I, alcançou o maior florescimento durante a época de Augusto até aos inícios dos Flávios; posteriormente, parece ter sido abandonada em grande parte (p. 15), de maneira que as conclusões sobre os inícios ou termo das formas nem sempre nos parecem legítimas. Sentimos esta hesitação especialmente porque os achados estratigráficos são poucos ou até raros e bem podiam representar um ligeiro revolvimento das camadas. Para basear raciocínios, precisamos de testemunhos bastante mais numerosos do que os que a autora nos oferece.

O estudo da cerâmica de «paredes finas» tem, nas últimas décadas, avançado muito quanto ao estabelecimento da cronologia e quanto à proveniência dos muitos tipos conhecidos, de modo que podemos entrar agora numa segunda fase, a da consolidação das cronologias e a determinação dos centros de produção e das vias de difusão. Não é o início que geralmente ainda está por descobrir, mas especialmente o termo da produção dos diferentes tipos.

Com estas duas obras estamos exactamente confrontados com dois estudos que abrangem estes problemas, aliás sem analisar a fundo os vários fabricos de «paredes finas» encontrados e, por isso, com êxito variável. As pastas utilizadas e as características técnicas não parecem ter cativado o interesse específico dos autores. Na primeira obra, há um estudo puramente formal que documenta as formas além dos tipos de decoração e dos engobos, enquanto a segunda aborda este tema — da composição das pastas e características técnicas dos fabricos—pela primeira vez por não dispor de outra informação indicativa sobre as peças das escavações antigas. Por falta de estratigrafia documentada e também por o material estar muito esmigalhado, a autora não encontrou outra hipótese a não ser a classificação dos fragmentos à base das suas pastas. Tenta, então, formular as características dos vários fabricos encontrados. Foi-lhe possível definir três tipos globais, que descreve inicialmente ao tratar dos restos da forma Mayet III. Aí sugere que representam as produções italianas, ibéricas e locais (p. 20). De destacar é a observação que a pasta de várias peças, por exemplo das formas Mayet VIII (p. 20), XIV (p. 25) e XXI (p. 29), apresentam “muitas similitudes com a cerâmica gris ampuritana”. Eventualmente chega à conclusão que apenas cerca de 3% de todas as «paredes finas» encontradas em Badalona são de produção local (p. 34). Nesta produção de Badalona a autora consegue reconhecer imitações das formas Mayet XVIII e XIX, além de dez formas únicas. As últimas são um testemunho da evolução avançada das olarias catalãs (p. 38).

O Ricci (A.) em *Atlante delle forme ceramiche II; Ceramica fine Romana nel Bacino Mediterraneo. (Tarde ellenismo e primo impero)*, Roma, 1985, pp. 232-381.

Por causa da grande fragmentação do material, Puerta i López não conseguiu diferenciar os vários tipos e, por conseguinte, junta os fragmentos das formas baixas (Mayet XVIII com XIX) e das formas altas (Mayet XXXVII com XXXVIII) (p. 39). Consequentemente, oblitera qualquer diferenciação que possa ser verificada no futuro, o que achamos inoportuno: afinal, trata-se de formas nitidamente diferentes.

Foi então forçada — felizmente, a nosso ver — a agrupar os fragmentos (192 exemplares) dos tipos XVIII/XIX e XXXVII/XXXVIII, baseando-se nas suas pastas e, portanto nos seus fabricos. Foi-lhe possível definir, mais uma vez, três grupos diferentes e sugerir que representam olarias de vários locais, inclusive do vale do Ebro já documentadas por Beltrán (p. 39). Teria sido muito vantajoso se a autora tivesse oferecido uma descrição mais pormenorizada das pastas, incluindo os elementos não plásticos encontrados e uma definição das cores (por exemplo, na escala de Munsell).

López Mullor, por seu turno, depois de uma exaustiva elaboração sobre a evolução e bibliografia do estudo da cerâmica de «paredes finas», segue com a definição da tipologia formal e a classificação dos motivos decorativos.

Também estes motivos foram sujeitos a uma tipologia, elaborada pelo autor e que nos parece ser simples, todavia bastante completa. Porém, López não nos fornece desenhos amostras ou referências aos vasos com a decoração em questão, o que nada facilita a classificação de qualquer motivo por nós encontrado. Além disso, nem sempre dá a classificação dos motivos no catálogo das peças publicadas; assim restam algumas dúvidas. Por exemplo, perguntamo-nos qual será o nº do motivo do vaso na Est.63-4 e vários outros semelhantes; dos fragmentos nas estampas 80-9, 108-2 e 3, ou dos vasos ilustrados na estampa 112-2 e 3? Até ter uma publicação que mostre os motivos com a respectiva numeração parece-nos mais indicado continuar a referir-se à terminologia habitual, eventualmente em conjunto com a tipologia de López Mullor.

O estudo de todo o material proveniente da Cataluña disponível nos museus e de escavações recentes — as últimas especialmente importantes porque proporcionou os achados de, ao menos, uma dúzia de estações — permitiu estabelecer e comparar as respectivas cronologias indicadas para os diversos tipos e fabricos. Além disso, o autor consegue definir peças de produção local entre os demais exemplares tradicionalmente designados de fabrico bético ou das ilhas Baleares. Também alarga a tipologia de Mayet para os produtos ibéricos e de Marabini Moevs para os itálicos. São definidos mais dezassete tipos até agora ainda inéditos (formas LIV a LXX, na sua maioria de produção catalã), além de duas dúzias de peças únicas de formas desconhecidas.

O grande valor do livro de López Mullor reside no capítulo «Conclusiones 1, La Cerámica» em que o autor apresenta uma dissertação, mais uma vez exaustiva, sobre cada forma. Nele apresenta algumas observações dispersas sobre a(s) pasta(s) e acabamentoo(s) encontrado(s), descreve a forma *stricto sensu* com a sua possível decoração, os fabricos diferentes quando aplicável, além da difusão, cronologia e bibliografia.

Infelizmente, também aqui encontramos uma falha considerável na falta de informação pormenorizada sobre as pastas utilizadas, sobre as quantidades, o tamanho e tipo dos componentes não plásticos dos barros. A informação oferecida é, geralmente, pouco específica ou mesmo ausente e inutiliza, em parte, a possibilidade de usar o livro como obra de referência para tentar localizar a origem de qualquer peça em estudo. A nosso ver, qualquer vaso de qualquer tipo de cerâmica se caracteriza e define melhor pela sua pasta, necessariamente do local, enquanto que a forma e/ou a decoração, muitas vezes sob influência estrangeira, completa o total do seu fabrico.

De especial interesse são os jarros e as bilhas dos tipos LVII a LXIII (pp. 429-436) do século I a.C. até aos meados do século I d.C.

López Mullor inclui os «potinhos alentejanos» (pp. 439-440, forma LXVII) de cerâmica cinzenta e com decoração impressa na gama de «paredes finas», o que se nos afigura forçado. A pasta não parece aquela das outras produções de «paredes finas»; trata-se, decerto, de uma pasta de cerâmica comum típica do Alentejo, todavia de classificação «fina» ou até «média», como acontece bastantes vezes. Já formulámos a hipótese de terem existido dois centros de produção desta gama de «cerâmica cinzenta fina» ⁽³⁾; nesse caso teríamos necessidade de admitir igualmente dois centros de produção de «paredes finas» no Alentejo. Parece que o autor não teve ao seu alcance a nossa publicação do espólio da necrópole de Santo André e, por isso, a cronologia que sugere para estes «potinhos» é restrita demais.

É de lastimar que o aspecto gráfico seja tão pobre: o texto está apresentado em fotocópia reduzida do original computadorizado. A sua leitura é não só difícil, mas especialmente cansativa, o que prejudica a sua consulta em pormenor. Também é pena a falta de legendas nas estampas, obrigando o leitor a procurar, primeiro, numa lista das estampas e, depois, no próprio catálogo para obter a informação básica de cada peça ilustrada. Além disso, dado que os desenhos nas estampas do volume II não obedecem a uma ordem formal, nem do catálogo, nem da proveniência, torna-se quase impossível chegar a uma conclusão quanto às variações que um tipo pode mostrar, ou, em contrapartida, fazer uma comparação adequada dos pormenores subtis entre o mesmo tipo dos vários centros de produção.

Em suma, a obra constitui um estudo minucioso e completo das «paredes finas» não só da Catalunha, mas também da toda a produção ibérica. Trata-se de uma obra importante e de vanguarda que, infelizmente, é de difícil consulta devido à sua organização formal e apresentação gráfica.

JEANNETTE U. S. NOLEN

⁽³⁾ NOLEN (JEANNETTE U. SMIT), «A cerâmica comum» em: *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, João Medina ed., vol. II, *A Idade do Ferro e a ocupação romana*, pp. 288-298.

BIERS (W.R.), *Art, Artefacts, and Chronology in Classical Archaeology*, London, 1992; pp. 105 figs 26. GB £ 7.99.

Mesmo que este pequeno livro seja dirigido aos estudantes de Arqueologia e ao público em geral, é um volume do qual o arqueólogo ainda pode beneficiar muito. Às vezes, faz bem aos «sábios» voltar ao primeiro ano da escola primária, não só para verificarem que 2×2 continua a ser 4, ou para reflectir um pouco porque é que sempre dá 4, mas também para assegurar que é 4 nas contas de todos nós. O pequeno volume de Biers é um daqueles que nos agarra pela mão e nos leva outra vez aos inícios dos nossos estudos escolares, para nos trazer, passo a passo, ao presente, através dos mistérios e das trepidações da estratigrafia e da cronologia. Confronta-nos com os conceitos e as teorias que fazem parte do nosso trabalho de todos os dias e que já aceitamos, há muitos anos, como «as leis» da arqueologia. Faz bem ser forçado a reflectir, mais uma vez, sobre estes assuntos.

No primeiro capítulo, o autor define o que é a Arqueologia — os seus objectivos e a sua tecnologia — para assegurar que estamos todos entendidos sobre a sua definição. Também se interroga sobre quais as possibilidades e limitações da Arqueologia, o que podemos esperar documentar ou clarificar com o nosso entusiasmo em fazer escavações. E será mesmo necessário praticar Arqueologia? Afinal, da Antiguidade sobreviveu um grande conjunto de literatura que nos ensina sobre a história, a política e as guerras, o quotidiano e a vida religiosa dos povos gregos e romanos A resposta do autor é um «sim» sem reservas.

Depois de analisar estes problemas, Biers explica-nos os conceitos mais básicos (por exemplo, a diferença entre cronologia relativa e absoluta) e faz-nos reflectir sobre as datas e cronologias convencionais que usamos como pontos de referência no grande desfile humano.

Para tratar do conceito de cronologia igualmente temos que estar de acordo como se regista a passagem do tempo. O segundo capítulo trata dos vários calendários usados durante uns trinta séculos e lembra-nos como chegámos ao calendário gregoriano hoje em dia usado por quase todo o mundo (p. 15).

No capítulo 3, o autor esboça a ideia geral da estratigrafia, o conceito «last in, first out» — o último a entrar é o primeiro a sair — e, no entender de Biers, ninguém «apaga a luz» que ilumina a estratigrafia. Mas, logo de seguida, chama a nossa atenção para todas as possíveis chicanas que nos podem enganar, desde os grandes terramotos até um ratinho a fazer ninho. Aborda os limites cronológicos (*terminus ante quem* e *terminus post quem*) e o perigo de se designarem certos objectos como «heranças», que é o recurso mais fácil dos arqueólogos quando confrontados com objectos considerados mais antigos que o restante conteúdo de um depósito que gostariam tanto afirmar estar «selado» (p. 20).

Avisa-nos do que nós também já várias vezes afirmámos: os objectos de todos os dias, uma vez assumidos a forma e o aspecto mais utilitário, não se modificam muito mesmo durante vários séculos (p. 25). São raros os casos em que podemos formular uma evolução nestas formas ou acertar uma cronologia relativa neles.

Biers oferece exemplos da arte clássica em que, com efeito, foi possível estabelecer a sua evolução cronológica. São o capitel da ordem dórica, que, dentro das

suas normas estritas e rígidas, ainda mostra variações derivadas da origem geográfica, a qualidade da pedra e a capacidade do escultor, além da evolução histórica (p. 31-34). Outro exemplo é o *kouros*, a partir do qual o autor demonstra as forças fundamentais que provocam a evolução durante vários séculos, enquanto que a sua cronologia relativa sempre continua de certo modo duvidosa. Insiste que é na observação do arqueólogo que as sequências na evolução dos objectos de arte estão determinadas (p. 46).

Ao falar dos vasos pintados de Corinto, apenas toca num assunto que nos parece de extrema importância: para datar um depósito ou estrato, é indispensável encontrar material datável em quantidade significativa, um ou dois caquinhos não chegam (p. 51). Sempre existe o perigo de o arqueólogo «ajeitar» a evidência, possivelmente mesmo sem estar consciente disso, para a fazer condizer com os textos históricos, a sequência e datação do quadrado ao lado, ou outros preconceitos. Aliás, com uma carência de testemunhos datáveis é ainda pior (p. 63).

O autor trata a fundo os pormenores da evolução das lucernas da ágora de Atenas (p. 55-57) e dos pesos de tear de Corinto (p. 54). Mostra as etapas que as formas destes objectos do quotidiano, quase sempre encontrados em quantidade em todas as escavações, percorrem durante os séculos. Um tratamento ainda mais pormenorizado teria sido uma boa lição para avaliar a evolução de objectos do quotidiano em geral para os estudantes de Arqueologia. Afinal, achar o fragmento de uma lucerna é mais corrente que encontrar um *kouros*, mesmo em Atenas...

É óbvio que os problemas da cronologia absoluta (capítulo 4) são os mais complicados em relação às épocas mais antigas. Os textos são mais raros e menos fidedignos à medida que se faz «marcha atrás» na história, enquanto que mesmo no período clássico, podem ser enganadores por terem sido escritos não na altura dos acontecimentos descritos, mas sim vários séculos mais tarde. Além disso, temos sempre que relacionar os escritos dos autores antigos com as circunstâncias em que viveram (p. 62). Porém, os historiadores modernos, em conjunto com os arqueólogos, conseguiram estabelecer uma sequência histórica com vários pontos de referência de datas absolutas. Uma sequência que geralmente é aceite pelos peritos, mas que, continuamente, tem que ser testada com os novos achados e, subsequentemente, rectificada.

Biers demonstra, usando a sepultura de Vergina como exemplo, como uma pequena alteração ou dúvida na cronologia de um estrato de uma outra escavação qualquer, ou uma mudança na sequência relativa de uma forma cerâmica banal, pode provocar consequências de grande alcance nas nossas conclusões finais (capítulo 5).

A mensagem mais importante e valiosa desta obra é que todos os arqueólogos devem ser conscientes e estar dispostos a modificar e alterar os seus preconceitos, ou seja, as cronologias, tanto as relativas como as absolutas, que constituem o ponto inicial de quase todos os nossos estudos. Todos os arqueólogos estão, sem dúvida, conscientes desta necessidade, mas, de vez em quando, vale a pena ... voltar ao primeiro ano da escola primária e começar de novo com os nossos trabalhos para verificar se 2 x 2 sempre continuam a ser 4.

JEANNETTE U. S. NOLEN

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

RAQUEL VILAÇA — <i>Integração cultural dos restos faunísticos de três povoados do Bronze Final da Beira Baixa</i>	5
M. TELLES ANTUNES — <i>Povoados do Bronze Final da Beira Baixa — Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade</i>	31
JORGE DE ALARCÃO — <i>A evolução da cultura castreja</i>	39
RAFAEL A. E. AUFENIM — <i>A barragem de Aquae Flaviae</i>	85
TERESA JÚDICE GAMITO — <i>Cemitério romano do século IIIII — Faro, rua das Alcaçarias</i>	99
JOSÉ DA SILVA RUIVO — <i>L. Antonio Vrso Liberti et Familia</i>	119
CARMEN ISABEL LEAL SOARES — <i>Vincitvr hic fatus — o epitáfio métrico de Couto de Baixo</i>	155
PATRICK LE ROUX — <i>Deus Aernus: CIL, II, 2607=5651 reconstitué</i>	173
João Luís CARDOSO — <i>Um camelídeo de Conimbriga</i>	181
Recensões bibliográficas.....	189

Execução Gráfica

G. C. - Gráfica de Coimbra, Lda.

750 ex. - Novembro de 1994 - Dep. legal n.º 2892/84

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS:

DIGLIVRO - Rua Ilha do Pico, 3 B - Pontinha

P - 1675 Lisboa

MOVILIVRO - Rua Gomes Leal, 93, cv.

P - 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.
Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehrr erwünscht*

